



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS NA AMAZÔNIA: História,
Economia e Meio Ambiente (do Brasil Colônia ao Império)

Belém-Pa
2024

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS NA AMAZÔNIA: História, Economia e Meio Ambiente (do Brasil Colônia ao Império)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Estudos Amazônicos (PPGDSTU-NAEA), da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos básicos para a obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Juarez C. Brito Pezzuti.

Belém-Pa
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725e Sousa, Girlian Silva de.
A Exploração de recursos faunísticos na Amazônia: História,
Economia e Meio Ambiente (do Brasil Colônia ao Império) / Girlian Silva de
Sousa. — 2022.
234 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Juarez C. Brito Pezzuti
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2022.

1. Extrativismo faunístico - Amazônia. 2. Amazônia
brasileira - Economia. 3. Tecnologia indígena. I. Título.

CDD 330.09811

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS NA AMAZÔNIA: História, Economia e Meio Ambiente (do Brasil Colônia ao Império)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Estudos Amazônicos (PPGDSTU-NAEA), da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos básicos para a obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 04/03/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Juarez C. B. Pezzuti
Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora Interna - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Examinadora Interna - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Harley Silva
Examinador Externo – PPGE/ICSA/UFPA

Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma
Examinador Externo - EMBRAPA

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad
Examinador Externo - MPEG

À minha ancestralidade, porque os meus passos vêm de longe!
Às minhas orientadoras e orientadores espirituais.

Aos meus pais Irene Silva de Souza e Orlando Xavier de Souza.

À Mônica Silveira, minha amiga madrinha.

Aos meus irmãos Oberlan Silva de Sousa e Gilliard Silva de Sousa, companheiros de caminhada.

Ao meu amigo Fena, *in memoriam*.

Como eu não ando só,

Meus agradecimentos

Ao Sagrado Feminino, a Deus, aos orixás e encantados que me guiam e orientam. De maneira especial a Juvenal Boiadeiro, Mané Maior, Zé da Estrada, João Jangadeiro, Seu Tata, Seu Tranca Rua das Almas, Zé Macaco, Yamandê e Seu Zé.

Ao meu alicerce: Dona Francisca, Seu Benevides, Dona Rosalina, Seu João Xavier, Dona Irene, Seu Orlando e Dona Alcênia.

Ao meu orientador, professor Juarez Pezzuti, pelo respeito e generosidade me permitiram chegar até aqui. À Danyele Félix da Silva pela generosidade, parceria, paciência e ânimo.

Ao professor Marcos Antônio Souza dos Santos, pela extrema generosidade e contribuição a esta pesquisa.

À minha rede de amigas e amigos – minha fonte de energia e inspiração: Mônica Silveira, pelo crédito e incentivo. À minha amiga, ouvinte e psicóloga Elen Pessôa, grata pela parceria e paciência nos momentos de alegria, dúvidas e adversidades. À Geany Martins, Andréa Rente e Lílían Braga pela amizade, parceria e suporte.

Aos professores historiadores Ana Carolina da Luz e João Lúcio Mazzini da Costa, meus orientadores nos caminhos da pesquisa histórica.

Aos servidores do Arquivo Público do Pará, pelo auxílio, paciência e compreensão.

Ao Emerson Duarte, Rebeca Cardoso e Michelle Maria Lima de Sousa. À Sra. Liliane Costa e ao Sr. Cláudio Dumont Martins.

A todas e todos que de alguma forma contribuíram na minha caminhada,

Gratidão!

RESUMO

Tem por objetivo analisar a inserção da economia amazônica no capitalismo comercial a partir do extrativismo faunístico no período de 1759 a 1830, que compreende a etapa da conquista e da consolidação do território. Para este fim, investiga-se o processo de produção dos dados referentes ao extrativismo faunístico na Amazônia brasileira durante o recorte temporal estabelecido, a participação do extrativismo faunístico na dinâmica de inserção do Brasil no mercantilismo, o modelo colonizador português na Amazônia brasileira, e por fim, o papel do extrativismo faunístico na inserção do Vale Amazônico nas dinâmicas do capitalismo mercantil, sob o enfoque da organização da força de trabalho. O ineditismo desta pesquisa de natureza documental evidencia-se no volume e na extensão do acervo consultado, na extensão do recorte temporal, abrangência do recorte territorial, e pela diversidade e volume de recursos faunísticos pesquisados, que engloba a pesca da tartaruga da Amazônia e a coleta dos ovos, pesca de peixe-boi, pirarucu e tainha. Como novidade, a utilização do óleo de jacaré para iluminação e ingrediente em composto para argamassa para edificações. O tema é abordado a partir de um aporte teórico heterodoxo, que permite discutir o modelo administrativo português na Amazônia brasileira, os mecanismos de subordinação da colônia ao poder metropolitano, vicissitudes e influências na sociedade brasileira contemporânea. A questão do modo de produção via trabalho compulsório e os mecanismos de apropriação da tecnologia indígena é utilizada como tela para a discussão acerca da centralidade do extrativismo faunístico para a colonização do território. Questiona-se o relativo silêncio da historiografia econômica acerca da centralidade de atividades que viabilizaram a produção dos produtos considerados centrais no estudo via ciclos econômicos. Como estratégia, o presente trabalho realiza um breve resgate histográfico acerca das primeiras atividades econômicas realizadas no Brasil – o comércio de seres humanos e da fauna. Os resultados revelam, em síntese, que sem a tecnologia indígena, que inclui os saberes que possibilitaram o extrativismo faunístico, teria sido impossível aos conquistadores portugueses a consolidação do seu domínio sobre o território e a viabilização das atividades econômicas voltadas para o atendimento das demandas do mercado externo.

Palavras-chave: extrativismo faunístico; tecnologia indígena; violência; Amazônia brasileira; economia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the insertion of the Amazon economy into commercial capitalism based on faunal extractivism in the period from 1759 to 1830, which comprises the stage of conquest and consolidation of the territory. To this end, the process of producing data relating to faunal extractivism in the Brazilian Amazon during the time frame established, the participation of faunal extractivism in the dynamics of Brazil's insertion into mercantilism, the Portuguese colonizing model in the Brazilian Amazon, and finally, the role of faunal extractivism in the insertion of the Amazon Valley into the dynamics of mercantile capitalism, from the perspective of the organization of the workforce. The originality of this documentary research is evident in the volume and extent of the collection consulted, the length of the time frame, the scope of the territorial scope, and the diversity and volume of faunal resources researched, which encompasses Amazon turtle fishing and collecting eggs, fishing for manatee, arapaima and mullet. As a novelty, the use of alligator oil for lighting and as an ingredient in mortar compounds for buildings. The topic is approached from a heterodox theoretical basis, which allows discussing the Portuguese administrative model in the Brazilian Amazon, the mechanisms of subordination of the colony to metropolitan power, vicissitudes and influences in contemporary Brazilian society. The issue of the mode of production via compulsory labor and the mechanisms for appropriating indigenous technology is used as a canvas for the discussion about the centrality of faunal extraction for the colonization of the territory. The relative silence of economic historiography regarding the centrality of activities that enabled the production of products considered central in the study via economic cycles is questioned. As a strategy, this work provides a brief historiographic review of the first economic activities carried out in Brazil – the trade in human beings and fauna. The results reveal, in summary, that without indigenous technology, which includes the knowledge that enabled faunal extraction, it would have been impossible for the Portuguese conquerors to consolidate their dominance over the territory and enable economic activities aimed at meeting the demands of the external market.

Keywords: faunal extraction; indigenous technology; violence; Brazilian Amazon; economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Marinheiro normando passeando com o seu papagaio, após voltar do Brasil	74
Imagem 1 - Boto-rosa fêmea grávida abatida por pescadores ilegais na Amazônia em 2014	77
Quadro 1 – Principais gêneros produzidos e comercializados no Vale Amazônico (1750-1830).	128
Quadro 2 – Preços de produtos comercializados no Vale Amazônico (1750 – 1830)	129
Imagem 2 – Correspondência do diretor da vila de Soure, informando sobre a carga enviada para Tesouraria Geral do Comércio dos Índios no ano de 1762	145
Quadro 3 – Unidades e medidas utilizadas durante o período colonial.	147
Quadro 4 – Preços Porque os Boticários do Estado do Brazil hão de vender Medicamentos (século XVIII)	152
Quadro 5 – Exemplo de produtos descritos no referido Regimento de 1742	153
Figura 2 – Produtividade média e marginal de captura de animais silvestres	181
Figura 3 – O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga.	186
Prancha 1 – Coleta de ovos nas regiões hídricas do Xingu, Tocantins-Araguaia e Madeira (1759-1830)	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação percentual das Regiões Hidrográficas no volume de registros de cargas de pescado em kilos (1759-1787).	168
Gráfico 2 – Coleta de ovos no Vale Amazônico por Ano (1759 -1830)	188
Gráfico 3 – Coleta de Ovos no Alto Solimões (1759-1830)	189
Gráfico 4 – Coleta de ovos por ano no Rio Negro (1759-1830)	190
Gráfico 5 – Coleta de ovos por ano na Calha Norte (1759-1830)	190
Gráfico 6 – Coleta de ovos por ano no Tapajós (1759-1830)	191
Gráfico 7 – Coleta de ovos por ano na região de Portel-Marajó (1759-1830)	192
Gráfico 8 – Coleta de ovos por ano na região do Rio Amazonas (1759-1830).	192
Gráfico 9 – Coleta de ovos por ano na região hídrica de Manaus (1759-1830)	193
Gráfico 10 – Produção anual de mixira de peixe-boi em kilos, período de 1759 a 1830	197
Gráfico 11 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por localidade (1759-1788)	198
Gráfico 12 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1759-1788)	199
Gráfico 13 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1807-1830)	200
Gráfico 14 – Produção total de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1759-1830)	201
Gráfico 15 – Produção total de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1759-1830)	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro dos gêneros que as ordens religiosas embarcaram para a cidade de Lisboa no intervalo entre 1743 e 1745 (em arrobas)	132
Tabela 2 - Gêneros exportados pelo porto do Pará entre os anos de 1743 e 1745 (em arrobas)	133
Tabela 3 – Rendimento da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios no ano de 1781	143
Tabela 4 - Volume de tainhas transportadas nas canoas, segundo Regiões Hidrográficas (1761- 1780)	157
Tabela 5 – Volume de cofos de caranguejos transportados pelas canoas, segundo localidades (1762-1768)	161
Tabela 6 – Volume de paneiros de caranguejos transportados pelas canoas, segundo localidades (1762-1768)	162
Tabela 7 – Quantidade de cargas de pirarucu, transportadas nas canoas do Vale Amazônico, segundo Regiões Hidrográficas (1761-1780)	164
Tabela 8 – Volume de cestos de peixe de moira, produzidos no Vale Amazônico, segundo origem da carga (1761- 1780).	165
Tabela 9 – Cargas de potes de peixes fritos transportados nas canoas, por localidade de origem (1760-1768)	166
Tabela 10 – Volume de cargas de pescado em kilos, segundo Regiões Hidrográficas (1759-1787)	167
Tabela 11 – Volume de cargas de pescado em kilos, segundo Regiões Hidrográficas (1817 - 1830).	170
Tabela 12 – Exportação de cascos de tartaruga pela Capitania do Maranhão (1760-1776)	177
Tabela 13 - Produção de óleo de tartaruga (<i>Podocnemis Expansa</i>) na Amazônia.	179-180
Tabela 14 – Produção de mixira por região hidrográfica no período de 1759 a 1830	196-197
Tabela 15 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por localidade (1807 – 1830	199

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará

CDP - Companhia das Docas do Pará

COLUSO - Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

CRL - Digital Delivery System

DGE - Diretoria Geral de Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico do Pará

IPHAM - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISEE - Sociedade Internacional de Economia Ecológica

PCDL - Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

TTED - Teoria da Troca Ecologicamente Desigual

TGCI - Tesouraria Geral do Comércio dos Índios

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO NAS DINÂMICAS DA INSERÇÃO DO BRASIL NA EMPRESA MERCANTIL DO CAPITALISMO COMERCIAL	52
2.1 A CHEGADA ÀS TERRAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO ULTRAMARINA	59
2.2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS	64
2.3 A EXPLORAÇÃO DA FAUNA BRASILEIRA NAS DINÂMICAS DO MERCANTILISMO EUROPEU	67
2.4 SÍNTESE DO MODELO DE INSERÇÃO DA TERRA DE SANTA CRUZ NA EMPRESA MERCANTIL: LATIFÚNDIO, MONOCULTURA, BALEAÇÃO E MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA	78
2.4.1 O imperialismo da indústria baleeira norte-americana no Atlântico-Sul e suas conexões com a economia colonial brasileira	82
2.4.2 Azeite de baleias: a matriz energética da economia açucareira no Brasil	95
3 O SISTEMA COLONIZADOR PORTUGUÊS NA AMAZÔNIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO VALE AMAZÔNICO (COLÔNIA E IMPÉRIO)	103
3.1 A INSERÇÃO DO VALE AMAZÔNICO NO CAPITALISMO MERCANTIL	105
3.2 A POLÍTICA METROPOLITANA NO VALE AMAZÔNICO	109
3.3 ENTRE TENSÕES, JOGOS E DISPUTAS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES QUE CONFIGURARAM A SOCIOECONOMIA AMAZÔNICA COLONIAL	112
3.4 O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E A APROPRIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO INDÍGENA	121
3.5 A TESOURARIA GERAL DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS: UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS VILAS E LUGARES	134
3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES	140
4 O EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO E A INSERÇÃO DO VALE AMAZÔNICO NO CAPITALISMO MERCANTIL	149
4.1 UM PATRIMÔNIO EM FOCO: O PAPEL DO EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO NA CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO PORTUGUÊS SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA	150
4.2 O EXTRATIVISMO DAS TAINHAS NO CONTEXTO DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS	155
4.3 O EXTRATIVISMO DE CARANGUEJOS SEGUNDO O COMÉRCIO DOS ÍNDIOS	160
4.4 AS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES PARA O BACALHAU DA AMAZÔNIA NOS REGISTROS DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS	162
4.5 O PESCADO SOB DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES: PEIXE FRIO, GROSSO, SALGADO E SECO	165
4.6 A COLONIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO SOB A ÓTICA DO EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO (E DO DESPERDÍCIO) DAS TARTARUGAS, DOS PEIXES-BOI E DOS JACARÉS	170
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	205
ANEXO A – ARQUIVOS CONSULTADOS NA PESQUISA	219
APÊNDICE A - RELAÇÃO DAS VILAS E LUGARES DO VALE AMAZÔNICO (1750 -1830)	229

1 INTRODUÇÃO

Que "moinho satânico" foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza? (Polanyi, 2000, p. 51).

Esta tese foi escrita em um dos períodos marcantes da história da humanidade e dos mais tristes e obscuros da história brasileira. Sua hora histórica foi atravessada por conflitos internacionais, recrudescimento global da ideologia de extrema direita, crise da democracia neoliberal com concomitante ascensão de regimes totalitários e fascistas. Esse quadro obscuro foi avultado pela devastação provocada pelo Coronavírus. A materialidade histórica das desigualdades multidimensionais ao redor do mundo – tradicionalmente camufladas pela ideologia individualista do capitalismo - foram evidenciadas pela pandemia.

Enquanto esta tese estava sendo escrita, o Brasil encontrava-se em um vórtice de crises (econômica, política e sanitária), no qual a estrutura socioeconômica herdada da colonização europeia possibilitou a morte de milhões de pessoas – em sua maioria negros e indígenas (Modesto *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2020; Martins *et al.*, 2022; Sousa, Braga, 2020). O último sexênio evidenciou a permanência da mentalidade colonial entre as classes dominantes brasileiras, historicamente alinhadas aos interesses do capital externo em detrimento de qualquer projeto de redução das desigualdades sociais no país. Essa dinâmica transformou a tecnologia digital em arma de difusão da desinformação e alienação da classe trabalhadora.

Tais mecanismos potencializaram a tradicional manipulação das massas nos diversos golpes recentes contra a democracia e os direitos sociais. A manutenção do obscurantismo com relação a história da formação socioeconômica da nação fomenta o negacionismo como mecanismo de perpetuação e aprofundamento das mazelas sociais. A partir desta percepção, esta pesquisa se propôs a investigar a exploração de recursos faunísticos na Amazônia brasileira do período colonial ao império, buscando contribuir para o debate crítico sobre a história da exploração dos recursos naturais na Amazônia, tomando como pano de fundo, as relações de produção estabelecidas ao longo desse processo.

A chegada oficial do primeiro europeu à região amazônica instituiu a cobiça e a rapina internacional sobre a floresta e os povos originários. Sob o jugo do fogo, dos motosserras, das escavadeiras, do descaso, da grilagem, da violência, da bala e “da boiada que passa”, floresta, bicho e gente são dizimados. Isto porque, a lógica desenvolvimentista implantada no Brasil

enleia os princípios da conservação da natureza com a noção de “desperdício de riqueza”. Nesse hiato, tanto o patrimônio imaterial quanto o econômico corporificado na floresta em pé, têm sido dilapidados. Em virtude do elo entre a história pós-colonial da Amazônia e a posição da América Latina na divisão internacional do trabalho, esta pesquisa partiu da seguinte questão a saber: de que modo a exploração faunística no Brasil e na Amazônia brasileira esteve atrelada às dinâmicas da acumulação capitalista dos séculos XVIII e XIX?

Estabelecendo como objetivo geral analisar a inserção da economia amazônica no capitalismo comercial a partir do extrativismo faunístico, estudamos a exploração dos principais recursos faunísticos da Amazônia no período de conquista e consolidação do território. Para este fim, foram estabelecidos como objetivos específicos: i) investigar o processo de produção dos dados referentes ao extrativismo faunístico na Amazônia brasileira durante o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa; ii) discutir a participação do extrativismo faunístico na dinâmica de inserção do Brasil no capitalismo mercantil; iii) discutir a modelo colonizador português na Amazônia brasileira; v) analisar o papel do extrativismo faunístico na inserção do Vale Amazônico nas dinâmicas do capitalismo mercantil, sob o enfoque da organização da força de trabalho, do volume e da variedade de recursos explorados.

Isto posto, considerando a centralidade do tempo e da cronologia para o conhecimento histórico, reconhecendo que *“a cronologia é o calendário, que vai muito além do âmbito do histórico, sendo mais que nada o quadro temporal do funcionamento da sociedade”* (Le Goff, 1990, p. 13), definimos como recorte o período de 1759 a 1830, explorando como pano de fundo questões transversais como escravismo e violência e corrupção, elementos estruturantes da sociedade brasileira e cujos traços permanecem impressos na sociedade amazônica.

A tese foi dividida em três capítulos, afora esta introdução, na qual refletimos acerca da natureza documental deste trabalho e a política administrativa do império português na colônia americana, apontando elementos que ainda se fazem presentes na administração pública brasileira, bem como o contexto institucional que originou as fontes históricas utilizadas nesta pesquisa. O primeiro capítulo discute o papel do extrativismo faunístico na dinâmica de inserção do Brasil na empresa mercantil do capitalismo comercial. O segundo capítulo discute as características do sistema colonizador português na Amazônia. No terceiro e último capítulo, discutimos a centralidade do extrativismo faunístico na consolidação do domínio português sobre o território amazônico.

No que diz respeito ao processo de reconstrução do passado e suas limitações, *“reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador”* (Bloch, 2001, p. 82). Identificar, localizar e acessar fontes históricas sobre a exploração faunística

comercial no Brasil e na Amazônia adicionou um nível maior de dificuldade ao empreendimento, dado ao relativo ineditismo da pesquisa.

As fontes historiográficas constituem o principal elemento metodológico do presente trabalho, em razão de sua natureza documental e bibliográfica. À vista disso, a inescusável caracterização da documentação utilizada, bem como a breve discussão sobre a não neutralidade do seu processo de produção, classificação e salvaguarda de documentos históricos. Cumpre destacar que embora a pesquisa não tenha sido realizada por uma historiadora de fato, procurou-se observar as diretrizes metodológicas para a produção do conhecimento histórico. Reconhecemos a existência de limitações de uma pesquisa realizada por uma economista que se lançou ao desafio de pesquisar sobre uma atividade econômica ainda pouco discutida. No que diz respeito à crítica das fontes, tal empreendimento será norteado pelas seguintes questões-chaves: quem produziu? Para quem? Por que? Em qual contexto?

As fontes constituem a base para a interpretação das mudanças na duração do tempo histórico, possibilitando à História a interpretação das “*ações dos homens no tempo*” (Bloch, 2001 p.7), não obstante as explicações coletadas das fontes não serem absolutas e favorecerem ao caráter mutável da ciência histórica. “*O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história*” (Le Goff, 1990, p. 25). De fato, o progresso técnico e tecnológico tem possibilitado a descoberta, o acesso e a leitura de novas fontes, estimulando novas explicações historiográficas - o que lança luz sobre a natureza das limitações.

Dessarte, o que pode ser considerado fonte historiográfica? Qual o potencial das fontes em fornecer as condicionantes do processo de colonização do território atualmente conhecido como “Amazônia brasileira”? São capazes de apontar implicações sobre a história contemporânea da região? É possível reconstituir a “verdadeira” história da Amazônia através das fontes? Qual o grau de confiabilidade das fontes consultadas?

Todo registro (relatos, artefatos, documentos escritos, pinturas, construções, etc.), utilizado na reconstrução de um fato histórico é uma fonte. Logo, as respostas aqui apresentadas foram construídas a partir de pistas, fragmentos, vestígios acessados pela pesquisadora. Enquanto memória de uma época distante do tempo cronológico do pesquisador, o fragmento histórico possui o poder por essência de imortalizar o passado (Bloch, 2001; Le Goff, 1990). Entretanto, a história como “*um entre uma série de discursos a respeito do mundo*” (Jenkins, 2009, p. 23), não está - assim como não estão os demais ramos da ciência - qualificada para reproduzir o passado em sua totalidade.

Foram elaborados métodos de crítica científica, conferindo à história um dos seus aspectos de ciência em sentido técnico, a partir dos primeiros e incertos passos da Idade Média (Guenée), mas sobretudo depois do final do século XVII com Du Cange, Mabillon e os beneditinos de Saint-Maur, Muratori, etc. Portanto, não se tem história sem *erudição*. Mas do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (Foucault e Le Goff) (Le Goff, 1990, p.10).

Para Jenkins (2009, p. 33), “*O passado conhecido (a história), é um constructo do historiador*”, graças a inerência de três principais fragilidades epistemológicas: i) a impossibilidade de o historiador abarcar e recuperar a realidade dos acontecimentos passados, visto só conhecer uma parte subjetiva dos acontecimentos; ii) a inverossimilhança de qualquer relato com o passado em si mesmo; iii) o historiador “*ao recriar o passado projeta o seu próprio presente*” (Jenkins, 2009, p. 33). Lugar social, posicionamento político, intelectual e ideológico são elementos que compõem as condições de materialidade da produção e interpretação desses documentos (Luca, 2005; Bloch, 2001; Le Goff, 1990).

Contudo, “*não existe nada parecido ao conhecimento absolutamente objetivo em nenhuma esfera nem área do saber*” (Arostégui, 2000, p. 69). A desmistificação da ciência e a compreensão da natureza do saber histórico não os invalidam, antes, estimula a criticidade do pesquisador que almeja desviar-se das explicações absolutas e deterministas que desconsideram o caráter *a posteriori* da leitura do fato histórico e o nível de complexidade da realidade concreta.

As condições nas quais trabalha o historiador explicam ademais por que se tenha colocado e se ponha sempre o problema da *objetividade* do historiador. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito (Le Goff, 1990, p. 11).

A escolha e a leitura dos documentos determinarão quais atores terão voz e o tipo de história a ser recriada. Ao fim e ao cabo, “*a primeira especificidade e a mais censurada do método historiográfico reside sem dúvida, na natureza de suas fontes de informação*” (Arostégui, 2000, p. 94). Ao discutir o método historiográfico, Jacques Le Goff esclarece que o elemento distintivo de monumento e *documento*, é a decisão do historiador/pesquisador no processo de seleção das fontes.

A compreensão dos aspectos controversos do processo de designação, seleção, classificação, proteção e conservação das fontes lança luz sobre a razão de alguns fatos

históricos permanecerem obscurecidos. No que concerne à história econômica da Amazônia, ainda restam diversas particularidades do processo de conquista e exploração econômica dos recursos naturais do território a serem melhor compreendidas.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador (Le Goff, 1990, p. 535).

Ao discutir a fundação do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), o pesquisador Leonardo da Silva Torii esclarece que tal fato não pode ser dissociado da conjuntura e dos arranjos político-institucionais da época. Remetendo-se ao filósofo Jacques Derrida, aponta que um arquivo resulta de uma classificação e avaliação do Poder propriamente dito. Dessarte, qual o destino dos monumentos renegados? Qual seria a *função social* do pesquisador da ciência histórica? Para Enrique Florescano, o historiador é “*devedor do seu grupo social*”, cabendo-lhe, a promoção da diversidade sociocultural humana (Florescano, 1997).

Logo, o resgate da história comercial de produtos faunísticos na Amazônia pode ser uma função social da pesquisadora socioambiental, tendo em vista a necessária compreensão das conexões lógicas entre os vários sujeitos, estímulos sociais e conflitos que permeiam as relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Considerando que toda História é social, “*estabelecamos agora que por mais específico e mais imaterial que seja o objeto historiográfico, seu conhecimento é, em sentido pleno, conhecimento social, objeto da ciência social, posto que o histórico é uma qualidade social*” (Arosteguis, 2000, p.71).

Pois que “*toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção*” (Bloch, 2001, p. 79), os próximos parágrafos serão dedicados à caracterização das principais fontes utilizadas. Cumpre destacar três características do processo de produção de registros durante o recorte temporal analisado: a) trata-se de uma fase pré-estatística de produção de dados, determinada pela insuficiência e inadequação na produção de informações; b) a ilegalidade como recorrente elemento de tensão entre os interesses público e privado, com forte influência no registro das informações; c) a perda e/ou destruição de documentos.

No que concerne ao período pré-pombalino, a não cobrança de impostos sobre as atividades econômicas das organizações religiosas representa um desserviço para os pesquisadores da história econômica deste período; a isenção fez com que o Estado perdesse o controle sobre o registro de tais atividades devido a não destinação de documentos fiscais para

a prestação de contas para a administração da colônia. Ressalta-se que o controle do império colonial português sobre a fiscalidade proporcionou a produção da documentação que possibilitou a reconstrução da história econômica das ex-colônias portuguesas.

Uma vez que o conhecimento histórico é construído a partir das pistas preservadas, é praticamente impossível discutir um fenômeno sobre o qual não existem elementos materiais suficientes. Em outras palavras, “*aquilo de que não se fala, quase parece não existir*” (Soares, 2008, p. 215). De fato, a escassez de dados tende a invisibilizar e/ou camuflar a relevância e a complexidade de determinados fenômenos sociais. À vista disso, o aparente desinteresse da historiografia econômica sobre a exploração comercial da fauna silvestre da Amazônia brasileira até a segunda metade do século XX resultaria da irrelevância histórica de tal atividade?

A busca de respostas se mostrou uma verdadeira odisseia por várias bibliotecas e instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais, com algumas gratas surpresas e muitos malogros. O nível de descaso do governo e da sociedade em geral com o patrimônio histórico brasileiro representa um grande desafio para a pesquisa histórica no país. Assim, consideramos relevante destacar de forma concisa, alguns dos desafios enfrentados nesta pesquisa.

O excesso de burocratização pode ser considerado principal infortúnio e estratégia para impedimento ao acesso a documentos – por vezes, ameaçados de destruição ou extravio, justamente por serem desconhecidos pela comunidade acadêmica. Ignora-se o papel da pesquisa documental para o reconhecimento público da relevância histórica de determinado acervo. Por outro lado, a percepção do *valor* dos documentos históricos como patrimônio econômico e imaterial ainda parece distante de se tornar consenso.

Importante exemplo são os arquivos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). O órgão foi criado em 1966 e ficou em operação até o final dos anos 1990. Durante esse período forneceu relevantes contribuições através de pesquisas sobre a exploração de recursos naturais no estado. Após a sua extinção, parte do acervo documental ficou sob a guarda de ex-servidores que se empenharam em tentar preservar a memória da instituição¹. Em nossas buscas fomos informados que parte relevante da documentação havia sido doada para a Biblioteca Arthur Viana.

Em janeiro de 2020, quando realizamos a última tentativa de acesso aos arquivos do antigo IDESP junto à referida biblioteca, fomos informados da indisponibilidade de tais

¹ Informação divulgada em: <http://www.mentorbr.com/idesp/Antigo.asp>

documentos sob a alegação de ainda não terem sido catalogados. Extra oficialmente, a informação era de que esses arquivos haviam sido dispostos em uma sala desprovida de condições para a guarda desse tipo de material sem que se tivesse qualquer noção sobre a composição do acervo. Esta seria a razão real para a negação do acesso público.

Também tivemos insucesso na busca pela documentação histórica da antiga Alfândega do Pará, cujo prédio atualmente abriga o Curso de Graduação em Conservação e Restauro da Universidade Federal do Pará (UFPA). Não conseguimos localizar a instituição que possui a guarda dos documentos, uma vez que a universidade (Biblioteca Central e o Curso de Conservação e Restauro), negou possuir a guarda de tais documentos. Fomos informados na Companhia das Docas do Pará (CDP), que uma vasta documentação teria sido retirada da Alfândega, quando houve a mudança de endereço. Porém, não souberam indicar o destino. Entramos em contato com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAM), que também não soube nos informar sobre a documentação.

Em busca de informações sobre o comércio de matérias-primas silvestres da/na Amazônia, percorremos as seguintes instituições: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), órgão técnico do Ministério das Relações Exteriores sediado em Belém; Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – que possui acervo histórico sobre navegação, mas não possuía os dados de interesse para esta pesquisa; Companhia das Docas do Pará – que informou possuir apenas acervo documental com datação a partir de 2007; Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP); Forum Landi (UFPA); Biblioteca Arthur Viana; Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Belém; Biblioteca da UFPA (Obras Raras); APEP.

Além das bibliotecas físicas citadas, consultamos o acervo de bibliotecas e bancos de dados digitais, como o *CRL Digital Delivery System*, da Universidade da Califórnia, que dispõe de documentos seriados do Poder Executivo brasileiro emitidos entre 1821 e 1993, além de documentos emitidos por governadores das províncias até o final do primeiro período republicano, em 1930. No geral, esta pesquisa contou com quatro principais acervos: i) Projeto Resgate – Arquivo Ultramarino; ii) Arquivo Público do Estado do Pará; Biblioteca Digital do IBGE.

Parte da documentação referente ao período colonial foi adquirida através do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate). Criado em 1995, através de um tratado bilateral entre luso-brasileiro com o objetivo de viabilizar o acesso a documentos históricos referentes à história do Brasil que estão sob a guarda de arquivos de outros países. A Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do

Patrimônio Documental (COLUSO), através do Projeto Resgate, tem permitido a democratização do acesso a aproximadamente 150.000 documentos, contendo cerca de 1,5 milhão de manuscritos datados dos séculos XVI ao XIX. Esta documentação está depositada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), e diz respeito à história das 18 capitanias da América portuguesa (Projeto Resgate, 2018).

Segundo o Projeto, consiste no maior acervo documental sobre o período colonial brasileiro sob a guarda de instituições no exterior. Após a descrição, classificação, microfilmagem e digitalização, o acervo foi disponibilizado ao público em formato digital. A documentação referente à história colonial dos territórios estaduais foi distribuída a seus respectivos arquivos através de cópias microfilmadas, enquanto toda a coleção de microfimes foi depositada na Biblioteca Nacional (Projeto Resgate, 2018). Cumpre destacar, contudo, que a despeito do valoroso esforço do projeto, parte dos registros históricos sobre o Brasil ainda precisam ser localizados e resgatados no exterior.

Importantes lacunas sobre a documentação avulsa relativa ao Brasil ainda subsistem, pois facilmente encontrar-se-ão documentos alusivos ao Brasil nas séries Correspondência da região atlântica (Ilhas da Madeira e dos Açores, Lugares do Norte da África, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola), na Correspondência do Reino que inclui a do Conselho da Fazenda (até 1643), do Conselho Ultramarino (1643-1833) e da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar (1736-1834) e a do Conselho da Índia (1604-1614), com os outros Tribunais, Secretarias e demais autoridades do Reino. As séries Correspondência de Moçambique, Índia, Macau e Timor também contêm documentos sobre Brasil (Projeto Resgate, 2018).

Realizada a breve exposição sobre os caminhos percorridos na busca de dados, cabe um breve esboço da dinâmica da produção das principais fontes utilizadas neste trabalho a partir de três enfoques: a) apanhado histórico sobre a produção de dados estatísticos no Brasil ao longo do período estudado; b) síntese da dinâmica de produção de registros fiscais, sob a ótica da política administrativa portuguesa durante os séculos XVIII e XIX; c) reflexão sobre os desvios da fiscalidade e suas implicações o presente trabalho.

Por volta de 1895, o estudioso paraense José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) escreveu uma reveladora crítica sobre a produção de dados estatísticos no Brasil, revelando o nível de atraso nas técnicas e a pouca confiabilidade dos dados produzidos no país no final do século XIX, período marcado pelo intenso avanço científico mundial. O Brasil, no entanto, encontrava-se na chamada fase pré-estatística, da qual somente sairia em meados do século XX.

A estatística no Brasil é como uma creatura enfezada e rachitica que, sem embargo dos cuidados, dos remédios, dos socorros, não alcança jamais desenvolver-se, crescer e prosperar. Neste ponto nós somos, talvez, a mais atrasada das nações civilizadas; o que o simples bom senso reputa difficil, péssimo, funesto, administrar sem estatística, nós, vae quasi um século, o estamos fazendo. E' verdade que toda a gente sabe como [...] Na Amazônia, como por todo o Brazil, a estatística não sae da sua enfezada

infância; é pobre, deficiente e malfeita. Sob a hypnose da borracha as estatísticas officiaes só quasi desse producto se occupam, e os documentos que mais obrigação tinham de informar a miudamente sobre os demais elementos da riqueza da região, não o trazem sinão escassos e imperfeitos dados (Matos, 1895, p. 169).

O pesquisador sintetizou perfeitamente a situação das estatísticas oficiais referentes a determinados assuntos e períodos históricos do Brasil. Observa-se a concentração de informações em torno de atividades econômicas específicas - consideradas predominantes - enquanto parte das economias suplementares são praticamente ignoradas. O comércio de matérias-primas de animais silvestre é uma delas. Apesar dos recursos tecnológicos do século XXI, a escassez de dados é agravada pelo descaso tanto na qualidade do material, quanto na acessibilidade das informações.

Insuficiência de informações quanto a natureza de determinados dados, séries e publicações descontínuas, falhas na digitalização de periódicos estatísticos históricos são alguns dos problemas enfrentados na pesquisa a partir de estatísticas produzidas pelo IBGE. Não obstante algumas lacunas decorrerem do contexto de produção dos dados históricos, lapsos na digitalização, registros ilegíveis por carimbos em locais inadequados², nem tanto.

Todavia, é inegável a contribuição científica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o país. Somos gratos pelo auxílio e presteza de alguns dos servidores consultados ao longo da nossa pesquisa. Citamos de forma especial, a Sra. Liliane Costa e Sr. Luiz Cláudio Dumont Martins, ambos da divisão sediada na cidade de Belém do Pará. Contudo, apesar dos esforços dos dois servidores, não foi possível obter respostas acerca de algumas estatísticas referentes ao comércio de couros e peles de animais silvestres, sendo necessário reduzir a série temporal da pesquisa.

Entre 1821 e 1950, a categoria “peles e couros” figuraram entre as cinco mercadorias que mais contribuíram para a balança comercial brasileira. Contudo, não conseguimos desmembrar os volumes e valores de cada mercadoria, nem mesmo junto ao IBGE. Afora isto, algumas publicações dos Anuários Estatísticos apresentam informações descontinuadas em diversos documentos digitalizados e disponibilizados na biblioteca digital do órgão; alguns documentos apresentam vários campos de informações sobre quantidades e/ou valores, ilegíveis, tornado a sistematização dos dados um verdadeiro desafio.

O registro de dados econômicos e censitários no Brasil até a primeira metade do século XX apresenta uma série de fragilidades. Considerando a instrumentalidade da ciência estatística

² Uma série de documentos do arquivo Ultramarino, referentes ao uso da fauna amazônica contêm marcas de carimbos da instituição em cima das informações, inviabilizando a leitura.

para a tomada de decisões referentes à administração do Estado – deliberações referentes a guerras, tributação, avaliação, planejamento –, como se explica a já mencionada insuficiência e/ou ineficiência de dados estatísticos referentes a certos períodos da história brasileira?

Movidos por essa indagação, investigamos este campo da história brasileira através da obra comemorativa dos 70 anos da criação do IBGE, intitulada “*História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)*”, publicação de autoria de Nelson Senra, organizada em quatro seções: a) Volume I (1822-c.1889): Estatísticas desejadas; b) Volume II (c.1889-c.1936): Estatísticas legalizadas; c) Volume III (c.1936-c.1972): Estatísticas organizadas; d) Volume IV (c.1972-2002): Estatísticas formalizadas. Senra subdividiu a reconstrução dos 180 anos da trajetória da atividade estatística no Brasil em dois intervalos:

a) De 1822 a 1972 – predomínio de registros administrativos, caracterizando-o como o período de produção técnico-política das estatísticas;

b) De 1972 a 2002 – fase de produção técnico-científica das estatísticas, e marcada pela abundância de registros.

Em vista disso, os dados desta pesquisa se concentram no predomínio da produção tecno-política. Senra esclarece que a subdivisão metodológica não deve ser entendida como ciclos absolutamente encerrados e mutuamente exclusivos; como a introdução das técnicas amostrais no fim da primeira fase, o primeiro período, tal como “*ao longo do tempo segundo ainda haverá atuações técnico-políticas (por exemplo, a existência de pesquisas idealizadas externamente, para a simples aplicação dos questionários, sem apuração e sem análise)*” (Senra, 2006a, p.40). É preciso compreender ainda, que:

Os registros, eles próprios, são, não raro, simples e singelos, sendo, contudo, eficientes o bastante para fixarem os detalhes e as minúcias das realidades dos indivíduos, revelando-os como população, vale dizer, como coletividades (ao fim e ao cabo, como nação). Fatos, eventos, acontecimentos são revelados, permitindo predições, com vistas a animações, intervenções, estimulações; saber para poder [...] Mas isso não será simples, nunca o será, seja pelo volume dos registros, seja pela qualidade das inscrições neles contidas, nem sempre as melhores, seja à falta de padrões, sobremodo de métodos, seja à falta de pessoal qualificado. Seu caráter simples, singelo, seu fazer humilde, descentralizado, envolvendo um sem números de burocratas, nem sempre preparados, refletirá na geração das sínteses, em sua qualidade e, por consequência, em sua utilidade (Senra, 2006a, p. 31, grifo nosso).

Segundo o autor, de 1822 a 1899 a produção de estatísticas visava atender às demandas do nascente Estado nacional, embora na prática tenha se caracterizado pela insuficiente e viciosa política burocrática e raramente científica produção: “*claudica-se; copia-se e, por certo, se cria, no humor dos tempos; ora tem-se força e realce social, ora se é fraco, vivendo-se na decadência, amargando-se esquecimentos*” (Senra, 2006, p.40). Tais informações lançam

luz acerca do contexto da elaboração das estatísticas relacionadas à produção e ao comércio de matérias-primas faunísticas durante o exercício legal da atividade na Amazônia e no Brasil.

Os primeiros 150 anos de produção brasileira de registros estatísticos (1822 -1972) foi subdividido em três momentos nos quais destaca-se a participação dos diversos personagens que contribuíram – nem sempre com rigor metodológico – para o fornecimento de informações sobre essa época:

a) De 1822 a 1889: Brasil-império – técnica profundamente influenciada pela tradição dos relatos dos viajantes dos séculos anteriores; caracteriza-se pela intuição e amadorismo na produção dos dados; por vezes, eram estudiosos e especialistas de várias áreas do conhecimento. Todavia, nem sempre obedeciam a uma lógica científica de produção estatística.

b) De 1889 a 1936: da primeira República até a criação do IBGE – advento da legislação sobre elaboração das estatísticas. Em que pese a vontade do Estado e a influência positivista, estes não conseguiram superar o amadorismo na produção dos dados.

c) De 1936 a 1972: atuação do IBGE até sua institucionalização na produção de pesquisa. Caracteriza-se pelo ganho de maturidade na produção dos dados, não obstante a carência de maior contingente científico. Verifica-se a participação de grandes cientistas e o aprimoramento inicial do processo de amostragem.

No que diz respeito aos relatos dos viajantes dos séculos XVII, XVIII e XIX, sua utilização como fonte de dados estatísticos se revela um desafio metodológico devido às características acima mencionadas. Por exemplo, Henri Walter Bates (1825-1892) (*Um Naturalista no Rio Amazonas*), e Alfred Russel Wallace (1823-1913) (*Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*), iniciaram juntos as excursões na Amazônia a partir da cidade de Belém do Pará, em 1848. Tomaram rumos diferentes a partir de 1849. Embora suas pesquisas tenham sido contemporâneas, produziram informações divergentes no que diz respeito à quantidade de ovos de tartaruga utilizados para a fabricação dos potes manteigas.

Segundo Bates, seriam necessários 6.000 ovos, enquanto Wallace estabelece a quantidade de 2.500 unidades. Outros naturalistas, como Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Padre João Daniel (1722-1776), Johann Baptist Spix (1781-1826) e Carl Friederich Von Philipp Martius (1794-1868), também divergem nessa questão. Esse tipo de contradição representa um desafio metodológico em razão do não detalhamento dos métodos de contagem utilizados pelos cronistas. Não são mencionadas diferenças nos tamanhos dos potes utilizados para o condicionamento do produto, embora esta seja uma possibilidade real, dado o contexto histórico dos pesos e medidas da época.

A fala o Marquês de São João de Palma (1779-1843) durante a primeira sessão da primeira legislatura, realizada em 9 de maio de 1826 no Senado do Império ao defender a criação de uma comissão de estatística, sintetiza a já mencionada necessidade de disponibilização de dados estatísticos sobre o país: *“É um dos maiores trabalhos, que temos a fazer, e talvez o mais importante; porque sem termos a estatística, como conheceremos o Brasil?”* (Brasil, 1826, p.45).

Após a proclamação da independência, ainda restava a D. Pedro I (1798-1834), o grande desafio de construir e unificar a nação; as províncias relacionavam-se diretamente com Lisboa e o modelo de administração patriarcal e clientelista dos governadores lhes permitia a ampla autonomia e liberdades conferidos pelo cargo, conforme será demonstrado no próximo capítulo.

Para destacar o retardo do desenvolvimento da estatística no Brasil, basta esclarecer que o primeiro censo dos Estados Unidos da América do Norte foi realizado em 1790 (antes de se tornarem independentes). Em 1826, enquanto o Brasil ainda discutia a importância da criação de uma Comissão de Estatística, – sequer havia consenso sobre quais dados deveriam ser criados – os Estados Unidos realizavam naquele momento a quinta edição do censo nacional (Senra, 2006a).

A produção estatística no Brasil mostrava-se tão complexa que a criação do Decreto nº. 798, que laicizava os registros de nascimento, óbitos e casamentos, tornando possível a criação de dados para a realização do primeiro Censo do Brasil deflagrou uma série de revoltas populares em várias províncias, durante o reinado de D. Pedro II (1825-1891):

O Decreto 797 [Censo Geral] e o Decreto 798 [Registro Civil], ambos de 18 de junho de 1851, foram os pontos da revolta. O segundo, em especial, foi rechaçado pela população, vendo-o como uma "lei do cativo", querendo escravizar pobres livres ou de novo escravizar escravos livres. Por não terem claras suas condições de liberdade, elas poderiam ser mudadas por ocasião dos registros (inclusive o registro do censo). Mesmo sem esse objetivo escuso, aqueles decretos mudavam crenças, hábitos, costumes das populações, por certo, violavam suas intimidades, já bastante desfavorecidas (Senra, 2006a, p. 174).

Conforme se repetiu ao longo da história do país, uma decisão que alteraria profundamente a vida das pessoas foi imposta sem maiores esclarecimentos ou discussões com a sociedade, causando pânico e revolta. D. Pedro II tentou impor medidas copiadas das sociedades ditas civilizadas, numa tentativa de modernização da sociedade. Contudo, com a maior parte da população marginalizada e oprimida, os ânimos encontravam-se inflamados pela desconfiança em relação ao Estado. As revoltas que explodiram no período consistiam em movimentos de resistência contra as mazelas sociais e as medidas arbitrárias impostas pelo governo.

As medidas exigiam profundas mudanças culturais sem o estabelecimento de mecanismos institucionais que promovessem a adaptação da população. Para entender a questão, em 06 de setembro de 1850, havia sido promulgada a Lei nº 586, na qual o seu Art. 17 § 3º, autorizava o governo a gastar o que fosse necessário para realizar o quanto antes, o primeiro Censo Geral do Império. No referido, deveria constar “*com especificação do que respeita a cada huma das Provincias: e outrosim para estabelecer Registros regulares dos nascimentos e óbitos annuaes*” (Brasil, 1850).

Para que isto fosse possível, foram baixados os Decretos 797 e 798, de 1851, permitindo que fossem postas em prática as diretrizes para a realização do Censo. Estavam descritos nos Arts. 23 e 24, os “embriões” da revolta. Determinava o Art. 23: “*Não se dará á sepultura cadaver algum sem que os Administradores dos cemiterios tenham presentes as certidões dos óbitos*”. O Art. 24 estipulava: “*Os Parochos para a administração do baptismo exigirão certidão do registro do nascimento, salvo somente o caso de evidente perigo de vida do recém-nascido*” (Brasil, 1851).

Não obstante a normativa sobre o batismo representasse um inconveniente menor, – embora não menos digno de revolta para época – o impedimento do sepultamento sem certidão de óbito emitida por cartórios criava uma série de transtornos em uma época na qual inexistiam capelas mortuárias ou necrotérios. Ademais, a população acostumada com o serviço prestado pela igreja se ressentia do desprezo dos funcionários dos cartórios. Como agravante, nem todas as localidades possuíam tal repartição pública. Em vista disso, o corpo do ente falecido deveria ser mantido em casa até que as exigências burocráticas fossem cumpridas – o que naquela época, poderia levar dias; daí a revolta popular que culminou na suspensão do censo (Senra, 2006a).

Cumpre destacar que a desconfiança popular não era descabida. O tráfico de escravizados acabara de ser abolido. A necessidade de mão de obra naquele momento enfrentava maiores dificuldades para ser suprida por africanos traficados. Nesse contexto, começaram a circular boatos (*Fake news?*) de que o Censo e o registro em cartórios seriam utilizados para tirar a liberdade do povo liberto; os registros seriam “declaração de escravidão” (Senra, 2006a). Na verdade, as reformas eram necessárias e faziam parte da política do governo imperial para atrair imigrantes estrangeiros, incluindo os não católicos – motivo para laicização dos registros de óbitos, nascimentos e casamentos (Senra, 2006a).

Razões análogas promoveram uma revolta popular no Nordeste. A mudança do sistema de medição de quilos foi o estopim da revolta da população que saiu a quebrar os instrumentos de medição, estabelecimentos comerciais, coletorias de impostos e cartórios, aos gritos de

“quebra-quilos”, dando origem ao nome da revolta: Quebra-quilos. Constam entre os elementos para o descontentamento, os abusos praticados pelos fiscais de impostos contra os comerciantes (Senra, 2006a; Souto Maior, 1978).

A revolta eclodiu em 1874 e durante um ano, criou instabilidade em quatro províncias da região nordeste. Vale lembrar que o novo sistema substituiria as medidas há séculos conhecidas e utilizadas pela população, sem que a mesma tivesse sido treinada para tal mudança. Parte da população foi pega de surpresa pela mudança, embora a medida tivesse levado aproximadamente dez anos para ser implementada após a publicação do decreto (Senra, 2006a).

Contudo, a modernização se fazia necessária em razão da realização das estatísticas, visto que o sistema de medidas vigente no Brasil era no mínimo complexo. A mesma medida variava em diferentes regiões, podendo significar unidades e magnitudes totalmente divergentes³ (Senra, 2006a; Souto Maior, 1978; Rozenberg, 2006; Silva, 2010). Sem objetivo de estender a discussão sobre a revolta, dada a sua importância por revelar importantes elementos do contexto socioeconômico em que foi deflagrada, reproduziremos a análise de Souto Maior (1978, p. 2) sobre a mesma:

Ao romper-se o equilíbrio social, mal conservado pelas contradições dos proprietários nordestinos, pela revolta contra a nova lei de alistamento militar, implantação de um novo sistema de pesos e medidas, ressentimentos religiosos e reação contra o excesso tributário, foi inevitável o aparecimento de um tipo especial de bandido social, transitório, às vezes paradoxalmente conservador, que é o líder quebra-quilos.

Tanto a revolta do Quebra-quilos, quanto o próprio esforço de realização do Censo foram reflexo da evolução econômica da nação naquele período. Foram transformações que refletiram as dinâmicas postas em movimento pelo modelo de desenvolvimento econômico implementado no território desde a sua colonização. Dito isto, em 1871 foi criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), com a função de coordenar o Censo e organizar a elaboração das estatísticas das repartições públicas. Em 1872, finalmente foi realizado – à base dos relatórios dos presidentes das províncias e do serviço de profissionais contratados, supostamente especializados. Assim:

As fraquezas nas produções eram inevitáveis, sendo compensadas nas análises criativas. As fraquezas eram inevitáveis à falta de instituições estruturadas, com agência central e repartições provinciais associadas; à falta de quadros bem formados e continuados; à falta de recepção e compreensão dos informantes (detentores das informações individuais, origem das agregações estatísticas), seja na geração pacífica dos registros administrativos, seja na resposta aos inquéritos estatísticos, gerando-se os registros estatísticos. Lutou-se pela mudança dessa situação, em vários instantes, mas sem grandes resultados, contínuos e sistemáticos. Contudo, firmou-se nos

³ Para maiores informações sobre a variação dos pesos e medidas, consultar Silva (2010).

espíritos a importância das estatísticas, o querer fazê-las; isto marcou aquele tempo (Senra, 2006a, p. 546).

Conforme explica Senra (2006a), as dificuldades eram tremendas: i) um território continental e ainda não integrado, cuja percepção de nação ainda estava por ser construída; ii) um modelo administrativo marcado pelo patrimonialismo clientelista. Por vezes, conseguir que as autoridades fornecessem as informações administrativas exigia muito traquejo político. Nesse contexto político e econômico de produção estatística, com um império a consolidar, uma nação a ser “vendida” para o capital externo, – sempre tão necessário – os números poderiam desenhar uma “realidade” desejável:

Difícil usá-las [as estatísticas], decidir através delas. Mas, e isso valia muito, com elas jactava-se grandezas e riquezas; mesmo as carências reveladas podiam ser usadas em potência, por exemplo, o vazio dos espaços, a rarefeita população, podia ser usado para estimular e valorizar a imigração europeia. À falta da riqueza industrial, realçava-se a riqueza agrícola; a exuberância da vegetação era destacada, exultava-se. Com elas, os acertos das medidas eram iluminados, valorizados; os erros, a seu turno, eram justificados, explicados (ou escamoteados na ignorância dos números (Senra, 2006a, p.547).

Em vista disso, os relatórios dos governos das províncias amazônicas são via de regra, elogiosos sobre potencialidades econômicas, bons desempenhos de seus governos e escassos de informações quantitativas. Para Senra, havia, ao menos, a consciência da importância das estatísticas. Todavia, o tamanho da estrutura para a produção dos dados alternava entre os períodos de proeminência de conservadores ou liberais no poder. A preocupação constante dos liberais com as despesas da máquina administrativa reduzia as instituições estatísticas. À época do primeiro Censo, estavam no poder os conservadores, cujo foco se centralizou prioritariamente na produção de dados (Senra, 2006a, p. 547).

À fraqueza da produção e à falta de apreensão dos resultados, emergia o intérprete. Na verdade, o intérprete importou não apenas na explicação dos resultados, mas também no processo de pesquisa, por exemplo, para compensar a inexistência das bases territoriais, necessária às operações de campo, ao fazer do censo; à falta dessas bases, a experiência da proximidade nas comissões municipais.

Com a Proclamação da República, os problemas na produção estatística não se extinguiram. Foram agravados pela descentralização do poder e a “política dos estados”. O governo federal precisava fortalecer as oligarquias estaduais para ganhar apoio das bancadas e governabilidade. Os registros administrativos permaneciam como a principal base de informação, dado o custo elevado de um Censo.

Devido à tecnologia da época, o transporte dos registros – grandes livros de papel – não era tarefa tão simples. As tecnologias da fotocópia e da digitalização não existiam. Por vezes, nem mesmo as tecnologias mecanizadas estavam disponíveis. Assim, confeccionavam-se

cópias manuscritas dos registros para o envio quando solicitado ou guardavam-se os registros originais em sua origem (Senra, 2006b). Para a produção de estatísticas durante os primeiros tempos da República, a DGE procedia da seguinte forma:

Demandava informações aos “proprietários” dos registros, na grande maioria estaduais (pese haver os federais). Remetia-lhes algum formulário de agregação, em geral parecido com os quadros (tabelas) de divulgação (quando não os mesmos). Para bem fazê-lo, os técnicos da DGE deviam ter domínio do formato e do conteúdo dos registros, precisando supor que, entre os estados, eles seriam os mesmos, ao menos bastante semelhantes. Nada disso ocorria, em geral. E quando ocorria, implicava, inevitavelmente, imputar atividade complementar aos operadores dos registros, vale dizer, além de preenche-los, conservá-los, e usá-los no sentido gerencial, agora, aos mesmos registros deviam voltar, num manuseio “especializado”, diferente do habitual, no sentido da elaboração das estatísticas. Ora, por simples que fosse essa tarefa, era uma tarefa adicional; e aos leigos talvez não fosse fácil e simples (Senra, 2006b, p. 55).

Os problemas enfrentados pela DGE eram mais graves do que a simples logística de recepção dos dados primários: graves problemas estruturais na produção de estatísticas no Brasil atravessaram os diversos modelos administrativos e chegaram à República sem serem resolvidos. O órgão enfrentava problemas externos e internos – que retroalimentavam o ciclo vicioso.

A nível externo, os agentes administrativos responsáveis pelo envio dos registros resistiam e falhavam no preenchimento dos formulários. *“A deficiência das informações, fruto das resistências e reticências dos estados, será todo o tempo o pesadelo do DGE, seu desastrado calcanhar de Aquiles”* (Senra, 2006b, p. 55). Por outro lado, existia a fragilidade interna: *“a deficiência, e improviso, dos quadros de pessoal; sem saber, não sabiam ensinar, no reflexo dos formulários inoperantes e insuficientes (com precárias instruções)”* (Senra, 2006b, p. 55).

Para o autor, as constantes e severas críticas de demógrafos-sanitaristas interessados nas estatísticas sobre taxa de natalidade, casamentos, óbitos, entre outros, promoveram as várias reformas implementadas no órgão. Eram formais, contudo, circunscritas ao âmbito federal. A ingerência da DGE no âmbito dos estados teria sido a razão mais plausível para a ineficiência prática de tais reformas. Mesmo porque, as repartições responsáveis pelos registros civis – os cartórios – operavam em condições precárias. A inexistente ou escassa cooperação entre a instituição federal e as estaduais decorria do clima de competição entre as mesmas (Senra, 2006b).

Assim, o período de 1839 a 1936 é marcado pela descentralização administrativa, resistência dos estados no fornecimento dos dados e conseqüentemente, pelas estatísticas

assistêmaticas e descontínuas – vide a série de publicação dos anuários estatísticos deste período. Isto posto, nunca é demais enfatizar que esta fase corresponde à chamada “República Velha”. Não chega a espantar a dificuldade na obtenção de informações socioeconômicas dos estados ou o desrespeito a um órgão federal como o DGE. Também não surpreende o estado dos cartórios e dos registros civis, visto que estes frequentemente eram utilizados pelos poderes locais para práticas ilegais.

Ao fim da Primeira República, a centralização do poder havia formatado condições institucionais mais favoráveis para a elaboração de estatísticas, a partir da criação do IBGE em 1934 e sua instalação em 1936. Surge a partir de então, um sistema estatístico. As demandas sociais ganharam maior visibilidade do que nos governos anteriores. Surgiram os primeiros esforços de racionalização do orçamento público e planejamento governamental no país. O discurso sobre progresso ganha dominância nos governos, configurando um contexto gerador de demandas estatísticas sobre a situação da nação. Ao longo dos anos, o processo de produção e coleta de dados estatísticos enfrentou uma série de obstáculos de cunho institucional, como por exemplo, durante a ditadura militar, quando várias informações de natureza econômica foram consideradas estratégicas, sendo suprimidas (Senra, 2006b).

O quadro aqui esboçado aduz ao institucionalismo de Douglass North, no qual as instituições possuem centralidade na condução do desenvolvimento econômico. Lamentavelmente, os dados estatísticos deste período são fundamentais para a história do extrativismo faunístico no Brasil. Sabe-se que a pecuária estava em franca expansão nesse período e que as exportações de couro vacum no Nordeste estavam em alta. Contudo, é difícil supor que a participação das peles faunísticas tenha sido irrelevante, dado o nível de desmatamento e interiorização na Mata Atlântica nesse recorte temporal. O mesmo raciocínio pode ser empregado em relação à Amazônia. Infelizmente, essas são questões que possivelmente serão melhor elucidadas com a continuidade da pesquisa e sua ampliação para o século XX.

Apresentado o panorama geral da produção de dados estatísticos no Brasil, faz-se necessário o olhar sobre o contexto institucional da produção das fontes históricas utilizadas nesta pesquisa. Para este fim, abordaremos a seguir, as transformações na política administrativa do império português na colônia americana sob o enfoque da fiscalidade, em razão da natureza das fontes utilizadas na reconstituição da história do extrativismo faunístico no Vale Amazônico até a primeira metade do século XIX.

Assim, sintetizamos o processo histórico concreto da produção dos registros administrativos sobre a atividade, buscando enfatizar a inter-relação entre os processos locais

com o contexto institucional metropolitano. Argumentamos que o modelo jurídico-administrativo português no Brasil é marcado pela permanente contradição entre a letra da lei e a sua distorção efetivada pelas práticas sociais (Vieira, 1954; Faoro, 2001; Coelho, 2005). Partimos do pressuposto de que a despeito dos mecanismos de controle metropolitano sobre a colônia, a extensão e a distância entre o Brasil e Portugal forneceram as condições para a contradição, não obstante a estrutura jurídico-administrativa instalada na colônia americana tenha sido transplantada de Portugal.

Conforme destaca Perrone-Moisés (1992, p.116), “*não existiu um direito colonial brasileiro independente do português*”. Os Regimentos dos governadores gerais, as Cartas Régias, Leis, Alvarás em forma de leis e Provisões Régias foram os principais aparatos legais da colônia. Até o Conselho da Índia ser substituído pelo Conselho Ultramarino a partir de 1643, o rei dispunha ainda do auxílio da Mesa de Consciência e Ordens em suas deliberações. Ambos os corpos consultivos assessoraram o rei emitindo pareceres sobre questões coloniais. As Juntas, compostas por autoridades coloniais civis e religiosas funcionavam de forma consultiva nas questões que exigiam o conhecimento sobre as especificidades locais (Perrone-Moisés, 1992).

Todavia, a estrutura jurídica não lograva coibir o excesso de desvios comportamentais dos agentes históricos. A partir das relações de poder estabelecidas a letra da lei frequentemente foi subvertida. Assim, ao longo das chamadas fases da administração portuguesa no Brasil, o comportamento dos agentes administrativos constantemente punha em perigo os objetivos da Coroa para a colônia. Isto porque, interesses conflitantes deram origem a alianças e disputas que, por vezes, resultaram em contrabando e descaminhos – dois dos principais problemas que punham em risco o controle do império português sobre o território colonizado (Coelho, 2005; Silva, 2011; Oliveira Junior, 2002).

Como espinha dorsal da política metropolitana nos territórios invadidos, o Pacto Colonial ajustava-se às necessidades da metrópole. Logo, as mudanças implementadas na colônia portuguesa nas Américas fundamentaram-se preponderantemente, na conjuntura externa - hegemônica ao contexto local. Assim, um olhar sobre o anverso oriental do império português revela a existência de impulsos que influenciaram a iniciativa de colonização efetiva do território americano.

Decerto que as adversidades enfrentadas pelo Império português a partir do século XVII estão relacionadas às particularidades do seu processo de expansão. A conquista e a manutenção da hegemonia no comércio mundial exigiam gastos vultuosos em infraestrutura militar. Tratava-se de um grandioso e disperso império ultramarino que abrangia territórios há muito

povoados, rotas e entrepostos comerciais estratégicos, fontes de recursos altamente cobiçados no comércio internacional (Boxer, 2002; Borges, 2003; Bueno, 2016; Dias, 1924).

Para manter o vasto domínio era necessário construir e reformar fortificações, aparelhar o exército, pagar o soldo do corpo militar e das tripulações. Além disso, tamanha prosperidade prescrevia demonstrações de opulência da corte. Esse aparato demandava recursos financeiros. As riquezas extraídas do Oriente não foram suficientes para financiar tamanho dispêndio. Ainda assim, D. Manuel (1469-1521), pai de D. João III (1502-1557), manteve a política imperialista. Durante o seu reinado, Portugal começou a se endividar através de crescentes empréstimos no exterior (Bueno, 2016; Dias, 1924).

Nem mesmo o espólio da Ordem de Cristo havia sido suficiente. A *Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* foi uma organização de natureza religiosa e militar criada em Portugal para suceder à Ordem dos Templários. A nova organização manteve a estrutura, os símbolos e os bens templários. Desde 1417, “*a mais opulenta e a mais enigmática das ordens militares da Europa medieval*” (Bueno, 2016, p.54) passou a ser chefiada pelos membros da Casa Real. A partir do reinado de D. Henrique (1394-1460) os recursos da Ordem de Cristo passaram a financiar as expedições ultramarinas – razão pela qual a cruz copta, símbolo dos templários, passou a estampar as velas dos navios portugueses (Rodrigues, 2011; Bueno, 2016). Ainda assim, como explicar a rápida decadência econômica do império comercial que dominara os mais lucrativos negócios do século XVI?

Para Carlos Malheiros Dias (1875-1841), a burguesia lusitana não estava apta a comandar o império comercial conquistado. Isto explicaria a rápida decadência econômica da nação que dominara os mais lucrativos negócios do século XVI. Até o final do século anterior, a base da renda lusitana ainda se concentrava nas atividades agrícolas; herdades e comenda compunham a origem dos recursos da maioria dos nobres; vivia-se um regime essencialmente rural e militar; o comércio era atividade dos israelitas, judeus e cristão novos – comunidades malquistas pela sociedade lusitana. Ademais, os comerciantes somente ganharam maiores status durante a gestão pombalina, século XVIII (Dias, 1924; Rodrigues, 2011).

Com o advento das grandes navegações a nobreza fora atraída para o empreendimento; haviam duas formas de garantir o lucro das conquistas: o saque e o comércio. O primeiro foi executado em larga escala em cada território invadido. O segundo exigia capital e expertise para a organização do mercado, aquisição e distribuição das mercadorias. Sem a participação dos agentes aptos, porém, marginalizados, Portugal carecia de meios para executar tal empreendimento (Dias, 1924).

Assim, D. Manuel promoveu a internacionalização do comércio do Oriente, atraindo a participação do capital externo. Através de concessão régia, comerciantes e armadores estrangeiros receberam o privilégio de explorar o comércio da Índia, inclusive, podendo enviar navios particulares, desde que, os capitães fossem nomeados pelo rei (Dias, 1924). Conforme o autor, Portugal não estava preparada para gerir um comércio marítimo daquela magnitude:

O advento brusco da burguesia, chamada a representar um proeminente papel dentro do Estado, não dera tempo a que ela se preparasse para o desempenhar. No Portugal do fim do século XV, a burguesia foi um improvisado, e não se improvisam capitais e crédito. Vieram a ser, pois, os mercadores e banqueiros estrangeiros que beneficiaram com o comércio da Índia. Lisboa passou a ser apenas um porto de escala e de distribuição. Os negócios faziam-se na casa da Mina e da Índia e na Rua Nova dos Mercadores. O resto do país permanecia estranho àquelas transações. Depois, com a fundação da feitoria da Flandres, a parte mais considerável dos negócios transferiu-se para o estrangeiro, onde o governo, sempre mau negociante, acabou por tudo comprometer (Dias, 1924, p. 48).

Para gerir o empreendimento nas Índias, o monarca passou a desempenhar o papel de comerciante, ao mesmo tempo que administrava a arrecadação tributária da atividade. Inicialmente, as rendas transferidas a Portugal pelo comércio das Índias foram aplicadas tanto em obras públicas, quanto na opulência da corte. Contudo, a necessidade de investimento bélico para garantir a defesa das conquistas no Oriente desviou os recursos para essa área, inclusive, reduzindo a lucratividade do negócio (Dias, 1924; Bueno, 2019a).

O comércio marítimo era extremamente arriscado e dispendioso; a navegação rumo ao Oriente era realizada anualmente e sob o regime das monções e dos ventos. A viagem de Lisboa à Índia durava, em média, cinco meses. Todos os anos, a frota de navios precisava ser renovada devido à necessidade de patrulhamento, defesa e reposição das perdas: 30% deles naufragavam, por vezes, com a preciosa carga; a tripulação se via assolada por diversas epidemias (Bueno, 2019a). Alguns trechos da costa e ilhas do litoral africano ficaram conhecidos pela incidência de febres palustres; era comum perder parte dos tripulantes por escorbuto, malária, cólera entre outras doenças (Dias, 1924; Bueno, 2019a).

Em pouco tempo o negócio tornou-se deficitário para a Coroa obrigando-a recorrer a empréstimos junto aos mercadores de Flandres. A posição de credores era extremamente vantajosa para os comerciantes flamengos – que passaram a controlar os preços das mercadorias. Assim, à medida que o Estado português aprofundava o endividamento com novos empréstimos, acréscimos de juros vencidos e capitalizados, os preços das especiarias eram desvalorizados (Dias, 1924).

Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais dispendioso manter as conquistas do Oriente. As guerras constantes exigiam crescentes gastos militares. Como agravante, a

agricultura havia sido dramaticamente prejudicada pela saída da nobreza rural para os negócios ultramarinos. A crise agrícola provocou decréscimo populacional e miséria. Enquanto o povo perecia, o rei procurava manter a imagem de opulência (Dias, 1924).

Em 1521, ao assumir o trono, D. João III encontrou a nação mergulhada em fome e dívidas. Segundo Carlos Malheiros Dias, a situação no reino era tão grave que parte da população depauperada que saía da província em busca de socorro em Lisboa perecia pelo caminho, onde permaneciam sem sepultura. O rei de apenas 19 anos de idade, se vira pressionado para casar-se e solucionar a crise financeira.

DINHEIRO! Dinheiro! Para custear a construção das armadas, para pagar o soldo às tripulações e às guarnições da África e do Oriente, para construir e reforçar fortalezas, para adquirir armamento, para recompensar os grandes serviços dos vassallos, para cumprir as estipulações dotais dos casamentos, para resgatar as Molucas, para comprar trigo, para defender o Brasil... Desde que sobe os degraus do trono, o rei é afligido por aquele clamor exigente e obsidiante. Dinheiro! Dinheiro! Para que a nação economise as grossas somas do dote quere-se que o rei case com a rainha viuva e se deite no tálamo com a madrasta. Era assim a moral da Renascença, pintada ao vivo na representação que, em nome dos povos, os magistrados da Câmara dirigem ao soberano, exortando-o ao casamento incestuoso, cujas vantagens econômicas e políticas exalçam. Repugnando-lhe os amores, a que o incitava o seu povo, com a mulher a quem tratara por senhora e mãe, encontrando à testa dos que aconselhavam o casamento o próprio duque de Bragança, D. Jaime, o rei, (que tinha o Reyno todo contra sy neste voto), protela a resolução, suplica a intervenção divina, intimamente obstinado em engeitar a proposta imoral, insistentes, os representantes dos officios vão impudicamente à presença da rainha viuva pedir-lhe que consinta em passar do leito do pai para o do filho, evitando à fazenda os desperdícios de outro dote [...] (Dias, 1924, p. 10).

A preocupação com o impacto das despesas dos casamentos reais era válida, haja vista o grau de endividamento da Coroa lusitana. Em 1536, a dívida externa se aproximava a dois milhões de cruzados; com a crise econômica que assolou a Europa em 1537, os juros da dívida passaram de 15% a 25% ao ano. Em 1544, a Europa encontrava-se mergulhada em crise e a dívida externa portuguesa havia ultrapassado a cifra de três milhões de cruzados. Ironicamente, o principal grupo de credores da dívida lusa era formado por judeus expulsos de Portugal – e que atuavam como financistas em Flandres, nos Países Baixos (Dias, 1924; Bueno, 2019).

Para atenuar a situação, a Coroa empregara estratégias como empréstimos compulsórios da população e venda de títulos da dívida pública (“padrões de juro”). Chegou-se à situação em que o mercado já não se interessava pelos títulos da dívida pública portuguesa (Dias, 1924). Criaram-se então, os “*Donativos voluntários*”. Surgidos da necessidade de financiamento dos dotes e despesas dos casamentos reais, transformaram-se em modalidade de arrecadação tributária. Sempre que necessário, “*S. M., como senhor absoluto, exigia dos povos das conquistas um donativo voluntário*” (Lisboa, 1858, p.180).

Para Eduardo Bueno, o reinado de D. João III se divide em duas fases: a primeira, (1521-1541), é considerada “progressista” nos campos religioso e cultural. Já a segunda, (1544-1557), que coincide com a instalação do Governo-Geral, é considerada a etapa mais “conservadora” e reacionária. O governo enfrentou instabilidade interna e externa: crise econômica interna e internacional, disputas ideológicas, religiosas e administrativas se assomaram aos conflitos ultramarinos contra inimigos criados pela política imperialista; *“adversários tão distintos quanto turcos otomanos, piratas berberes, xerifes mouros, rajás hindus – sem falar dos choques eventuais contra supostos aliados cristãos, como franceses e espanhóis”* (Bueno, 2019a, p.46).

Nesse contexto, o Brasil se tornou a fração mais relevante do patrimônio do Estado Imperial luso (Simonsen, 2005; Prado Junior, 2008; Furtado, 2005), razão da centralidade da política fiscal na colonização das terras americanas, cuja principal função era produzir riqueza para a metrópole portuguesa. A fiscalidade tributária e a imposição do pacto colonial foram elementos estruturantes da relação metrópole-colônia. Conforme Caio Prado Junior (2008, p. 335), *“um objetivo fiscal, nada mais que isto, é o que anima a metrópole na colonização do Brasil”*. Em vista disso, o patrimonialismo da administração portuguesa estabeleceu seus pilares na política colonial, sobre o monopólio do comércio e a política fiscal - estratégia congruente com os princípios do sistema mercantilista (Faoro, 2001; Silva, 2011).

Na metrópole, a organização fiscal e jurídico-administrativa sofreu mudanças à medida que consolidava o Estado Português sob o modelo estabelecido no século XVI. Ao ser transplantado para o Brasil, o modelo trouxe consigo suas vicissitudes, plasticidade e valores burocráticos, contrários à administração racional (Paiva, 2018; Silva, 2011; Schwartz, 1979). O funcionalismo público personificava a autoridade régia e os interesses metropolitanos no território colonizado.

A colônia, como extensão jurídico-institucional metropolitana, submetia-se à mesma lógica dos padrões administrativos peculiares ao Estado absolutista. Tal prolongamento, na prática, verificava-se pela imensa rede de funcionários régios aqui estabelecidos para gerir e supervisionar, em nome do rei, a administração colonial. No entanto o espaço colonial correspondia a uma realidade particular, o que marcava não apenas uma diferença, como impunha a necessidade de alguns ajustes, a fim de tornar possível o projeto colonizador português. Assim, a metrópole aos poucos respaldou-se legalmente, elaborando além das próprias Ordenações Filipinas, que abalizaram a organização e o funcionamento do seu aparelho administrativo, um vasto elenco de leis especiais para regular seus interesses na Colônia (Salgado *et al.*, 1985, p. 16).

Assim, fora instituído um sistema normativo capaz de assegurar os privilégios imperiais sobre o território conquistado. Regimentos, contratos, alvarás, cartas régias, cartas de sesmarias, forais, patentes, provisões, portarias, leis e decretos, entre outros, integravam o conjunto de atos jurídicos que garantiam – formalmente – a vigilância e o controle sobre os negócios e as relações entre os indivíduos (Salgado *et al.*, 1985; Paiva, 2018; Amed, 2000).

Durante a administração da colônia, tais atos legais deram origem às diversas tipologias documentais utilizadas como fontes historiográficas sobre o período. Expedições, construção de fortalezas, comercialização de produtos, etc., exigiam a mobilização de recursos humanos e materiais, acionando a máquina burocrática, e com ela, a produção de registros, conforme será detalhado mais adiante.

O controle sobre as rendas da colônia mudou de acordo com os objetivos mercantilistas da metrópole. Quanto à periodização do domínio lusitano sobre o Brasil, Salgado et al. (1985), estabelece a seguinte divisão: i) 1530-1548 – loteamento do território por meio das capitanias hereditárias; ii) 1548-1580 – centralização do poder através do Governo-Geral; iii) 1580-1640 – União Ibérica e condução jurídico-administrativa pelas Ordenações Filipinas; iv) 1640-1750 – fim da União Ibérica e financiamento do império pela mineração; v) 1750-1808 – decadência da atividade mineradora e intensificação do controle colonial.

Por via de regra, as primeiras transferências de receitas das colônias para a metrópole eram viabilizadas por meio de contratos. A estratégia atendia à escassez de recursos financeiros de Portugal para efetivar a posse dos territórios recém invadidos. Assim, o Estado concedia a particulares o direito de exploração de determinado recurso/atividade em troca da realização dos serviços necessários para o domínio colonial. A primeira experiência ocorreu durante a colonização do continente africano:

Como o comércio da Guiné seguisse em progressiva importância, D. Afonso V, em Novembro de 1469, arrendou-o por cinco anos a Fernão Gomes. Entre as condições do contrato citamos estas: 1) renda anual de 200:000 reais; 2) a obrigação de o arrendatário descobrir 100 léguas de costa, em cada ano, desde a Serra Leoa; 3) o marfim ficar reservado para o rei; 4) o comércio da costa africana fronteira às ilhas do Cabo Verde, bem como o do Castelo de Arguim, fiquem excluídos do arrendamento (Costa, 1937, p. 358).

A extensão de terras a ser descoberta anualmente equivale a aproximadamente, 500 quilômetros. O negócio mostrou-se tão vantajoso que o contrato foi prorrogado por mais um ano, perfazendo o total de seis anos. Com a prorrogação, a coroa teria ajustado o valor da renda devida para 300 mil reais anuais. Como esperado, a alta rentabilidade do empreendimento suscitou o clamor de outros mercadores lusos pelo fim do privilégio comercial de Fernão Gomes, oportunizando aos demais comerciantes a mesma possibilidade de fortuna (Bueno, 2016; Costa, 1937).

Na América, durante as primeiras três décadas após a invasão portuguesa, o contrato de concessão permitiu o extrativismo de pau-brasil. Em contrapartida, o concessionário (Fernão de Noronha ou Loronha) deveria estabelecer feitorias fortificadas ao longo da costa e pagar o “Quinto” – primeiro imposto instituído no Brasil. A longo prazo, o empreendimento se mostrou

menos lucrativo do que aparentava inicialmente aos mercadores, em face aos custos, riscos e concorrência com contrabandistas – que saqueavam e comercializavam o produto sem as obrigações estabelecidas pelo contrato com a coroa (Salgado *et al.*, 1985; Amed, 2000; Sefaz, 2006).

Repetia-se em solo americano a estratégia de defesa e exploração implementada na África e na Ásia: o monopólio real e as fortificações; ambas simbolizavam o direito real e o domínio militar sobre o território, a natureza e a população originária. Durante a pré-colonização do Brasil, o monopólio do pau-brasil (primeiro instituído), garantiu à coroa portuguesa a quinta parte do comércio extrativista da madeira. Esse arranjo vigorou até 1530, quando a pressão exercida pelas metrópoles concorrentes e o declínio da hegemonia portuguesa sobre o comércio no Oriente levaram às medidas para a colonização.

O regime de Capitânicas-Hereditárias teve início com a expedição militar de Martim Afonso de Sousa (1500-1564), em 1530. Embora não tenha sido agraciado com a posse hereditária, foi investido com amplas obrigações e poderes sob o título de “Capitão-Mor da Armada” e “Capitão-Mor das Terras do Brasil”. Ao ser contemplado com a capitania de São Vicente, coube-lhe, compulsoriamente, a responsabilidade de explorar, demarcar e tomar posse de novas terras em nome do rei; distribuir sesmarias; e estabelecer o corpo judiciário. Nessa primeira fase da colonização, o poder encontrava-se fragmentado entre os donatários (Salgado *et al.*, 1985; Amed, 2000; Sefaz, 2006; Paiva, 2018).

A ofensiva dos saqueadores franceses teve grande peso na decisão de ocupação do território. Até então, os interesses lusos estavam voltados para os negócios na África e na Índia, mantendo a colônia americana praticamente desprezada. Todavia, a apreensão da nau *La Pélérine* em 1531, os alertara tanto para a gravidade da ameaça francesa no Brasil, quanto para a inutilidade do tratado firmado entre os monarcas português e francês.

A expedição da nau Peregrina para o Brasil comportava propósitos de cunho militar e comercial. Ao partir de Marselha em 1530, a expedição obtivera as bênçãos de Francisco I (1494-1597), rei da França; o próprio comandante da esquadra francesa no Mediterrâneo havia participado do municimento da embarcação tripulada por 120 homens, equipada com 18 canhões, munição e o material de construção que servira para a edificação do fortim francês na ilha de Itamaracá, litoral pernambucano. Ao retornar para a França, a expedição se encarregou de guarnecer a fortaleza provisória de trinta homens (Varnhagen, 1877; Bueno, 2016b). Logo, imperativos econômicos e militares motivaram a doação das capitânicas.

A partir do relato de Bueno (2019a) infere-se que a iniciativa privada possivelmente ainda não houvesse assimilado o engenho das coroas ibéricas na empresa colonizadora, haja

vista ocorrências anteriores de privatização de determinado projeto de colonização para posterior resgate após o décimo quinto ano de maturação do empreendimento. Portugal já havia recorrido a esse tipo de expediente nos Açores e Cabo Verde; a Espanha, no México e no Peru. Esta perspectiva contradiz a explicação que apresenta o incidente ocorrido na capitania da Bahia (o assassinato do capitão-mor), como principal motivador da substituição do sistema das capitanias-hereditárias.

Segundo a lógica político-administrativa portuguesa da época, as esferas civil e militar se complementavam. A designação dos títulos simbolizava a concentração de ambos os poderes nos cargos administrativos. Para se ter ideia, o capital atraído para a primeira tentativa de colonização do Brasil procedia da pequena nobreza lusitana; militares que haviam participado das invasões nos territórios da África e da Índia, e altos funcionários que contavam com as boas graças do rei (Salgado *et al.*, 1985; Amed, 2000; Sefaz, 2006; Paiva, 2018).

Dos doze capitães-donatários agraciados com terras no Brasil, sete eram conquistadores que haviam lutado na Índia (e, em alguns casos, na África). Outros quatro, como os chamou o historiador norte-americano Alexander Marchand, eram “criaturas do rei”: funcionários graduados – tesoureiros ou fiscais – responsáveis pela administração dos negócios ultramarinos. A exceção de Pero de Gois, que não lutara na África, mas que podia ser enquadrado no grupo dos militares, já que chegou ao Brasil em 1531 como um dos capitães da expedição de Martim Afonso de Sousa (Bueno, 2019b, p.11, grifo nosso).

O perfil dos colonos trazidos pelos donatários é outra particularidade; a promessa de fortuna rápida funcionou como chamariz para aventureiros interessados na rapina do território; não é demais lembrar que a migração compulsória por degredo constituiu um dos pilares da estratégia de povoamento das colônias lusitanas, sendo que a metrópole portuguesa se utilizara da mesma política no povoamento do Brasil (Amado, 2006; Bueno, 2019a; Chambouleyron, 2015; Simonsen, 2005).

Para Eduardo Bueno, os degredados desempenharam papel contraditório na colonização. Em que pese o protagonismo dos mesmos na adaptação dos europeus ao novo ambiente, cultura e exploração dos recursos naturais, também teriam sido os principais agentes dos distúrbios geradores de caos nas capitanias (Bueno, 2019b). A pesquisadora Janaina Amado explica que o degredo não deve ser confundido com uma prática aleatória. Consistia em uma política estatal do século XVI:

A partir do século XVI, a pena de degredo integrou uma poderosa política estatal de transplante sistemático de pessoas e populações pelo globo a fora, seja de uma metrópole para as suas colônias, seja entre colônias de uma mesma metrópole. Portugal, Espanha, França e Inglaterra foram os países ocidentais que em maior ou menor número e de forma mais regular praticaram o degredo colonial. Sendo o degredo uma pena central na legislação da Europa moderna, era aplicada a uma enorme variedade de crimes. Em Portugal, podiam ser condenados ao degredo desde

acusados de delitos leves – como matar uma besta, quebrar portas, cortar árvores frutíferas, furtar pequenas quantidades de comida ou não observar as prescrições do luto –, até os acusados de crimes considerados graves ou gravíssimos, praticados contra indivíduos ou contra a coletividade, como vadiagem, roubo, falso testemunho, corrupção, extorsão, suborno, ferimento ou assassinato (Amado, 2006, p. 15-16).

O Livro V das Ordenações Filipinas estabelecia entre as infrações puníveis com degredo: falar mal do rei; blasfemar contra Deus ou os santos; sodomia; bestialidade; dormir com um “infiel” (aquele que não era cristão); relacionar-se sexualmente com uma freira; alcovitar; adivinhar; praticar feitiçaria; emprestar casa para prática sexual; dormir com mulher virgem, com “viúva honesta”, ou serva branca de guarda; estupro; bigamia; adultério; injúria a oficiais; colaborar na fuga de escravizados; ser mal pagador; peculato; pescar ilegalmente, entre outras. A vasta lista oferece uma dimensão da multiplicidade dos perfis dos degredados enviados para povoar a colônia; também demonstra o quanto se estava suscetível a ser degredado naquela época (Ordenações Filipinas, Livro V).

No que diz respeito ao regimento do sistema de capitanias, a Carta de Doação e o Foral regulamentavam a administração da colônia, abrangendo as áreas da Justiça, Fazenda e Defesa. Representavam o aparato de controle colonial. Os instrumentos legais asseguravam à Coroa o direito de desfrutar dos retornos do investimento da iniciativa privada. Para que isto fosse possível, o donatário deveria – em no máximo cinco anos – às suas expensas, defender, colonizar e tornar a terra produtiva. Para Sefaz (2006) a Carta Foral simbolizava o direito tributário da colônia por estabelecer as diretrizes para a concessão de sesmarias, comércio interno e externo, tributos e privilégios fiscais da metrópole.

Ao serem diplomados senhores absolutos de suas terras, os capitães-donatários passavam a responder apenas ao rei de Portugal; criavam leis, administravam e julgavam. Nomeavam cargos administrativos como, Ouvidor-mor, Tabeliães, Alcaldes-Mores, Escrivães e Meirinhos; na qualidade de comandantes militares, alistavam colonos para o serviço militar. Dispunham da prerrogativa de formar milícias particulares; fiscalizavam o comércio, concediam terras, arrecadava tributos; detinham o monopólio da navegação fluvial, da moeda e dos engenhos (Salgado *et al.*, 1985; Amed, 2000; Paiva, 2018).

Quanto à estrutura fundiária, as terras brasileiras foram loteadas em quinze capitanias; cada lote media o que hoje equivale a aproximadamente, 350 quilômetros de largura, devendo estender-se até a linha limítrofe do Tratado de Tordesilhas. Vale lembrar que o interior do território sequer havia sido explorado. Para se ter ideia da vastidão das terras, basta assimilar que as faixas de terra equivaliam ou superavam em extensão, as maiores nações europeias (Bueno, 2019a). Em 1877, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-1878) refletia:

Com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje mais povoado — talvez — do que os Estados-Unidos: sua povoação seria por ventura homogênea, e teriam entre si as províncias menos rivalidades, que, se ainda existem, procedem, em parte, das taes grandes capitánias. Pois é possível crer que esses poucos que competiam para ser donatários, como diz o Conde da Castanheira, se não contentassem sem a idéa do domínio de muita terra embora inútil, e sobre que nem sequer podiam saciar com os olhos, mas só com a imaginação, sua cobiça, quando na maior parte eram de sertão, onde não poderiam ir, nem foram, em sua vida? (Varnhagem, 1877, p. 140).

A crítica é bastante pertinente, posto que no lote do Ceará, doado ao funcionário do Tesouro Real (Antônio Cardoso de Barros), no lote do Rio de Janeiro (que era fração da capitania de São Vicente), e no lote da capitania de Sant’Ana (Paraná e Santa Catarina, doado a Pero Lopes), sequer houve tentativa de colonização. Vários donatários sequer conheceram suas terras; alguns nunca visitaram o Brasil (Bueno, 2019a; Alencastro, 2000). Ainda assim, em 1549 Antônio Cardoso de Barros (Capitão do Ceará), seria promovido a Provedor-Mor da colônia, envolvendo-se mais tarde em um escândalo de corrupção.

Para atrair candidatos, a Coroa concede prerrogativas extensas. Dos doze primeiros donatários, seis nunca vieram ao Brasil ou voltaram logo para Portugal; dois foram mortos pelos tupinambás; outros dois abandonaram seus direitos, e apenas dois puderam prosperar: Duarte Coelho em Pernambuco e, até 1546, Pero do Campo Tourinho em Porto Seguro. São Vicente também progride durante algum tempo, mas jamais será visitada por seu donatário (Alencastro, 2000, p. 20).

Entre os fatores decisivos para o fracasso do empreendimento das capitánias destacamos: a) a lógica de pilhagem, que norteava os agentes envolvidos no projeto; b) a resistência indígena, uma vez que o rei de Portugal havia doado terras que já possuíam donos; c) o elevado nível de investimento necessário para desbravar, (re)povoar, defender e produzir em uma extensão tão absurda de terras. Não surpreende, portanto, que a quase totalidade dos lotes não tenha prosperado.

Na capitania do Maranhão, o donatário Aires da Cunha morreu em um naufrágio antes de iniciar a colonização; na capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho (o Rusticão) foi morto e devorado pelos Tupinambá em meio a intrigas e jogos de interesses, tendo a questão do sequestro e escravização de indígenas como pano de fundo. Em Porto Seguro (de Pero de Campo Tourinho), o conflito com os colonos culminou com a entrega do donatário aos tribunais da Inquisição em Lisboa, por suposta heresia. As capitánias de Ilhéus (de Jorge de Figueiredo Correia) e de São Tomé (de Pero de Góis), tiveram destinos análogos: sucumbiram à resistência indígena. A primeira, aos Aimoré e a segunda, aos Goitacá (Bueno, 2019a; 2019b; Dias, 1924).

Das doze capitánias, apenas duas prosperaram: Pernambuco e São Vicente. Todavia, o sucesso econômico da capitania de São Vicente não decorreu do empenho do donatário.

Eduardo Bueno destaca duas características da colonização do referido território: i) o abandono dos colonos por Martim Afonso de Sousa – mais interessado em seguir carreira na Índia; ii) a formação de fortunas através do tráfico de indígenas escravizados. A capitania ficou conhecida como “porto dos escravos” (Bueno, 2019a; Dean, 1996).

Afora os problemas listados, a arrecadação tributária era outro motivo de descontentamento para a Coroa, uma vez que os direitos régios se viram ameaçados pela evasão fiscal na colônia. A ausência de um poder centralizado no território conferia excesso de poder aos donatários. Longe das vistas do rei se apropriavam das rendas reais. Este teria sido mais um forte estímulo para fim do regime de capitanias e centralização do poder na colônia.

Esse modelo arrecadador dos primeiros tempos do Brasil colonial propiciou grandes dificuldades para os colonos em relação ao poder dos agentes do Erário Real Luso. A sonegação fiscal era freqüente, além da corrupção por parte do funcionário régio responsável pela arrecadação (Sefaz, 2006, p. 24).

Não é difícil vislumbrar a estrutura social e as relações de poder no interior das capitanias, considerando o perfil dos donatários e seus colonos; ao mesmo tempo, o território encontrava-se em permanente disputa envolvendo donatários, colonos, contrabandistas de diversas nacionalidades e os povos indígenas. Esta combinação configurou o clima de instabilidade e insegurança na colônia, agravado pela morte de Rusticão. O episódio, juntamente com a carta de Pero de Gois ao rei certamente devem ter contribuído para a substituição do regime das capitanias pelo Governo-Geral. Vale lembrar, contudo, os liames da nova configuração política com um contexto externo. A Europa passava por uma série de transformações com as quais o sistema de capitanias entrava em choque.

A partir do século XV o cenário político-administrativo da Europa ocidental passou por um processo de mudança ideológica que preconizava um modelo de Estado mais intrusivo e coercitivo. Medidas como levantamento populacional, alistamento militar obrigatório, demarcação de fronteiras, aumento do rigor fiscal, entre outras, faziam parte desse processo (Sefaz, 2006). A partir de 1640, o rigor fiscal se intensificava à medida em que a participação do açúcar brasileiro aumentava a sua participação no mercado internacional (Bueno, 2019a; Sefaz, 2006).

Embora rechaçadas com bastante violência, as se tornaram na resposta corrente aos abusos praticados pelos agentes administrativos. “*Governadores, Vice-reis, Provedores e Ouvidores que estavam interessados exclusivamente em se beneficiar dos cargos para conquistar riquezas, prestígios e benesses*” (Sefaz, 2006, p. 26). Os governos de Tomé de Souza (1503-1579) e Duarte da Costa (1505-1560) se tornaram referência na utilização dos cargos públicos para interesses particulares e desmandos.

Foram acusados de adiantamento de salários mais elevados, pagos com um ano de antecedência a funcionários do alto escalão, tendo, em contrapartida, efetuado o cancelamento do salário pago a trabalhadores menos qualificados. Também houve superfaturamento após licitações fraudulentas, a exemplo da construção da cidade de Salvador (Sefaz, 2006, p. 27).

Esse tipo de situação se repetiria ao longo da administração da colônia e atravessaria as várias fases da administração pública no Brasil. Tributos como a Finta e a Derrama, criados sob a justificativa de financiamento dos gastos com a administração pública e aumento das rendas reais, na prática eram utilizados para cobrir os gastos particulares dos agentes encarregados de fiscalizar e combater a corrupção - uma grande contradição, haja vista o objetivo da iniciativa da criação do Governo-Geral. Entre os objetivos do referido regime constava a correção das distorções na regulamentação das relações entre o império português e a colônia (Sefaz, 2006; Bueno, 2019a; Faoro, 2001).

Através do Governo-geral o poder anteriormente fragmentado entre os donatários concentrou-se na pessoa do representante geral e direto dos interesses régios na colônia. A centralização da soberania da metrópole no território conquistado era consistente com os princípios do Estado Absolutista sobre o controle das esferas pública e privada (Anderson, 2004). Em vista disso, o Estado português foi aparelhado para controlar, tributar, vigiar e punir seus subjugados. Esse período marca a passagem da atividade econômica exclusivamente extrativista, baseada na mão de obra indígena, para a produção agrícola alicerçada nos engenhos de cana-de-açúcar e mão de obra escravizada africana. Conforme explica Alencastro (2000, p. 20):

Os laços da Colônia com o Atlântico são bastante adrede retesados pelas ordens régias embaraçando o acesso ao trabalho indígena e estimulando o tráfico negreiro, como também pelas medidas freando as trocas entre as capitâneas.

A fiscalidade, as questões fronteiriças e o ordenamento jurídico ganharam centralidade, resultando na criação de uma estrutura burocrática vertical, complexa e inchada. A gravitação em torno da figura do rei e seus representantes imediatos obscureceu a compreensão em relação aos níveis intermediários de comando, enfraquecendo-os (Faoro, 2001). Formalmente o modelo deveria coibir quaisquer desvios de conduta. Na prática, a cultura administrativa dos agentes históricos portugueses corrompeu o sistema.

Em que pese a diplomação legal como Governador-geral, autoridade central político-militar da colônia, o governante enfrentava a interferência constante da Coroa e o excesso de divisões administrativas, agravadas pelas dimensões do território. Essas variáveis limitavam as ações do representante do governo central. Enquanto prosperou como centro econômico da época, a capitania da Bahia funcionou como sede do governo colonial, tendo Tomé de Souza

como primeiro Governador-Geral do Brasil. Os novos agentes administrativos vieram com ele de Portugal. Como o sistema de capitanias hereditárias não foi totalmente extinto, parte de sua estrutura foi incorporada ao novo modelo (Salgado *et al.* 1985; Faoro, 2001).

Em vista disso, permaneceram as figuras dos capitães-mores e a organização administrativa municipal. Entre 1572 e 1577, a administração da colônia foi dividida em dois governos: um sediado no Rio de Janeiro (governo do sul), e outro localizado no Norte, tendo Salvador como sede. Após esse período a divisão foi extinta (Salgado *et al.* 1985). Além do Governador-geral, dois outros cargos ganharam relevância: Ouvidor-Mor – de modo genérico, Ministro da Justiça – e na área fiscal, o Provedor-Mor (espécie de Ministro da Fazenda dos dias atuais), autoridade central da Fazenda Real do Brasil (Salgado *et al.* 1985; Bueno, 2019a; Sefaz, 2006).

A administração fazendária era composta pelo Provedor-Mor, responsável pela fiscalização tributária e provimento de cargos públicos, o Escrivão, os Juízes dos Feitos da Fazenda, o Procurador da Coroa e demais agentes da Contabilidade e Tesouraria, que respondiam diretamente à metrópole. Devido a sua centralidade na nova política metropolitana, a Tesouraria foi aparelhada com casas específicas para seu funcionamento e a criação de livros fiscais – medidas voltadas para a intensificação da vigilância sobre os registros. Contudo, a despeito de todas as medidas burocráticas, novos mecanismos de descaminhos das rendas foram criados (Sefaz, 2006).

Em um dos seus famosos sermões proferidos no início do século XVII, o Padre António Vieira discorreu sobre o enorme descompasso entre as Leis, Provisões Régias e as ações dos agentes administrativos da Coroa na colônia. O cronista denunciava o abuso de poder dos agentes, que em tese, personificavam o poder régio, mas que ao se depararem com a possibilidade de ganhos privados, subvertiam o aparato normativo e extrapolaram as suas competências em detrimento dos interesses régios:

A sombra, quando o Sol está no Zénite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o Sol está no Oriente ou no Ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o Sol está no Zénite, não só metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o Sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens (Vieira, 1957, p. 128-129).

O aparato pensado para concentrar o poder real transformou-se em um complexo e sobrecarregado aparelho burocrático estatal. Superlotação de cargos e funcionários, nepotismo e autopropetuação de cargos, tornaram-se problemas generalizados em todas as esferas

administrativas. “*Além disso, os burocratas foram se constituindo como um “poder paralelo” que aos poucos ia retirando do rei as funções administrativas*” (Sefaz, 2006, p.25). Conforme Raymundo Faoro, tratava-se de um estado patrimonialista, onde o personalismo obscurecia a objetividade nas decisões do estamento burocrata responsável pela administração do território:

Uma constelação de cargos, já separada a administração pública da casa real, realiza as tarefas públicas, com as nomeações e delegações de autoridade. Separação, na verdade, tênue, em que o valido da corte se transmuta em funcionário ou soldado, num processo de nobilitação que abrange o letrado e o homem de armas. O patrimônio do soberano se converte, gradativamente, no Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático. No agente público – o agente com investidura e regimento e o agente por delegação – pulsa a centralização, só ela capaz de mobilizar recursos e executar a política comercial, o funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder (Faoro, 2001, p.198).

Os elevados salários dos altos burocratas não desestimularam o desvio do dinheiro público: “*Inúmeras evidências permitem afirmar que, na Península Ibérica, a máquina administrativa não era apenas ineficiente, mas corrupta*” (Bueno, 2019a, p. 35). A Casa de Contos do Reino, responsável pela fiscalização da arrecadação e execução das finanças públicas de Portugal, era conhecida pelo desgoverno, corrupção e fraude. Mesmo a Casa de Suplicação, Supremo Tribunal português, era mal afamada pela lentidão e avareza dos magistrados (Rodrigues, 2011; Bueno, 2019a).

O funcionário recebe retribuição monetária, o *agente* desfruta de vantagens indiretas, com títulos e patentes, que compensam a gratuidade formal. Os ordenados dos funcionários pouco crescem no curso dos anos numa despesa global fixa, apesar do número crescente de pessoal [...] Essa degradação dos vencimentos explicará as inúmeras denúncias de corrupção, aliada à violência, instrumento esta, para garrotear os súditos, sobretudo se as distâncias e o tempo os desamparam da vigilância superior. Os vícios que a colônia revela nos funcionários portugueses se escondem na contradição entre os regimentos, leis e provisões e a conduta jurídica, com o torcimento e as evasivas do texto em favor do apetite e da avareza (Faoro, 2001, p. 201).

Esse quadro institucional deu origem aos precursores da administração pública brasileira – políticos, juízes, militares, burocratas, etc. Correndo o risco de incorrer em imprecisão teórica e analítica, poder-se-ia afirmar que a corrupção generalizada enfrentada durante a administração pública portuguesa no Brasil deixou raízes institucionais arraigadas e prolíferas na administração pública brasileira contemporânea. A história da construção da cidade de Salvador revela que peculato, superfaturamento e fraudes em licitações não são contravenções inventadas nos nossos dias; praticavam-se conluio e loteamento das obras públicas entre os empreiteiros; o esquema envolvia a combinação antecipada dos lances, com o objetivo de superfaturar as obras. Quando o leilão ocorria, já se sabia antecipadamente quem seria o vencedor (Bueno, 2019a).

A pouca circulação monetária era um problema à parte. Em decorrência disso, a maior parte das transações comerciais ocorriam por meio do escambo. Faltavam recursos para a realização das obras, os soldos atrasavam ou eram pagos em bugigangas trazidas de Lisboa⁴; as tropas e os trabalhadores em serviço enfrentavam insuficiência no fornecimento de alimentos e, por vezes, interrompia-se o fornecimento de mantimentos de forma indevida:

Em meados de junho de 1549, o provedor-mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, ordenara ao almoxarife que dali por diante, não fornecesse mais “mantimentos de biscoito, carne, vinho e pescado” aos homens d’armas, ao mesmo tempo que determinava ao tesoureiro das Rendas que não pagasse soldos, nem ordenados a nenhuma pessoa sem lhe fazerem certo dever coisa alguma a Cristóvão de Aguiar, almoxarife”. A questão é que praticamente todos os integrantes da expedição deviam algo ao almoxarife. Como os salários não eram pagos, eles recorriam ao “fiado” para obter gêneros ou ferramentas no Armazém da Cidade (Bueno, 2019a, p. 143).

A gestão de Duarte da Costa (1505-1560) guarda incríveis similaridades com o contexto atual. Durante a sua gestão o primeiro “Ministro da Economia” brasileira foi destituído do cargo em um episódio marcado por escândalos, jogos de interesse e intrigas. Consta que o governador tinha por hábito convocar o filho, D. Álvares – figura polêmica⁵ – para assumir funções do provedor-mor. Nesse enredo, Duarte da Costa teria conseguido arrolar provas contra Antônio Cardoso de Barros (1500-1579), comprovando o desvio de verbas da Fazenda Real para a aquisição de um engenho no Recôncavo baiano (Bueno, 2019a). Em carta ao rei, dizia o governador: *“todo este tempo me deu muito trabalho, porque na verdade homem que tem engenho e faz fazenda nesta terra he muito prejudiciall há de V. A. e como a elle tem e muito grossa descuidava-se muito do que compria a bem do seu ofício”* (Carta De Duarte Da Costa Ao Rei D. João III, *apud* Azevedo, 1921-1924, p. 211).

Em vista disso, as funções do cargo de provedor-mor foram repassadas para o ouvidor-mor, Pero Borges. Junto com Antônio Cardoso de Barros, foram incriminados dois auxiliares: Luís Garcês, que ocupava o cargo de tesoureiro, e Rodrigo de Freitas, escrivão do Armazém da Cidade. Rodrigo de Freitas defendeu-se em carta ao rei D. João III, alegando que por falta de dinheiro no tesouro recebeu ordens do governador e do provedor-mor para entregar gêneros a empreiteiros e trabalhadores que tivessem direito a soldos. Os repasses deveriam ser descontados posteriormente. Todavia, as operações eram realizadas sem mandados ou certidões. A ausência de escrituração foi utilizada para justificar a sua demissão e prisão. Na carta de defesa, o escrivão teceu acusações contra o filho do governador (Bueno, 2019).

⁴ Para maiores detalhes, consultar Bueno (2019, p. 143), citação da Carta do Mestre de Pedrarias Luís Dias, na qual reclama do pagamento do seu soldo em ferro velho.

⁵ Consultar Azevedo (1926) e Bueno (2019a), sobre os relatos referentes à conduta do filho do governador Duarte da Costa.

A escolha de Pero Borges para cargos de confiança é um paradoxo, visto que o mesmo não possuía “ficha limpa”; um ano e sete meses antes do rei promove-lo a “Ministro da Justiça” da colônia, o monarca o havia condenado por desvio de verbas, após tê-lo encarregado de fiscalizar as obras do aqueduto de Elvas (Portugal); quando os recursos se extinguíram antes da conclusão da obra, apurou-se que nada menos do que 50% da verba, havia sido embolsada por Pero Borges (Sefaz, 2006). A sentença o havia proibido de exercer cargos públicos por três anos e o condenado a devolver o dinheiro que havia desviado (Sefaz, 2006). Devido ao simbolismo e similitudes do episódio com a nossa história contemporânea, reproduziremos abaixo trechos da notícia:

Entretanto chegou a Elvas o corregedor Pero Borges, que tomou posse ao mesmo tempo da vara do seu alto cargo, e da superintendência dos negocios do aqueducto. Este magistrado deixou de si uma triste celebridade na comarca, por um processo em que respondeu por desvio de fundos, e ilegalidades cometidas em diversas arrematações [...] Pero Borges, contra as expressas disposições do regimento da administração da obra, recebia indevidamente algumas quantias que lhe levavam a casa, provenientes do lançamento para o aqueducto, sem que fossem presentes nem o depositário, a quem deviam logo ser entregues, nem o escrivão, que acto sucessivo devia lançar essas verbas no fim da receita. A repetição deste abuso levantou suspeitas e reforçou-as o adiamento indefinido da tomada de outras ao depositário, sem duvida porque o corregedor temia que se fizesse luz sobre as ilegalidades que cometera na aplicação dos dinheiros recebidos, os quaes necessariamente haviam de aparecer no acto do balanço [...] e assim se levantou no povo algum clamor de desconfiança sobre ambos. Escreveram então os officiaes da Gamara a el rei, participando-lhe o facto abusivo [...]

Mandou el rei ouvir Pero Borges, e escreveu á Camara a 30 de abril de 1543 (Próprias 2, 313), comunicando-lhe que ia fazer esta deligencia.

As contas do corregedor Pero Borges colocaram-no na mesma posição desgraçada, porque se provou ter desviado 114.064 reaes achados de menos na quantia de 2 contos e 81.565 reaes, que produzira o lançamento para a obra d'água da Amoreira, sendo em consequência condenado, por sentença de 17 de maio de 1547 (Próprias, 2, 14), a pagar á custa de sua fazenda o dinheiro extraviado, em suspensão, durante 3 anos, do exercido de cargos de justiça [...] (Em Elementos para um dicionário de geografia e história Portuguesa, *apud* Azevedo, 1926, p.3 41).

Ao concentrar os poderes de ouvidor-mor e provedor-mor, Pero Borges teria atuado com extrema tirania, motivando a carta dos vereadores da Câmara Municipal de Salvador ao rei. Pero Borges havia se convertido em aliado estratégico do governador e seu filho, blindando-os contra processos. A conduta abusiva do governador e do filho provocou o clamor do povo para que o próximo governador estivesse casado e trouxesse a esposa para colônia ao invés de um filho solteiro. Entre as estratégias para “neutralizar” os inimigos do governante, constavam: proibição da saída dos desafetos para Lisboa; cobrança de dez cruzados para cada representação impetrada contra o governador. Na época a taxa era inacessível para os colonos pobres (Varnhagem, 1877; Bueno, 2019a). Uma carta escrita pelos vereadores denuncia uma série de insinuações da suposta corrupção do governador:

Antes não escolhera ser cativo do xarife que cidadão nem morador desta cidade enquanto he governada por Dom Duarte e seu filho e regida por Pero Borges hos quaes são tão assolutos e desolutos senhores delia que não ha p pessoa que neste tempo cuida que tem cousa propia nem sua honra se segura pella quoall rezão tememos que a mor parte da gente se va e despovoe a terra e se Ilancem com ho gentio porque por mar não tem saída [...] pedymos a Vossa Alteza muito por merce mãoe devasar com o governador e ouvidor e emtão saberaa a quem deve de mandar castigar ou ffazer merçe pois que serão nosos pecados que o não soubese pellas pessoas que pera iso tynham concyencia e vontade pera o dizer e crea Vossa Alteza que nesta devassa que pedymos e asy na revista dos ffeitos e resedencia consiste toda a consollação e remedio dos moradores desta terra. Na taixa da camara desta cidade achamos hum auto ffeyto per mandado dos juizes he vereadores que servirão o ano de 55 em o qual se contem cousas muito importantes ao serviço de Vossa Alteza (Carta dos oficiais da Câmara do Salvador, ao rei D. João III, de 18 de Dezembro de 1556. In: Azevedo, 1926, p.381;382).

Outro agente histórico da administração portuguesa envolvido no contexto de intrigas foi o primeiro bispo do Brasil, Pedro Fernandes de Sardinha (1496-1556). O líder religioso veio para a colônia para liderar a edificação da religião católica na colônia. Entretanto, Pedro Fernandes de Sardinha foi acusado de participar de intrigas, violação de segredos de confissão para denunciar desafetos, cobrança de penas pecuniárias, recebimento de pagamentos indevidos, entre outras práticas pouco ortodoxas (Bueno, 2019a). Os relatos sobre a conduta dos agentes da administração metropolitana na colônia fornecem pistas sobre a elaboração dos registros sobre as rendas coloniais. Infere-se que a utilização de magistrados para a blindagem de dirigentes políticos não é um costume tão recente, tão pouco, a ingerência de filhos de gestores públicos no governo.

Pelas regulamentações impostas pela metrópole, a parte da renda que ficava no território deveria ser empregada no pagamento das despesas do governo colonial. Contudo, os crescentes encargos com a pesada máquina administrativa e a própria Coroa, estimulavam a criação de novos impostos. A tentativa de resistir aos abusos praticados pelos agentes do fisco deu origem a três principais formas de resistência: a) representação através das Câmaras Municipais; b) contrabando e; c) revoltas populares (Sefaz, 2006). Para os objetivos da nossa pesquisa interessa-nos discutir brevemente a questão do contrabando pelos rios da Amazônia, assunto para o qual voltaremos mais adiante.

No que diz respeito à organização administrativa da colônia durante a União Ibérica (1580-1640), este período abrange três principais eventos: i) união das coroas portuguesa e espanhola; ii) a reconquista da autonomia lusa; iii) a produção açucareira como principal atividade econômica da colônia. É caracterizado pela progressiva dependência metropolitana às receitas produzidas no Brasil. Durante o domínio espanhol a organização jurídico-administrativa e militar foi direcionada pelas Ordenações Filipinas. A política fiscal motivou revoltas em Portugal, entre elas, a ação popular em Évora (1637), em que a população invadiu

o palácio e queimou documentos fiscais. Esse episódio teria inspirado as revoltas contra a política fiscal espanhola no Brasil (Salgado *et al.*, 1985; Sefaz, 2006).

Os espanhóis buscaram ajustar as ações dos governadores-gerais à nova conjuntura político-econômica. Pela primeira vez, esboçou-se a tentativa de compreensão do quadro geral da colônia através da solicitação do levantamento de informações sobre a situação econômica, militar e populacional. A criação do Tribunal da Relação - grosso modo, tribunal supremo - juntamente com o cargo de Governador da Relação são inovações planejadas para acompanhar o exercício da justiça na colônia. Tais iniciativas visavam estimular o povoamento e proteger as rendas geradas pelo comércio açucareiro (Salgado *et al.*, 1985; Sefaz, 2006).

Foram realizadas três divisões administrativas nesta fase: a) a nova tentativa de divisão do Estado do Brasil com a criação de um governo independente, composto pelas capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, denominando “Repartição do Sul”; b) a reintegração da Repartição do Sul ao Estado do Brasil, em abril de 1612; c) em junho de 1621, a criação do Estado do Maranhão, compreendendo as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará, tendo como primeiro Governador-Geral, Francisco Coelho de Carvalho. Vale lembrar que em 1696, a capitania do Piauí também foi anexada a este estado (Salgado *et al.*, 1985; Sefaz, 2006; Lima, 2009).

A divisão administrativa subordinava os estados diretamente à metrópole; pretendia-se melhorar a organização da defesa e da exploração econômica do território, o que estimulou a exploração econômica das capitanias do sul. Francisco Sousa (1540-1611) foi nomeado Governador e Capitão-Geral das Capitanias do Sul. De olho na possibilidade de descoberta de minas auríferas no Brasil, a coroa acresceu-lhe o cargo de Administrador-Superintendente das Minas. Como estímulo, o governador seria comissionado pela produção anual da atividade mineradora que viesse a ocorrer em sua jurisdição (Salgado *et al.*, 1985).

Como a corrupção foi uma preocupação constante no Brasil durante o período colonial (e depois), a reorganização administrativa promovida pela coroa espanhola também conferiu centralidade ao fisco. Os regimentos buscavam fomentar a produção açucareira e aprimorar a fiscalização sobre a extração de madeira, haja vista o agravamento das ações dos contrabandistas durante esse período. Assim, proibiu-se navios estrangeiros de transportarem açúcar e outros produtos da colônia para a Europa. Considerando-se a relevância da participação dos navios holandeses nesse comércio, a ruptura da parceria luso-holandesa na empresa açucareira não se fez tardar. O rompimento representou um ponto de inflexão na trajetória hegemônica portuguesa no comércio mundial (Sefaz, 2006; Furtado, 2005; Borges, 2003).

A união das coroas ibéricas trouxe consequências de longa duração para o império lusitano, refletindo-se na economia brasileira. Às lutas contra o domínio espanhol assomaram-se as invasões holandesas nos polos fornecedores das principais mercadorias do comércio português. Acossada, Portugal foi compelida a buscar uma aliança com a Inglaterra. A ajuda inglesa foi condicionada a uma série de tratados economicamente desfavoráveis para a nação lusa. Este pode ser considerado um dos marcos que selaram a dependência externa portuguesa em relação a Inglaterra (Salgado *et al.* 1985; Furtado, 2005; Rego; Marques, 2003).

Uma das consequências dos tratados entre portugueses e ingleses foi a perda das possessões de Tânger e Bombaim para os ingleses. No mesmo ano, a assinatura do tratado de paz com a Holanda foi condicionada à concessão aos holandeses dos mesmos privilégios dados aos ingleses. No final do século XVII, os comerciantes portugueses se beneficiaram das dificuldades enfrentadas pelos comerciantes holandeses, proporcionando-lhes a oportunidade de revitalização dos negócios com as Índias Orientais, aumentando a pauta de exportação para mercados de onde haviam sido afastados, representando um período de prosperidade para o Império português (Salgado *et al.*, 1985).

Assim, as exportações de matérias-primas voltaram a se destacar em detrimento das atividades manufatureiras. Em 1703, a assinatura do Tratado de Methuen selaria a posição da indústria têxtil inglesa no mercado português. A descoberta de minas de ouro no Brasil proporcionou uma fase de alta lucratividade para a metrópole portuguesa até o declínio desta atividade em meados do século XVIII (Furtado, 2005; Salgado *et al.*, 1985).

Com o fim da União Ibérica Portugal retornou ao domínio absoluto do Brasil em situação econômica muito mais debilitada. Desafortunadamente, a atividade açucareira já entrara em fase de declínio. A nova conjuntura motivou a metrópole a impulsionar a atividade. A postura da metrópole era condizente com a liderança do açúcar nordestino no abastecimento do mercado mundial. Assim, uma gradativa reforma político-administrativa estabeleceu novas bases para as relações coloniais intensificando o controle da metrópole sobre a colônia (Sefaz, 2006; Simonsen, 2005; Furtado, 2005).

No domínio militar, o Regimento de 23 de janeiro de 1677 expressa a preocupação com a defesa das capitâneas; foi reforçada a obrigatoriedade de a população portar armas e participar ativamente da proteção do território. As diretrizes referentes ao aparelhamento das forças militares permaneceram como referenciais para as políticas administrativas que vigoraram até o início do século XIX. Um claro indicativo da *“imperativa necessidade de resguardar de maneira exclusiva a única parte do seu império colonial que ainda contava de forma decisiva na realização dos propósitos mercantilistas de Portugal”* (Salgado *et al.*, 1985, p. 60).

O novo Governador-Geral foi diplomado “Vice-rei” com responsabilidade de fiscalização ampliada. Foi-lhe retirada a prerrogativa de criar novos cargos, de maneira a reduzir os encargos da Fazenda Real; procurou-se estimular a agricultura e a construção de engenhos; promoção de contratos do monopólio da pesca das baleias e incentivo à exploração mineradora. Foram criadas as primeiras companhias monopolísticas. Cabe salientar o papel da empresa açucareira no financiamento das finanças públicas do império lusitano, posto o tráfico de seres humanos constituir-se uma das suas principais fontes de renda da Coroa portuguesa: *“com o tráfico negreiro os lucros eram rápidos e com risco muito pequeno, sendo os escravos mercadorias passíveis de tributação. Cada escravo que chegava ao Brasil pagava imposto de entrada: 3\$000 réis por cabeça”* (Sefaz, 2006, p. 27).

A pecuária, classificada como atividade acessória à economia açucareira, explorou a produção de couro como produto de exportação de alta lucratividade para Portugal. Aliás, o couro consistia em matéria-prima primordial para a manutenção da vida diária na colônia, em que pese a escassa visibilidade dada pela historiografia econômica ao produto. De acordo com Simonsen (2005, p. 218), *“os direitos reais representavam mais de 20% sobre o couro curtido e, portanto, mais de 30% sobre o couro em cabelo”*. A partir de 1640, a política fiscal portuguesa tornou-se mais severa até tornar-se opressiva com o advento da mineração e das reformas pombalinas (Sefaz, 2006; Amed, 2000).

Após as imposições inglesas contra o tráfico de africanos, as exportações internas de seres humanos foram sobretaxadas, supostamente para desestimular o comércio. Na prática, aumentavam-se as rendas do Estado. O tráfico interno de escravizados africanos do Nordeste açucareiro para a região mineradora acrescia um imposto no valor de 4\$500 réis. Quando o escravizado era um “ladino” (aculturado), aplicava-se mais 5% de imposto sobre a venda (Sefaz, 2006). A taxaço sobre o comércio de tabaco consistiu em outra importante fonte de renda para a metrópole. O produto tornara-se fundamental para o tráfico e escravização de indígenas e africanos (Sefaz, 2006). O estrangulamento fiscal sobre a colônia garantia os gastos exorbitantes da corte em artigos de luxo adquiridos da Inglaterra, ao mesmo tempo em que a política centralizadora de Sebastião de Carvalho e Melo garantia a afluência de riquezas para o Tesouro Régio português.

A quantidade de ouro extraída de Minas Gerais foi maior do que aquela retirada da América espanhola durante dois séculos. O ouro extraído entre os séculos XVI e XVIII no Brasil correspondeu a 50% de toda a produção mundial, com a supremacia de Minas Gerais (Sefaz, 2006, p. 30).

Entretanto, o ouro brasileiro não sanava a escassez de meio circulante na metrópole, dada a demanda por moedas de prata para as trocas comerciais, não obstante o Tratado de

Utrecht, firmado entre Portugal e Espanha tivesse atenuado a dificuldade de obtenção dessa mercadoria ao oportunizar aos portugueses os benefícios do contrabando de prata peruana através da colônia de Sacramento. Ademais, a atividade mineradora entraria em declínio na segunda metade do século XVIII e a política fiscal pombalina se empenharia em manter o afluxo de ouro para a metrópole, a despeito do esgotamento das reservas naturais do recurso nas minas exploradas (Sefaz, 2006). O despotismo pombalino revela de forma excepcional o sentido da colonização mercantilista assegurou a transferência dos benefícios da economia mineradora para a acumulação pré-capitalista inglesa.

A decadência da economia açucareira e a posterior descoberta do ouro em Minas Gerais propiciaram a inversão do polo econômico do Nordeste para as capitanias meridionais. O centro do poder colonial foi transferido de Salvador para o Rio de Janeiro. Esta reconfiguração trouxe implicações duradoras para a desigualdade regional no Brasil. A mudança da sede do governo para o Rio de Janeiro atendia a três principais objetivos estratégicos: i) a logística de escoamento do ouro para Portugal e ingresso de africanos escravizados para as minas; ii) localização estratégica para o abastecimento das tropas em disputa com a Espanha, pela colônia de Sacramento; iii) possibilidade de maior controle político-administrativo sobre o empreendimento minerador (Salgado *et al.*, 1985).

A preocupação em controlar o extrativismo aurífero se manifestou desde o início da atividade. A criação da Intendência das Minas visava disciplinar a fiscalização das atividades extrativas e combater o contrabando. Buscando eliminar a influência do governo local sobre a repartição, a administração do órgão se dava por indicação régia e a descoberta de novas minas deveria ser reportada diretamente a Lisboa (Salgado *et al.*, 1985; Sefaz, 2006).

A despeito da necessidade de blindagem do controle fiscal por parte da metrópole, o arrocho fiscal também era no quadro da administração colonial, reflexo da prática generalizada de descaminho das rendas públicas. Dois exemplos famosos são a criação da Finta e da Derrama; legalmente, a Finta fora criada com o objetivo de custear obras de interesse comum da população como a construção de pontes, estradas, obras em igrejas e outros melhoramentos no interior da colônia. Na realidade, afiançava despesas indevidas das autoridades administrativas coloniais (Sefaz, 2006).

A Derrama deveria ser aplicada nas regiões de mineração como uma espécie de imposto complementar à cota do quinto do ouro quando esta não conseguia ser cumprida; embora os mineradores que sonegassem os 20% ao Erário fossem denunciados, o imposto frequentemente supria contas insuficientes que deveriam ser fiscalizadas pelos provedores da Fazenda Real (Sefaz, 2006). Mesmo os donativos supostamente voluntários teriam sido cobrados de forma

abusiva, “*chegando ao cúmulo de os colonos contribuírem para os gastos da Inglaterra em guerra com a França*” (Sefaz, 2006, p. 26).

Importante lembrar que durante esse período o império lusitano passou pela reforma administrativa implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). O Marquês de Pombal implementou uma política extremamente centralizadora que foi reproduzida na colônia. A estrutura tributária havia passado por profundas transformações, inclusive com a modernização da técnica contábil. O abuso fiscal sobre a atividade mineradora provocou motins e revoltas nos setores coloniais ligados ao extrativismo do metal. A excessiva carga tributária que incidiu sobre a região levou ao esgotamento das minas (Sefaz, 2006). À medida que a produção do metal se reduzia, mais pesada se fazia a tributação na tentativa de equiparar a arrecadação aos níveis anteriores ao declínio. Os impostos oneram a atividade trazendo prejuízos aos mineradores, dificultando o pagamento dos impostos e estimulando a sonegação. Dentre os mais famosos, citam-se o imposto por bateis (bacias utilizadas na lavra) e a taxaço sobre a mão de obra (Sefaz, 2006; Salgado *et al.*, 1985).

[...] pagam quintos o negro, negra, mulato e mulata forros que não têm escravos com que tirem ouro; pagam quintos os escravos doentes, posto que lhes dure a queixa um ou dois anos, e também pagam todos os escravos, que se ocupam no serviço econômico das famílias, sem darem a seus senhores utilidade, até o escravo do miserável cego mendicante paga, e também as meretrizes querem fazer da capitação necessidade para as ofensas de Deus (Representação da Câmara de São João Del Rei, Em 1744 *apud* Sefaz, 2006, p. 30).

O clima de insatisfação se agravou na década de 1780, com a nomeação do Visconde de Barbacena para Governador das Minas. O Visconde tinha a missão de executar a Derrama para todas as dívidas em atraso – o que iria impactar a todos os habitantes da capitania. Tal ameaça teria sido o impulso para o planejamento da Inconfidência Mineira, transformando-a na mais famosa rebelião fiscal do Brasil (Sefaz, 2006). Por outro lado, os setores monopolistas foram contemplados com a oportunidade de diversificação de investimentos em outras atividades produtivas, principalmente as ligadas ao fornecimento de vestuário para a mão de obra escravizada e os demais trabalhadores das minas. A medida atendia aos interesses dos grupos dominantes locais, embora desagradasse aos comerciantes ingleses (Salgado *et al.*, 1985).

Assim, embora não se possa atribuir à política pombalina uma completa ruptura com o modelo administrativo implantado até a sua gestão, é possível identificar o esforço de modernização da economia portuguesa. No que diz respeito à Amazônia, a gestão do Marquês de Pombal implementou medidas fundamentais de estímulo à economia do Vale amazônico, conforme será discutido no Capítulo 3, cujo ponto central é o modelo metropolitano de organização e exploração da força de trabalho no Vale Amazônico, que lhes permite o acesso

às tecnologias indígenas de domesticação agrícola, exploração dos recursos florestais e aquáticos, que lhes possibilitou suprir as necessidades de alimentação, abrigo, conforto e defesa. Reunidas, o acesso a essas tecnologias se mostrou crucial para o domínio português sobre o território amazônico.

O capítulo 4 tem como ponto central a dinâmica de inserção do Vale Amazônico no capitalismo mercantil a partir da exploração do recurso faunístico, demonstrando que embora algumas atividades fossem tidas como centrais por se destinarem à demanda externa, estava em desenvolvimento atividades acessórias fundamentais tanto para a viabilização da força de trabalho responsável pela produção dos produtos para a exportação, quanto para o povoamento e defesa do território.

A tese conclui que os dois maiores tesouros acessados pelos conquistadores europeus foram a tecnologia indígena e a fauna amazônica, sem os quais teria sido impossível instituir o domínio português sobre a região. Desafortunadamente, os povos originários foram e permanecem sendo exterminados ao longo da história de conquista e saque da região. De maneira análoga, os recursos faunísticos foram exaustivamente dilapidados e permanecem sob ameaça em decorrência dos empreendimentos econômicos, da caça e tráfico ilegal de animais silvestres. Constata-se ainda que, os problemas estruturais da socioeconomia brasileira foram instituídos a partir do modelo colonizador português, que tem como principais características, a violência institucionalizada, o latifúndio, a concentração de renda, o personalismo, o patrimonialismo, o racismo e o patriarcado.

2 O EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO NAS DINÂMICAS DA INSERÇÃO DO BRASIL NA EMPRESA MERCANTIL DO CAPITALISMO COMERCIAL

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta (Galeano, 1998, p.5).

O território atualmente conhecido como Amazônia é um universo multicultural que abrange nove países, cujas especificidades políticas e socioeconômicas estão relacionadas às particularidades dos seus processos históricos de colonização. Em se tratando da Amazônia Brasileira, sua inserção nas dinâmicas do capitalismo mundial está atrelada à função econômica do Brasil na divisão internacional do trabalho, posição definida durante o processo de colonização e consolidada por meio do modelo de desenvolvimento econômico implementado ao longo das décadas.

Este capítulo discute a inserção do Brasil no capitalismo comercial, buscando por meio do pensamento heterodoxo, explicitar a relação-capital que configurou posição histórica do Brasil como colônia primário-exportadora no comércio internacional. Para este fim, desvelam-se as condicionantes desse processo iniciado com a invasão europeia ao novo continente - gênese do fluxo de transferência de pessoas e recursos naturais das terras recém-descobertas para o provimento das demandas da sociedade europeia. Em síntese, propõe-se uma reflexão sobre o sentido da colonização a partir das estratégias utilizadas pelas metrópoles europeias para a produção e apropriação de excedentes econômicos das regiões colonizadas.

Simultaneamente, o texto introduz a discussão sobre a participação da fauna brasileira no processo de acumulação capitalista mundial, partindo do seguinte questionamento: quais forças impulsionaram a diáspora global portuguesa que culminou na colonização do Brasil? A relevância do fator econômico na expansão ultramarina lusitana e a centralidade do comércio internacional enquanto tema desta pesquisa, aduzem à reflexão sobre as relações econômicas (e de poder) postas em funcionamento pelo comércio internacional, utilizando para este fim, proposições teóricas críticas do histórico modelo de desenvolvimento intensivo em recursos naturais adotado pelo Brasil até o momento.

Empreendemos aqui o esforço de análise da participação da Amazônia na acumulação capitalista mundial, dentro da perspectiva de um contínuo histórico no qual mudam os atores, se complexificam os mecanismos de exploração, ao mesmo tempo em que se perpetua a

relação-capital iniciada no processo de colonização. Nesse sentido, a Teoria da Troca Ecológicamente Desigual (TTED), destaca a exploração assimétrica do meio ambiente como uma das vertentes da dinâmica das relações desiguais entre as economias centrais e as periféricas, como decurso dos laços historicamente forjados durante o antigo sistema colonialista europeu (Fonseca, 2022; Saes, 2018).

As trocas comerciais entre os países centrais e as periferias subdesenvolvidas revelam a assimetria no uso intensivo da natureza via a exportação de produtos primários, ao mesmo tempo em que tal degradação ambiental intensifica a vulnerabilidade das economias primário-exportadora, estimula a acumulação do capital nos países desenvolvidos e assegura a desigualdade socioeconômica internacional. Esse processo tem sido intensamente investigado e denunciado por estudiosos das abordagens das desigualdades no intercâmbio internacional (Jorgenson, 2006; Frank, 1980; Foster, Clark, 2009; Fonseca, 2022; Saes, 2018).

O Tráfico humano e o extrativismo (vegetal e faunístico) foram as vias de inserção do Brasil nas dinâmicas do capitalismo mercantil, dando início à trajetória que consolidou a economia brasileira como periferia estratégica para o fornecimento de matérias-primas imprescindíveis para o processo de acumulação capitalista das nações industrializadas (Leal, 2010; Bueno, 2018; Rego, Marques, 2011; Furtado, 2005). A estrutura da relação-capital do capitalismo mercantil impôs às colônias ônus do protagonismo das metrópoles europeias na Primeira Revolução Industrial.

A arraigada crença na suposta vocação natural brasileira para o desenvolvimento pautado na exportação de *commodities* de baixo valor agregado e altos custos socioambientais, ratifica a subalternidade da economia brasileira nas trocas comerciais com as economias centrais, ao mesmo tempo em que impõe ao Brasil as externalidades negativas desse modelo. Parte dessa dinâmica se explica pela incompreensão acerca da relevância dos serviços ambientais, que resulta no descaso pelo patrimônio ecossistêmico brasileiro.

Em vista disso, os projetos de desenvolvimento priorizam atividades intensivas em recursos naturais e potencializadoras de impactos socioambientais, em detrimento do investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias promotoras de inovações capazes de potencializar a conservação e o uso racional dos recursos naturais - condição para a sustentabilidade do progresso socioeconômico do Brasil. Ao longo desse processo histórico, a biodiversidade brasileira tornou-se alvo do saque, da rapina e dos interesses do capital internacional (Leal, 2010; Marques, 2019; Loureiro, 2002; Castro, 2008; Zhouri, Castro, 2016).

Nas primeiras décadas da colonização, a fauna foi um dos primeiros “produtos” exportados para o mercado europeu (Bueno, 2016; Ortiz-Von Halle, 2018). No século XVI,

forneceu a matriz energética para a atividade açucareira do Nordeste através do óleo de baleia. No século seguinte, viabilizou a colonização do Vale Amazônico. Após a Revolução Industrial passou a ser comercializada para os mercados da moda na Europa e nos Estados Unidos, com intensidade similar à das atuais *commodities* - embora não sofresse tal classificação.

A partir do século XX, mesmo após a proibição do comércio da fauna e seus derivados, a exploração do recurso continuou a ser exercida em larga escala, na ilegalidade, seja para o abastecimento do milionário mercado internacional da moda, seja para o suprimento do lucrativo mercado internacional de *pets* selvagens (Charity, Ferreira, 2020; Save, 2017; Nuwer, 2020; Sosnowski, Petrossian, 2020; Cprh, 2021; Sousa, Pezzuti, 2022). Em vista disso, a biodiversidade brasileira permanece ameaçada pelo tráfico internacional de animais, responsável pela movimentação de milhões de dólares anuais em todo o mundo.

A preocupação com a capacidade de suporte dos estoques dos recursos naturais e começou a ser difundida a partir da segunda metade do século XX, quando indícios do esgotamento de diversos recursos vegetais, animais e minerais se tornaram irrefutáveis e, novas matérias-primas industrializadas forneceram alternativas economicamente mais eficientes do que os recursos de origem animal.

Cumprir destacar a inépcia do cânone econômico em reconhecer a imprescindibilidade dos serviços ambientais para o progresso econômico. A atividade econômica costuma ser analisada como um ente alienado da esfera ambiental, cuja autonomia da biosfera e permanente expansão seriam asseguradas pelas inovações tecnológicas. Os impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente costumam ser reputados como falhas de mercado, “externalidades” passíveis de mitigação por meio de precificações capazes de afiançar a assimilação de tais falhas externas pelo sistema de mercado (Cavalcanti, 2010).

A economia ecológica, entretanto, estabelece um contraponto a tais pressupostos, uma vez que teorizam a economia de mercado como um subsistema de um ecossistema universal, limitado, indissociável da sociedade e natureza, incapaz de existir sem os produtos e serviços ecossistêmicos não remunerados (Martinez-Alier, 2015; May, 2018). Para esta corrente teórica, a despeito da degradação ambiental provocada pelo progresso econômico nos últimos séculos, a ação humana sobre a natureza pode coexistir com as regras ecológicas básicas (May, 2018). O grande paradoxo é que isto somente seria possível mediante o reconhecimento da existência de limites físicos intransponíveis para o crescimento econômico e consequente condicionamento da atividade econômica aos limites de capacidade de suporte do planeta - proposta que se contrapõe à racionalidade capitalista, pautada na contínua criação de necessidades infundáveis e na acumulação material incessante.

Peter H. May advoga que a Primeira Revolução Industrial promoveu a inobservância dos princípios básicos da regulação ecológica. As inovações tecnológicas possibilitaram o incremento na escala de atividade humana, ampliando a capacidade de intervenção antrópica na natureza, conforme suplantaram as leis da diversidade biológica e da reciclagem de nutrientes (May, 2018), resultando na atual crise ecológica, cuja complexidade e polissemia (*Antropoceno, Capitaloceno, Industrialoceno, Termoceno*), evidenciam o grau de degradação do planeta em decorrência das dinâmicas da atividade econômica (Barcelos, 2019).

Disputas conceituais à parte, a nova era geológica é tipificada pelo grau de influência das ações antrópicas nas transformações climáticas e na biodiversidade do planeta. Em se tratando da América Latina, o desrespeito aos princípios de regulação biológica tem como ponto de inflexão a invasão do continente pelos europeus.

A lógica de saque do sistema colonial não compatibiliza com os princípios da sustentabilidade socioambiental, sendo responsável pela superexploração de espécies da fauna e flora. Esta lógica também foi resultou no genocídio de diversas etnias dos povos originários, conforme será discutido ao longo deste e dos demais capítulos. Ao longo da nossa discussão, desvelamos o papel dos recursos faunísticos brasileiros nas dinâmicas da divisão internacional do trabalho, na qual, o Brasil figura como periferia primário-exportadora.

A economia mundial resulta do processo de expansão dos Estados nacionais modernos, sendo o intercâmbio comercial entre as nações o instrumento que proporcionou a criação do sistema normativo que permitiu disciplinar as relações políticas, econômicas e institucionais entre as nações que se inter-relacionam no comércio internacional (Carvalho, 2014). “*O comércio é o mais antigo e mais importante nexos entre as nações. Juntamente com a guerra, o comércio tem sido fundamental para a evolução das relações internacionais*” (Gilpin, 2002, p. 193). Importam para a economia internacional os elementos que determinam as trocas internacionais – estoque e qualidade de recursos, técnicas de produção, etc. (Carvalho, 2014).

Para Baumann (2004), o estudo do comércio internacional se subdivide em dois grandes ramos: a análise das relações comerciais e a análise das relações financeiras entre os países. Para esta pesquisa, o formato das relações econômicas do Brasil e conseqüentemente, da Amazônia com as nações industrializadas consiste no ponto relevante da análise, posto indicar o papel da economia brasileira e amazônica nesta relação-capital.

O comércio internacional pode promover a acumulação de riqueza e originar grandes impérios. Todavia, de modo mais frequente produz dependência econômica. Isto decorre da assimetria sistêmica que estrutura os intercâmbios entre as nações industrializadas e as economias primário-exportadoras (Prebisch, 1949; Tavares, 2000; Galeano, 1998; Brandão,

Fernandez, Ribeiro, 2018). Tal e qual no passado, os interesses externos por recursos naturais de alto valor comercial têm motivado invasões de territórios, financiamento de guerras civis e de golpes de estado. A hegemonia no comércio internacional requer o domínio (direto e indireto) das fontes de tais recursos. O assalto às reservas de petróleo do Iraque e o financiamento de golpes de estado na América Latina são exemplos de estratégias imperialistas para o domínio de estoques de recursos naturais (Castells, 2018).

As economias dependentes estão em posição de desvantagem nessas disputas. Nas últimas décadas, o duelo entre a China e os Estados Unidos pela hegemonia do comércio mundial promoveu externalidades em economias periféricas como as da América Latina. Os conflitos socioambientais decorrentes dos grandes projetos de infraestrutura e logística para o fornecimento de *commodities* para as economias industrializadas representam a outra face da globalização – a moderna forma de colonização (Moreno, 2015; Aguiar, 2017; Castro, 2017; Saes, 2018; Svampa, 2019; Zhouri, Bolados, Castro, 2016).

No passado, disputas pelo domínio de rotas comerciais fomentaram guerras, tráfico, pirataria, conquistas e saques. Os conflitos pelas rotas comerciais da Ásia, da África, e do Oriente Médio marcaram o século XVI e impulsionaram as Grandes Navegações. O empeco da devastação do continente africano e a invasão das Américas resultaram dessas disputas. O debate ideológico outrora embasado nos preceitos mercantilistas fora substituído pela ideologia neoliberal.

Conforme o sistema evoluiu do capitalismo mercantil para o financeiro, os mecanismos de transferências de riqueza das periferias para as metrópoles se tornaram mais complexas e aguçadas, *pari passu* com o esforço por parte das nações dependentes em alcançar o tão desejado “desenvolvimento”. Isto porque, o receituário liberal de sucesso – fabricado para o contexto metropolitano – quando aplicado na periferia provoca efeitos adversos, aprofundando a sua subordinação aos interesses do capital externo (Tavares, 2000).

Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos [...] (Galeano, 1998, p. 11).

A ideologia neoliberal que produziu o atual modelo de desenvolvimento está vinculada ao discurso proferido pelo presidente Harry Truman em 1949, a respeito das “economias atrasadas”. Arturo Escobar esclarece como os discursos e as políticas desenvolvimentistas decorrentes produziram o chamado “Terceiro Mundo”. Para o autor, a busca pela tão sonhada superação do “atraso” tornou-se um pesadelo para todas as sociedades e indivíduos que não se encaixam no novo modelo imposto pelas nações hegemônicas. Nesse processo, culturas e sociedades tradicionais da África, Ásia e América-Latina foram transfiguradas ou destruídas em obediência à racionalidade do “mundo desenvolvido” (Escobar, 2007).

Os defensores desse modelo propagam a suposta eficiência dos pressupostos neoliberais na resolução das adversidades enfrentadas pelas “economias atrasadas” (Bresser-Pereira, Theuer, 2012). Bastaria para isso, a não intervenção do estado na economia, a fim de evitar a criação de regulamentações que obstruem a livre iniciativa – a grande promotora da prosperidade e da justiça social nas nações. Segundo Bresser-Pereira, durante a década de 1980 a ideologia neoliberal circunscreveu dois modelos de estado possíveis para os países subdesenvolvidos: o liberal ou o populista. Desta forma, o consenso de Washington inaugurou a fase da hegemonia das políticas neoliberais na América Latina (Bresser-Pereira, Theuer, 2012).

Não obstante, as políticas neoliberais nos países latino-americanos resultaram em aumento das desigualdades sociais e em taxas de crescimento comparativamente menores do que as que foram alcançadas antes da implementação do modelo neoliberal (Bresser-Pereira, Theuer, 2012). Para Escobar, o mito do desenvolvimento demonstra sinais de esgotamento após décadas de implementação de modelos de “ajustes estruturais” e megaprojetos que resultaram principalmente, em endividamento perpétuo e desigualdade social – cujas principais vítimas são os camponeses, as mulheres e o meio ambiente (Escobar, 2007; Castro, 2008; Loureiro, 2002).

No centro do conflito, os modelos de financiamento e outras formas de incentivo ao desenvolvimento – atados a condicionantes e recomendações fundamentadas na racionalidade neoliberal capitalista - que desconsideram especificidades históricas e socioculturais regionais e locais. Assim, o estímulo ao comércio internacional é apresentado como receita universal para a superação da pobreza e do atraso. Por conseguinte, a globalização é exibida como um mal necessário, fenômeno irremissível, mito massificado pela mídia, políticos e pelos defensores radicais desse processo histórico (Hist, Thompson, 2002).

O ideário mitificado da globalização propaga a intensa interconexão entre as economias nacionais e internacionais, na qual ocorreria um intenso fluxo comercial, tecnológico e de

capitais, solidificando as relações entre os atores no mercado econômico e na sociedade global. Essa visão desconsidera a natureza estratégica das inter-relações internacionais (Hist, Thompson, 2002). Ideias como “*Nosso futuro comum*”, carregam em seu bojo normas implícitas que limitam e influenciam a conduta dos atores internacionais, a fim de impedir que problemas internos prejudiquem as interações no contexto internacional – o bem-estar do sistema (Rosenau, 2000).

Logo, a governança global diz respeito à aceitação/legitimação de normas, imposições, modelos e instituições criadas no intuito de garantir que as atividades da sociedade internacional seguirão um sistema de regulamentações (Rosenau, 2000). Destaca-se que “*Instituições são formas amplamente aceitas e compreendidas de organizar esferas particulares da ação social*” (Cox, 2000, p.190). Desta forma, são estruturadas e estruturantes de discursos, do modo de pensar e implementar políticas econômicas e sociais. Ou seja, são formas de moldar a compreensão da realidade (Escobar, 2007; Bresser-Pereira, Theuer, 2012; Rosenau, 2000; Cox, 2000).

A flexibilização das fronteiras entre as escalas pública e privada, nacionais e internacionais permanece como recomendação para a conquista do suposto desenvolvimento econômico, numa clara desconsideração dos conflitos de interesse que permeiam e separam essas múltiplas escalas (Hist, Thompson, 2002; Brandão, Fernández, Ribeiro, 2018; Matias, 2005). Por conseguinte, o paradigma neoliberal modifica as concepções acerca da função do Estado no que diz respeito ao seu papel na garantia da equidade social, ao mesmo tempo em que a autonomia e a efetividade do próprio Estado entram em declínio (Matias, 2005).

Uma vez que o papel de cada nação na divisão internacional do trabalho determina quem perde e quem deve se apropriar dos ganhos do comércio internacional, coube às economias latino-americanas especializarem-se nas perdas decorrentes das transferências de valor (Galeano, 1998). Dos primeiros saques – de seres humanos e recursos naturais – ao neoextrativismo, a economia brasileira especializou-se no *comércio ecologicamente desigual* (Saes, 2018) e nos custos socioambientais dessa relação-capital (Castro, 2008; Loureiro, 2002). À luz das críticas aos mecanismos de espoliação das economias colonizadas, revisitamos, brevemente, a inserção do Brasil nas dinâmicas de acumulação do capitalismo comercial.

Isso posto, este capítulo está subdividido em cinco seções incluindo esta introdução. Na segunda seção apresentamos o contexto do descobrimento das terras brasileiras no processo de expansão ultramarina; na terceira seção apresentamos uma síntese sobre o sentido da colonização das terras brasileiras; a quarta seção traz reflexões sobre a exploração da fauna brasileira em meio às dinâmicas do mercantilismo europeu; a quinta e última seção está dividida

em subtópicos que discutem o modelo de inserção das Terras de Santa Cruz na empresa mercantil, destacando o papel da baleação como atividade fundamental para a viabilização do empreendimento açucareiro no Brasil.

2.1 A CHEGADA ÀS TERRAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO ULTRAMARINA

A passagem da economia natural para a monetária registra inovações técnicas significativas, sendo a ascensão do comércio um dos elementos distintivos que reconfiguraram a geopolítica europeia, estendendo o processo de mudança aos séculos seguintes. O crescimento do comércio inter-regional e de longa distância não somente ampliou o leque de mercadorias negociadas, como tornou as trocas comerciais mais complexas. Simultaneamente, a expansão da função econômica do ouro provocou desequilíbrio entre a crescente demanda e a insuficiência de reservas auríferas na Europa (Hunt, Lautzenheiser, 2013; Carvalho, 1937).

No início do século XV, as cidades comerciais (mercados permanentes) substituíram gradativamente as feiras. Esses espaços passaram por três transformações: i) concentração gradativa das manufaturas; ii) controle político e econômico nas mãos dos capitalistas comerciais; iii) substituição das normas consuetudinárias. O desenvolvimento de sistemas mais complexos como letras de câmbio, crédito nas trocas comerciais e manufaturas, exigiu a criação dos códigos comerciais, normatizando a atividade. *“Assim, essa lei tornou-se a base das modernas leis capitalistas dos contratos, títulos negociáveis, representação comercial e leilões”* (Lautzenheiser, 2013, p. 40).

O incremento na disponibilidade de produtos transacionáveis – resultado do incremento na produtividade agrícola – estimulou o intercâmbio de mercadorias, tanto nos mercados internos, quanto no mercado internacional. O crescimento do comércio, da indústria manufatureira e o crescente controle do comerciante capitalista sobre o processo de produção, são fenômenos correlatos. A expropriação do trabalhador dos meios de produção se consolidou no século XVIII, graças às transfigurações postas em curso nos séculos anteriores. Sobre a conjuntura socioeconômica da Europa na passagem do século XIV para o século XV, Joaquim Carvalho reflete:

As doutrinas económicas medievais haviam pretendido, sobretudo o equilíbrio do antagonismo das forças económicas, pela respectiva submissão aos valores ético-religiosos; porém, com a expansão das relações comerciais e o avanço da função económica do ouro desenvolveram-se, como seu fruto natural, o espírito capitalista e a avidez do lucro, e quebrantou-se, correlativamente, a influência moderadora da concepção do «justo preço», isto é, de um custo tanto possível em relação com o valor mercantil do objecto. Como escreveu Anselmo de Andrade, «a visita do ouro à Europa,

sobretudo à sua parte ocidental», trouxe consigo a desgraça geral. Até aí com terras e produtos da terra se pagavam rendas, serviços e tributos. Quando se colhia muito, muito se pagava, mas quando se colhia pouco, pouco também se pagava. Era uma distribuição de justiça feita com igualdade pela natureza. Depois, nesse regime novo, fundado na ilusão de uma idade de ouro também nova, veio a terrível obrigação do dinheiro. Foi um período de violências. A todos se exigiram partes de fortuna (Carvalho, 1937, p. 227).

A crescente dependência econômica por ouro e prata tornou-se impulso para a busca de minas em terras estrangeiras. Assim, a costa ocidental da África transformou-se no principal alvo da cobiça europeia. Por outro lado, a importação de especiarias do Oriente supria a demanda pelas mercadorias mais cobiçadas no mercado europeu. Cumpre destacar três especificidades desse intercâmbio comercial: i) a lucratividade; ii) a logística de transporte (participação dos árabes); iii) a rota comercial (localização estratégica de Constantinopla). Esses elementos são chaves para a compreensão da trajetória que culminou na Inserção do Brasil no capitalismo comercial:

Para atingirem o Ocidente, estas mercadorias, transportadas na maior parte em navios árabes, que não indianos, tinham a primeira baldeação em Adem, pôrto preferido, em Suez ou em Ormuz, à entrada do golfo Pérsico, concorrido sobretudo por negociantes guzarates e por navios procedentes de Cananor, Diu e Cambaia; daqueles portos, as caravanas carregavam-nas, respectivamente, para a Síria e Alexandria, e para o litoral do Mar Negro e do Bósforo, donde alcançavam Constantinopla, grande entreposto desta via. Simples pontos de escala, era destes últimos portos que as mercadorias orientais irradiavam para a Europa, seu mercado final (Carvalho, 1937, p. 224).

O Mediterrâneo era a via de escoamento mais vantajosa; o transporte era altamente disputado devido ao alto valor e facilidade de traslado das mercadorias. Até a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, as cidades de Gênova e Veneza disputaram o domínio desta rota comercial. Em consequência da expansão turca os genoveses foram excluídos da disputa, enquanto os comerciantes venezianos e o sultão do Egito assumiram o controle sobre os lucros do comércio via Mediterrâneo (Carvalho, 1937).

Conforme Peres (1937), é praticamente impossível estabelecer o exato fator ou grau de influência das classes envolvidas na expansão global do império luso. Contudo, o cotejamento das fontes nos permite inferir que as expedições portuguesas obedeciam aos seguintes impulsos: a) criação de rota alternativa para o comércio com Oriente; b) transferência da lucratividade do comércio de especiarias; c) descoberta e apropriação de novas reservas auríferas para o suprimento da crescente demanda pelo recurso (Carvalho, 1937; Bithencourt, Curto, 2010; Peres, 1937).

A expansão comercial portuguesa foi posta em curso com a conquista de Ceuta em 1415. Embora não seja considerado um processo contínuo ou metodicamente estruturado, não seria

exagero entendê-lo como um projeto de controle intercontinental do comércio marítimo no Atlântico, Mediterrâneo e no Pacífico. Esse ambicioso propósito atravessou os séculos seguintes com maior ou menor grau de êxito, consoante com a eficiência das forças anti-expansionistas enfrentadas. Para Veiga Simões, entretanto:

Não foram os dirigentes que nos levaram à aventura ultramarina: foram as forças constantes da sociedade que impeliram o país para a expansão fora do velho quadro social, definido num território delimitado, que a experiência fernandina demonstrara não ser fácil alargar. O rei – génio por isso – foi o instrumento unificador dos impulsos das classes, o equivale a dizer das forças sociais em movimento. Atribuir às grandes figuras que vemos hoje erguer-se da história, nos momentos genésicos em que as forças perturbadas da sociedade buscam equilíbrio, um pensamento ou plano, é estender à Idade-Média uma concepção actual: o grande segredo dessas figuras foi não ter plano, seguir os acontecimentos corrigindo-os e afeiçoando-os, sem buscar um futuro, consolidando apenas o existente, e por vezes até mal suspeitado que o correctivo a certa força social, em benefício exclusivo dela, iria criar destinos inéditos à comunidade (Simões, 1937, p. 338, grifo nosso).

A tomada de Ceuta convergia interesses militares, político e econômico: a) defesa nacional – povos mulçumanos vindo do Marrocos haviam utilizado a cidade como ponte para os recorrentes ataques contra a Península Ibérica; b) o domínio sobre o Estreito de Gibraltar, via de ligação entre os oceanos Atlântico e Mediterrâneo e rota marítima no comércio de mercadorias do Oriente com a Europa. Portanto, a conquista conferia aos comerciantes lusos maior grau de influência sobre o monopólio italiano no comércio de especiarias (Machado, 1937; Peres, 1937; Lopes, 1937). A violência e a rapina foram elementos inerentes do processo de expansão ultramarina do império português. O episódio da tomada de Ceuta é um exemplo.

Sob o longo domínio muçulmano, Ceuta fervilhava com 24 mil lojas, nas quais se vendiam ouro, prata, cobre, latão, sedas e especiarias. As casas, com seus pátios internos nos quais murmuravam as fontes, tinham paredes adornadas e o chão coberto por tapetes orientais. “Perto de essas, as melhores casas de Portugal parecem pocilgas”, anotou Zurara. A maior parte dessas residências foi saqueada de tal forma que nada restou do esplendor original. Embora especiarias já tivessem muito valor, os portugueses invadindo casas, lojas e bazares à cata de metais, as desprezaram solenemente. Os potes de conservas e jarras de mel, manteiga e azeite corriam em enxurrada pelas ruas”, relata Zurara. Nessa lama formada por vinhos finos, melado, vinagre, não boiavam apenas pimenta, canela e arroz, mas os cadáveres de homens, crianças e mulheres, muitas das quais haviam tido “dedos e orelhas arrancados pelos lusos para arrebatá-lhes brincos e anéis (Bueno, 2016, p. 64, grifo nosso).

No dia seguinte à barbárie, os saqueadores chefiados pelo infante D. Henrique e os religiosos, sempre presentes no empreendimento português, invadiram e se apossaram da mesquita da cidade. Lá celebraram uma missa – aqui entendido como um ritual simbólico de posse dos locais conquistados – na qual declararam o templo muçulmano, “catedral” católica (Bueno, 2016). Todavia, em decorrência da invasão, o comércio da cidade destruída estagnou-se. O ouro que circulava pela cidade durante o domínio mulçumano estancou. Em vista disso, D. Henrique decidiu descobrir a rota do ouro para cidade. Para isto, sequestrou e prendeu

mercadores árabes, que sob tortura revelaram o segredo do afluxo de ouro na cidade de Ceuta: o Comércio Mudo.

Grandes caravanas muçulmanas seguiam de Marrocos para o Sul, através das imensas montanhas da cordilheira Atlas – onde a neve eterna convive com o fulgor do deserto. Ao fim de 20 dias de marcha nas proximidades da cidade de Timbuctu em Mali os marroquinos expunham montes separados de sal, coral de Ceuta e mercadorias baratas. Depois, afastavam-se. Os homens das tribos locais, que viviam nas minas abertas, de onde extraíam seu ouro, aproximavam-se e colocavam, ao lado de cada pilha, a quantidade de ouro que julgavam valer tais mercadorias. Então, era sua vez de se retirarem, deixando aos mercadores árabes a função de aceitar a oferta ou reduzir a quantidade de peças expostas. O processo se repetia até que toda a mercadoria fosse retirada. Era o “comércio mudo” – uma forma de etiqueta comercial entre povos que não conheciam a língua uns dos outros, costume tão antigo que era descrito por Heródoto (Bueno, 2016, p. 55).

A chegada do (in)civilizado homem europeu substituiria a prática por outra igualmente antiga: a rapina. Sabia-se que as trocas ocorriam nas proximidades de um rio conhecido como “Rio do Ouro”. Cientes da impossibilidade de atravessarem o deserto, os portugueses decidiram tentar pelo mar, margeando a costa do continente africano, *“navegando das Canárias até a terra da Guiné”*. *Queria bloquear os mouros pela retaguarda e dominar a foz do “rio do ouro” – que, como se saberia depois, era o Senegal, tido como um dos braços do Nilo. Para fazer isso, teria que mergulhar no desconhecido* (Bueno, 2016, p. 55). A partir de então, os navegadores portugueses se lançaram ao mar com uma determinação jamais vista.

Assim, os navios portugueses tentaram contornar as Canárias durante dez anos. As tentativas lhes renderam a chegada às ilhas de Porto Santo, Madeira e dos Açores – que eram desabitadas. Nesse ponto, interessa destacar as ações dos agentes históricos portugueses em relação à natureza nos territórios conquistados, como estratégia para identificação de similaridades ou rupturas no processo de gestão dos recursos faunísticos no Vale Amazônico. Conforme Eduardo Bueno, os territórios serviram à realização de experiências que lhes permitiram criar estratégias de conquista de territórios selvagens. Assim, as ilhas do Atlântico seriam utilizadas em experimentos portugueses.

[...] se tornariam uma espécie de laboratório onde os portugueses experimentaram técnicas de ocupação e conquista de territórios selvagens. A ilha da Madeira – chamada assim por causa de suas florestas – foi queimada durante sete anos ininterruptos, na terra arrasada, surgiram os primeiros canaviais do Atlântico. Os coelhos introduzidos em Porto Santo por Bartolomeu Perestrelo (futuro sogro de Colombo) devastaram a ilha. Quando a Coroa desistiu de investir na ocupação desses arquipélagos, transformou-os em capitânicas hereditárias, como depois faria no Brasil (Bueno, 2016, p. 58;59).

Nesse sentido, surge o seguinte questionamento: a queima de florestas era uma prática para a liberação do solo? Se sim, o extrativismo do pau-brasil – que também envolvia a queima – também consistia em estratégia deliberada de desocupação do solo? Embora as questões não

possam ser respondidas nesta pesquisa, elas podem auxiliar futuras investigações sobre a colonização portuguesa no Brasil.

Isto posto, nas três primeiras décadas do século XV os navegadores portugueses haviam conquistado grandes avanços em seu empreendimento. A colonização das ilhas atlânticas de Porto Santo, Madeira, Açores e as investidas no Norte da África, foram praticamente simultâneas. Em Açores, os portugueses produziram vinho e cereais para a exportação. Como é comum nesse tipo de relação-capital, as atividades causaram impactos socioambientais: desflorestamento e superpopulação nas ilhas. Em Madeira, a fertilidade do solo e o clima favorável atraíram a cobiça do capital estrangeiro, – além dos portugueses, genoveses, flamengos – provocando disputas entre os cerealistas e os produtores de açúcar (Schwartz, 2010; Bithencourt, Curto, 2010).

A exploração da costa ocidental da África resultou nas invasões do Marrocos, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e no assalto às reservas auríferas do Golfo da Guiné. O estabelecimento de feitorias e fortificações, arrematava a posse e institucionalizava o saque no território. Na chamada “Costa da Guiné”, os lucros com o comércio de mercadorias e africanos escravizados, impulsionaram os esforços para a tomada da região, a despeito da resistência dos povos nativos. O contrato de arrendamento firmado entre Fernão Gomes e a coroa portuguesa em 1469, imputava ao contratante a obrigação de descobrir 100 léguas de terras costeiras a cada ano, a partir de Serra Leoa (Costa, 1937). Na tentativa de eliminar a concorrência das outras metrópoles imperialistas, D. Henrique (1394-1460) utilizava diversos estratagemas.

Para espalhar o terror pela navegação da Guiné, gerando a lenda dos perigos a que se arriscavam os navios redondos que a tentassem, mandar à costa as urcas velhas que haviam transportado os materiais para a fortaleza da Mina; comprara o silêncio dos pilotos e dos cartógrafos conhecedores da costa da África e levara seu pai a proibir os navios nacionais “que nam vaa nem mande as ditas partes da Guinee nem alguma dellas”; e estabelecendo igualmente rigorosas medidas acerca dos navios estrangeiros que se aventurassem a navegar nos mares africanos, mandava toma-los como boa preña e lançar ao mar as suas tripulações (Dias, 1937, p. 365).

Desde agosto de 1474 cabiam ao futuro rei, D. João III, os direitos sobre os rendimentos do monopólio do comércio africano. A devassa sobre o Sul da costa africana resultou na façanha da travessia do Oceano Atlântico para o Oceano Índico. O feito histórico de Bartolomeu Dias (1450-1500) em 1447, trouxe grandes contribuições para o comércio internacional e a navegação. O feito viabilizou a chegada de Vasco da Gama (1469-1524) à Índia e o estabelecimento de uma rota marítima entre a Europa e a Ásia (Machado, 1937; Costa, 1937; Bittencourt, Curto, 2010). A descoberta da rota criou novas possibilidades de fluxos de trocas de mercadorias, seres humanos e costumes. A partir então, o império lusitano ganharia

dimensão intercontinental.

Os feitos da marinha portuguesa durante a fase inicial do capitalismo mercantil demonstram o nível de expertise dos seus navegadores e indicam o nível de recurso financeiro que teria sido desprendido no empreendimento. Na primeira metade do século XVI, o imperialismo português já havia invadido as Terras de Santa Cruz no Atlântico Sul, explorado toda a costa oriental da África, seguido pelo Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Ormuz, Goa e Malaca, fixado presença em Guzurate (Gujarate) e no Ceilão (Sri Lanka), estabelecido contato com o imperador da China e com o Japão (Machado, 1937; Costa, 1937; Bittencourt, Curto, 2010).

Na África Central, a conversão do Rei do Congo ao catolicismo provou-se estratégica para intensificação do fluxo de escravizados traficados para a produção da cana-de-açúcar e abastecimento do mercado europeu. Não obstante, a aliança foi quebrada após a transformação da recém fundada cidade de Luanda na nova sede do poder português no continente. O conflito entre o reino do Congo e o império luso se estendeu até o século XVII, quando a força militar de Luanda derrotou o exército congolês. No Norte do continente, entretanto, a reação muçulmana em 1578, culminou na expulsão dos portugueses da maioria das fortalezas estabelecidas naquela região (Bittencourt, Curto, 2010).

Enquanto durou o monopólio comércio do Estado da Índia – uma rede de entrepostos comerciais fortificados, situados em cidades portuárias estratégicas – o império português reinou absoluto sobre o comércio internacional, alimentando o fluxo de trocas globais de mercadorias, seres humanos e animais. No alvorecer do século XVII, a expansão portuguesa havia resultado na criação de um novo eixo comercial que envolvia a África, a América e a Europa (Bittencourt, Curto, 2010; Bueno, 2016; Machado, 1937; Costa, 1937).

Com o declínio do domínio comercial português no Oriente, as terras conquistadas na América ganharam maior atenção. Mesmo porque, a ofensiva das nações concorrentes sobre o território brasileiro representava um grande prejuízo no momento em que o afluxo de riquezas para a metrópole havia reduzido consideravelmente, ao mesmo tempo em que os gastos militares se tornaram crescentes. Assim, na próxima seção, discutiremos o sentido da colonização brasileira.

2.2 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS

Inserida no contexto das dinâmicas da fase mercantil do capitalismo, a chegada dos portugueses às terras atualmente conhecidas como Brasil é um desdobramento do processo iniciado no continente europeu. O aparato normativo do sistema mercantilista garantia a

apropriação do excedente econômico das regiões conquistadas para posterior transferência para os centros metropolitanos. Tal objetivo poderia ser conquistado de duas maneiras: a) através de intensas disputas pelo domínio de antigas rotas comerciais; b) pela descoberta de novas rotas. Sob essa lógica, disputava-se o domínio sobre o comércio das Índias Orientais e Ocidentais (Gala, 2003; Borges, 2003).

Durante o século XVI, Portugal e Espanha notabilizaram-se entre as principais nações hegemônicas do capitalismo comercial. As guerras intra-europeias e suas disputas colonialistas moldaram as histórias geopolíticas e geoeconômicas de suas colônias; para Maria da Conceição Tavares, a história econômica do Brasil nesse período pode ser descrita como um elo colonial inserido no modo de produção capitalista (Tavares, 2000). Esta posição transformou-o em uma economia permanentemente dependente.

A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em conseqüência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados (Fernandes, 1972, p.11, grifo nosso).

Florestan Fernandes nos apresenta a razão para o fim do modo de produção escravista na América Latina e o motivo pelo qual a abolição da escravatura não significou a integração da população negra na sociedade. Como a abolição resultou de uma imposição externa sem que houvesse uma mudança na estrutura social interna, as velhas instituições permaneceram e garantiram a permanente reprodução das desigualdades de classe, raça e gênero nessa sociedade.

Para entender as práticas político-comerciais que principiaram esta relação de dependência, vale recordar alguns pressupostos da economia política do mercantilismo: i) Bulionismo ou metalismo; ii) Balança Comercial Favorável; iii) Pacto Colonial; iv) Protecionismo, aliado à existência de um Estado forte e capaz de garantir os interesses da burguesia comercial. Com graus variados de intensidade, duração e contexto histórico, cada nação colonizadora europeia utilizou-se de tais mecanismos (Gala, 2003; Borges, 2003). Paulo Gala subdivide as estratégias de extração de excedente colonial em dois grandes grupos: desvio e criação de fluxos comerciais.

A instalação de feitorias na Ásia exemplifica a primeira estratégia: antigas civilizações asiáticas foram subjugadas pelas nações europeias por meio do poderio militar e ulterior

instalação de feitorias; inicialmente, dominavam-se as linhas comerciais já existentes. Em seguida, substituía-se o sistema de intercâmbio originário pelo escambo – o que se mostrou altamente lucrativo para os colonizadores, dada a possibilidade de transferência de um fluxo de riqueza pré-existente, para o centro metropolitano (Simonsen, 2005; Gala, 2003).

Quanto ao segundo tipo de estratégia (criação de fluxos e rotas comerciais), esta consistia principalmente, na identificação de mercadorias de grande aceitação no mercado europeu; este é o sentido da introdução da atividade primário-exportadora no Brasil nesse período. As drogas do sertão configuram uma exceção, visto que os portugueses intencionavam substituir as especiarias das Índias, criando demanda para os produtos brasileiros (Gala, 2003; Furtado, 2005). Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo, ao discutirmos o extrativismo na Amazônia.

Retomando à questão da ocupação territorial das Américas, Furtado (2005, p. 26), sintetiza: *“O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus em sua primeira etapa de existência histórica”*. A política espanhola quinhentista e seiscentista tornou-se referência da prática bulionista, tanto pelas estratégias de acumulação de metais preciosos, quanto por seus efeitos a longo prazo sobre a metrópole e as colônias: não houve ocupação efetiva do território sob o domínio espanhol nas Américas, até que a imensa riqueza das civilizações ameríndias fosse dilapidada. Este foi o impulso necessário para que os espanhóis se entranhassem no território em busca de novos estoques de metais preciosos em possíveis minas interiores (Furtado, 2005; Leal, 1991).

Não existia motivação para o incentivo ao desenvolvimento de manufaturas, empreendimento agrícola ou promoção de intercâmbios comerciais com as colônias: dois terços das importações espanholas oriundas da América, eram de metais preciosos. Esta política resultou em externalidades como inflação crônica – que se propagou pela Europa -, déficit na balança comercial, crise na empresa manufatureira, cujos preços eram menos competitivos que o dos manufaturados no resto da Europa, onde os salários eram mais baixos (Furtado, 2005; Simonsen, 2005).

Quanto ao Pacto Colonial, este tinha a criação de estanco comercial como seu principal instrumento, geralmente sobre os produtos com maior potencial de extração de excedente de produção. Consistia no arquétipo utilizado para o desvio dos lucros coloniais para as metrópoles da época (Inglaterra, França, Holanda e Espanha). O controle espanhol sobre o comércio de suas colônias era tão abusivo que em seus domínios na América, por quase três séculos, apenas três portos podiam receber mercadorias: na América Central e Meridional os portos de

Cartagena e Porto Belo; em Nova Espanha (México), o porto de Vera Cruz (Simonsen, 2005).

O estanco espanhol abrangia o comércio de pólvora, sal, tabaco e mercúrio. As colônias exportavam prata, ouro, couros, açúcar, cacau e plantas medicinais. Eram proibidas de cultivar azeitona, vinha, fumo e linho. A administração das colônias espanholas objetivava a produção de excedentes em metais preciosos – posteriormente transferidos para a metrópole (Simonsen, 2005; Furtado, 2005). Essa estrutura de dominação possuía duas bases: legal e política; resultava do jogo de interesses entre governantes, vassallos e o poder religioso. Quando esses interesses entraram em conflito, surgiram transformações na geopolítica das colônias. São exemplos dessas transformações, o fim das missões jesuítas e os movimentos emancipatórios.

Embora ambas as colonizações (espanhola e portuguesa) tenham criado as bases necessárias para o estabelecimento de fluxos exportadores (Simonsen, 2005; Furtado, 2005; Gala, 2003), por razões óbvias nos deteremos no empreendimento português, visto que este inseriu o Brasil na empresa mercantil como polo primário-exportador para todo o continente europeu – e fonte inestimável de lucros para a metrópole portuguesa. Borges (2003, p.6) relembra que:

Coube ao colonizador sistematizar o Pacto Colonial nos moldes dos interesses do cenário europeu, criando no solo nativo alternativas que realizassem o lucro almejado e que aproveitassem as potencialidades de local ainda tão inóspito, transformando-o em produtor efetivo de riquezas. Essas soluções – produção extrativa e depois, principalmente, a plantation de cana-de-açúcar -, acompanhadas da mineração, renascimento agrícola e café, inscreveram a economia colonial na história metropolitana. As Terras de Vera Cruz consubstanciaram-se em uma inesgotável fonte de recursos, responsáveis pela economia do Velho Mundo por um dos veios mais promissores da construção de seu capitalismo auto-sustentável, representado, principalmente, pelo capitalismo Inglês.

Em vista disso, a economia amazônica foi inserida nessa lógica. As reconfigurações ocorridas no território amazônico resultam desse movimento que costurou o tecido das relações de poder que instituíram o extrativismo como atividade econômica que lançaria a região na dinâmica do jogo capitalista mundial, que tem engendrado a sua posição como economia periférica no Brasil e na economia mundial. A partir daqui, iniciaremos as reflexões sobre o papel do extrativismo faunístico no início da colonização europeia do território brasileiro.

2.3 A EXPLORAÇÃO DA FAUNA BRASILEIRA NAS DINÂMICAS DO MERCANTILISMO EUROPEU

A fauna foi um recurso crucial para a colonização brasileira. Do século XVI até a segunda metade do século XX, diferentes espécies da fauna foram mercantilizadas como matérias-primas fundamentais para o comércio internacional ou para a viabilização da produção de outras mercadorias voltadas para o atendimento das demandas do mercado externo. Não

obstante, a despeito de ter ocorrido em larga escala e por mais de um século, a história econômica do extrativismo faunístico no Brasil foi praticamente ignorada pelos economistas.

No Vale Amazônico, a fauna aquática e terrestre possibilitou a fixação dos colonos europeus no território, assim como viabilizaram a exploração dos produtos demandados pelo mercado externo. De modo semelhante, a caça das baleias no litoral brasileiro consistiu em uma das atividades-chaves para viabilidade da economia açucareira.

Cabe esclarecer que o extrativismo faunístico durante a era moderna não era atividade exclusiva das sociedades tribais. A descoberta e a disseminação da borracha, do petróleo e seus subprodutos fez com que esses materiais substituíssem funções anteriormente exercidas por matérias-primas oriundas do extrativismo animal. Gordura, ossos, couros entre outras partes e substâncias extraídas de animais figuravam entre as matérias-primas essenciais para a satisfação das necessidades de abrigo, conforto e locomoção. A gordura animal era um recurso energético indispensável para sobrevivência, servindo para diversos fins: conservação e fabrico de outros alimentos; medicação; combustível para iluminação; lubrificação de armas e engrenagens; calafetagem das embarcações; ligante em argamassas para construções.

Garantir a disponibilidade de alimentos representou um grande desafio para os colonizadores lusos na América. O clima tropical fornecia grandes dificuldades para o cultivo e a criação de plantas e animais domesticados pelo homem europeu. As primeiras tentativas de cultivo de alimentos como trigo, cevada, centeio e ervilha, por exemplo, mostraram-se infrutíferas. As queimadas e a abertura de clareiras para o plantio de milho e outros produtos na Mata Atlântica, por exemplo, atraíam insetos e roedores que destruíam as roças, devorando as plantações (Dean, 1996; Souza, 1851; Crosby, 1993).

A maravilhosa diversidade da Mata Atlântica incluía uma ordem notável de criaturas invasoras ansiosas por apropriar-se das colheitas das zonas alteradas que eram as clareiras queimadas dos lavradores. Os ciclos naturais da floresta permitiam a infestação ocasional de animais – roedores, por exemplo – que se multiplicavam prodigiosamente quando o bambu frutificava e, quando este se exauria, voltavam-se para as plantações e o milho armazenado. Estas eram, sem dúvida, temporadas de fome para os homens. Ao lado de numerosas espécies de roedores, inúmeros tipos de pássaros também apreciavam frutos e grãos (Dean, 1996, p. 124).

Todavia, as dificuldades na produção de alimentos não se limitavam às espécies vegetais exóticas introduzidas pelos europeus. As variedades domesticadas pelos indígenas perseveravam de acordo com as limitações impostas pelo ambiente. No caso das saúvas, por exemplo, os indígenas não haviam encontrado medidas defensivas capazes de impedir um exército de cortadeiras de devorar uma plantação inteira de mandioca durante uma ou duas noites. As técnicas defensivas conhecidas pelos portugueses e africanos também não surtiam efeito. Foram necessários tempo e experimentação (Souza, 1851; Dean, 1996).

Isto significa que disponibilizar alimentos como farinha, por exemplo, na escala exigida pela política metropolitana de (re)povoamento, não foi uma tarefa simples e automática. Em 1587, o cronista Gabriel Soares de Souza (1540-1591), impressionado com a voracidade indestrutível das saúvas, refletia sobre a influência dos insetos sobre a agricultura. Na época, o Brasil estava sob domínio espanhol. Dizia ele:

Se estas formigas não foram, houvera na Bahia muitas vinhas e uvas de Portugal; as quais formigas vêm de muito longe de noite buscar uma roça de mandioca, e trilham o caminho por onde passam, como se fosse gente por ele muitos dias, e não salteiam senão de noite [...] e passa logo por aquela palha tamanha multidão delas que antes que seja manhã, lhe dão com toda a folha no chão; e se as roças e árvores estão cheias de mato de redor, não lhes fazem mal, mas tanto que as vêem limpas, como que entende que tem gosto a gente disto, saltam nelas de noite, e dão-lhe com a folha no chão, para a levarem para os formigueiros [...] e tornarem todas carregadas, e entrarem assim no formigueiro, e saírem-se logo dele infinidade delas a buscarem de comer à roça, onde foram as primeiras; e têm tantos ardis que fazem espanto [...] se elas não foram que o despovoará muita parte da Espanha para irem povoar o Brasil; pois se dá nele tudo o que se pode desejar, o que esta maldição impede, de maneira que tira o gosto aos homens de plantarem senão aquilo sem o que não podem viver na terra (Souza, 1851, p. 48).

Conforme pondera Warren Dean (1996, p. 124), *“que um inseto possa desviar desígnios humanos é uma idéia execrável, certamente mais execrável que a própria praga, porque questiona a hegemonia de nossa espécie. No entanto, consideram-se as evidências”*. O desenvolvimento da pecuária no Brasil exigiu a introdução de animais exóticos como o boi, a cabra, os muares e o porco doméstico europeu; isto exigiu a adaptação das técnicas de manejo, predação de animais da fauna nativa, controle dos parasitas locais e morcegos hematófagos (Crosby, 1993; Fiori, Santos, 2015; Conceição, 2012). Havia todo tipo de dificuldade para a criação de gado. Apensavam-se as do meio ambiente, os embaraços engendrados pela política metropolitana.

Na pastagem natural e sem cercas, o gado se reproduzia à vontade. Aqueles que sobreviviam eram os que escapavam às onças e resistiam às doenças e rigores da planície sem abrigo. Essas “raças” – curraleira, caracu, Junqueira, crioula – não apresentavam nenhuma vantagem a seus predadores humanos, exceto rusticidade [...] de fato, a intervenção se limitava à captura para castrar e marcar. Em algumas regiões, até esta última formalidade era dispensada. Os fazendeiros não davam forragem e, por isso, a estação seca implicava severa mortalidade do gado, cujos sobreviventes requeriam anos pra alcançar o peso de mercado. O único suplemento fornecido ao gado era o sal. Este nutriente, escasso nos solos das terras altas, encontravam-se em baixas concentrações nos barreiros – leitos secos de lagos e margens de rios. Aí o gado, em companhia de animais selvagens famintos por sal, raspava com a língua os galhos viscosos, um efeito, segundo um observador, muito parecido ao produzido pelo arranhar de uma superfície em busca de ouro (Dean, 1996, p. 128).

Certamente o sal fornecido aos animais era insuficiente, dado a sua escassez e preço. O estanco do sal decretado pela Coroa tornou a escassez do produto um problema crônico na colônia. A insuficiência de sal ocasionou enormes desperdícios de carnes e peixes. A título de exemplo, no ano de 1768, o Intendente Geral do Comércio da vila de Santarém (Pará), João de

Amorim Pereira, informava ao Governador e Capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão, senhor Fernando da Costa de Ataíde Teive (1730-1807), que havia recusado uma carga contendo 200 arrobas (três mil quilos) de peixe salgado, enviados da vila de Óbidos, em razão do produto ter perecido por insuficiência de sal:

Outro soldado trazendome aqui 200 arobas de peixe seu e do Padre Vigário da dita villa de Óbidos pela carta que escrevi ao Director da dita villa lhe não aceitei logo por estar muito humilo e com bastante cheiro e me dizerem pessoas peritas desta villa que lhe mandei ver, de que não estava capas de receberce, o que procedia de ter sido mal salgado, e como a canoa estava a partir para Macapa, mandei 3 arobas delle a mostrar ao Coronel Commandante; para que mandando lá examinallo, achando-o sufficiente me arzace para lho aceitar e mandallo embarcar na volta da mesma canoa que, o aceitarce, sempre se faz outra carga como o que foi e ainda há de fittar, e a não se aceitar, sempre se há de fazer a carga, pois já do pesqueiro há de haver para isso. (Códice 182, DOC. 60. In: Furtado *et al.*, 2002).

Os três mil quilos de peixe provavelmente foram descartados, visto que apresentavam mau cheiro e, por vezes, os trabalhadores se recusavam a consumir o produto estragado. Esse tipo de desperdício tornou-se recorrente no Vale Amazônico durante o período colonial. Retomando a questão do início da atividade pecuária no Brasil, a criação de gado promoveu a interiorização na Mata Atlântica, à medida que os animais criados sem cercas e sem o manejo adequado adentravam na floresta. Ademais, durante a economia açucareira a criação de gado foi proibida na faixa litorânea devido aos conflitos gerados pela penetração dos animais nas lavouras de cana-de-açúcar, portanto, incompatível com a atividade mais lucrativa da época (Furtado, 2005).

O gado era vulnerável a morcegos vampiros, moscardos e às larvas que invadiam as feridas que aqueles provocavam. Indiretamente, as moscas eram outra causa da invasão da floresta. Para escapar a elas, o gado e os cavalos habitualmente penetravam nas franjas da floresta, fazendo com os cascos suas próprias clareiras e transportando neles sementes de capim. O principal flagelo dos animais eram os carrapatos, onipresentes nas pastagens, contra os quais os fazendeiros não tomavam nenhuma providência. O gado sofria com muitos tipos de parasitas intestinais, alguns dos quais trazidos nas primeiras levas de animais de Portugal (Dean, 1996, p. 129).

Segundo Dean (1996), nesta fase a pecuária possuía baixíssima produtividade, resultando no encarecimento permanente das carnes salgadas e laticínios mesmo após o fim do estanco do sal no século XIX. À medida que os animais adentravam à floresta, provocavam alterações na paisagem natural, introduzindo de forma indireta outras espécies invasoras, indicando que os desequilíbrios ambientais decorrentes da expansão da atividade econômica na zona da Mata-Atlântica remontam ao processo de colonização.

A introdução de animais exóticos nunca foi tão vantajosa quanto a de plantas. Uma vez que os animais vivos, ao contrário das sementes, inevitavelmente traziam seus parasitas consigo, a fuga biótica não havia sido completa. O surgimento do gado em

campos gramados e cerrados nativos foi um evento memorável em termos botânicos. Os primeiros observadores “contavam maravilhas” sobre os pastos – como era luxuriante o crescimento do capim e como o gado engordava rapidamente com ele. Bastava, porém, uma geração ou duas de pastoreio por uma única espécie para transformar essas paisagens edênicas. Sem ser tangido, o gado tendia a pastar demais no capim mais palatável, de sorte que os campos definhavam em plantas raquíticas, doências (Dean, 1996, p. 129).

Assim, a fauna local consistia na única ou principal fonte de proteína animal disponível. Todavia, a exploração de tais recursos exigia o conhecimento sobre hábitos e comportamentos dos animais, sobre as espécies aquáticas viáveis para a alimentação, onde encontrá-las, como capturá-las, etc. Esse sistema de saberes e tecnologias havia sido desenvolvido pelos indígenas ao longo de milhares de anos de manejo da floresta (Diegues, 2000; Fiori, Santos, 2015).

A sobrevivência no novo ambiente estava condicionada ao desenvolvimento de novas habilidades, adaptação aos hábitos alimentares e conhecimentos medicinais locais. O acesso aos saberes nativos mostrou-se indispensável ao colonizador, ao mesmo tempo em que os indígenas se tornaram – compulsoriamente – os responsáveis pela exploração dos recursos e garantia de alimentos para os europeus (Leal, 2010; Furtado *et al.*, 2002; Fiori, Santos, 2015; Coelho, 2009; Azevedo, 1926).

Por outro lado, o contato com as novas armas e ferramentas dos invasores promoveu transformações na arte de caça e pesca indígena. Isto somado às novas demandas europeias pelos recursos naturais, resultou no aumento do esforço de caça e pesca sobre a fauna silvestre. Embora seja possível vislumbrar algumas das espécies mais impactadas, ainda restam lacunas sobre a variedade e o volume de animais explorados e exportados para a Europa e outras partes do planeta ao longo da história econômica brasileira.

O comércio internacional na fase do capitalismo comercial não se resumia a mercadorias como ouro e especiarias. Uma variedade de matérias-primas faunísticas de grande valor comercial foi transacionada ao longo dos últimos quatro séculos e relegada ao quase esquecimento. Couros, gordura, dentes, ossos, penas, marfim, âmbar-*gris* e insetos, foram altamente demandados e comercializados. Durante o século XVI, o âmbar – substância eventualmente encontrado no estômago dos cachalotes - foi suficientemente valioso para ser enviado como presente do Vice-Rei da Índia, Francisco de Almeida de Afonso Albuquerque, para a rainha de Portugal (Lima, 1939; Sales, 1723;1730; Baião,1939).

Desde o final do século XIV, a Europa vivia uma crise florestal decorrente dos séculos de intenso desflorestamento. O incremento na demanda por madeiras para a construção de navios destinados à expansão ultramarina agravou o problema. A crise no estoque de recursos florestais motivou o Estado português a normatizar o uso dos terrenos de caça, inclusive com

designação de mateiros para vigiar as áreas (Devy-Vareta, 1985). Segundo a autora, a medida visava conter a crescente escassez do recurso. As conquistas nos continentes africano e americano oportunizaram o acesso a uma nova e considerável reserva de recursos florestais – que incluíam madeira e animais silvestres.

Segundo Eduardo Bueno, o primeiro recurso natural saqueado na costa africana para a comercialização na Europa não foi outro senão a fauna. Em 1436, ainda no início da expansão pela costa da África, uma expedição capitaneada por Afonso Gonçalves Baldaia e Gil Eanes havia partido de Portugal à procura da entrada do Rio do Ouro, supostamente localizado nas proximidades do Cabo Bojador. Após o insucesso da missão, os navegadores aportaram em uma região abaixo do Cabo Bojador, onde decidiram carregar o navio com couros e óleo de focas – chamadas de “lobos-marinhos” (Dias, 1957; Bueno, 2016).

As peles e o óleo foram o primeiro carregamento comercial e os primeiros produtos “exóticos” que os navegadores de D. Henrique trouxeram por si próprios para Portugal. Era o início de uma nova era para a navegação comercial. Estimulados pelos lucros que vislumbraram nesses produtos, os navegadores de D. Henrique começariam a modificar o mundo estreito e fechado em torno de si mesmo dos antigos e da igreja medieval, transformando-o no globo moderno (Bueno, 2016, p. 65).

Couros e peles de focas, assim como azeite de baleia e azeite de peixe, faziam parte da pauta de recursos extraídos da Guiné, transportados para Portugal e revendidos no resto da Europa (Marques, 1977). Dentre os animais exportados, os gatos-de-argália (*Civettictis civetta*) eram especialmente valorizados, para fins medicinais e a retirada de uma substância conhecida como “almíscar”, utilizada na fabricação de perfumes.

Da Guiné, os Portugueses traziam também goma arábica, gatos de argália (de onde se extraía um produto medicinal muito apreciado), malagueta, algodão, marfim e vários outros artigos menores, incluindo papagaios. Davam igualmente lucros consideráveis o peixe e o óleo de peixe e de baleia. Além de peixe propriamente dito, os navios portugueses caçavam baleias e lobos marinhos nas águas das Canárias e do Norte de África, vendendo depois em Portugal, de onde eram exportadas para outras partes, as peles e o azeite (Marques, 1977, p. 225).

Para se ter ideia do quão antiga é a exportação da fauna brasileira para o mercado internacional, onze anos após a chegada dos europeus ao território, já havia se instalado na Europa um lucrativo mercado para os animais capturados no Brasil. O comércio ocorria através do escambo com os indígenas. É provável que tenha se desenvolvido como atividade complementar ao extrativismo do pau-brasil, por representar uma oportunidade de negócio para a tripulação dos navios que extraíam madeira na costa brasileira (Dean, 1996; Simonsen, 2005).

Os primeiros exemplares da fauna brasileira a chegarem à Europa foram enviados por Cabral como amostra da fauna exótica da colônia americana. Alguns dos animais haviam sido doados pelos indígenas no primeiro contato com os invasores. Os outros exemplares resultaram

do escambo entre os marinheiros e os indígenas encantados com as toucas vermelhas da tripulação (Bueno, 2016). Assim, araras, papagaios e macacos, deslumbraram os navegadores com as suas cores, exuberância - e no caso dos papagaios, a capacidade de falar (Marques, 1977; Bueno, 2016). Na Europa, a avifauna brasileira causaria tamanho fascínio que logo se tornaria famosa e desejada entre a nobreza (Dean, 1996; Bueno, 2016). A exibição de animais exóticos fazia parte da estratégia de dominação simbólica adotada pelos monarcas portugueses.

Como nos tempos áureos do Império Romano, a presença e a exibição pública de animais exóticos exercia poderoso efeito sobre a população e possuía “um forte impacto de propaganda, a nível nacional e internacional”, usado para ressaltar poderio e a abrangência do império ultramarino [...] Do zoológico particular mantido por D. Manoel, ampliado por D. João III, faziam parte ainda búfalos, gazelas, corças, hipopótamos, pelicanos (então chamados crós), avestruzes, flamingos, pinguins (então chamados sotilicaios) e tartarugas, além de várias espécies da fauna brasileira, como onças, antas, os adorados papagaios e araras (“as aves parladoras” de então) (Bueno, 2016b, p. 528).

Os monarcas portugueses chegaram a transportar elefantes, rinocerontes e camelos da África para Portugal, a fim de utilizá-los em exibições simbólicas de poder. D. Manoel desfilava pelas ruas precedido por um elefante. Na época da chegada dos psitacídeos ao reino, os elefantes já não causavam admiração. O tédio das longas viagens nos navios, transformou as aves falantes nas companheiras prediletas dos marinheiros. Segundo Bueno (2019a, p. 214), a cena retratada na Figura 1, se tornara comum na Normandia durante a primeira metade do século XVI: “*Um marinheiro normando perambulando pelo porto de Hanfleur, logo após chegar do Brasil, em companhia de seu papagaio*”.

A exportação de papagaios para o deleite da nobreza europeia, converteu-se em um negócio oportuno, visto que até aquele momento a única mercadoria exportável da colônia para a metrópole havia sido madeira. Até a implantação da empresa agrícola, pau-brasil e espécimes da fauna, foram os dois principais produtos exportados pelo Brasil (Bueno, 2016; Marques, 1977; Simonsen, 2005). Na feira da cidade de Salvador eram comercializados animais como antas, veados, cotias, tatus, pacas e capivaras, que podiam ser comprados vivos ou abatidos; também eram ofertadas as espécies preferidas pelos europeus para animais de estimação: macacos, saguis, papagaios, araras, periquitos e aves canoras (Bueno, 2016).

De fato, junto com o pau-brasil – e com alguns macacos e saguis e a pele de certos felinos –, essas aves eram o principal produto de exportação do Brasil. O impacto que esses animais falantes e de plumagem exuberante provocaram – a princípio na corte, em Lisboa, e depois em boa parte da Europa Ocidental – foi tal que, de 1502 a 1505, o Brasil foi chamado de Terra dos Papagaios (Bueno, 2016, p. 197.).

Um dos mais importantes documentos sobre o extrativismo do pau-brasil – o *Livro da Viagem e Regimento da Nau Bretoa* – indica que a exploração do pau-brasil e o comércio da fauna silvestre podem ter sido atividades complementares ou conjugadas. A Bretoa era uma

embarcação pertencente ao consórcio formado por Fernando de Noronha (detentor do contrato do pau-brasil), o banqueiro Bartolomeu Marchioni e dois outros associados. Esta embarcação transportava a madeira para Portugal e possuía um regimento que disciplinava a conduta da tripulação; aparentemente, um código rígido que proibia comunicação e comércio com os indígenas. Curiosamente, a única oportunidade cedida à tripulação era transportar animais comercialmente valorizados no mercado europeu.

A única brecha num regulamento de resto extremamente restritivo era a possibilidade aberta a todos os tripulantes, de trazer para Portugal animais silvestres do Brasil – especialmente papagaios, macacos e felinos de pequeno porte, como jaguatiricas, todos muitíssimo apreciados como animais de estimação e, portanto, bastante valiosos tanto em Portugal quanto na França. A negociação para obter tais animais, no entanto, deveria ser feita exclusivamente por intermédio do feitor e nunca diretamente com os índios (Bueno, 2016, p. 201, grifo nosso).

Desse modo, os marinheiros se esforçavam para conseguir a maior margem de lucro possível. Em uma única viagem, realizada em 1511, foram transportados para Lisboa 73 animais de diferentes espécies: 15 papagaios, 16 felinos, 19 macacos e 23 periquitos. Os animais foram orçados em oito mil réis, sobre os quais foi recolhido o imposto régio de um quinto (Bueno, 2016; Dean, 1996; Simonsen, 2005; Gomes, 2019). A concessão para a comercialização da fauna provavelmente tinha o objetivo de reduzir as perdas decorrentes do saque realizado pelos comerciantes ilegais. Importa destacar que onze anos após o envio dos primeiros exemplares de psitacídeos, para a Portugal, já havia se formado um mercado para esses animais na Europa. E nas primeiras três décadas após o descobrimento, o contrabando da fauna silvestre já estava instalado no território.

Figura 1 - Marinheiro normando passeando com o seu papagaio, após voltar do Brasil



Fonte: Bueno (2016).

O contrabando da fauna silvestre brasileira é um problema histórico. A apreensão da carga do navio francês *Pelerine* em 1532, pode ter sido o primeiro registro de apreensão de uma carga de animais silvestres contrabandeados da história brasileira. Além das 15 mil toras de pau-brasil, 5,5 toneladas de algodão, o navio transportava para a Europa, 3.000 peles de onça, 600 papagaios e 300 macacos (Bueno, 2019a; Dean, 1996). O caso é bastante simbólico, posto que mais tarde, Portugal teve que ressarcir os franceses, pagando valor superfaturado pela carga (Varnhagem, 2011).

O total das reclamações formuladas por Saint Blancard, somente quanto ao carregamento, alcançava 62.300 ducados, cifra evidentemente exagerada, que hoje corresponde a cerca de 12.000 contos. Atribuam nessa cifra o maior valor ao pau-brasil; logo a seguir às peles de onça e de outros animais; e em terceiro lugar aos papagaios. É que os gauleses levavam muitas destas aves que eram vendidas a seis ducados cada uma quando começavam a falar francês, alcançando alguns espécimes mais raros (principalmente as de penas amarelas) preços cepcionais (Simonsen, 2005, p. 77, grifo nosso).

Como o aprisionamento da carga se deu em águas europeias, os franceses recorreram no Tribunal de Presas de Bayonne, e ganharam a causa, sendo Portugal obrigado a restituir o valor (Varnhagem, 2011). A despeito do alegado superfaturamento, tudo indica que as aves eram valiosas no mercado francês. Importante destacar que os psitacídeos e as aves canoras permanecem entre as espécies mais ameaçadas pelo tráfico internacional de animais silvestres (Charity, Ferreira, 2020; Save, 2017; Ortiz-Von, 2018).

É difícil imaginar o custo dessas mercadorias exóticas para os tupis. Matar uma onça era uma aventura arriscada, não só por sua grande força e ferocidade, mas também porque seu “espírito” era considerado especialmente vingativo. Por isso, a carcaça do animal morto tinha de ser coberta por uma plumagem fina, exatamente como a de um adversário humano. As mulheres tinham de implorar pelo seu perdão: os homens da aldeia haviam fixado armadilhas para animais que podiam comer; a onça havia caído na armadilha por descuido e os homens tiveram de mata-la por medo de sua raiva. O feitor francês, que testemunhou essa cerimonia e depois comprou a pele, bem pode ter erguido a sobancelha diante dessas representações tradicionais tendenciosa, que na verdade não eram muito diferentes daquelas que os tupis estavam acostumados a dirigir aos espíritos de seus inimigos humanos (Dean, 1996, p. 66-67).

De fato, a reflexão sobre as transformações nas relações historicamente instituídas entre os agentes históricos e os recursos se faz necessária. Embora o cruzamento das fontes bibliográficas sobre o tema apresente, por vezes, posições extremas que vão desde o “mito do bom selvagem”, até ao “indígena avaro e exterminador da natureza”, a análise documental aduz ao “*Moinho Satânico*” de Karl Polanyi, no qual afirma que a lógica do sistema capitalista triturou os tecidos sociais anteriormente instituídos. Foi necessário um processo extremamente violento para que a lógica capitalista fosse institucionalizada. Um relato do viajante Henry Walter Bates fornece indícios do grau de transformação sociocultural necessária para que as relações entre os nativos e os recursos naturais se modificassem de forma tão extrema:

Levei vários anos para conseguir convencer um pescador a arpoar um delfim [boto] para minha coleção, pois ali ninguém mata esses animais voluntariamente, embora se afirme que o óleo que fornece é excelente para lampiões. As pessoas supersticiosas acreditam que o uso desse óleo na iluminação provoca cegueira. Consegui finalmente obter a colaboração de Carapirá, ao oferecer-lhe uma elevada recompensa numa ocasião em que suas finanças estavam em maré baixa; mas ele se arrependeu amargamente de ter concordado em executar o serviço, afirmando que sua sorte o abandonou a partir desse dia (Bates, 1979, p. 238, grifo nosso).

Da informação se percebe algumas questões interessantes: a primeira é que se tomarmos por verdadeira a afirmação do viajante, matar botos não era uma prática comum no Vale Amazônico, uma vez que Bates afirma que levou vários anos para convencer alguém a matar um indivíduo desta espécie e só o teria conseguido após explorar a vulnerabilidade econômica do guia, sendo que o indivíduo havia se arrependido da ação. Assim, o questionamento levantado por Warren Dean se faz extremamente oportuno: qual foi o custo da mudança cultural para a população nativa? Quais foram as condicionantes dessa mudança? Nesse episódio, ocorrido na vila de Ega (Tefé), região hidrográfica do Solimões/Japurá, foi a condição econômica. A outra questão importante no relato, diz respeito à propriedade do óleo do animal, que possibilitava seu uso para a iluminação.

Atualmente a população do boto (*Inia spp.* e *Sotalia spp.*) encontra-se em declínio na Amazônia, em razão da contaminação por mercúrio, embaraços em redes de pesca e da caça desenfreada do cetáceo – principalmente, para utilização como isca na pesca da piracatinga (*Calophysus macropterus*) – peixe carnívoro de hábitos carniceiros, conhecido como “urubu d’água”. A caça ao boto é proibida por lei, embora venha acontecendo em larga escala nos últimos anos. Como agravante, a predação tem sido realizada de forma insustentável e irracional (Rodrigues, Fontes, Santiago, 2018; Charity, Ferreira, 2020; Souza, 2020).

A Imagem 1, pertence a uma reportagem divulgada pelo Fantástico em 2014, na qual mostra os caçadores matando uma fêmea grávida (Bridi, 2014). Segundo Souza (2021, p. 18), “a pesca da piracatinga simboliza o “efeito iceberg” das ações predatórias na região amazônica. O comércio ilegal desse peixe é um dos muitos impactos nos ecossistemas aquáticos”. Em consequência da repercussão da reportagem, em 2014 foi decretada moratória proibindo a pesca da piracatinga por cinco anos; a Instrução Normativa SAP/Mapa nº 17, de 10 junho de 2020, constituiu moratória por mais um ano; em 2021 a Portaria SAP/Mapa nº 271, declarou nova moratória por mais um ano (Rodrigues, Fontes, Santiago, 2018; Mapa, 2021).

Todavia, são contrabandeados grandes volumes da piracatinga para a Colômbia – principal mercado consumidor desse peixe pescado no Brasil. Além do boto, outra espécie ameaçada por essa atividade é o Caiman (*Caiman crocodilos*), também utilizado como isca

pelos pescadores (Charity, Ferreira, 2020). Ironicamente, a região do Médio e Alto Solimões está no epicentro da matança de botos.

Imagem 1 – Boto-rosa fêmea grávida abatida por pescadores ilegais na Amazônia em 2014.



Fonte: Bridi (2014).

A predação desordenada dos botos em uma região onde o abate de um exemplar era considerado tabu, indica o nível de transformação sociocultural na região. Warren Dean (1996) ao narrar o processo de destruição da Mata Atlântica, explica a influência da chegada de imigrantes europeus na cidade de São Paulo e a mudança gradativa na técnica de caçada e na relação com a natureza.

Nesse sentido, vale lembrar que a caça e a pesca não são as únicas responsáveis pela ameaça de extinção de milhares de espécies animais. As externalidades negativas decorrentes do processo produtivo têm sido uma grande ameaça à fauna brasileira. É fato que o processo de destruição da biodiversidade iniciado no Brasil a partir da colonização europeia foi intensificado ao longo dos séculos de exploração desenfreada dos recursos naturais brasileiros, sob o argumento da busca do progresso e do desenvolvimento econômico. A substituição das florestas por lavouras e rebanhos, desvios e drenagens de cursos d'água, contaminação do solo e das águas estão no cerne da destruição de habitats, extermínio da fauna e das mudanças climáticas. Os próximos tópicos apresentarão um resgate histórico sobre a predação de baleias no Brasil em meio às dinâmicas do capitalismo mercantil.

2.4 SÍNTESE DO MODELO DE INSERÇÃO DA TERRA DE SANTA CRUZ NA EMPRESA MERCANTIL: LATIFÚNDIO, MONOCULTURA, BALEAÇÃO E MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

A não descoberta imediata de metais preciosos, determinou as primeiras atividades primário-exportadoras da América portuguesa: o extrativismo vegetal e faunístico. A não descoberta inicial desses metais reduziu consideravelmente a atratividade das terras recém conquistadas. A posse efetiva do território, consistia em um empreendimento altamente dispendioso e economicamente arriscado: seria necessário o desvio de recursos de outras atividades mais lucrativas para um investimento sem garantias de retorno. Contudo, a expectativa de recorrência do achado espanhol atraiu a cobiça das demais nações imperialistas, compelindo os portugueses a buscar estratégias para a garantia da posse do território.

Sobre o quadripé latifúndio, monocultura, escravismo e produção voltada para o mercado externo, o sistema *plantation* – implantado pelas capitânicas hereditárias - estabeleceu a ocupação econômica da colônia portuguesa nas Américas. De forma estratégica, o exclusivo comercial não foi instituído de imediato ou de forma geral. Foram selecionados os produtos mais lucrativos para a criação do estanco: pau-brasil, pesca às baleias, sal, diamantes e a distribuição do tabaco oriundo de Portugal (Simonsen, 2005; Furtado, 2005; Gala, 2003; Duarte Filho, Aguiar, 2013; Bacha, 2016). Tal decisão era reflexo da insuficiência de recursos por parte da Coroa portuguesa para financiar de forma autônoma o empreendimento açucareiro nas terras brasileiras.

As primeiras restrições ao livre comércio foram criadas após a União Ibérica, com a suspensão do intercâmbio comercial com os holandeses e a instituição do exclusivo comercial da Coroa portuguesa. Com o fim do jugo espanhol Portugal viu-se coagida a negociar os tratados de paz, aliança e comércio com a França, a Holanda e a Inglaterra, e a abrir os portos do reino ao livre comércio com essas nações (Simonsen, 2005).

A Inglaterra foi a principal nação a pressionar Portugal pela concessão de vantagens no comércio com as colônias portuguesas. Entre 1642 e 1654, a Inglaterra garantiu vantagens tarifárias sobre seus produtos, além de abrir o mercado português para o fornecimento de navios ingleses (Simonsen, 2005). Todavia, em 1666, a Coroa portuguesa retomou o exclusivo comercial com a colônia. Tal determinação foi mantida até 1808, quando a família real fugindo de Bonaparte para o Brasil, novamente foi compelida a abrir os portos brasileiros às nações estrangeiras amigas (Simonsen, 2005). A data entrou para a história como marco oficial do comércio exterior brasileiro.

Aqui se faz necessária uma digressão sintética. Esse momento de (re)configuração das

relações político-econômicas entre Portugal e Inglaterra, trará inúmeros desdobramentos para a história econômica portuguesa, e repercussões de longo prazo sobre diversos empreendimentos econômicos da colônia. Conforme constataremos, no que diz respeito ao extrativismo faunístico, tal aliança levará a consequências adversas para a economia baleeira da costa brasileira, ao mesmo tempo em que abrirá precedentes históricos para o contrabando da biodiversidade brasileira através dos agentes históricos estadunidenses.

A proibição do comércio com a Holanda pôs em curso uma série de ações que transformaram a dinâmica geopolítica de Portugal e do Brasil durante o século XVII e início do século XVIII. A parceria comercial com os flamengos foi crucial para o sucesso da empresa agrícola da cana-de-açúcar no Brasil. O açúcar foi uma das especiarias mais valorizadas no mercado europeu. Portugal valeu-se da experiência na produção dessa mercadoria nas ilhas do Atlântico para desenvolver uma indústria de equipamentos para engenhos açucareiros. Contudo, a expertise portuguesa não era suficiente para impulsionar o mercado desse produto na Europa, embora a produção de açúcar no nordeste brasileiro tenha provocado a quebra do monopólio veneziano no fornecimento do produto (Furtado, 2005).

Em meados do século XVI os portugueses passaram a produzir açúcar em parceria com os flamengos. Cabia aos holandeses o transporte, o refino e a distribuição do produto por toda a Europa. Celso Furtado atribui aos holandeses a grande expansão do mercado açucareiro durante a segunda metade do século XVI; este seria um fator fundamental para o sucesso do empreendimento colonizador do Brasil:

Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado para um produto praticamente novo, como era o açúcar [...] Não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitais holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava (Furtado, 2005, p. 34).

O fim da parceria luso-holandesa resultou em conflito comercial entre as duas nações com direito a saques, ataques a navios portugueses, invasão da Angola - centro estratégico para o fornecimento de mão de obra escravizada para a produção açucareira - e invasão do nordeste brasileiro. Ademais, o fim da parceria também criou as bases para o fim da hegemonia portuguesa no empreendimento açucareiro (Gala, 2003).

Antes da crise de sucessão do trono português e da união dinástica com a Espanha em 1580, Portugal se encontrava no auge de um lucrativo monopólio no comércio ultramarino de

especiarias e de tráfico de negros escravizados da África. Os lusos tornaram-se os maiores especialistas no chamado comércio de “mercadorias vivas”: os comerciantes portugueses estabeleceram um lucrativo sistema de escambo que abastecia regiões da Europa de mão de obra negra escravizada (Furtado, 2005; Gala, 2003).

Esta posição privilegiada no empreendimento mercantil não poderia preterir da aliança com os holandeses. A logística de exportação dos produtos extraídos das colônias constituía o eixo central do dinamismo mercantil português. A frota holandesa era a principal responsável por distribuir no mercado europeu as especiarias adquiridas pelos portugueses nas colônias e na Índia. Os navios holandeses transportavam as mercadorias do porto de Lisboa para o porto de Amsterdã – que se tornara o porto distribuidor do Norte da Europa (Furtado, 2005; Simonsen, 2005; Gala, 2003). Após a união dos dois reinos ibéricos, Felipe II proibiu tal logística de distribuição no intento de enfraquecer o entreposto holandês.

A estratégia do monarca espanhol trouxe consequências nefastas para Portugal. Além de herdar os inimigos da Coroa espanhola, a metrópole portuguesa perdeu a posição privilegiada no comércio internacional; inicialmente, devido à reação dos holandeses e em seguida, dos ingleses e franceses (Gala, 2003; Simonsen, 2005). A tentativa de boicote aos comerciantes holandeses resultou na inserção flamenga no abastecimento direto, via expedições às Índias. Mais tarde, as dificuldades desse empreendimento incentivaram a cooperação entre comerciantes de mesma nacionalidade e a formação de organizações capacitadas para dirimir tais contratemplos. Foi o prelúdio do monopólio das chamadas Companhias de Comércio:

Na Inglaterra, os “negociantes aventureiros” reuniram-se, em número de cento e um, formando uma companhia, que obteve da Rainha Elizabeth uma carta de privilégio, assegurando-lhes por 15 anos o direito exclusivo de negociar com a Índia oriental, com permissão de manter força de mar e terra, de promulgar leis, etc. Foi esta a origem da Companhia Inglesa das Índias Orientais (Simonsen, 2005, p. 6).

Coube à Holanda a vanguarda da criação das companhias. Em 1602 foi criada a renomada Companhia Holandesa das Índias Orientais - referência das demais companhias privilegiadas, fundadas pelas metrópoles europeias. Além da prerrogativa do monopólio do comércio, as companhias possuíam direito de soberania sobre a região conquistada, entre outros privilégios. A Companhia das Índias Ocidentais atuou ativamente no contrabando com as colônias espanholas, aprisionando embarcações luso-espanholas e fundando colônias e participando, inclusive, da invasão holandesa ao Brasil em 1630 (Simonsen, 2005).

Ao término da união com a Espanha, a Coroa portuguesa fundou a Companhia Geral do Comércio do Brasil. Criada em 1649, a companhia possuía atribuições militares, como o auxílio na defesa da costa e dos portos nacionais e a restauração dos mercados brasileiros e angolanos.

Os privilégios comerciais abrangiam o monopólio comercial do pau-brasil, dos vinhos, dos azeites, das farinhas e do bacalhau. Proibiu-se a fabricação de vinho de mel e aguardente de açúcar e cachaça no território brasileiro. Entretanto, com dificuldades financeiras e administrativas acirradas pelos conflitos de interesse tanto com a Coroa quanto com os colonos, a companhia foi conduzida lentamente à extinção (Simonsen, 2005).

A segunda companhia de comércio fundada no Brasil foi a Companhia do Maranhão. O contrato de fundação foi firmado entre a Coroa e um grupo de acionistas visando a exploração de uma rota comercial de tráfico negreiro entre o Pará, o Maranhão e a Metrópole (Simonsen, 2005). O empreendimento visava a introdução de mão de obra africana escravizada na região, solucionando a escassez de mão de obra no Vale Amazônico, finalizando o conflito entre colonos e jesuítas pela mão de obra indígena. O estanco absoluto do comércio no Maranhão e a atuação dos acionistas desagradou aos colonos e levou à Revolução de Beckmann. Sendo o monopólio abolido em 1684 (Simonsen, 2005).

Em 1755, o Marquês de Pombal fundou a terceira companhia brasileira: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, com a prerrogativa do monopólio da importação e exportação do estado do Maranhão. A companhia tinha a função de auxiliar na formação militar para a defesa do território em caso de guerra, sendo a diretoria formada por portugueses. Esse empreendimento foi fundamental para o rápido surto econômico vivenciado pelo Maranhão, a partir das culturas do algodão e do arroz (Simonsen, 2005; Furtado, 2005; Carreira, 1998).

As exportações desses produtos se beneficiaram das condições favoráveis no cenário internacional; entre elas, a Guerra da Independência das colônias inglesas da América do Norte, que impossibilitou a produção de arroz nesta região; a Revolução Francesa e os decorrentes distúrbios nas colônias fornecedoras de produtos tropicais; as guerras napoleônicas e seus impactos sobre as colônias espanholas da América. Findadas as condições favoráveis, a economia da região voltou a cair em prostração econômica (Simonsen, 2005; Furtado, 2005). Mesmo durante o auge das lavouras agrícolas, o extrativismo permaneceu em plena atividade na região, de forma que a análise sob o viés dos ciclos econômicos tende a invisibilizar as atividades secundárias.

Isso posto, cabe destacar a imprescindibilidade de atividades econômicas secundárias para a viabilização e o sucesso da economia açucareira. Produtos como a cachaça, o tabaco, a produção de farinha, entre outros, foram fundamentais para o fornecimento de mão de obra escravizada para a produção de açúcar, assim como para a alimentação da força de trabalho responsável pelo plantio e colheita das lavouras e funcionamento dos engenhos. Uma dessas atividades fundamentais foi a baleação, conforme discutiremos a seguir.

2.4.1 O imperialismo da indústria baleeira norte-americana no Atlântico-Sul e suas conexões com a economia colonial brasileira

O homem contemporâneo dificilmente terá dimensão exata do quão trabalhoso (e caro) era garantir luz artificial nas residências. Embora a descoberta do fogo tenha ocorrido há aproximadamente 300 mil anos atrás, a tecnologia da luz artificial evoluiu lentamente até meados do século XVIII; a partir de então, apresentou impressionantes saltos tecnológicos (Johnson, 2015). Tudo indica que durante a idade média, – pelo menos no ocidente – a tecnologia da lâmpada a óleo de gergelim desenvolvida pelos romanos e babilônios tenha sido suprimida. Assim, “*por quase 2 mil anos, até o início da era industrial, a vela foi a solução para a iluminação interna*” (Johnson, 2015, p.113).

A vela era um produto tão essencial que o ofício de fabricar velas tornou-se respeitável na sociedade medieval. As matérias-primas de origem animal eram majoritariamente o recurso empregado na sua fabricação. Até a introdução do óleo de baleias, usavam-se duas substâncias: a cera de abelha e o sebo animal. O primeiro resultava em um produto de melhor qualidade, moldado à mão e extremamente caro; tornou-se luxo reservado ao clero e à nobreza. O segundo criava menor luminosidade e a inferioridade era agravada pelo ranço e pela fumaça espessa, decorrentes da queima de gordura animal. Todavia, era bem mais acessível; era possível ser fabricada em casa pelas famílias (Nordhaus; 1996; Irwin, 2012).

Assim, as velas de sebo foram reservadas para o consumo das massas. A tecnologia rudimentar envolvia o derretimento da gordura animal em recipientes – provavelmente de metal – onde os pavios das futuras velas eram emergidos. Tratava-se de um trabalho de baixa produtividade; eram necessárias muitas horas, às vezes, dias, para a fabricação de uma quantidade de produto de curta duração. A vela derretia rapidamente, criando manchas gordurosas (Johnson, 2015; Nordhaus, 1996; Irwin, 2012).

É presumível que acidentes não fossem ocorrência incomum, tanto durante a fabricação, quanto durante o consumo. Não é difícil imaginar as condições das moradias da população à noite, sob a fumaça e o mal cheiro. Destaca-se o simbolismo presente no consumo de velas até o século XIX; para determinadas classes sociais a vela de sebo representava “*aquilo que é possível*” economicamente. Exemplifica como o consumo de um produto pode ser distintivo de classe. Para a população menos abastada da época, a vela de sebo representava a única oportunidade de horas adicionais de luz por dia.

Não é difícil imaginar por que as pessoas se sentiam dispostas a gastar tanto tempo na fabricação de velas em casa. Considere que vida teria um fazendeiro da Nova Inglaterra em 1700. Nos meses de inverno o Sol se punha às 5h, seguindo-se quinze horas de escuridão até a luz voltar. Quando aquele Sol se punha, ficava escuro como breu. Não

havia postes de iluminação, lanternas, lâmpadas incandescentes, fluorescentes – nem as lâmpadas de querosene haviam sido inventadas ainda. Restava o brilho bruxuleante de uma lareira e a enfumaçada vela de sebo queimando (Johnson, 2015, p. 114).

Willian Nordhaus explicou o quanto a invenção da eletricidade tornou a luz artificial mais acessível; calculou a quantidade de horas de trabalho necessárias para comprar uma certa quantidade de luz. O efeito da inovação reduziu o preço da luz artificial ao longo do tempo.

Em 1800, uma vela de sebo custava cerca de US\$ 0,40 por mil lumens-horas. Em 1992, quando Nordhaus compilou sua pesquisa, a mesma quantidade de luz de lâmpada fluorescente custava 1/10 de centavo. Esse é um aumento quatrocentas vezes em eficiência. Mas a história é ainda mais dramática quando se comparam esses custos com os salários médios do período. Se você trabalhasse uma hora recebendo o salário médio de 1800, poderia comprar dez minutos de luz artificial. Com o querosene, em 1880, a mesma hora de trabalho iria proporcionar três horas de leitura à noite. Hoje, você pode comprar trezentos dias de luz artificial com uma hora de salário (Johnson, 2015, p.117).

Infere-se que o hábito de iluminar cômodos inteiros com luz artificial seja uma prática moderna. A história da evolução das técnicas e da tecnologia de produção da luz artificial é marcada pela busca constante de fontes mais eficientes de energia. Ao mesmo tempo, esse processo tem sido acompanhado por uma série de externalidades socioambientais. Duas das mais significativas inovações no campo da produção de luz artificial foram proporcionadas pelo extrativismo de uma espécie animal: os cetáceos. Entre os séculos XVI e o século XIX, derivados de baleias proporcionaram significativas inovações na produção de energia artificial, representando um importante capítulo da história dos Estados Unidos, ao revolucionar a sua indústria naval (Pereira, 2014; Irwin, 2012; Castellucci Junior, 2021).

A baleação na América do Norte seria quase tão antiga quanto a colonização do território; a fundação da colônia de Plymouth, por exemplo, teria sido motivada pelo avistamento de baleias na costa de Massachusetts, explica Emily Irwin (2012). Nas costas de Long Island e Cape Cod, os nativos americanos caçavam baleias para o aproveitamento da carne e da gordura; o óleo era utilizado na conservação de couros e cozimento de milho e feijão. A caça era realizada quando os animais se aproximavam da costa. Com o tempo, os colonos descobriram novos usos para o óleo, passando a utilizá-lo na lubrificação de ferramentas e maquinários agrícolas, cosméticos e na fabricação de velas (Pereira, 2014; Irwin, 2012)

Infelizmente para os cetáceos, o óleo ou “azeite” de baleia resultava em uma vela de qualidade superior à fabricada a partir do sebo; o preço era bem mais acessível do que o da vela de cera de abelha – que continuou sendo um produto das elites. Desde o século XV, o mundo urbano encontrava-se em crescimento. Isto provocou o aumento na demanda por iluminação artificial nas ruas e nas casas. As atividades começaram a exigir a dedicação de mais horas de

trabalhado – o que se revertia na necessidade de mais horas de iluminação artificial à noite (Castellucci Junior, 2021; Johnson, 2015).

O óleo de baleia representou uma importante inovação na produção de luz artificial, impulsionando a indústria baleeira na Nova Inglaterra. Cumpre destacar o papel da política metropolitana inglesa em suas colônias. A Inglaterra incentivou deliberadamente o desenvolvimento da baleação na Nova Inglaterra. Em Massachusetts, no ano de 1639 uma lei garantia o privilégio da isenção de taxas durante sete anos para aqueles que decidissem empreender a caça às baleias. A lei ainda garantia a liberação da prestação de serviço militar durante a estação de caça (Church, 1938 *apud* Castellucci Junior, 2021).

Desde 1580 o incentivo à caça comercial do mamífero marinho passou a figurar entre as diretrizes da Coroa portuguesa em relação ao Brasil; atribuía-se aos governadores a obrigação de promover ações para desenvolver o negócio no território. Entretanto, isto só ocorreria em 1602 com o arrendamento de um contrato concedido pelo rei Felipe III. Em 1614 a baleia foi declarada “Peixe Real” e monopólio do Estado (Castellucci Junior, 2021; Ellis, 1957; Sales, 1723-1730; Paz, 2015).

A substituição da matéria-prima intensificou a predação do animal; a partir daquele momento – por volta da primeira década do século XVII – o avistamento de baleias na costa leste norte-americana passou a ser cuidadosamente monitorado. Assim que as baleias eram avistadas os caçadores corriam para o mar; as embarcações perseguiriam os animais até serem abatidos e trazidos para a praia (Pereira, 2014; Irwin, 2012; Castellucci Junior, 2021).

Durante a Revolução Comercial a navegação e as trocas comerciais alcançaram um estágio de desenvolvimento no qual as notícias sobre novas mercadorias comercializáveis corriam o mundo em velocidade muito maior do que nos séculos anteriores, atraindo a atenção de novos entrantes no mercado; comerciantes e aventureiros de várias partes do mundo eram atraídos pelas promessas de rápido enriquecimento. Um ponto central desta discussão, no entanto, é o vínculo da indústria baleeira norte-americana com a economia e a biodiversidade brasileira – questão que exploraremos ao longo do texto.

Através de uma robusta pesquisa documental que envolveu a análise de vários registros – documentos avulsos, cartas de marinheiros e comandantes, relações de embarcações, *logobooks* de viagens ao Brasil, cartas náuticas, mapas entre outras fontes – em arquivos e museus norte-americanos, entre eles, Mystic Sea Port, Whaling Museum e Jhon Carter Brown Library, o historiador Wellington Castellucci Junior garimpou relíquias inéditas sobre o imperialismo norte-americano no Atlântico Sul.

Segundo explica, a Nova Inglaterra havia se especializado em duas atividades altamente rentáveis no comércio internacional: a indústria baleeira (óleo e demais produtos de cetáceos) e o tráfico de africanos escravizados. Curiosamente, até aproximadamente 1650, os indígenas foram a principal mão de obra explorada na baleação. Somente após a política genocida da colonização inglesa os levarem a quase extinção, foram substituídos por negros libertos e antilhanos dos Açores e de Cabo Verde (Castellucci Junior, 2021).

Em princípios do século XVII até a primeira metade do oitocentos, baleação e comércio de seres humanos já haviam se tornado vitrines comerciais na América do Norte. Elas repercutiram no mercado internacional, inserindo New England nas relações de trocas globais durante o nascimento do capitalismo, quando o Atlântico se tornou o epicentro mercantil e interligou os quatro continentes por ele banhados (Castellucci, 2021, p. 3).

Conforme explica, o tráfico de seres humanos oferecia diversas oportunidades de negócio, posto representar para os traficantes norte-americanos, a possibilidade de diversificação de investimentos realizados em outras atividades. Os escravizados foram empregados em serviços rurais e urbanos diversos. Rhode Island era um polo escravista onde a escravidão durou cerca de 200 anos. As primeiras levas de africanos sequestrados de África chegaram ao local por volta de 1638, quando teve início o tráfico internacional de africanos escravizados. O porto de Newport, primeira capital de Rhode Island, fora um entreposto colonial estratégico. Na primeira metade do século XVIII, os escravizados já eram mais de 10% da população de Rhode Island (Castellucci, 2021).

As *“relações de trocas de derivados de baleias por seres humanos, a partir da aproximação de baleeiras na costa africana”* (Castellucci, 2021, p. 4), repercutiu sobre as economias periféricas da América do Sul; ao mesmo tempo, a indústria baleeira norte-americana conseguiu superar potências tradicionais na atividade de baleação como a Holanda e a Inglaterra. Para se ter ideia do feito norte-americano, a caça às baleias era uma prática tão antiga entre os ingleses, que dava nome a uma espécie de embarcação, o barinel: *“o barinel – como indica o próprio nome, originário da palavra inglesa balener - era um navio destinado à pesca da baleia no mar do Norte”* (Bueno, 2016, p. 66).

Segundo Jacqueri Sales, os ingleses iniciaram a caça às baleias na Groelândia e em Spitsbergen por volta de 1598, quando os animais ainda eram abundantes nas águas costeiras. Na primeira década do século seguinte, chegaram os holandeses. A concorrência teria desencadeado intensa rivalidade entre as duas metrópoles: *“depois de varias contendidas levadas aos extremas de hostilidades, entre elles e os Ingleses durante cinco annos, os referidos Hollandezes se estabelecerão firmes nesta pescaria no anno de 1617”* (Sales, 1723-1730, p.

247). A disputa havia resultado na consolidação de ambas as nações como potências na atividade baleeira.

Por volta de 1712 um acontecimento mudaria dramaticamente a escala de predação das baleias. Consta que uma tempestade teria sido a responsável pelo aparecimento de um Cachalote (*Physeter macrocephalus*) na costa de Nantucket (Massachusetts), desencadeando uma cadeia de eventos que transformaram a indústria baleeira da costa leste norte americana e o nível de conservação desses animais no planeta (Johnson, 2015; Irwin, 2012; Pereira, 2014).

Durante o patrulhamento da costa de Massachusetts o navio do capitão Hussey foi pego em uma tempestade e transportado para águas profundas onde pela primeira vez um colonizador da Nova Inglaterra encontraria e mataria um cachalote. Segundo a explicação corrente, a indústria baleeira até então havia explorado águas costeiras em pequenas embarcações. Os cachalotes são animais de grande porte e pouco frequentadores de águas costeiras, resultando no desconhecimento dos colonos sobre a existência deste animal (Johnson, 2015; Irwin, 2012; Pereira, 2014).

A predação do cetáceo logo aumentaria ao se perceber que o menor estoque de gordura do animal era compensado pela melhor qualidade do toucinho e do óleo – perfeito para a utilização nas engrenagens das máquinas da Revolução Industrial. O produto não exalava mau cheiro e suportava altas temperaturas sem perder as propriedades de lubrificação – atributos mais do que suficientes para impulsionar as experiências de pesca mais distantes da costa (Johnson, 2015). Contudo, “*o primeiro grande avanço no século da luz veio de uma fonte que hoje parece macabra para nós: o crânio de um mamífero marinho de cinquenta toneladas* (Johnson, 2015, p. 114).

O espermacete foi descoberto após os colonos dissecarem a cabeça de um cachalote e deparam-se com uma substância branca e oleosa, semelhante ao líquido seminal (Johnson, 2015; Sales, 1723-1730; Irwin, 2012). A semelhança teria confundido os cientistas da época, levando-os a nomeá-lo inicialmente como “esperma”. A nomenclatura deve ter perdurado pelo menos até meados do século XVIII, visto que assim está referenciado no *Diccionario do Commercio*, escrito por Alberto Jacqueri Sales, entre os anos de 1723 e 1730. O autor também esclarece que o termo “barbas” se referia às barbatanas dos cetáceos.

Aparentemente, a substância também foi confundida com o cérebro do cetáceo, o que é compreensível, haja vista o líquido encontrar-se em uma cavidade localizada acima do cérebro do animal (Johnson, 2015; Irwin, 2012). Segundo Johnson (2015), o crânio de um cachalote pode conter até 1.890 litros desta substância. Inicialmente, o refino do espermacete foi destinado à fabricação de medicamentos para tosses, resfriados, rachaduras em lábios e

pomadas para inflamações. Entretanto, seria o uso para a iluminação que revolucionaria a indústria baleeira (Irwin, 2012; Johnson, 2015; Castellucci Junior, 2021).

Embora alguns pesquisadores atribuam a autoria da descoberta da cera de espermacete a um nome específico, Irwin (2012) explica que a questão é controversa, posto a existência de vários pedidos de patente para o produto. Polêmicas à parte, na segunda metade do século XVIII as velas desse material já haviam se tornado a forma de luz artificial mais valorizada do mercado (Sales, 1723; 1730; Johnson, 2015). Jacqueri Sales, contemporâneo da inovação, descreve detalhadamente as qualidades da nova vela, destacando o aumento da demanda pelo produto.

Cada peixe na Groeland produs 12 até 20 barris destes miolos, que se preparão, derretendo-os repetidas vezes, e lavando-os entre cada huma, ate que, sendo detodo purificados, sefação transparentes e branquissimos, ou reduzão a consistencia da cêra. Esta droga antigamente tinha pouco consumo, gatando-se somente na Medicina, em que tem algum sucesso nas inflamaçoens da garganta, e do peito e para certas massas, e composiçoens de que usam as senhoras para orosto eas mãos. Mas depois que os Ingleses decobrirão o vil segrego de fazer velas com esta esperma, à imitação das de cêra, o consumo desta droga tem sido grandissimo; por que ouso destas velas se tem feito geral em todo o Reino de Inglaterra em Hollanda, e em varios Estados pella razão que sohem mais baratas, são mais transparentes, mais brancas, emais agradáveis avista que as da cêra, lançam menos fumo, e aluz que dam he mais igual, porém mais quebradiças que as ditas de cêra [...] (Sales, 1723;1730, p. 252, grifo nosso).

Embora Jacqueri Sales as descreva como “mais quebradiças que as ditas de cêra”, aparentemente as qualidades superavam esse detalhe; eram mais fáceis de manusear porque eram mais resistentes ao derretimento; não gotejavam manchas gordurosas e gastavam pouco ou nenhum pavio (Johnson, 2015). Tal era a qualidade da sua chama, que segundo Pereira (2014), a luminosidade da vela de espermacete se transformou em padrão de medição de qualidade e intensidade de luz adotado pelo Sistema Internacional (SI): a “Candela” – que significa vela em latim.

Assim, a fisiologia do cachalote transformava-o num verdadeiro tesouro; acrescentava-se ao óleo superior e ao espermacete, os enormes dentes de marfim e o âmbar – substância eventualmente encontrada no estômago do animal e altamente apreciada pela indústria europeia na fixação de perfumes (Paz, 2015; Sales, 1723-1730; Ellis, 1957; Castellucci Junior, 2021).

Tudo isso fez com que o cachalote se tornasse a joia mais desejada dos mares e objeto de cobiça dos baleeiros. Para caçá-lo, a indústria naval norte-americana foi remodelando as embarcações. Para permitir o enfrentamento do mar aberto, elevou-se a altura do calado e montou-se uma infraestrutura capaz de abater, cozinhar e armazenar os derivados do animal em grande quantidade. Finalmente, no século XVIII, os “navios-indústrias” já navegavam por mares distantes em busca da grande presa (Castellucci Junior, 2021, p. 7).

Todavia, a perseguição ao grande cetáceo não significou a redução na pressão da caça às outras espécies de baleias; a franca, que é um animal lento e costuma se aproximar de águas costeiras, foi uma das espécies exaustivamente caçadas pelos mares. A despeito do óleo ser

considerado de qualidade inferior, a abundância do produto tornava o abate do animal lucrativo (Sales, 1723-1730; Ellis, 1957; Castellucci Junior, 2021). Ademais, os ossos das barbatanas da baleia franca supriam o setor de vestuário. Plástico e outros materiais modernos substituíram as barbatanas na fabricação de armações para vestidos, espartilhos, chapéus, bengalas, entre outros. A título de curiosidade, as estruturas de sustentação dos espartilhos ainda são chamadas de “barbatanas” (Sales, 1723-1730; Ellis, 1957; Castellucci Junior, 2021).

A expansão da demanda pelos derivados baleeiros levou à complexificação da atividade baleeira da costa leste norte-americana. Ocorreu a especialização da indústria a partir do afluxo de capital. Ao mesmo tempo, os riscos da atividade aumentaram exponencialmente. A indústria das velas de espermacete se dividiu em dois segmentos: baleeiros e fabricantes de velas; houve a especialização da tripulação e a classificação por ofício (Irwin, 2012; Pereira, 2014; Castellucci Junior, 2021).

Segundo Jacqueri Sales, em 46 anos de caça às baleias (1675-1721), os holandeses empregaram uma frota de 6.995 navios, abateram 32.908 animais que lhes renderam 1.250.714 barris de azeite e 40 milhões de arrátéis de barbatanas, perfazendo o montante de 150 milhões de florins. O valor equivalia a aproximadamente 135 milhões de cruzados na época. No momento em que o autor escreveu sobre o assunto, os holandeses ainda mantinham 300 navios e 12.000 marinheiros dedicados ao abate dos cetáceos (Sales, 1723-1730, p. 247).

O negócio era tão lucrativo que em 1749, a Coroa inglesa aumentou o valor do subsídio oferecido a quem se aventurasse no empreendimento. Pagavam-se 40 *shillings* esterlinos por cada tonelagem dos navios que se lançassem à baleação, ainda que não lograssem capturar o animal. Em caso de sucesso o mesmo valor seria pago para cada tonelada de derivado baleeiro trazido pela embarcação. O montante cobria possíveis prejuízos em pescarias infrutíferas (Sales, 1723-1730, p. 247).

Havia um bom motivo para esse tipo de medida: o mercado não conseguia suprir a crescente demanda por espermacete; baleeiros e fabricantes de velas organizados em seus setores, tentavam cada um manter suas taxas de lucro (Pereira, 2014). Diante do crescente aumento da demanda – a despeito dos altos preços do produto – um grupo de capitalistas da indústria de velas de espermacete da Nova Inglaterra resolveu criar o primeiro cartel de fabricantes de luz artificial da história. A *United Company of Spermaceti Chandlers*, ou o “Truste do Espermacete”, como ficou conhecida. Criada em 1761, a organização tinha o objetivo de controlar os preços das matérias-primas fornecidas pelos baleeiros e formar barreiras à entrada de novos concorrentes no negócio (Johnson, 2015; Pereira, 2014).

Segundo Castellucci Junior (2021), o cartel também controlava o tráfico de escravizados africanos. Apesar das barreiras, os mares foram infestados de navios dinamarqueses, castelhanos, suecos, hamburgueses, moscovitas, ingleses, holandeses, franceses e noruegueses, reduzindo drasticamente o número de baleias e levando a pesca a águas cada vez mais profundas e ao norte, aumentando os perigos da caçada no gelo.

Não se trata tão somente de uma questão de suprimento de velas para iluminar residências; trata-se de um reflexo da intensificação do processo de urbanização, complexificação das trocas comerciais – em decorrência da nascente industrialização. Precisava-se de luz, energia e combustível. As engrenagens das máquinas demandavam lubrificantes. Como iluminar? Como se apropriar dos recursos e garantir mercados consumidores para os produtos? Era um período de difusão de novos hábitos culturais: a imprensa já havia sido inventada. A vela de espermacete propiciou melhores condições para os novos hábitos de leitura dos ricos e abastados. Havia uma materialidade, um processo de transformação acontecendo, o surgimento de novos hábitos de consumo.

Pereira (2014) estima que em 1850 a frota mundial de navios baleeiros contasse aproximadamente 900 embarcações; destas, cerca de 700 eram norte-americanas. Os altos riscos e incertezas relacionados à baleação dificultavam os planos do *Truste* do Espermacete; tais fatores agravados pelo desafio de manter a cooperação nesse tipo de interação estratégica entre empresas, levaram ao fim da companhia. Antes disso acontecer, eles criaram problemas para a baleação no Brasil (Johnson, 2015; Pereira, 2014).

Desde as primeiras exportações de óleo de baleia de Nantucket para a Inglaterra em 1745, a indústria baleeira norte-americana se expandiu pelo Atlântico Sul, Pacífico e Índico à caça das baleias, se fazendo presente na costa brasileira pelo menos desde 1773 (Ellis, 1957; Castellucci Junior, 2021). O brigue Leviathan foi apreendido pelas autoridades portuguesas nas proximidades da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. O dono da embarcação era um dos integrantes do *Truste* do Espermacete, o comerciante judeu português, Aires Lopes, fabricante de vela de espermacete em New Port, Rhode Island. Era a segunda viagem do baleeiro às águas territoriais brasileiras à caça dos cachalotes (Ellis, 1957).

Importante destacar que nesse período o Vale Amazônico também produzia óleos que serviam para iluminação e calafetação, o que levanta o questionamento sobre as razões desses recursos aparentemente não terem sido alvo da sanha norte-americana por substâncias que poderiam ser utilizadas tanto para a iluminação e lubrificação, quanto para a navegação.

Segundo Palazzo Junior, a corrida desenfreada no Atlântico Sul teria início em 1775, quando o norte-americano Uriah Bunker, capitão do navio baleeiro *Amazon*, descobriu os

chamados “Bancos do Brasil”, localizado há cerca de 500 milhas ao largo da costa do Brasil, onde havia abundância de baleias francas (Palazzo Junior, 1999). A descoberta selaria os destinos das baleias francas no Atlântico Sul e ao mesmo tempo, da indústria baleeira no Brasil. Em 1830 o número de animais capturados no local já era tão irrisório que os baleeiros franceses e norte-americanos abandonaram o local e rumaram para o Pacífico (Palazzo Junior, 1999).

Segundo os dados apurados por Castellucci Junior (2021), entre 1700 e 1920, os norte-americanos realizaram 16.379 expedições de baleação para diversos oceanos. No período entre 1761 e 1844, foram registradas 650 expedições à costa brasileira. O autor explica que embora os dados acima possam apresentar ambiguidades, é possível afirmar que *“em 83 anos, foram realizadas, em média, 7,83 expedições por ano, a diversas regiões do Brasil”* (Castellucci Junior, 2021, p. 9). O que representa um número considerável de viagens para um único destino.

Acontece que a costa brasileira era um ponto de parada tradicional das embarcações norte-americanas para supostos reabastecimento e reparos. As embarcações em trânsito até mesmo utilizavam estaleiros no Rio de Janeiro e na Bahia. Na prática, tratava-se de estratégia para realizar o contrabando de produtos diversos extraídos do Brasil. Ellis (2012) esclarece que os marinheiros ingleses e norte-americanos utilizavam diversos artifícios para ancorarem e permanecerem nos portos do litoral brasileiro. Desde suposto socorro à vítima do escorbuto até arrombamento proposital dos cascos dos navios.

Desde meados do século XVIII ingleses e norte-americanos frequentavam as águas territoriais brasileiras, em cujos portos se abasteciam rapinavam os navios, comercializavam, de preferência na costa catarinense, onde perpetravam autênticas façanhas de requintada rapinagem, sem que o governo português pudesse impedi-los. Aproximavam-se em junho, geralmente, ao iniciarem as feitorias a temporada baleeira da qual participavam com seus barcos-feitorias nas proximidades costeiras, onde feriam, capturavam ou apossavam para alto mar as baleias, à vista das armações, cuja atividades não só perturbavam como desorganizavam (Ellis, 1957, p.177).

Os baleeiros norte-americanos não só participavam da temporada de caça, como boicotavam de diversas maneiras a atividade baleeira brasileira. A partir de 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, eles se tornaram ainda mais ousados, passando a processar nos portos brasileiros, a gordura extraída das baleias desviadas das feitorias nacionais (Ellis, 1957). Em 1820, os Estados Unidos chegaram a construir uma estação naval com armazém na Ilha Fiscal, na Baía de Guanabara, como um ponto de abastecimento para as embarcações norte-americanas em trânsito pelo Atlântico (Jeha, 2011 *apud* Castellucci Junior, 2021).

Já à sombra protetora de 1808 e à indiferença dolosa ou não dos administradores dos núcleos baleeiros, ancoravam nos portos os seus barcos para refrêso, enquanto derretiam ao lume das fornalhas de bordo tocinho das suas baleias, em autêntico desafio às feitorias brasileiras [...] em terra, a trôco de mantimentos, exerciam os

marinheiros extorsivo contrabando de trapos e fazendas e azeite de peixe talvez ali mesmo preparado; desencaminhavam e furtavam escravos (Ellis, 1957, p. 176).

Devido às péssimas condições de sobrevivência dentro das embarcações, parte da tripulação adoecia durante as longas viagens. Assim, era prática comum descartar trabalhadores doentes e substituir por saudáveis nos portos, durante as paradas para abastecimento. O ponto chave da questão é que os baleeiros permaneciam em território brasileiro caçando e contrabandeando até o momento de novamente acompanhar o movimento migratório das baleias e interceptá-las antes de chegarem ao Brasil.

Em fins de setembro, terminava a estação da pesca, retiravam-se e rumavam ao Atlântico. De outubro a novembro em diante, até março e abril, atuavam nos mares fronteiriços à Patagônia, entre os bancos do Brasil e as Falklands [Ilhas Malvinas], onde perturbavam o movimento migratório das baleias rumo às águas brasileiras (Ellis, 1957, p. 176, grifo nosso).

As informações arroladas por Castellucci Junior (2021) indicam a existência de outras possibilidades de abate e interceptação dos cetáceos nas águas brasileiras. Uma das mais lucrativas possibilitaria a baleação no litoral de Santa Catarina e em seguida no litoral nordestino, interceptando as baleias jubarte. Entre 1820 e 1830 verificou-se uma concentração de viagens para o Rio de Janeiro. O período coincide com a economia cafeeira e com a imposição do fim do tráfico de escravizados africanos.

Com um mercado tão promissor, o Rio também se tornara praça comercial cobiçada por traficantes norte-americanos envolvidos no comércio de escravos africanos. Alguns desses mercadores foram ou ainda mantinham a baleação como atividade paralela ao tráfico de seres humanos. Eles se beneficiavam do uso da bandeira norte-americana, o que impedia a Inglaterra de vasculhar as baleeiras em busca de “peças proibidas”. Àquela altura, estavam atuando na Baía Delagoa, Moçambique, local abandonado pelos portugueses no século XIX em benefício dos baleeiros norte-americanos (Horne, 2010, p. 20 *apud* Castellucci Junior, 2021).

Esta informação revela mais uma conexão entre o imperialismo baleeiro norte-americano e a história econômica brasileira. Por todo o século XVIII até final do século XIX, as velas de óleo de baleia e de espermacete, mantiveram a indústria baleeira em alta. O pico de produção da indústria baleeira norte-americana ocorreu em meados do século XIX. Irwin (2012) calcula que nesse período tenha ocorrido entre 8.000 e 10.000 abates de baleias por ano. Segundo a autora, a população de cachalotes antes da descoberta do espermacete contava com aproximadamente um milhão de espécimes. Em 2012, a população desses animais sob o status de parcialmente recuperada era estimada em 360.000 indivíduos (Irwin, 2012).

Entre 17 de março de 1843 e 30 de dezembro de 1845, 143 edições da Gazeta de New Bedford noticiaram expedições baleeiras a diferentes pontos do Brasil. Os registros revelaram uma curiosa preferência dos baleeiros por áreas litorâneas do Atlântico Sul. Foram 1.392

expedições que regressaram aos portos de origem após caçadas em locais como Rio de Janeiro, Bahia, Abrolhos, Pernambuco, Santa Catarina e “Brazilian Banks” (Castellucci Junior, 2021).

Os dados apurados por Castellucci Junior (2021) são impressionantes e revelam a voracidade tanto da baleação quanto da indústria naquele momento. Entre 1841 e 1845, a Nova Inglaterra produziu 769.437 barris de espermacete e 1.109,893 barris de óleo de baleias comuns. Significa que foram abatidas, aproximadamente, 17.076 baleias comuns e 11.838 cachalotes. O autor alerta que os números ainda precisam ser melhor analisados. Entretanto, a estimativa apurada até então, revela que 462 baleias de diferentes espécies e mais de 700 cachalotes foram abatidos na costa brasileira nesse período (Castellucci Junior, 2021).

O declínio da atividade na Nova Inglaterra não significou o fim da indústria baleeira norte-americana. Uma nova oportunidade surgiu em 1867, quando a Rússia vendeu o Alasca para os Estados Unidos. Esta fase inaugurou a expansão baleeira para o Ártico, tendo a cidade de São Francisco como a nova cidade estratégica para a baleação. Somente a descoberta do petróleo na Pensilvânia em 1859 e a invenção do querosene, colocariam a atividade em declínio. Todavia, a atividade perduraria até as duas primeiras décadas do século XX (Castellucci Junior, 2021).

Isso posto, destaca-se outra importante questão apresentada por Castellucci Junior: as viagens para o Brasil, cujas rotas não estão esclarecidas. Nesse caso, qual teria sido o destino e as mercadorias saqueadas? Talvez uma das respostas esteja relacionada ao fato de que as paradas dos navios estadunidenses nos portos brasileiros também serviam para abarrotar os porões dos navios com aves vivas, penas, peles secas de aves, mamíferos e provavelmente todo tipo de derivado da fauna brasileira que pudessem encontrar.

Até a abertura do Canal do Panamá em 1914, todos os navios que retornavam à costa leste dos EUA ou à Europa do lado do Pacífico da América do Norte e do Sul (por exemplo, durante a corrida do ouro californiana de 1848-1855 e a corrida do ouro do Alasca de 1896-1899), pararam nos portos brasileiros a caminho do norte. Isso facilitou o embarque de muitas mercadorias, incluindo pássaros vivos, penas e suas peles secas, e levou milhares de papagaios, tucanos e primatas de muitas espécies para os mercados de Nova York e da Europa (Von-Halle, 2018, p. 26).

Os capitalistas norte-americanos criaram uma rota comercial marítima que envolvia a Nova Inglaterra, a Costa da África, as ilhas caribenhas e a América do Sul. Fizeram do Caribe mercado consumidor dos derivados de baleia e outras mercadorias industrializadas produzidas na Nova Inglaterra; a costa brasileira fornecia baleias; de África sequestravam mão de obra escravizada. Ironicamente, o Brasil comprava o óleo produzido com as baleias caçadas em suas próprias águas, após os baleeiros norte-americanos boicotarem a indústria nacional,

contrabandear escravizados e saquear a fauna silvestre (Castellucci Junior, 2021; Ellis, 1957; Von-Halle, 2018).

A demanda internacional por velas de espermacete era comandada pelos indivíduos mais abastados do mundo. O produto jamais foi substituto da vela de óleo de baleia. Era um bem de Veblen – bem de consumo conspícuo. Este seleto grupo de endinheirados transformou a iluminação por vela de espermacete em símbolo de status social em uma época na qual iluminar uma sala inteira simbolizava o nível de riqueza e poder (Castellucci Junior, 2021; Irwin, 2012; Johnson, 2015; Ellis, 1957).

Segundo Johnson (2015), George Washington teria estimado que a queima de uma vela de espermacete durante cinco horas por noite, durante um ano custaria o equivalente a US\$15 mil por ano em moeda corrente atual, enquanto Robert Carter, norte-americano abastado, proprietário de 70.000 acres de terra e cerca de 500 escravizados, teria deslumbrado a sociedade ao queimar sete grandes velas de espermacete em sua sala de jantar por noite. Tais luxos estavam bem distantes da realidade econômica da maioria da população norte-americana (Irwin, 2012).

Os altos custos ecológico e humano do longo processo de produção permaneciam oportunamente ignorados por aqueles que podiam desfrutar plenamente de tal recurso. Os homens que viveram e morreram na caçada às baleias, no entanto, dificilmente poderiam desfrutar do privilégio da iluminação por espermacete. As viagens eram longas, podendo durar até cinco anos. A captura era uma aventura arriscada e a técnica empregada era extremamente insustentável. Explorava-se o instinto de proteção do animal em relação à cria. O abate de um cachalote, por exemplo, poderia resultar no naufrágio do navio. Ao ser arpoado, o animal ferido reagia violentamente. Nem sempre a tripulação conseguiu reagir a tempo de livrar a embarcação (Sales, 1723-1730; Ellis, 1957; Irwin, 2012; Pereira, 2014; Johnson, 2015).

Parte dos marinheiros era formada por servos ou escravizados, obrigados a embarcarem na baleação e retornarem com seus salários para seus senhores. Muitos trabalhadores de baixa renda eram atraídos pela promessa de enriquecimento rápido. Não havia escassez de mão de obra. Isto fazia com que o rendimento de um marinheiro médio não ultrapassasse 0,6% da receita de um navio (Johnson, 2015; Pereira, 2014; Irwin, 2012).

Os trabalhadores do continente integravam a complexa rede de atividades em torno da indústria baleeira. Alguns desses homens haviam desenvolvido uma carreira em torno da caçada às baleias. Coube aos escravizados as tarefas mais insalubres (Castellucci Junior, 2021). O produto que se tornou lendário na historiografia sobre a formação da costa leste dos Estados Unidos, possuía um processo de produção tão arriscado e complexo que mesmo com a expansão

da indústria baleeira, seu preço manteve o produto acessível para poucos (Irwin, 2012; Castellucci Junior, 2021). As condições de aquisição do produto impunham limites naturais à expansão da sua oferta.

Como o espermacete flutua em óleo no crânio do cachalote, o refino exigia a remoção de todo o óleo da substância. A primeira fase desse processo ocorria a bordo dos navios em alto-mar; após extraído da baleia, o espermacete era espremido à mão para separá-lo do óleo e da espuma. Em seguida era acondicionado em barris e transportado para as manufaturas de velas da Nova Inglaterra, onde ocorriam sucessivas etapas até a obtenção do ponto perfeito para as velas. Após a fabricação parte da mercadoria era exportada para a Inglaterra e outros países europeus, incluindo Portugal (Irwin, 2012; Paz, 2015).

O processo de extração do espermacete da cabeça do cachalote era perigoso e árduo. Depois de matar a baleia, os marinheiros amarravam sua cabeça e cauda ao navio. Após a extração da gordura e outras partes utilizáveis do corpo, a cabeça do animal era cortada, permitindo que o corpo mergulhasse para o fundo do oceano. Um buraco perfurado na lateral da cabeça da baleia fornecia acesso ao espermacete, que os marinheiros então removiam com baldes. O tamanho da cabeça permitia aos homens rastejarem dentro do crânio [do animal em decomposição] para facilitar o acesso à matéria valiosa. Este processo de remoção do espermacete continuava incessantemente, até a última parte utilizável ser removida, as vezes durando vários dias. Estava longe de ser higiênico, e “quando eles finalmente terminassem, tanto os homens quanto seu navio estariam cobertos de gordura, sangue e fuligem endurecidas (Irwin, 2012, p.51, grifo nosso, tradução nossa).

Portanto, o quadro esboçado até aqui revela uma atividade altamente intensiva na exploração da natureza e da força de trabalho humana. Havia ainda a expropriação da renda do trabalhador. Castellucci Junior (2021) relata as péssimas condições de alimentação e estadia nos navios pútridos infestados de ratazanas. A água para consumo contaminada e o alimento insalubre eram descontados dos salários, e como o controle da produção era realizado pelo comande e pelo imediato, muitos trabalhadores retornavam para casa sem dinheiro suficiente para pagar as despesas ou sustentar a família. Ainda assim, muitos mantinham as esperanças, outros eram aliciados com falsas promessas. Na prática, tratava-se de uma profissão com risco de morte altíssimo.

Havia, ainda, os acidentes causados durante o desmancho de baleias, que flutuavam rente ao costado da embarcação. Trabalhando sobre uma plataforma móvel, próxima ao mar, os trabalhadores retiravam camadas de gordura das baleias, estando sujeitos ao esmagamento quando uma onda atirava o corpo do animal na direção do costado. Alguns caíam e eram atacados por tubarões que se aproximavam da baleia morta, dada a quantidade de sangue espalhada no mar. Sendo assim, a primeira preocupação era com a própria vida, sobretudo, durante a perseguição aos grandes leviatãs. Uma cabeçada ou uma rebatida com a calda do animal nos botes e toda a tripulação desapareceria no mar (Castellucci Junior, 2021, p.16).

Contextualizada a baleação como uma atividade extrativista faunística de relevância internacional, capaz de dinamizar e revolucionar a indústria naval norte-americana, cujas

forças produtivas encontravam-se em um estágio de desenvolvimento mais adiantado do que as da metrópole portuguesa, passaremos para a próxima seção, na qual buscaremos evidenciar o contexto estrutural no qual se desenvolveu a baleação no Brasil. Destaca-se, a partir do exposto, o papel do tráfico de seres humanos como um elemento desse processo de acumulação capitalista, assim como a rapina, o saque de dos recursos naturais das periferias, como um outro elemento inerente à lógica capitalista.

2.4. 2Azeite de baleias: a matriz energética da economia açucareira no Brasil

O óleo de baleia foi a primeira matriz energética do Brasil. Os registros se referem à atividade tanto como “caça”, quanto como “pesca”. Como era classificado como “peixe”, por vezes, o produto era classificado como “azeite de peixe” ou “óleo de peixe”. No Brasil a baleação foi implantada a partir do Recôncavo Baiano, local densamente frequentado durante a época de migração dos animais. Antes da exploração comercial o aproveitamento do recurso se dava de forma oportunista, quanto havia encalhes dos animais nas praias da região. Nessas ocasiões a população fazia a coleta do animal: *“as populações litorâneas serviam-se da carne desses animais para a alimentação e do toucinho, de que extraíam o óleo para iluminação, além de recolherem o âmbar lançado às praias pelas ondas”* (Ellis, 1957, p. 391).

Além da carne e do toucinho, coletava-se o *âmbar-gris*, quando encontrado nas praias. O produto era muito valorizado na Europa, tanto para a perfumaria, quanto para fins medicinais. Além da quantidade de animais que frequentavam as praias, outra razão para a implantação da atividade no Recôncavo Baiano era a concentração de engenhos de cana de açúcar. O óleo de baleia era um produto indispensável para a iluminação dos engenhos, principalmente no período de purgação da cana, quando os engenhos funcionavam vinte e quatro horas por dia. O produto tinha de ser importado, o que representava um aumento nos custos de produção dos engenhos. O azeite de oliva poderia ser um substituto, não fosse o preço ao ser importado de Portugal, sendo consumido apenas pelas famílias mais abastadas (Ellis, 1957).

Em 1587, o cronista Gabriel Souza Soares em viagem pela Bahia, descrevia a abundância desses animais nas praias: *“quando estas baleias andam na Bahia acompanham-se em bandos de dez, doze juntas, e fazem grande temor aos que navegam por ela em barcos, porque andam urrando, e em saltos, lançando a água mui alta para cima”* (Souza, 1587, p. 276). Consta que ele teria recomendado em carta ao rei da Espanha que desse início à exploração do recurso como medida para eliminar a escassez de óleo para os engenhos. Considerando a necessidade do gênero e a grande disponibilidade dos cetáceos no litoral baiano,

o desenvolvimento da atividade na região pode ser considerado tardio (Ellis, 1957).

Em 1602, com a demanda por matérias-primas do animal em expansão na Europa, e a atividade açucareira demandando óleo para iluminar os engenhos, Felipe III concedeu ao Capitão Pêro de Urecha e seu sócio Julião Miguel, o privilégio de explorar a atividade pela costa brasileira pelo prazo de dez anos. Os concessionários foram autorizados a fretar três navios por ano para caçar e abater animais. Em contrapartida, se comprometiam, compulsoriamente, a abastecer de óleo o Recôncavo Baiano, e a exportar o excedente para Portugal. No mesmo ano, o Governador-Geral, D. Diogo de Botelho trouxe os pescadores biscainhos para introduzir as técnicas de pesca no Brasil (Sales, 1723-1730; Ellis, 1969).

As técnicas de pesca costeira das baleias já haviam sido difundidas na Europa. Tal era a escala do comércio, que os sinais de escassez do animal em águas costeiras e em algumas áreas do continente já se faziam notar. Atribui-se aos bascos a “mundialização” das técnicas da “pesca volantes”, e aos ingleses e holandês, a disseminação da técnica de pesca em águas profundas (Paz, 2015).

A pesca ocorria de julho a outubro, e ao retornar para o velho continente, as baleeiras aproveitavam para transportar madeira contrabandeada (Ellis, 1969; Paz, 2015). As primeiras fábricas de “azeite de peixe” foram instaladas na Ilha. Inicialmente, a pesca de baleias permaneceu aberta à livre iniciativa dos colonos que assimilaram a técnica com os pescadores biscainhos. O aumento da oferta do produto nas tavernas reduziu o preço da pipa de óleo de 22\$000 e 20\$000 para 8\$000, o que era extremamente benéfico para a população, por se tratar de um gênero de primeira necessidade, embora tenha desagradado os concessionários (Ellis, 1969).

Todavia, em 1614 o Provedor-Mor e o Governador-Geral instituíram o estanco do “Peixe Real”, sob o pretexto de reverter os direitos de propriedade da Coroa em maior benefício da Fazenda Real. No entanto, registros da Câmara da Cidade de Salvador sugerem que a decisão decorreu da animosidade entre o novo Provedor-Mor e Lourenço Medes Pinheiro, sócio do antigo ocupante do cargo (Desembargador Pedro de Cascais Abreu), que também explorava economicamente a atividade (Ellis, 1969).

Com a instituição do monopólio, o comércio passou a ser explorado por contratos com o prazo de validade de seis anos cada. Os contratadores adquiriam a exclusividade na produção e distribuição do óleo de baleia para colônia e o mercado metropolitano. Portugal se comprometia a não importar a mercadoria de outros produtores, desde que o fornecimento fosse suficiente para abastecer corretamente o mercado (Ellis, 1969; PAZ, 2015; Sales, 1723-1730).

A criação da Companhia da Pesca de Baleias nas Costas do Brasil em 1765 foi um marco para o do extrativismo comercial das baleias. Era parte das iniciativas econômicas e

administrativas do Marquês de Pombal, que selecionou proeminentes comerciantes da praça de Lisboa para participar do negócio. O aumento da demanda externa pelo produto impeliu o Estado português a tentar aumentar suas rendas através da atividade. Assim, a baleação foi estendida para as capitanias meridionais da colônia (Ellis, 1969; Paz, 2015).

Observa-se que o modelo de exploração do recurso no Brasil difere do modelo adotado em Nova Inglaterra. A metrópole inglesa incentivou a entrada de novos negociantes na baleação. A competitividade do setor contribuiu para a dinamização da atividade, o investimento em embarcações e infraestrutura de produção mais eficientes. A indústria norte-americana se verticalizou. No Brasil não houve esse tipo de incentivo, em vista da política metropolitana, essencialmente mercantil. Cada vez que novas mercadorias ganhavam destaque no comércio internacional, o setor de manufaturas português se tornava secundário. Após os acordos com a Inglaterra, a manufatura portuguesa se viu ainda mais prejudicada.

Quanto à baleação no Brasil, quando em condições de ventos favoráveis (vento sul sobre o litoral), eram abatidas em média 140 baleias em três anos; em caso de ocorrência de ventos de nordeste, os animais se afastavam da costa, acarretando prejuízos para os contratadores (Ellis, 1969). A abertura da temporada envolvia cerimônia religiosa para garantir abundância e proteção dos baleeiros.

Abençoadas as armas e embarcações pelo padre do lugar, horas depois as velas quadrangulares das baleeiras alvejavam ao longe, a enfunar conforme o vento, enquanto, frágeis e delgados, tripulados pelo arpoador, timoneiro, mço d'armas e oito moços, as embarcações bordejavam as águas do Recôncavo, em mar de baleia. Corriam, mudavam o rumo descrevendo evoluções, na peleja contra os cetáceos. Por vezes, sumiam as velas e, em seu lugar, traços escuros como setas disparadas riscavam a superfície azul do mar. Arpoada, a baleia arrastava a baleeira (Ellis, 1969, p. 41, grifo nosso).

A atividade empregava grande número de pessoas e movimentava o comércio interno na cidade de Salvador. Mulheres negras vendiam pelas ruas quitutes preparados com a carne de baleias. A caça aos animais atraía a população para o que era considerado um “espetáculo empolgante”.

Nas praias de Salvador a população, curiosa, aglomerava-se para assistir empolgada aos emocionantes lances da caçada que se desenvolvia ao longe. Esperava, ansiosa, durante hora, que tremulasse no mastro de uma baleeira a bandeirinha branca, anunciadora da vitória do arpão e da lança sobre vigoroso cacharréu em desesperado combate para sobreviver, ou sobre o madrijo, em luta insana até a exaustão para libertar do ferro o baleote – baleato ou seguilhote – figgado e do qual não se apartaria. As vezes eram sete ou oito baleias, arpoados num só dia (Ellis, 1969, p. 41).

As embarcações (lanchas) eram de pequeno porte e movidas a remos e velas; os arpões eram de ferro batido com farpas e haste de madeira, presos às lanchas por um cabo. O animal arpoado podia arrastar a embarcação por horas, ou virá-lo, quando a tripulação não conseguia

cortar a corda em tempo hábil para evitar um acidente. A técnica de abate das fêmeas era a mesma empregada pelos caçadores da Nova Inglaterra. Arpoavam-se os filhotes para utilizá-los como isca para atrair a baleia mãe. Devido aos instrumentos rudimentares no Brasil, o animal precisava ser arpoado diversas vezes e levava horas para morrer, enquanto tentava salvar o filhote (Sales, 1723-1730; Ellis, 1969; Castellucci Junior, 2021; Iwc, Brasil, 1999).

Entre 1740 e 1742, a baleação se expandiu para as costas das capitânicas do sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina). A atividade deu nome a pontos turísticos do litoral, como as praias do Arpoador no Rio de Janeiro e da Armação em Santa Catarina, por exemplo. A expansão também está inserida na mudança do eixo político-econômico para o Rio de Janeiro que se converteu no centro do “complexo baleeiro meridional”, onde também estavam localizados os comerciantes portugueses com maior cabedal econômico (Paz, 2015; Ellis, 1969).

Aqui se faz necessário destacar algumas questões centrais para a compreensão do contexto histórico. A baleação na Costa do Nordeste apresentava particularidades não observadas na atividade desenvolvida nas capitânicas da Costa Sul do Brasil. O principal objetivo da baleação na região Nordeste era o abastecimento da empresa açucareira: carne e óleo, principalmente. No complexo baleeiro meridional o aproveitamento da carne não era um objetivo. A exploração visava o aproveitamento do óleo para a iluminação. Conforme já discutido, o produto era altamente valorizado no comércio internacional (Ellis, 1969; Iwc, Brasil, 1999).

A essa altura, já se sabia da grande ocorrência dos cetáceos na costa brasileira. Cronistas, naturalistas entre outros viajantes, catalogaram os recursos naturais dos territórios. Descreviam primorosamente, a fauna, a flora, a hidrografia e os nativos. Ao expandir a atividade para a Costa Sul, Portugal tentava competir no mercado internacional. Daí a razão do litoral do Rio de Janeiro e de Santa Catarina serem os “privilegiados” pelos baleeiros norte-americanos (Ellis, 1969; Castellucci Junior, 2021; Iwc, Brasil, 1999).

Como a baleação nacional ocorria em águas costeiras, exploravam-se os animais que se aproximavam da costa. A fabricação do óleo, o aproveitamento da carne e a retirada das barbatanas eram realizadas em estruturas erguidas nas praias (armações). Na ilha de Itaparica, no Recôncavo Baiano, após o abate os animais eram rebocados para a praia por lanchas, onde em seguida, escravizados utilizavam cordas para arrastar os animais para o local onde seriam desossados. Segundo Ellis (1969), a tarefa envolvia aproximadamente 80 homens (desmanchadores), que utilizando facas e facões, executavam o serviço de retirada da carne e do toucinho do animal, sob a vigilância de um feitor da praia. As baleias possuíam

aproximadamente 22 metros de comprimento e produziam cerca de 10.000 litros de óleo.

As ossadas eram desprezadas nas praias. De passagem pela ilha de Itaparica durante o século XIX (entre 1817 e 1820), os viajantes Spix e Martius (2017, p. 189) relataram: “*existem diversas fábricas de óleo de baleia e grande número de crânios e costelas, que empestam o ar com insuportável fedor, provam que ainda hoje os esforços dos baleeiros brasileiros dão bons resultados nestas costas*”. Todavia, segundo Carmelato (2010), com o passar dos anos a população litorânea passou a utilizar os ossos na confecção de móveis artesanais e na ornamentação de casas de veraneio.

A carne e o azeite de baleia foram dois dos principais produtos-esteios para a atividade açucareira. Após separada do toucinho, a carne era salgada e estocada em barris para servir de alimentação aos escravizados ao longo do ano (Ellis, 1969). Era a base da alimentação da mão de obra responsável pela fabricação do açúcar, principal produto comercializado por Portugal na época.

Vale lembrar que o açúcar produzido no Nordeste dominou o mercado mundial. Ademais, a carne de baleia alimentava a tripulação dos navios que faziam o tráfico de escravizados. Além de combustível para lubrificação das máquinas e iluminação dos engenhos, o azeite de baleia era base no composto utilizado para calafetar os navios responsáveis pelo tráfico de negros africanos e pelo transporte do açúcar para a Europa (Ellis, 1969; Sales, 1723-1730). Portanto, atividade complementar fundamental para a empresa açucareira. Dessa forma, podemos afirmar que a demanda mundial por açúcar entre os séculos XVI e XVIII influenciou na predação mundial das baleias.

O óleo de baleia também era ingrediente de uma argamassa impermeável, composta de cal, água e areia, amplamente aplicada em construções de igrejas e fortalezas durante o período colonial (Ellis, 1969; Dias, 2010). Portanto, tratava-se de um produto de grande utilidade. Pelas já citadas características da baleação na colônia, infere-se que as baleias francas tenham sido as mais predadas. O óleo produzido no Brasil era considerado de baixa qualidade – o que pode ser explicado pela estrutura da atividade na colônia em decorrência da política administrativa metropolitana. O desenvolvimento industrial era desestimulado para não promover a concorrência com os produtos da metrópole. O modelo monopolista culminou com o travamento do progresso das técnicas de fabricação e a perda de qualidade do produto.

Como agravante, a política imperialista norte-americana também atuou como fator determinante para a decadência da atividade baleeira no Brasil. Sobre o processo de fabricação do óleo na Bahia, os viajantes Spix e Martius – sem abrir mão do eurocentrismo racista da época – oferecem pistas sobre a técnica de refinamento do óleo nas armações.

As refinações de óleo de baleia, que visitamos em Itaparica, são muito pequenas e sem as instalações adequadas. Os tachos (frigideiras) têm apenas poucos pés de diâmetro, e são aquecidos por meio de fornos iguais aos dos padeiros; para espumar e refinar o óleo, não existem aparelhos apropriados; os tanques, que guardam o óleo purificado até ao embarcamento, não estão protegidos contra a poeira e outras impurezas, e parece que toda a empresa está entregue a negros e mulatos ignorantes. Com essas imperfeições, não é de admirar que o óleo de peixe brasileiro seja tido como inferior ao óleo preparado nas refinações do norte da Europa, não só pela sua cor parda mais escura, como por conter pedaços de tocinho e pelo cheiro mais desagradável (Spix, Martius, 2017, p. 190).

Um olhar sobre o contrato de arrendamento fornece pistas sobre razões para a precariedade das manufaturas que deveriam beneficiar o produto. O contratante deveria antecipar o pagamento da licença que lhe autorizaria a explorar a atividade durante determinado período de tempo sem pagamento anual de impostos. Findado esse período, a Fazenda Real teria o direito de cobrar impostos e incorporar ao seu patrimônio todos os bens que fizessem parte da armação. Isto incluía: embarcações, a fábrica, alojamentos, armazéns, fornalhas, tanques, tachos, caldeiras, terras, os instrumentos de pesca, os escravizados, enfim, todo o capital investido pelo contratante na indústria. Assim, mesmo sob o efeito da depreciação, a estrutura era repassada para o próximo contratante (Castellucci Junior, 2005).

Parte do óleo produzido era enviado para Lisboa onde seria reexportado para outras metrópoles europeias. Em Portugal, servia de matéria-prima na fabricação de sabão, tintas, cordoaria e no preparo de alcatrão. Já na Inglaterra e na França, era utilizado no refino de enxofre e nas fábricas de tecido. As barbatanas após limpas e secas ao sol, transformava-se em matéria-prima para a indústria europeia dos vestuários de luxo do mercado Europeu (Sales, 1723-1730; Ellis, 1969; Spix, Martius, 2017; Dias, 2010).

Infelizmente, assim como para os demais extrativismos faunísticos realizados no Brasil, não existem estatísticas confiáveis sobre a atividade, o que representa um problema para as pesquisas nessa área. Não obstante, algumas estimativas foram produzidas sobre a caça às baleias francas durante esse período.

Excetuando o Brasil, para o qual não existem dados precisos, as capturas do Hemisfério Sul entre 1804 e 1817 vitimaram 193.522 baleias francas. Pela metade do século XIX, cerca de 2.500 baleias francas estavam ainda sendo mortas em todo o Hemisfério Sul, incluindo operações baleeiras na Antártida, Nova Zelândia, Brasil e África do Sul 35. No Atlântico Sul ocidental apenas, estima-se que desde 1770 tenham sido mortas cerca de 38.000 baleias francas (Iwc, Brasil, 1999).

Quando o monopólio foi suprimido em 1801, a população de baleias já estava profundamente impactada. Ao longo do século XIX a progressiva escassez dos animais na costa brasileira já se tornara evidente, a despeito dos esforços do Estado para reanimar a atividade. Não obstante, a caça às baleias somente seria proibida no Brasil em 1987, em resposta às pressões do ativismo ambiental internacional (Duarte Filho; Aguiar, 2013; Bacha, 2016).

Embora não seja possível realizar análises econômicas mais apuradas até que novas fontes de informação sejam descobertas, já é possível captar aspectos socioeconômicos sobre a história da baleação na Bahia, principal produtor do óleo de baleia na região Nordeste naquele período. Os registros sobre essa atividade no Recôncavo Baiano fornecem informações sobre o seu contexto social. Vejamos alguns. A começar pelo aproveitamento da carne. Como era considerada inferior à carne bovina, fazia parte do consumo alimentar da mão de obra escravizada, das tripulações dos navios que seguiam para a África – conforme já mencionado – e da população de baixa renda residente no litoral. O azeite iluminava os engenhos, todas as casas e repartições, exceto as residências dos mais abastados, onde a iluminação se dava à base de azeite de oliva, importado de Portugal (Sales, 1723- 1730).

Além disso, a temporada de caça ao cetáceo era um “tempo de fartura” para a população pobre; havia a crença (ainda existente em algumas regiões), de que o comerciante deveria praticar a caridade para com os mais necessitados a fim de atrair fartura aos negócios. Caso fosse avarento, a “safra” naquele ano não seria próspera. Isto fazia com que os comerciantes doassem grande quantidade de carne e de azeite à população carente. Em algumas ocasiões, as doações chegaram a impactar negativamente no preço dos produtos (Ellis, 1969).

Outro aspecto interessante diz respeito às transformações na atividade de baleação após o fim do estanco. Após esse período, já com a atividade já em declínio, novos agentes históricos ressignificariam a atividade de baleação no Recôncavo Baiano. A produção e o comércio de derivados de baleias passou a ser exercido por agentes pobres e negros alforriados, com vistas ao abastecimento do mercado consumidor local, formado por pequenos comerciantes, ganhadeiras, vendedores de produtos medicinais, entre outros. Como não possuíam capital para montar armações, a atividade passou a ser exercida em praias isoladas, distantes da fiscalização municipal (Castellucci Junior, 2005).

Trata-se de um momento onde novas relações foram estabelecidas entre os caçadores de baleias, o poder municipal e os pequenos comerciantes do produto, representando um importante capítulo da história da baleação no estado da Bahia. Sobre o relativo silêncio sobre uma atividade tão importante, Castellucci Junior (2005) oferece uma explicação bastante oportuna:

Não foi por negligência que a historiografia clássica da escravidão deixou de abordar a pesca da baleia, atividade grandiosa, que perpassou todo o período colonial e imperial e envolveu escravos e forros como principais agentes da produção e da comercialização de seus derivados. Tratou-se, em verdade, da prioridade que foi dada à atividade canavieira, cuja relevância se assentou na justificativa de ter sido ela a que arregimentou uma fabulosa quantidade de cativos, sendo a maior parte de sua produção voltada para o mercado internacional, cumprindo assim a lógica do antigo sistema colonial. Daí se ter acreditado, durante um bom tempo, que entender a História do Brasil passava

necessariamente por estudar, prioritariamente ou tão somente, o mundo dos engenhos e/ou das grandes lavouras (Castellucci Junior, 2005, p. 133).

A história da baleação no Brasil demonstra o quão pouco ainda se conhece sobre a história econômica brasileira, os recursos explorados, as relações de poder que as configuraram, as estratégias utilizadas pelos agentes internacionais que de alguma forma interferiram e/ou definiram determinado contexto histórico. Ao fim da discussão sobre a exploração econômica de um produto de origem animal como primeira matriz energética do país, espera-se que até aqui já tenhamos conseguido comprovar que a fauna também foi mercantilizada no processo de acumulação capitalista, e que as nações imperialistas da época também usufruíram da fauna em seu processo de acumulação. Embora não se possa dizer que as baleias caçadas faziam parte da fauna brasileira, elas foram exploradas no território nacional por agentes internos e externos, preponderantemente, para a produção de produtos para a exportação.

3 O SISTEMA COLONIZADOR PORTUGUÊS NA AMAZÔNIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO VALE AMAZÔNICO (COLÔNIA E IMPÉRIO)

Nos últimos cinco séculos, em todos os cantos do globo que ingleses, espanhóis, franceses, holandeses, alemães e portugueses tenham se instalado, fizeram de tudo para entulhar os porões de seus navios de minérios, açúcar, tabaco, escravos, tinturas ou qualquer coisa com grande demanda nos portos do velho mundo
(Fiore, Santos, 2015, p. 16).

Desafortunadamente, a chegada dos europeus à Amazônia trouxe consigo os quatro cavaleiros do apocalipse amazônico: a avareza, a rapina, o conflito e a violência. Em vista disso, o conflito na Amazônia é uma história de longa duração que se manifesta a partir das mudanças conjunturais. Se inicia com a invasão europeia e se reproduz nas reconfigurações impostas à região desde a formação do território brasileiro, assumindo diversas expressões à medida que novas e desiguais relações de poder se revelam, tomando assim, a forma de conflitos sociais, étnicos e ambientais.

A dinâmica da superexploração da natureza, expropriação da renda do trabalho, expulsão de pequenos agricultores e populações tradicionais de suas terras perpetuar-se em cada fase da ocupação do território; o genocídio indígena não se encerrou na colonização, tão pouco a subalternização da mão de obra se esgotou com o fim da economia da borracha. A partir de mecanismos mais sofisticados o neoextrativismo complexifica e amplia a violência, o saque, a expropriação e a expulsão (Moreno, 2015; Aguiar, 2017; Castro, 2017; Marques, 2019). A violência e o saque tornaram-se estruturais na Amazônia.

No Brasil, o modelo de crescimento intensivo em recursos naturais engendra empreendimentos voltados para a redução dos custos de produção e escoamento de matérias-primas para a exportação. Projetos de mineração, hidrelétricas, ferrovias, portos, estações de transbordos, entre outros, estão relacionados a externalidades como contaminações, desapropriações, deslocamentos forçados e conflitos com populações tradicionais (Vainer, 1990; Castro, Carmo, 2019; Marques, 2019). Chacinas decorrentes de conflitos agrários, desastres socioambientais como o de Barcarena, por exemplo, compõem a dinâmica em que *“biodiversidade, minérios e agronegócio compõem cadeias produtivas que levam recursos da natureza amazônica aos grandes centros da produção econômica internacional”* (Marques, 2019, p. 31).

Concebida como colônia exportadora de matérias-primas, a economia brasileira se consolidou como periferia dos mercados europeu, norte-americano e asiáticos. Quanto à

Amazônia, o modelo de desenvolvimento pensado para a região permanece pautado no extrativismo intensivo em recursos naturais, excessivamente dependente e vulnerável aos movimentos da economia mundial, subordinando-a aos interesses do capital internacional. Assim, a análise através dos ciclos econômicos pode aludir à ideia de processos ordenados e descontínuos, podendo induzir à compreensão parcial do problema.

A noção de ciclos como abordagem da história econômica brasileira foi inaugurada por Robert Simonsen no clássico *História Econômica do Brasil*, obra fundamental para o estudo do passado econômico do país. Simonsen estabeleceu uma organização expositiva para a análise do período colonial. Segundo sua abordagem, a economia brasileira vivenciou sucessivos ciclos: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café. A partir de então, inaugurou-se uma tradição na historiografia econômica brasileira, em torno dos chamados ciclos econômicos (Linhares, Silva, 2016; Costa, 2012).

Por essa perspectiva, em cada fase econômica existiria um “Produto-rei”, estruturador de toda a economia (Costa, 2012). Contudo, uma nova abordagem surgiria através de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, introduziu a ideia de modelo, na qual analisa a estagnação estrutural da economia brasileira a partir do seu passado escravista e da dependência em relação às economias externas. Esta condição subordina excessivamente a economia dependente às dinâmicas do mercado internacional. Esta metodologia permite identificar permanências e rupturas no processo de desenvolvimento econômico (Linhares, Silva, 2016).

Maria Yêda Linhares e Francisco Teixeira Silva alertam que “*a periodização da história do Brasil em ciclos, já em desuso, compatibilizava-se com a visão, clássica na nossa historiografia, de que um só produto, o açúcar por exemplo, seria capaz de organizar e dominar toda a atividade econômica da Colônia*” (Linhares, Silva, 1991, p. 104). O estabelecimento de um produto-cêntrico para cada período histórico promove a invisibilização de outras atividades que se desenvolveram concomitantemente com as atividades enfatizadas nos chamados ciclos (Costa, 2012).

Isto posto, este capítulo apresenta uma síntese da inserção do Vale Amazônico no capitalismo mercantil como economia com “vocação” extrativista. Trata-se de um capítulo introdutório para a discussão sobre o extrativismo faunístico na Amazônia. Assim, o capítulo foi dividido em três partes: na primeira discutiremos o sentido da inserção do Vale Amazônico no capitalismo mercantil; na segunda, apresentaremos uma síntese sobre o modelo de exploração da mão de obra;

3.1 A INSERÇÃO DO VALE AMAZÔNICO NO CAPITALISMO MERCANTIL

A Bacia do Rio Amazonas engloba um terço da área territorial da América do Sul. Suspeita-se que a ocupação humana da região tenha ocorrido por volta de 15.000 anos atrás (Souza, 2009). Contudo, o século XVII marcaria o início do fenômeno que Cardoso e Muller (2008) denominaram “devassamento da Amazônia”. Bastaram quatro séculos de imposição do modelo civilizatório europeu para colocar a região sob a ameaça de devastação total.

Conforme mencionado, a primeira tentativa portuguesa de colonização da Capitania do Maranhão resultou em fracasso. O território atualmente conhecido como Amazônia, possuía uma divisão político-administrativa totalmente diferente da atual. O Estado do Maranhão compreendia os atuais estados do Maranhão, Pará, Ceará e Piauí. Sendo que o território do Grão-Pará, abrangia os atuais estados do Amazonas e Amapá. Desta forma, a divisão englobava parte da região Nordeste e biomas distintos do amazônico – viés importantíssimo para uma pesquisa que discute recurso faunístico de um bioma específico. Logo, um desafio metodológico considerável.

Assim, o recorte temporal desta pesquisa foi subdividido em duas fases; na primeira, analisamos o extrativismo comercial da fauna silvestre no Vale Amazônico no período de 1750 a 1830; na segunda, cotejamos os registros sobre o comércio de peles e couros silvestres em todo o território nacional, no período de 1936 a 1970. Assim, nos próximos tópicos, enfocaremos a política administrativa metropolitana no Vale Amazônico, a partir do século XVII.

Durante a fase inicial do processo de colonização, a divisão político-administrativa ou a designação do território sofreram modificações: em 1535, chamava-se Capitania do Maranhão; em 1621, Província do Maranhão; em 1654, Província do Maranhão e Grão-Pará; em 1751, Província do Grão-Pará e Maranhão; após a divisão de 1772, Província do Maranhão e Piauí e Província do Grão-Pará e Rio Negro (Mesquita et al., 2015). Devido às particularidades mencionadas, nosso principal enfoque durante a primeira subdivisão (1750-1830), será o Grão-Pará, por abranger grande parte do bioma que atualmente conhecemos por Amazônia.

Posto isto, as primeiras investidas europeias no território amazônico ocorreram no século XVI, com os primeiros viajantes que subiram os afluentes do Rio Amazonas. Ainda nesse período, as metrópoles inglesa e holandesa, organizaram expedições nas terras amazônicas. Este corresponderia ao período exploratório, em que não se esboçavam medidas para a ocupação europeia da região (Castro, Campos, 2015; Leal, 1991). Contudo, já no

primeiro contato, o saque se instalara no território. Em 1499 ao retornar para o velho continente, Vicente Yáñez Pinzón, sequestra trinta e seis indígenas, para vender como escravizados na Europa.

Daí por diante e durante mais de um século, a Amazônia ou seria alvo de expedições que foram derrotadas pelo rio e pela floresta, ou, simplesmente, foi deixada em segundo plano pelos objetivos portugueses e espanhóis de consolidar domínio sobre os extensos territórios dos continentes em que assentavam império (Leal, 1991, p. 2).

Conforme destacou Joaquim Nabuco citado por Simonsen (2005, p. 51), “*Nada, nas conquistas de Portugal, é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas*”. O domínio sobre o território que abrange a maior parte da bacia do rio Amazonas, exigiu a infração do Tratado de Tordesilhas pelos portugueses. Os constantes conflitos entre a Espanha, a Inglaterra e a França pela posição de nação hegemônica no continente europeu, facilitaram a expansão do domínio português sobre o território brasileiro:

[...] O Tratado de Madri de 1750, que arrancou aos jesuítas os “Sete Povos das Missões”, fixou praticamente as fronteiras políticas do Brasil, e foi resultante de uma complexa obra de engenharia geopolítica, em que participaram além de Portugal e Espanha, a diplomacia do Papado e da Inglaterra (Tavares, 1999, p. 449).

A Espanha optou pelo controle sobre a Bacia do Prata, preferindo a posse do território do Sacramento (Uruguai). Os espanhóis tinham conhecimento sobre as inúmeras incursões de devassamento da região das Missões jesuítas em busca de minas interiores. A defesa dos territórios afastados das regiões de interesse militar (Flórida - embocadura do rio da Prata) e minerador (México – Peru), representava para os espanhóis um ônus altamente desvantajoso (Furtado, 1959). Portugal, no entanto, esperava acessar tais minas via Rio Uruguai. Mais do que os espanhóis, os portugueses necessitam de tais recursos, haja vista o malogro na busca por metais preciosos no território recém-descoberto.

Contudo, a busca por recursos naturais – principalmente na Amazônia, instituiu uma verdadeira prática de mapeamento da região. As nações vanguardistas da Revolução Industrial patrocinaram inúmeras expedições científicas – responsáveis pela descoberta e catalogação dos recursos naturais da região. Essas expedições visavam a descoberta de novas fontes de fornecimento de matérias-primas:

Assim, a primeira expedição científica moderna que pisa a Amazônia é a de La Condamine, em 1742, pouco antes do início do período do governo do Marquês de Pombal, e que se torna a primeira ação de reconhecimento verdadeiramente científico da Região, tendo sido as suas revelações, no dizer de um dos escritos sobre ele, o que “preparou caminho para a horda de cientistas que invadiriam o Rio no século seguinte”. La Condamine experimentou o curare e seus possíveis antídotos, formulando observações sobre esses experimentos, e levou amostras e objetos de borracha para a Europa, procurando explorar, em ensaios de laboratório, as suas propriedades e potencialidade como matéria prima. À expedição de La Condamine, que se havia iniciado em 1735, segue-se a expedição de Humboldt-Bon-plano, em 1799, e sob permissão da Espanha. Esses cientistas repetiram experiências com o

curare, coletaram e dissecaram espécimes da fauna regional, incluindo o detido exame da biologia e do comportamento de alguns sáurios e peixes: piranhas, jacarés, e, principalmente, poraquês. [...] Essas duas expedições prenunciam a mudança do papel histórico da Amazônia, de região fornecedora de meios de consumo para a metrópole colonial, para região fornecedora de meios de produção, sob a forma de matéria prima, para a acumulação industrial (Leal, 1991, p. 14).

No século XIX essas espécies de plantas e animais seriam exibidas em exposições pela Europa. Os animais empalhados extraídos do Brasil se tornariam artigos de luxo na moda taxidermista entre a elite europeia. O interesse científico pela Amazônia relacionava-se, portanto, à necessidade de consolidação do processo de Revolução Industrial; a região fora escolhida para as famosas expedições dos alemães, Spix, Martius, Natterer, Adalberto da Prússia; dos franceses, D'Orbigny, Castelnau, Montravel; e dos britânicos interessadíssimos no conhecimento sobre a biologia e na Teoria da Evolução, como Bates e Wallace (Leal, 1991). Mais tarde, as crônicas dessas viagens constituiriam a principal fonte documental sobre a Amazônia durante esse período, haja vista a já mencionada precariedade na produção de estatísticas oficiais sobre a colônia portuguesa na América.

Impelida pelas constantes invasões e saques das metrópoles concorrentes, às “drogas do sertão” (canela, cravo, cacau, anil, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.), Portugal deu início ao processo colonização da região no século XVII (Cardoso, Muller, 2008; Leal, 1991; Simonsen, 2005).

A edificação do Forte do Presépio é o marco inicial da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. A fundação de Belém em 1616, atendia ao objetivo de firmar presença militar portuguesa na região e defender o território contra os invasores. Os holandeses já haviam se instalado na região entre o Oyapoc e o Paru, erguido feitorias no Xingu e fundado uma colônia no território entre Gurupatuba (Monte Alegre) e o Genipapo (Paru) (Leal, 1991). A iniciativa também foi influenciada pelo agravamento dos problemas do império português nos domínios do Oriente.

Considerando as reconfigurações no ordenamento territorial da região, Aluizio Leal (1991), analisa a história econômica da região a partir de quatro períodos condicionados à lógica de saque dos recursos naturais: i) fase exploratória, durante o século XVI, quando já se começa a delinear o papel que a região desempenharia na divisão internacional do trabalho; ii) período colonial português propriamente dito – que corresponde à fundação da cidade de Belém em 1616 e o início do Brasil-império em 1822; iii) o período de incorporação ao capitalismo hegemônico e de subordinação econômica do Brasil à Inglaterra; iv) a contemporaneidade, cujo vínculo de subordinação foi redirecionada através da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho, após a Segunda Guerra Mundial e concretizada pela ditadura militar.

As drogas do sertão haviam despertado o interesse internacional para Amazônia e sua diversidade de produtos vegetais e animais que poderiam ser explorados para o usufruto do mercado europeu. Os portugueses viam nos produtos regionais a oportunidade de substituir as especiarias do Oriente (Leal, 1991; Picoli, 2006; Batista, 2007). Ademais, o atraso no desenvolvimento das forças de produção entre as nações ibéricas – a despeito do avanço científico do resto da Europa – principalmente da Inglaterra – é um forte elemento explicativo para o desenvolvimento da empresa extrativista na colônia portuguesa (Leal, 1991).

As especiarias, as plantas medicinais e derivados de animais, destacavam-se entre os produtos mais cobiçados no comércio internacional. O atraso nas técnicas de conservação de alimentos existentes na Europa era uma das razões. Na Idade Média, principalmente durante o inverno europeu, especiarias como pimenta e cravo, eram consumidas em grandes quantidades na conservação de carnes em salmoura. Também eram consumidas nas cervejas, vinhos e na medicina:

A deficiência de conhecimentos fazia atribuir ao perfume das especiarias e ao seu gosto picante qualidades que muito encareciam o produto. Finalmente, as ruas estreitas e sujas das cidades medievais, as más condições de higiene e a exigüidade de vestes exigiam o uso de odores violentos. Existia, assim, imensa procura, em toda a Europa setentrional, da pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, óleos aromáticos, cânfora, sândalo e vários outros produtos exóticos. Foi o comércio dessas especiarias que enriqueceu as repúblicas italianas. Lisboa, com o descobrimento do caminho das Índias, tornou-se o principal empório comercial da Europa, arruinando o comércio italiano. Com a união da Coroa portuguesa à espanhola, passou o Império lusitano a sofrer as hostilidades dos holandeses, franceses e ingleses, perdendo, no começo do século XVII, o monopólio do comércio das especiarias (Simonsen, 2005, p.419).

Produtos como chá, café e cacau eram desconhecidos dos europeus até a Idade Média. A comprovação da existência do cacau silvestre e da grande variedade de ervas medicinais no vale do Amazonas despertou a expectativa entre os portugueses de retomada do protagonismo na comercialização de especiarias. Durante a hegemonia portuguesa no comércio das especiarias das Índias, a extração e comércio dos produtos amazônicos fora proibido; com o fim do monopólio no comércio com as Índias, as drogas do sertão despertaram a cobiça sobre a Amazônia.

A partir do século XVII, a história socioeconômica da Amazônia esteve relacionada à dinâmica de acumulação do capital mundial e nacional. Uma vez que o capital é uma relação social de produção vinculada a determinada formação histórico-social, esta se materializa no monopólio da apropriação dos meios de produção por uma parcela da sociedade. Desta forma, a expansão capitalista na Amazônia reproduz essa lógica – embora a região ainda conserve relações de produção originalmente não capitalista (Marx, 1985-1986; Cardoso, Muller, 2008).

A relação-capital desenvolvida no país estabeleceu o sentido da inserção da Amazônia na acumulação mundial do capital (Cardoso, Muller, 2008), portanto, a exploração econômica dos recursos naturais da região está inserida nesse contexto. Esse processo se inicia com a chegada dos portugueses e se intensifica nos dias atuais. Silva (2015) relaciona quatro etapas da ocupação do território amazônico, às correspondentes relações de poder desiguais: i) a derrogação dos indígenas, durante a colonização; ii) a subalternização dos seringueiros, durante a economia da borracha; iii) na atualidade, a grilagem de terras, o trabalho escravo, e o tráfico sexual de crianças e adolescentes.

3.2 A POLÍTICA METROPOLITANA NO VALE AMAZÔNICO

Até a publicação do alvará de 07 de julho de 1774, vigorou a divisão administrativa na qual o Maranhão se tornou independente do Estado do Brasil e subordinado diretamente a Portugal. Importantes medidas foram implementadas no intuito de estimular a atividade agrícola na região. No entanto, somente após a restauração do domínio português se desenvolveram ações mais objetivas para a sua colonização. Inegavelmente, as invasões às capitanias do extremo norte durante controle espanhol, foram catalisadoras das iniciativas econômico-militares na região (Salgado *et al.*, 1985; Leal, 1991; Mesquita, *et al.*, 2015).

Embora a ocupação das demais capitanias tenha representado um grande desafio, no Vale Amazônico à resistência indígena foram acrescentadas especificidades naturais que configuraram barreiras quase intransponíveis; isto contribuiu para a baixa atratividade econômica da região, cujo principal fator limitante era a mão de obra. A insuficiência de capital para investimento em mão de obra escravizada africana conformou uma economia essencialmente extrativista, baseada na escravização da mão de obra indígena e na baixa circulação monetária (Azevedo, 1999; Santos, 1980; Bueno, 2019a).

Até o século XVIII, a circulação de moeda metálica no Estado do Maranhão era muito rara ou inexistente. Em 1700, um parecer na Câmara de São Luís discutia a questão das rendas do estado e declarava a ausência de circulação de moedas metálicas em todo o território; em 1706, uma provisão de 30 de julho declarava a proibição do uso desse tipo de moeda no Maranhão; em 05 de fevereiro de 1712, foi estabelecido que o açúcar, o cravo, o tabaco e o pano de algodão deveriam ser as moedas utilizadas para o pagamento dos soldos; em 18 de agosto de 1724, o rolo de pano de algodão foi instituído como moeda oficial do Estado – “moeda da terra” (Lisboa, 1858; Lima, 2009).

Desde 1713 a exportação do pano de algodão do Maranhão para a metrópole havia sido proibida devido aos impactos para a economia da referida capitania, posto o pano de algodão consistir na mercadoria mais valorizada daquela economia (Lisboa, 1858). Essas informações fazem saber a importância do escambo na amazônica nesse período, ao passo que auxiliam na compreensão sobre o papel dos produtos extrativistas nas trocas comerciais e para a arrecadação tributária no território.

Propósitos econômicos e militares se imbricam ao longo do processo de construção do território amazônico; ao discurso sobre a premência da “defesa da Amazônia contra a ameaça estrangeira”, fora acrescentado o da “necessidade de integração”. Esses argumentos foram pano de fundo para diversos projetos que prometiam suposto desenvolvimento econômico para a região (Castro, 2000; Kubitschek, 2000). Assim, o esforço de análise da história econômica da Amazônia brasileira deve ser empreendido a partir da percepção das especificidades de sua condição de fronteira (Castro, 2015)

A política fazendária implementada pela coroa portuguesa tendia a adaptar-se às singularidades da atividade econômica na região, cambiando de acordo com os interesses conjunturais da metrópole em relação ao território (Chambouleyron, 2009). Conforme ressalta o autor, a geografia, as questões fronteiriças, os tipos de produtos, a lógica de produção e comercialização influenciaram a organização e a eficácia da administração fazendária, dando origem a tributos específicos para a região; um dos casos mais emblemáticos é a cobrança do “dízimo das canoas”.

A constante demanda por novos tributos utilizava como argumento predominante a necessidade de financiamento dos gastos com a administração e defesa do território. Certamente, as despesas militares eram consideráveis; o dispêndio com a defesa do Maranhão e Grão-Pará em 1616 atingiu o montante de 16.335\$600; boa parte eram gastos com a tropa, composta por 513 homens. Na mesma época, custava à metrópole 18.681\$000, e uma tropa de apenas 140 homens para manter o aparato administrativo da sede do governo na Bahia. Pernambuco era defendido por uma tropa com menos de 100 homens. No entanto, Bahia e Pernambuco eram duas das capitanias mais prósperas da economia açucareira, enquanto o comércio do Maranhão e do Pará não possuíam relevância suficiente para sequer empregarem funcionários da Fazenda Real (Viveiros, 1964).

A carta do governador do Maranhão, Antônio Teixeira de Melo para o rei D. João IV em 1646 é um clássico exemplo utilizado pela historiografia para ilustrar a pobreza do Estado. O governador relatava a insuficiência de rendas da Fazenda Real para o pagamento do ordenado dos soldados; solicitava autorização para a criação de novo imposto de mil réis sobre as pipas

de vinho, a fim de custear as despesas da tropa. Ao mesmo tempo, suplicava uma “*provisão para que os devedores não possam ser executados por suas dívidas por tempo de cinco anos*”⁶. Um ano depois, o imposto foi autorizado com o reconhecimento régio da carência do estado (Viveiros, 1964; Cruz, 1964). A criação do imposto do “*Vêr-O-Pêso*” em 1688 é outro exemplo de tributo criado para o financiamento dos gastos administrativos (Cruz, 1964).

Em 1693 nova taxaço sobre mercadorias específicas foi instituída para fins de financiamento dos gastos com uma tropa de 150 soldados enviados de Pernambuco para o serviço nas fortalezas do estado. Vejamos os valores: 600 réis por rolo de pano de algodão de cem varas⁷; 100 réis por meio de sola ou couro em cabelo; 2 réis por uma libra⁸ de carne; 100 réis por canada⁹ de aguardente da terra; 200 réis a arroba¹⁰ do fio de algodão; 2\$000 por cada escravizado vendido; 6\$000 por cada molinete de aguardente. A tributação deveria vigorar por apenas três anos. Findado o prazo, o rei decidiu instituí-lo indefinidamente sob a alegação de prejuízos com as rendas do estado (Lisboa, 1858; Viveiros, 1964).

Não obstante, o repertório acerca da perpétua miséria e insuficiência das receitas do Estado parecem configurar estratégias retóricas para legitimar a cobrança de impostos. A capitania do Grão-Pará, por exemplo, iniciou o século XVIII com reconhecida tendência de crescimento nas receitas, inclusive fechamento de saldo positivos em alguns períodos, de tal forma que ao final de nal do governo de Gomes Freire de Andrade (1685-1687), as receitas do Estado fecharam com saldo de 17.887\$500 (Chambouleyron, 2009; Viveiros, 1964).

Nesse sentido, Chambouleyron (2009) identificou três mecanismos para a arrecadação de rendas para a Fazenda Real: i) criação de tributos específicos para a economia local; ii) a arrematação dos dízimos por particulares; iii) instituição de estanco comercial e controle do comércio. A tributação sobre o aguardente de cana é um exemplo entre os impostos específicos. Inicialmente o produto teve sua fabricação proibida devido à concorrência com a fabricação do açúcar; mais tarde, juntamente com o tabaco, ambas as drogas comporiam fundamentais instrumentos viabilizadores da exploração escravista da mão de obra indígena e africana no território.

Instituiu-se a organização da concorrência pública para arrematação de contratos de arrecadação dos dízimos. Dessa forma, a lucratividade do negócio para o arrematante estava

⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre uma carta do governador do Maranhão, Antônio Teixeira de Melo. UHU_ACL_CU_009, Cx.2, D.200.

⁷ Uma vara equivalia a aproximadamente, 1,10 metros. Fonte: Silva (2010).

⁸ O equivalente a 453 gramas. Fonte; Silva (2010).

⁹ Aproximadamente, 2,60 litros. Fonte: Rozenberg (2006).

¹⁰ Aproximadamente, 14,689 kilos. Fonte: Silva (2010); Rosenberg (2006).

condicionada ao volume arrecadado; para a Fazenda Real a transação garantia a vantagem da isenção de custos com a contratação de agentes fiscais (Viveiros, 1964). O autor aponta outra forma peculiar de arrecadação instituída durante o reinado de D. João V: a exigência de “donativos voluntários”, que a despeito do nome nem sempre eram opcionais; as “doações” ocorriam em dinheiro ou em produtos como farinha, por exemplo (Lisboa, 1858; Viveiros, 1964).

Isto posto, a escassez de moeda metálica ressalta a importância dos gêneros naturais utilizados como moeda. Esta condição foi oportunamente explorada pela metrópole, tanto através da arrecadação dos impostos em mercadorias, quanto pelo pagamento de ordenados em “fazendas”. São exemplos, o pagamento dos dízimos das manteigas e da farinha, realizados em frações do próprio produto. A título de exemplo de como era operado o comércio das drogas do sertão no Estado, reproduzimos abaixo um Registro do ano de 1760, referente à remessa da produção dos moradores da vila de Boim, na capitania do Grão-Pará. Os produtos foram destinados à Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, sediada em Belém. O documento lista a produção e os proprietários, indicando como eles queriam receber o pagamento.

3.3 ENTRE TENSÕES, JOGOS E DISPUTAS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES QUE CONFIGURARAM A SOCIOECONOMIA AMAZÔNICA COLONIAL

Este ensaio representa uma tentativa de estabelecer uma sinapse cognitiva a respeito das relações sociais estabelecidas entre os agentes históricos – indígenas, colonos e a administração portuguesa - que engendraram as relações econômicas no Vale Amazônico a partir das condições materiais do contexto histórico. Parte-se do princípio de que as relações econômicas são relações sociais, posto ser a economia uma ciência social. Maria da Conceição Tavares esclarece que:

A economia é uma ciência social e o seu nome originário precisa ser restabelecido: economia política. Era assim que chamava na época do Adam Smith, do Ricardo, etc. Então, tem que voltar a essa ideia. Tem que aprender história. Se não aprender história, não é capaz de juntar [...] (Entrevista Maria da Conceição Tavares/TV Senado, 05/12/2010).

Os indígenas foram a principal força de trabalho da Amazônia Colonial. Assim, a questão central da política metropolitana para o Vale Amazônica foi o controle da mão de obra indígena (Azevedo, 1999). Dela dependia a colonização: abastecimento, defesa, conhecimento sobre o ambiente e povoamento. Essa dependência daria origem às tensões e contradições que configuraram as relações entre os indígenas e os demais agentes históricos da colonização da região amazônica. Em vista disso, estabeleceram-se dois momentos da dominação da estrutura

produtiva: a organizada pelos missionários jesuítas e laica, organizada formalmente pelo Diretório dos Índios (Azevedo, 1999; Leal, 1991; Ravena, Acevedo Marin, 2013; Perrone-Moisés, 1992; Coelho, 2009).

Conforme já discutido, sem a disponibilidade de alimentos não haveria colonização. À questão alimentar, acrescenta-se a necessidade de defesa do território contra os indígenas insurgentes e os demais inimigos da metrópole. Dessa forma, o acesso ao sistema de conhecimento indígena não foi questão de somenos importância. O domínio sobre a população não se resumia à exploração da mão de obra. Representava a possibilidade de descoberta de novos produtos passíveis de capitalização, assim como de sobrevivência em um território tão hostil quanto a floresta Amazônica.

Os invasores europeus lançaram mão de todo o tipo de violência para subjugar e garantir a exploração da força de trabalho. Nessa lógica, as mulheres não foram poupadas. Fossem elas indígenas ou negras, seus corpos seriam tomados de diversas formas, inclusive para execução de projetos econômicos, entre eles, povoamento, miscigenação ou como fábricas de novos estoques de mão de obra escravizada. Angela Davis explica que “*o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras*” (Davis, 2016, p. 26).

Trata-se de um tipo de violência direcionado majoritariamente contra as mulheres, com dimensões extremamente complexas por consubstanciar formas de violência física e simbólica. Durante a formação do território brasileiro instituiu como alvos principais as mulheres indígenas e negras. Consistiu em um cruel e eficaz instrumento de subjugação largamente empregado pelos colonizadores contra as mulheres escravizadas de ambas as etnias. Enquanto violentava física e psicologicamente às mulheres, também impunha a violência simbólica sobre os homens relacionados com as vítimas; o estupro das mulheres foi utilizado como uma demonstração de poder (Davis, 2016, Acuña, 1994, Ribeiro, 1922; Carneiro, 2017; Barbosa; Vieira, 2018). Assim, as mulheres indígenas e negras foram tão ou mais vitimadas pela violência imposta pelos colonizadores do que os homens das suas etnias.

Isto posto, o governo de Tomé de Souza, por exemplo, foi um período marcado pela barbárie contra os indígenas por considerar “*que ainda que os cortassem em açougue nunca faltariam*” (Azevedo, 1999, p. 128). O militar ignorou as cláusulas indigenistas do Regimento dos Governadores-Gerais e seguiu sua própria política (Azevedo, 1999; Bueno, 2016).

Tomé de Souza havia proibido expressamente o comércio direto entre colonos e indígenas, chegando a punir com açoites os colonos infratores. Em 1549, em um episódio em que um indígena matou um colono que havia invadido uma aldeia, Tomé de Souza inaugurou

uma prática que se institucionalizou no território. Após obrigar os demais membros da aldeia a levarem o indígena preso para Salvador, “*então, conduzindo o prisioneiro para a praça central da cidade, ordenou que ele fosse amarrado à boca de uma bombardarda (pequeno canhão), que mandou disparar - estraçalhando a vítima ante o olhar estarecido dos demais nativos*” (Bueno, 2016, p. 825).

Após essa barbárie – e provavelmente outras tantas – o governador conseguiu subjugar os indígenas dos arredores da cidade de Salvador. Ainda durante a primeiras décadas da colonização, Mem de Sá em retaliação aos ataques dos Aimorés à algumas vilas situadas em Porto Seguro e Ilhéus organizou um ataque à aldeia matando indiscriminadamente, homens, mulheres e crianças, além pôr fogo na mata.

[...] passou o exercito estas agoas stygias, e logo com o mór silencio que póde subio de noite à fragosidade do sítio; e quando sé davão por mais seguros aquelles bravios selvagens, deu sobre elle o impeto dos nossos, degolando, ferindo, pondo por terra todo o vivente, homens, mulheres, e meninos : taes houve, que do somno nocturno passàrão sem meio ao somno da morte; e taes, que imaginando fugir, se vinhão meter em nossas mãos. Achàrão alguns retogio nas brenhas, outros nem esse pudérão alcançar; porque foi todo bum o impeto do ferro, e o do fogo: arderão as mattas por muitas legoas, e tornàrão a noite claro dia ; e quando o Sol começava o seu, virão melhor os triste barbaros seu grande estrago, por que seguindo a vereda do sangue, achavão os pais aos filhos, os maridos as mulheres defuntos pelos caminhos, e o abrigo de seus escondrigios tornados em cinza. Depois de descancarem, tornàrão em busca das praias os victoriosos soldados, e vinhão cantando seus triumphos [...] (Vasconcelos, p.163, grifo nosso).

A violência generalizada imperou em todo o período de formação do território nacional. Embora a Coroa portuguesa mostrasse indignação pelos desmandos e a total desordem na colônia, o quadro havia resultado das políticas metropolitanas no território. O modelo latifundiário, elitista e despótico havia dado origem a uma sociedade pouco afeita ao respeito às leis, mesmo porque, as instituições haviam sido transplantadas da sociedade portuguesa daquele contexto.

Capistrano de Abreu na obra “Capítulos da história colonial”, fornece vários indícios da truculência e da cobiça reinantes na colônia. Sobre os capitães-mores, os descreve como violentos, arbitrários e cruéis. A sociedade colonial não tolerava atos de insubordinação ou contestação de autoridade por parte de seus subordinados. Na economia pecuarista do Nordeste intrigas familiares, questões de terras ou ofensas, mesmo que involuntárias, poderiam ter desfecho em sangue que culminaria em vendetas. “*Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidadamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino [...]*” (Abreu, 1988, p. 139).

Mais tarde, a história hegemônica coroaria como heróis hordas de impiedosos assassinos como foram os bandeirantes. Homens que fizeram fortuna matando, escravizando e traficando indígenas. Capistrano de Abreu cogitando a origem do nome “bandeirantes” explica que “*talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição como chefe supremo, com mais amplos poderes, senhor da vida e da morte de seus subordinados*” (Abreu, 1998, p. 104). Sobre a atuação de religiosos nesses sequestros e chacinas, Capistrano citando o cronista Montoya, os definiu:

Lobos vestidos de pieles de ovejas, unos hipocritones, los cuales tienen por oficio mientras los demás andan robando y despojando las iglesias y atando indios, matando y despedazando niños, ellos, mostrando largos rosarios que traen al cuello, lléganse à los padres [jesuítas espanhóis] pidenles confesion... y mientras están hablando de estas cosas van pasando las cuentas del Rosario muy aprisa (Abreu, 1998, p.108).

Aliás, o tráfico de indígenas se instalara no território antes das capitâncias hereditárias, nos primeiros contatos com os europeus. Em 1511 na carga do navio Bretoa constavam 36 indígenas capturados e levados para Lisboa; 26 eram mulheres que seriam transformadas em escravas sexuais na Europa (Bueno, 2016; Dean, 1996).

No Vale Amazônico, os portugueses não agiram de forma diferente. Inúmeros relatos – e a própria legislação – dão testemunho da violência reinante. Nos “*Annaes históricos do estado do Maranhão*”, escrito por Bernardo Pereira de Berredo, boa parte da crônica – embora tendenciosa quanto à “justeza das retaliações” aplicadas pelos portugueses – fornece indícios do desequilíbrio de forças neste conflito. Em um episódio ocorrido em 1619 quando indígenas acoados puseram cerco à cidade de Belém, Mathias de Albuquerque (1580-1647), Bento Maciel Parente (1567-1642) e Pedro Teixeira (1585-1641), promoveram a matança de indígenas mesmo após os insurgentes tentarem fugir para as matas. Na narrativa fica clara a política de estimular a brutalidade entre os soldados, transformando-a em um sinal de suposta bravura.

Fez a revista Mathias de Albuquerque de toda a sua gente [...] Já nas vizinhanças do Para Sé chegou a pôr sobre os inimigos; e lembrando só aos seus soldados, que erão aquelles os mesmos que buscavão assim as virtuosas ambiçoens da fama, como os estímulos da sua justa ira, a primeira voz, para que entrassem em combate, foy o seu exemplo; o qual obrou em todos com tal eficácia, que não houve golpe, que não custasse vida; e já desesperados aquelles bárbaros da resistencia delles, os que restavão, que não eram mutos, encommendarão a sua salvação ao amparo dos matos; mas não se pode aproveitar da mesma fortuna (opprimido sem duvida do grande pezo da sua culpa) o celebre Amaro Interprete das Cartas do Capitão mór Francisco Caldeira, principal incentivador da sublevação dos Topinambazes; porque cahindo nas mãos dos vitoriosos, achou o castigo da sua aleivosia na boca de huma bombarda (Berredo, 1840, p.195).

Em “*Novo Descobrimento do Grande Rio do Amazonas*”, Cristóbal de Acuña narra a violência com a qual Pedro Teixeira dizimou os indígenas conhecidos como “Encabelados”. Conta o cronista que após desarmarem, “*bateram neles de tal modo, que, com poucas baixas, prenderam mais de setenta e os mantiveram em cativeiro até que, após a morte de alguns, e a fuga de outros, não lhes restou nenhum*” (Acuña, 1994, p. 114). Nesta chacina, os invasores contavam com uma tropa formada por quarenta soldados da armada portuguesa e mais de trezentos indígenas. Após a matança, Acuña relata que ficaram sem alimentos, passando a saquear as roças indígenas que encontravam pelo caminho. O saque e a destruição das roças dos nativos era uma prática comum nessas expedições (Acuña, 1994; Abreu, 1998).

João Lúcio de Azevedo explica que amarrar indígenas à boca das peças de artilharia e disparar, arremessando os destroços das vítimas a grandes distâncias, tornara-se prática vulgar no território. Segundo o historiador, o militar Bento Maciel Parente teria entregado vinte e quatro indígenas aliados para execução nas mãos de etnias inimigas sem sequer ter provas reais da traição. Francisco Caldeira Castelo Branco (1566-1619) teria ordenado o esquartejamento de vários chefes indígenas. Na Europa este tipo de barbárie utilizava dois cavalos; no Vale Amazônico os carrascos prendiam as pernas das vítimas a duas canoas remadas para rumos contrários; e “*para estes e outros mais cruéis castigos, bastavam às vezes meras suspeitas de rebelião*” (Azevedo, 1999, p. 129).

Por outro lado, os colonizadores eram totalmente dependentes dos indígenas. Deles dependia não somente o sustento, mas a própria defesa militar, posto os nativos aliados comporem boa parte do contingente das tropas. Na colônia, as condições ecológicas, geográficas, e a insuficiência econômica condicionou as estratégias militares ao ambiente. Os militares europeus foram impelidos a moldarem-se às técnicas indígenas. Desta forma, tiveram que aprender as técnicas de guerrilha dos indígenas, e a combater em canoas pelos rios. Diferentemente do que ocorria no restante do território brasileiro, no Vale Amazônico os combates eram fluviais.

Na Amazônia, a guerra era prioritariamente fluvial. Nesta região, o uso da canoa indígena era indispensável, utilizada como embarcação de transporte, mas também como barco de guerra, ou inclusive como “trincheira”, tudo em função de uma peculiar condição ecológica. O clima também não favorecia a etiqueta europeia. A humidade excessiva do território amazônico trouxe, amiúde, sérios problemas para a conservação da artilharia e munição. Sobretudo, as armas que funcionavam com sistema de mecha (morrão) cediam rapidamente frente a um implacável regime de chuvas. O mesmo ocorria com as peças de ferro que oxidavam com facilidade [...] (Cardoso, 2015, p. 45).

O autor explica que estas especificidades aliadas aos perigos da navegação nos rios da região deram origem à dependência dos portugueses à cultura bélica indígena. O sistema de

saberes nativos foi fundamental na expulsão dos holandeses do Maranhão. Sem a tecnologia de navegação indígena – que inclui as próprias canoas – dificilmente os europeus teriam conseguido se locomover pelos rios da região.

Na Amazônia, os soldados portugueses também tinham de aprender a combater apoiados em acanoas, ao modo das guerras indígenas, apenas substituindo o arco e a flecha pelo mosquete. Evidentemente, nestas escaramuças fluviais os nativos levavam sempre vantagem. De fato, os índios eram os únicos que conheciam devidamente os intrincados caminhos fluviais, perigosos em função das zonas de baixios e do sistema de alta e baixa-mar (Cardoso, 2015, p. 45).

Dessa forma, a experiência militar adquirida pelos holandeses no chamado Estado do Brasil, não teve a mesma serventia no Vale Amazônico, onde o acesso à tecnologia de navegação indígena fez toda a diferença, haja vista a predominância dos conflitos fluviais no território amazônico naquele contexto.

No seu relatório, o capitão Cochado explica que, antes de qualquer abordagem direta, cabia aos índios o reconhecimento do terreno. Assim, eram enviadas, sempre de noite, canoas leves para recolher informações sobre a organização das forças batavas e sobre o número de índios que auxiliavam os holandeses. O ataque final foi rápido e fulminante, sempre utilizando a versatilidade das canoas de guerra e a precisão da artilharia indígena (Cardoso, 2015, p. 45).

Durante a conquista, foram confiscadas dos holandeses a artilharia, as armas e os africanos escravizados que se encontravam em posse dos inimigos. A fortaleza holandesa foi queimada. Os portugueses concluíram que a presença batava nos confins do Xingu tinha outros motivos que não a produção de açúcar: i) a extração de todo e qualquer produto comercializável na Europa; ii) a possibilidade de criação de uma rota que interligasse a região amazônica às Índias de Castela. Alírio Cardoso citando um relatório de Luís Aranha de Vasconcelos informa que durante a permanência na região, os holandeses teriam enviado por ano 15 navios em média, carregados de tabaco, algodão e madeira para a Europa. Nesse sentido, a parceria dos batavos com as etnias inimigas dos portugueses na região provara-se fundamental para a construção do forte na atual cidade de Gurupá (Cardoso, 2015; Reis, 1940).

Esta condição transformava o estabelecimento de alianças com os nativos numa questão crucial. Beatriz Perrone-Moisés explica que a população indígena foi classificada pelo Estado português entre “índios livres”, “índios aldeados” e “índios aliados”. Segundo ela, essas clivagens conferiam tratamentos distintos na política indigenista. Formalmente, a legislação garantia a suposta liberdade aos aliados e aldeados, posto formarem o estoque de mão de obra. Deveriam ser “descidos” dos sertões (como era chamada a floresta) e aldeados próximo às povoações dos colonos, onde deveriam ser “civilizados” e catequizados (Perrone-Moisés, 1992; Coelho, 2009).

A partir dos regimentos, Perrone-Moisés defende que a legislação determinava que o processo ocorresse sem violência e de forma voluntária - suposta razão da obrigatoriedade da presença dos missionários junto às tropas de descimento. Os indígenas deveriam ser “convencidos” de que seria do seu maior interesse aldear-se. O aldeamento deveria seguir critérios que promovessem o convívio com os colonos e a catequização. Os missionários jesuítas seriam os responsáveis pela organização, repartição da mão de obra e acultramento dos indígenas (Perrone-Moisés, 1992).

O governo temporal ficaria a cargo dos chefes indígenas (Principais); Conforme o Regimento das Missões de 1686, a finalidade do aldeamento era garantir o estoque de força de trabalho: *"que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastantes, tanto para a segurança do Estado, e defensas das cidades, como para o trato e serviço dos moradores, e entradas dos sertões"* (Perrone-Moisés, 1992, p.126). Na prática, contudo, a violência e a truculência se instituíram nas expedições de descimento. O cronista Cristobál Acuña relata um ataque orquestrado por Bento Maciel contra os Tapajós. A partir de sua descrição, povos pacíficos que foram forçados à aliança com os portugueses.

[...] o sargento-mor do Estado, cabo e caudilho de todos, que era Bento Maciel, filho do governador, deu-me sua palavra no sentido de que não prosseguiria em seu intento até receber aviso de seu pai; porém, tão logo virei as costas, o sargento, juntando o maior número de homens que pôde, numa lancha com peças de artilharia, e em outras embarcações menores, caiu sobre os índios de surpresa, oferecendo-lhes duras guerras, quando eles só queriam paz. A esta eles aceitaram logo, de boa vontade, como sempre a haviam proposto, rendidos a tudo que quisessem fazer de suas pessoas [...] (Acuña, 1992, p.159).

A rendição não foi suficiente para a turba de assassinos; obrigaram os indígenas a entregarem todas as flechas envenenadas que tivessem na aldeia para desarmá-los totalmente; após cumprida a exigência, os reuniram e os acorrentaram; em seguida, saquearam a aldeia. Não obstante, a violência não estaria completa.

[...] em breve tempo saquearam toda a aldeia, nada deixando assolar, e, conforme me contou quem viu, aproveitaram-se das filhas e esposas dos presos aflitos, diante de seus próprios olhos, fazendo coisas que, segundo me assegurou a mesma pessoa, há muito conhecedora daquelas conquistas, para não vê-las, não só deixaria de comprar escravos, como daria de graça os que possuía [...] (Acuña, 1992, p.159).

Este é o anverso da miscigenação do povo brasileiro – bem menos voluntária, espontânea e pacífica do que a versão apresentada pela narrativa hegemônica. Após saquear a aldeia e estuprar as mulheres na presença de seus parentes, a violência ainda não se findaria. O relato de Acuña revela a extensão da barbárie vivenciada durante a invasão do território amazônico, ao mesmo tempo em que fornece pistas sobre as estratégias utilizadas pelos portugueses na conquista de aliados para os seus projetos:

[...] Ameaçavam os índios encurralados e temerosos, intimidando-os de novo com maiores rigores para que cedessem escravos, assegurando-lhes que, com isso, não apenas seriam livres, como também amigos, e acumulados de ferramentas e panos de algodão que em troca lhes dariam. Que poderiam fazer esses pobres, presos, desarmados, com suas casas saqueadas, suas mulheres oprimidas, senão se submeter a tudo o que eles quisessem fazer? Ofereceram mil escravos e foram busca-los, mas, em meio ao alvoroço reinante na terra, estes haviam procurado um refúgio, e não foi possível juntar mais que duzentos, os quais foram entregues, com a promessa de que receberiam os restantes, os portugueses deixaram então em liberdade os que, para assim se verem, ofereceram os próprios filhos como escravos, como tem acontecido várias vezes. Despacharam todos os escravos para o Maranhão e Pará, o que vi com meus próprios olhos, e saboreando a vitória, prepararam logo outra maior em outra nação mais para dentro do rio Amazonas, onde as crueldades serão certamente maiores, porque nisso vão menos pessoas de coragem, capazes de enfrentar quem a todos comanda (Acuña, 1992, p.160, grifo nosso).

As entradas para a preação e o (in)consequente genocídio dos indígenas expandiu as fronteiras do território português, violando os limites do Tratado de Tordesilhas. O rápido decréscimo da população nativa estava relacionado às chacinas, epidemias e à insegurança alimentar decorrente do novo modelo de produção e redistribuição de alimentos, implantado pelos invasores (Marcoy, 2001; Leal, 1991; Azevedo, 1991; Reis, 1940; Coelho, 2008; Ravena, Acevedo Marin, 2012).

Assim, os colonos portugueses foram os principais responsáveis pela superação dos limites fronteiriços estabelecidos formalmente pelas Coroas ibéricas, resultando no Tratado de Madri – novo regulamento da política fronteiriça entre Portugal e Espanha (Leal, 1991; Coelho, 2009). Em decorrência disso, o *uti possidetis* instituiu o povoamento como uma questão de Estado, transformando os indígenas no “recurso” que asseguraria a posse do território. Isto exigia transformá-los em vassallos do rei, – o que implicava em (des)civilizá-los – tarefa que seria implementada pelo Diretório dos Índios, estruturado como instrumento jurídico que viabilizaria tal projeto “*por meio da introdução de uma série de instrumentos pedagógicos*” (Coelho, 2009, p. 46) capazes de disciplinar a liberdade dos indígenas.

Podemos considerar o Tratado de Madri como um marco na política de ordenamento territorial da Amazônia, visto que exigiu a reestruturação da política metropolitana até então instituída no território. Quando assumiu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1750, Sebastião José de Carvalho (1699-1782) estava ciente da modernização econômica em curso na Inglaterra, onde havia atuado como diplomata e testemunhado o avanço da economia inglesa rumo à industrialização. Assim, o Marquês de Pombal assumiu a missão de modernizar a economia portuguesa.

Para que isto fosse possível, seria necessário atualizar as estruturas do antigo modelo colonial. Assim, tentou uma reforma nas instituições Portuguesas, a começar pela estrutura

administrativa, empreendendo a difícil tarefa de tentar desburocratizar e eliminar o patrimonialismo institucionalizado. As reformas iniciadas na metrópole se estenderam para os domínios coloniais. Contraditoriamente, incorreu em nepotismo escolhendo parentes ou indivíduos de sua confiança para os cargos estratégicos da administração colonial (Leal, 1991; Rodrigues, 2011). Conforme discutido até aqui, “apadrinhamento” e nepotismo eram características da administração portuguesa – independente do projeto.

O Marquês de Pombal promoveu reformas administrativas voltadas à inserção da região amazônica na dinâmica do pacto colonial. Para este fim, implementou as seguintes medidas: i) realização de nova divisão administrativa na qual criou a capitania de São José do Rio Negro – colocando-a sob a administração do sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas (1722-1787); ii) Nomeação do irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769) para o governo do Pará, com a difícil tarefa de promover a modernização e a ordem na capitania; iii) criou a Companhia do Grão Pará e Maranhão no intuito de introduzir mão de obra escravizada africana; iv) revogou o controle dos jesuítas sobre os indígenas (Leal, 1991).

Naquele contexto histórico, a região amazônica representava um estratégico quinhão patrimonial em litígio com os espanhóis. Em vista disso, ganhou centralidade na política metropolitana. Devido à insuficiência econômica da região, os indígenas representavam a única força de trabalho disponível, e “instrumento” para o povoamento e defesa do território. Assim, a questão indígena ganhou centralidade para a Coroa portuguesa, conforme discutiremos a seguir.

3.4 O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E A APROPRIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO INDÍGENA

A longa disputa entre os jesuítas e os colonos pelo domínio da mão de obra representava um entrave para o projeto econômico português para a região. Para resolver a questão, a administração metropolitana tomou medidas drásticas no intuito de deter o rápido decréscimo da população nativa. Todavia, a insubordinação reinante no território tornava as resoluções régias sem efeito prático. Um importante diferencial desse contexto é a entrada de maneira mais efetiva do Estado português na disputa pela força de trabalho indígena. Este agente criaria as condições para as novas relações que se estabeleceriam no território (Leal, 1991; Coelho, 2009).

Ao ser empossado como Governador e Capitão-General, Mendonça Furtado recebeu a missão de submeter o território ao domínio do império português. A transformação geopolítica do Vale Amazônico requeria a subjugação da população indígena, a intensificação da presença

militar portuguesa, a transformação da paisagem (urbanização) e a tentativa de apagamento da cultura nativa através de diversas medidas, entre elas, a imposição do ensino da língua portuguesa em detrimento da língua nativa, e a substituição dos nomes indígenas dos aldeamentos por topônimos portugueses (Moreira, 1994; Coelho, 2008; Dick, 1988).

Para ilustrar como foram arquitetadas as reconfigurações que seriam postas em curso no território durante o século XVII, transcrevemos abaixo trechos da extensa Carta do rei de Portugal para o governador do Pará com instruções sobre a política metropolitana a ser implementada no Vale Amazônico. Considerando a importância histórica do documento no que diz respeito à escravidão indígena e africana, apresentaremos uma transcrição um pouco mais longa do documento. Assim, faz-se necessárias algumas observações para esta e as demais transcrições:

- 1) Os documentos foram transcritos seguindo a grafia original. Procurou-se seguir as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos;
- 2) Dúvidas na interpretação paleográfica são representadas pelo uso de colchetes, chaves e barras oblíquas. No caso de dúvida – [?]
- 3) Enganos, omissões ou repetições indevidas no original – [*sic*]
- 4) Glosas marginais ao texto – [glosa lateral]
- 5) Danos físicos ao papel, impedindo a leitura – [corroído]

Isto posto, segue a transcrição de trechos da “CARTA RÉGIA (minuta) do rei [D. José I] para o governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando instruções e justificando a necessidade de divisão daquele Estado em dois governos e informando da nomeação do tenente coronel Luís Vasconcelos Lobo como governador e capitão-general da capitania de São Luís do Maranhão”.

Francisco Xavier de Mendonça amigo Governador e Capitam General do Estado do Pará e Maranham, Eu El Rey vos envio muito saudar; Atendendo ao que se me representou da grande necessidade que havia de dividir ese Estado em dous Governos por ser precisa asistencia do Governador e Capitam General na cidade do Pará, onde a occurencia dos negocios e o trafico do comercio ocupavam a maior parte do ano na referida rezidencia, vos ordeno, que afaçaes na dita Cidade do Pará, e para a Cidade de S. Luiz do Maranham fui servido nomear a Luiz de Vasconcellos Lobo por Governador com Patente de Tenente Coronel, o qual será voso Subalterno, aquem ordeno execute as vosas ordens.

1º Confiando de vos que me servireis com a autividade e zelo, e prudencia que requerem os negocios do mesmo Estado, vos encarrego em primeiro lugar que atendaes muito á gloria de Deus, como abaixo vos instruireis para que em execuçam das minhas reaes ordens tenhaes todo o cuidado nesta obra tam importante para extensam e aumento do Christianismo, como tambem as povoaçoens dese Estado.

2º O interese Publico e as conveniencias do Estado que eides governar estam indispensavelmente unidas aos negocios pertencentes á Conquista e liberdade dos Indios, e juntamente ás Missoens de tal sorte que a decadencia e ruina do mesmo Estado e as infelicidades que nele se tem sentido, sam efeitos de senam acertarem, ou de senam

executarem por má inteligência as minhas reais ordens, que sobre estes tam importantes negocios se tem passado.

3 Tendose permitido o cativaremse Indios foi preciso reprimirse esta generalidade, evitandose o exceso comque se uzava daquela permisam mandandose publicar varias leis pelos Senhores Reis meus predecesores.

4 Mostrou experiencia que nam bastavam as providencias dadas nestas leis e se proibio geralmente o cativeiro dos Indios por outra do primeiro de Abril de 1680 e pasando o espaço de oito anos fui servido atender as epresentaçoes, em que ponderavam os inconvenientes que havia nadita liberdade, e fui servido permitir em alguns cazos o Cativeiro pelo Alvará em forma de Lei de 28 de Abril de 1688.

5 Desta Lei se abuzou, e ate a Junta das Misoens achou nela hum pretexto para estender as suas facultades a mais do que lhe éra permitido, e do que selhe podia conceder por cujo motivo fui servido declarar por ordem do meu Conselho Ultramarino de 21 de Março de 1747 por nulas as Licenças que a mesma Junta das Misoens tinha dado para os Cativeiros que em virtude dela se fizeram, ordenando que os Indios se puzessem em liberdade e que se recolhesse a tropa de resgate que contra a forma da dita Lei andava fora havia anos, cuja ordem fui servido confirmar por rezoluçam de 13 de Julho de 1748.

6º Para conter estes dezordenados procedimentos e evitar tam consideravel dano, Sou servido declarar, que nenhum destes Indios posam ser Escravos por nenhum principio ou pretexto, para que hei por revogadas todas as Leis rezoluçoens, ou Provizoens, que ate agora subsistiam, e quero que se valha esta minha rezoluçam que fui servido tomar no Decreto de vinte e oito Corrente que baixou ao Conselho Ultramarino, para que todos os moradores do Estado cuidem em fabricar as suas terras, como se uza no Brazil ou pelo serviço dos mesmos Indios pagando a estes os seus jornaes, etratando-os com humanidade, sem ser como até agora se praticou com o injusto, violento e barbaro rigor.

7 Paraque os moradores da quele Estado observem inteira e religiozamente esta minha rezoluçam os persuadireis aque se servão de escravos negros, e que servindose de Indios os tratem com Caridade, e de forma que nam experimentem os efeitos da escravidam, mas sim que convenham com eles nos preços dos seus jornaes, e podereis facilitalos aeste modo de cultivar as terras na ocaziam presente emque a Epidemia que matou tantos Indios os anos pasados da ocaziam a mudarem de metodo e facilitar se aprazia do que acima vos aponto com o qual os Indios posam gozar da sua liberdade nos poucos que restam da quele grande contagio, e uzareis detodo o modo e prudencia para vos opores a dificuldades que nisto pode haver, e a forma em que se devem vencer as muitas contradichoens que achares em hum estabelecimento tantas vezes contestado em aquele Paiz, e que se encaminha atirar um vicio de muito anos dominante no mesmo Estado[...] (AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D.350).

O documento quando confrontado com a intensa correspondência trocada entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o poder metropolitano¹¹ revela que a pretensa liberdade estava condicionada à submissão ao projeto da metrópole portuguesa. Para os indígenas não havia possibilidade real de se colocar à margem de tal empreendimento. Conforme o esperado, as medidas desagradaram a toda colônia. Tanto missionários quanto colonos se recusaram a abrir mão dos escravizados. O governador tornou-se extremamente impopular e passou a enfrentar constantes boicotes de ambos os grupos.

Logo Mendonça Furtado percebeu nos missionários seus maiores opositores. Como detinham o controle sobre a mão de obra, dificultavam o acesso do governador à força de trabalho. Nesse sentido, a língua local se mostrava uma barreira e facilitava o domínio dos

¹¹ Ver a Obra de Marcos Carneiro de Mendonça: A Amazônia na era pombalina: correspondências do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Senado Federal, 2005. Ver também Projeto Resgate, Arquivo Ultramarino.

religiosos (Azevedo, 1999). Em uma carta enviada em de 18 de novembro de 1751 para o Vice-Provincial da Companhia de Jesus, o governador ordenava que fosse inserido na catequização dos indígenas o ensino da língua portuguesa escrita e falada “*para melhor servirem os interesses das capitânicas e da Coroa*” (UHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D. 3063).

A dificuldade de acesso à mão de obra representava grande infortúnio em um território ainda em construção e cuja demarcação de fronteiras ainda estava em curso. A economia evoluía lentamente. A ilha de Marajó contava com um pesqueiro que havia sido aberto em 1692 por Antonio Albuquerque Coelho (1655-1725); no início século XVIII a ilha já desenvolvia a criação de gado vacum; em 1726 foi aberto o primeiro açougue em Belém (Abreu, 1998).

Renata Malcher Araujo esclarece que até a metade do século XVIII o Grão-Pará possuía apenas quatro vilas, todas localizadas próximas à cidade de Belém. O interior era pontilhado por fortalezas, cerca de setenta núcleos entre aldeamentos e fazendas criadas pelos missionários jesuítas. A autora considera os aldeamentos como território de transição entre a floresta e a área urbana. Também possuíam diferentes significados para colonos, missionários e indígenas. Representava para os colonos, estoque de mão de obra; significado certamente não compartilhado entre missionários e indígenas. A tutela dos jesuítas era o traço distintivo desses núcleos sociais (Araujo, 2012).

Parte das instruções recebidas por Mendonça Furtado eram secretas e explicitavam os interesses militares e econômicos da nova política metropolitana; se resumiam em garantir a posse do território tornando-o lucrativo para Coroa. As instruções determinam os passos a serem seguidos para tal fim. A partir do documento conclui-se que o fim da tutela dos jesuítas sobre os indígenas ocorreu porque a parceria havia se tornado obsoleta. O bem-estar dos indígenas era um argumento retórico. A secularização das aldeias tratava-se de uma medida política que viabilizaria o projeto de cunho militar e econômico da Coroa. Importantes medidas como a edificação da fortaleza de Macapá e a instalação de aldeamentos nas fronteiras já haviam sido desenhadas muito antes da posse de Mendonça Furtado.

[...] mais particularmente vos encarrego de povoaes o dstricto do Rio Maerim, que fui servido mandar aldear por rezoluçam de sete de Fevereiro do ano pasado especialmente as Misoens do Cabo Norte onde cuidareis logo estabelecer nam so povoações, mas tambem alguma defesa para fazer a barreira desse Estado por esa parte evitando por esta forma as dezordens, e conquistas que por esta parte podem fazer os Francezes e Olandezes, para cujo fim mandareis Missionarios executandose sem demora nem admitir escuzas á rezoluçam que fui servido tomar aeste respeito em 23 de Julho de 1748 [...] (AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D.350).

Outra importante informação diz respeito ao método utilizado para dilatar as fronteiras sobre o domínio espanhol. Os missionários eram peças-chaves nesse processo, visto serem os responsáveis pela instalação dos aldeamentos. Nesse sentido, chegava-se a dividir o território

em áreas de atuação de cada ordem religiosa. Geopoliticamente, as aldeias funcionavam como muralhas portuguesas nos limites do território amazônico (Farage, 2006).

18 Por carta asinada pela resolução do S^r. Rey D. Pedro meu Avou em 19 de Março de 1693 se dividiram os dstrictos das Misoens entre as comunidades estabelecidas em ese Estado ficando as Misoens da parte Sul do Rio das Amazonas aos Padres da Companhia e as do Cabo Norte aos Padres de S^{to}. Antonio, sem limitação para o interior dos Certões, mas de entam paraca, se descobriam novas terras, e todos os dias se vam abarindo e conhecendo outras que todas estam sem Misionarios, nem se saber a quem pertencem; pelo que se faz precisa huma nova divizam p^a. cujo efeito fareis as averiguações, e tomareis as noticias necessarias para me informareis do que será mais justo para eu poder tomar resolução sobre esta materia tam importante [...] (AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D.350).

As instruções sugerem que a ação catequizadora dos missionários era um processo ordenado e coordenado pela Coroa portuguesa - o que parece contrariar a ideia de um processo de expansão espontâneo e ditado exclusivamente pela ambição dos colonos e missionários pelas drogas do sertão e mão de obra indígena. Ao mesmo tempo, evidencia a relevância do papel desempenhado pela Companhia de Jesus na expansão ultramarina portuguesa na América.

19 Por me constar que o voso antecessor nam executou a resolução em que fui servido ordenar que os Padres da Companhia estabelecessem no Rio das Amazonas nas Colateraes e nos confins e limites dos meus Dominios, para aumentar a Christandade nos Indios, como tambem para a conservaçam dos mesmos domínios [...] Sou servido ordenar a vos que em virtude dela chame o Vice Provincial da Companhia e lhe encarregueis que logo, sem demora se estabeleça huma Aldea de Indios no Rio Solimões, que ainda há que he o mesmo da Amazonas tem aquele nome desde o rio Negro até o rio Napo na margem Sul entre a boca oriental do Rio Javari huma Aldea que administrem os religiosos do Carmo com invocação de S. Pedro, como tambem estabelecerá outra na boca mais ocidental do Rio Japurá junto as primeiras cachoeiras do dito Rio, mandando Misionarios que lhe parecer mais aptos para este Ministerio, os quaes estabeleceram as ditas Aldeas onde entenderem serem mais uteis para a conservaçam dos mesmos como tambem para a conservaçam dos mesmos Dominios para aquela parte do Certam, ficando assim satisfeita por ora a divizam feita no ano de 1693 e a resolução de 1748 (AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D.350).

Continuando as instruções o monarca ordenava celeridade no aldeamento do Cabo Norte e que se desse preferência aos jesuítas por considerá-los mais caridosos e eficientes no controle dos indígenas. Ao mesmo tempo, ordenava que o governador acompanhasse desde o início e impusesse limites ao poder temporal dos religiosos sobre os catequizados. O rei deixava claro os objetivos da gestão de Mendonça Furtado:

22 Recomendo muito que procureis atentamente os meios de Segurar o Estado como tambem os de florecer o comercio, p^a. se conseguir o primeiro fim, alem do que fica dito a respeito de se Aldearem os Indios especialmente nos Limites das Capitancias, e tereis cuidado quanto for posivel que se povoem todas as terras possíveis introduzindose novos povoadores. 23 Fareis um exame pessoal onde puderes chegar, e encarregareis o Governador do Maranhão que no seu dstricto faça a mesma diligencia, p^a. examinar as Fortalezas, e reparalas quanto for posivel, como tambem para estabelecimento de outras, sendo necessarias, dandome conta de tudo o que a este respeito achareis sobre esta materia, e especialmente sobre a fortaleza que em oito de Março de 1749 se me propoz ser precisa na Costa do Macapã, examinando logo qual ela deve ser, de que força e os meios, que mais facil, e prontamente se podem aplicar a esta obra, e vos

advirto que tanto esta Fortaleza, como todas as mais que se fizerem para defesa e segurança dese Estado se ham de fazer de forma, e modo que nam pareçarereis dos nosos Confinantes, havendo ao mesmo tempo acautela precisa para que ele nos nam surpreendam, para que pelos meios de facto nam renovem as pertenções antigas, e nam queiram impossibilitarnos para lhas disputarmos em todo o tempo por força (AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D.350).

Assim, a construção das fortalezas não deveria despertar a atenção dos espanhóis para as manobras da Coroa lusitana para incorporar novas frações do território em litígio. Mendonça Furtado pôs em execução as ordens e ainda em 1751 as aldeias nos Rios Solimões e Japurá já estavam em andamento. No início do ano seguinte começaram as fundações da vila de São José do Macapá (Coelho, 2008).

O Alvará de 14 de novembro do mesmo ano ordenava a criação de dois Regimentos de Infantaria; um para a cidade de Belém e outro para a Fortaleza de Macapá. Cada regimentos seria composto por dez Companhias de cinquenta Praças com oficiais superiores e menores e um Capelão. Todas as fortalezas e demais postos adjacentes a Belém passariam a ter guarnições destacadas do seu Regimento; para as fortalezas e postos do Parú, Gurupá, Pauxis, Tapajós, Rio Negro e Rio Branco iriam guarnições destacadas do Regimento de Macapá (AHU_ACL_CU_013, Cx.33, D.3148). Em 1753 seria criada a vila de Santana, também no Cabo Norte. No mesmo ano, a vila de Caeté foi transformada em vila de Bragança sob a recomendação que fosse povoada por colonos trazidos das Ilhas Atlânticas de Açores e Madeira (Coelho, 2008).

Mauro Coelho explica que as povoações denominadas Lugares possivelmente seriam centros de organização da força de trabalho; a fundação da vila de Bragança, por exemplo, foi acompanhada pela sugestão de criação de uma aldeia para suprir a vila com mão de obra. Ainda em 1753, durante o adensamento do conflito entre o governador e os missionários, surgiu o projeto de transformação das aldeias em vilas, excluindo-as da autoridade eclesiástica, projeto que somente se concretiza em 1756. Nesse ínterim, acirraram-se as disputas pelo domínio da mão de obra indígena.

Os ânimos se acirram em 1755 em decorrência da Carta Régia que autorizava a substituição do nome da antiga Missão jesuíta de Trocano no Rio Madeira, para Borba a Nova – substituição efetuada no ano seguinte. Dessa forma, o Marquês Pombal tornava disponível o estoque de força de trabalho existente na região, extinguindo o domínio dos jesuítas, ao mesmo tempo em que retirava a posse das fazendas da Companhia de Jesus, transformando-as em povoações civis (Mendonça, 2005; Coelho, 2008).

Esse contexto deu origem a nova contenda entre os missionários – injuriados pelo fim do seu poder – e o Estado português. Expulsos, os missionários se recusaram a entregar o seu patrimônio. Segundo Mendonça Furtado e o Bispo do Pará, alguns missionários quiseram cobrar supostas dívidas aos indígenas, assustando e incitando a fuga dos antigos tutelados. Além disso, teriam incitado a destruição das roças e carregado alguns bens como caixotes de Mercadorias (Mendonça, 2005). Como agravante, os religiosos recorreram da decisão da expropriação dos Bens das Missões.

O requerimento deu origem a um documento elaborado por Mendonça Furtado contendo cem pontos que expunham as contradições na súplica dos religiosos (Mendonça, 2005). A esta pesquisa importam as pistas fornecidas pelo governador, haja vista que há muito se faziam reclamações ao poder metropolitano sobre a conduta dos padres. Diversas correspondências enviadas pelos colonos apontavam abusos na tutela dos religiosos sobre os indígenas. Os jesuítas eram acusados de monopolizar a mão de obra e dominarem o comércio com os produtos cultivados pelos nativos nas fazendas da Companhia (Neves-Neto, 2012). Assim, apresentaremos a transcrição de alguns trechos da referida Carta:

O Requerimento que fazem os padres da Companhia para que se lhes pague aqueles bens a que sempre deram o nome da Missão, dizendo agora que partem com a sua Religião e que podem licitamente dispor deles e levá-los para onde lhes parecer, por serem bens industriais, lícitas e necessariamente adquiridos, e por isso pertencentes à sua religião, não só é injusto como abaixo mostrarei [...] 6. É preciso primeiro assentar como princípio certo e que não pode nele haver dúvida alguma que o mandar a estes sertões extrair drogas, quais são cravo, cacau, salsa, cupaúbas, gêneros todos que dizem respeito ao negócio de fora, e além deles fazer salgas de peixe, manteigas e tartarugas, que pertence ao negócio da terra, é um verdadeiro comércio e o mais importante e quase único destes países, e como tal defendido aos governadores e ministros por muitas leis, e expressamente pelos alvarás de 31 de março de 1680 e de 22 de fevereiro de 1673 (Mendonça, 2005, p. 138, grifo nosso).

O argumento do governador estava embasado tanto no regimento administrativo português, quanto no Direito Canônico e pelas Bulas dos Sumos Pontífices que proibiam os missionários de exercer o comércio. Todavia, os religiosos sempre justificaram o exercício da atividade alegando que toda receita era empregada nas despesas das aldeias e com os indígenas – fato contestado por Mendonça Furtado ao citar as condições das aldeias e a irrisória remuneração destinada aos trabalhadores indígenas.

Não podendo haver outra prova mais concludente do que os manifestos dos livros da Fazenda Real; por eles consta, pois, que este pequeno comércio que os padres reservaram para si desde o ano de 1726 até o ano de 1756, lhes não importou liquidamente menos de cento e cinqüenta e nove contos, oitocentos noventa e oito mil, setecentos cinqüenta e seis réis, deixando-se ainda por liquidar, por falta de nota, algumas das parcelas que constam das certidões da Fazenda Real, como tudo se vê das mesmas certidões e contas aqui juntas. 72. E importando o pequeno negócio uma tão considerável quantia, aonde chegaria o excesso do grosso comércio ao qual deve

acrescer aqueles gêneros que me persuado a que os padres sempre introduziram por alto, pois não os acho manifestos na Fazenda Real, quais são os mais preciosos, e lhes eram privativos, assim como o âmbar, a tartaruga e as baunilhas, das quais não acho mais manifesto do que uma caixa que mandaram na era de 1747, sendo certo que eles extraem do mato a maior parte deste importante gênero (Mendonça, 2005, p. 155, grifo nosso).

O controle sobre a força de trabalho indígena lhes garantia grande produção e controle sobre a oferta dos gêneros comercializados no mercado interno. Segundo o governador, os religiosos praticavam preços abusivos sempre lhes fossem convenientes.

73. Também deve acrescer ao negócio oculto o que estes religiosos fizeram no Javari, no contrabando que havia entre eles e os jesuítas castelhanos o qual deixando o excesso a que aqui o chegam, e regulando-me pelas mais prudentes informações, é sem a menor dúvida que lucraram nele mais de cem mil patacas líquidas, segundo o sobredito cálculo dos homens mais prudentes, e que maior voto tinham nesta matéria.
74. Sendo este o comércio de fora, não é menos importante o que fazem na terra, porque deles são os azeites de jandiroba, a manteiga de tartaruga, tartarugas, salgas de peixe, uma grande parte das carnes, as farinhas, o feijão e arroz, e finalmente quase todos os comestíveis, e um grande número de arrobas de algodão, açúcar e aguardente (Mendonça, 2005, p. 156, grifo nosso).

Consta que os abusos cometidos pelos jesuítas na gestão da mão de obra tenham se iniciado com o Padre Antônio Vieira ainda no período seiscentista. Em 1661 as desavenças entre os religiosos e os colonos levaram a um levante desses últimos contra a intervenção dos padres no trato com os indígenas. Os colonos teriam acusado os jesuítas de desrespeitarem a proibição da preação aos indígenas. O motim culminou na primeira expulsão dos missionários. Os religiosos, por outro lado, acusavam os colonos de abusarem da violência contra os indígenas. Por ordem régia os missionários foram restituídos em 1663, com exceção para o padre Vieira - considerado nocivo aos interesses reais no estado do Maranhão (Arenz, 2016; Neves-Neto, 2012).

Destaca-se o papel desempenhado pelas Juntas das Missões na organização do aldeamento e da catequização dos indígenas capturados. Os religiosos executaram a política metropolitana de estímulo à produção de gêneros agrícolas para a exportação – cacau, baunilha, arroz e anil. Até então, exportava-se exclusivamente o cacau colhido na floresta. A política de incentivo à lavoura do produto visava à expansão das exportações, garantindo a regularidade na disponibilidade do produto (Ravena, Acevedo Marin, 2013).

Na segunda metade do setecentos, a lista de produtos comercializados internamente era bastante diversificada, conforme o Quadro 1. As fazendas de gado das missões eram as mais prósperas do Vale. Segundo Arthur Ferreira Reis (1906-1993), as primeiras cabeças de gado foram trazidas do Cabo Verde em 1680 por Francisco Rodrigues Ferreira, primeiro criador de gado do Marajó. A fazenda teria sido instalada em Amaniutuba, exemplo rapidamente seguido por outros interessados em empreender a atividade pecuária. Ainda segundo o autor, as

primeiras cabeças de gado a chegarem ao Vale Amazônico foram importadas para Belém em 1644 (Ravena, Acevedo Marin, 2013).

Quadro 1 – Principais gêneros produzidos e comercializados no Vale Amazônico (1750-1830).

Gêneros	Gêneros
Algodão	Estopa
Tabaco	Tartarugas
Arroz	Jabotis
Sumaúma	Carne de vaca
Peixe seco	Tábuas
Manteiga de tartaruga	Toros de madeira
Cacau	Tainhas
Sal	Salmoura
Farinha	Cal de sernambi
Milho	Rolos de panos de algodão
Breu	Piaçava
Cravo fino	Galinhas
Cravo grosso	Caranguejos
Salsa	Bacuris
Peixe-boi	Café
Linguiça	Açúcar
Mixira	Feijão
Óleo de copaíba	Couros em cabelo
Azeite de andiroba	Couros de boi

Fonte: APEP e Arquivo Ultramarino. Organizado pela autora.

Havia variedade de produtos comercializados e variedade de pesos e medidas utilizadas, característica verificada em toda a colônia até as reformas do período imperial que impuseram um novo sistema de medição. O quilograma não existia, sendo a arroba a unidade de medida corrente para a medição de volume. O Quadro 2 apresenta os preços de alguns produtos comercializados e suas unidades de medida. Produtos como o pano de algodão grosso, por exemplo, garantiam vantagens estratégicas para as missões; as mulheres indígenas eram encarregadas pela atividade nas fazendas dos missionários. Vale lembrar que o cacau e os tecidos de algodão produzidos nas fazendas dos missionários também eram mercadorias-moedas no território.

Quadro 2 – Preços de produtos comercializados no Vale Amazônico (1750 – 1830).

Produto	Medida	Preço em Réis	Fonte
Farinha	Alqueire	\$ 300	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Algodão	Arroba	\$ 600	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Azeite de andiroba	Canada	\$ 800	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Arroz	Alqueire	\$ 200	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Feijão	Alqueire	\$ 800	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Farinha seca	Paneiro	\$ 250	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Farinha d' Água	Paneiro	\$ 300	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Galinhas	Unidade	\$ 240	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Cabrito	Unidade	\$ 400	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Leitão capado	Unidade	6\$000	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Açúcar branco	Arroba	1\$000	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Açúcar mascavo	Arroba	\$ 600	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Aguardente de cana	Canada	\$ 730	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Pano de algodão grosso	Vara	\$ 120	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Pano de algodão fino	Vara	\$ 240	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772
Algodão	Arroba	\$ 480	UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772

Fonte: UHU_ACL_CU_009, Cx. 17, D. 1772. Adaptado pela autora.

O regime de produção agrícola era pautado no conhecimento indígena; tal expertise abrangia as técnicas de fabricação e conservação de alimentos à base dos recursos florestais. Assim, a fauna terrestre e aquática juntamente com as sementes e vegetais domesticados pelos indígenas compunham o padrão alimentar e as atividades consorciadas exploradas comercialmente pelos colonos. Com o decréscimo no número de nativos em decorrência da política genocida, colonos e missionários adentraram cada vez mais no interior da floresta à caça dos indígenas (Moreira, 1994; Azevedo, 1999).

A captura era realizada de forma clandestina e sem qualquer controle contábil sobre a quantidade de pessoas sequestradas. Os portugueses acreditavam na existência de um estoque infinito de nativos disponíveis nas matas para a escravização (Moreira, 1994; Azevedo, 1999). A Partir de 1752, Os Descimentos Se Intensificaram em decorrência das novas povoações e fortalezas. Esse contexto deu origem ao Livro das Canoas - iniciado em 1739 e findado em 1755 - cuja finalidade era registrar as canoas que entravam no sertão em busca de cacau e indígenas na capitania do Rio Negro. O título do documento descreve a sua função: “*LIVRO Que há de servir para o registro das Canoas que se despacharem para o sertão ao cacau, e às pessos, e das que voltarem com escravos*” (Moreira, 1994, p. 73).

Os aldeamentos acompanhavam a demanda por mão de obra, as fazendas das missões prosperavam e alargavam suas fronteiras. Os jesuítas se envolveram em conflitos fundiários com os colonos. As fazendas das missões formavam um conglomerado e, *“tal política de anexação de terras vizinhas veio a gerar os primeiros litígios fundiários entre padres e moradores, ambos ansiosos na busca das melhores terras para plantio de diversos gêneros, atividade pecuária e outras ocupações rentáveis”* (Neves-Neto, 2012, p. 22).

Conforme o autor, os jesuítas implantaram diversas estratégias que os tornaram respeitados na sociedade colonial. Mesmo porque, os padres atuavam nos serviços de educação, catequização, saúde e comércio. A Ordem teria desenvolvido um sistema de contabilidade considerado mais eficiente do que o sistema da Fazenda Real portuguesa. Os colégios são considerados símbolos do poder econômico da Companhia, posto terem funcionado como centros da administração do patrimônio temporal da Ordem. No colégio construído em Belém, havia casas e armazéns no pátio inferior para fins de estocagem dos gêneros produzidos nas missões do interior da capitania (Neves-Neto, 2012).

Ao analisar os livros das receitas e despesas dos colégios do Pará e do Maranhão, o referido autor constatou a forte atuação da Ordem no comércio de drogas do sertão e dos produtos agrícolas produzidos nas fazendas através da força de trabalho indígena. Além disso, as fazendas se destacavam na produção de canoas - item indispensável para a coleta de drogas do sertão, comércio e transporte de mercadorias pelos rios. O autor infere que a produtividade das lavouras de cacau – principal produto comercializado pelas missões jesuítas - pode ter sido responsável por “puxar” o bom desempenho da Amazônia portuguesa como grande produtora de cacau durante as três primeiras décadas do setecentos. Infelizmente, não foi possível ao mesmo acessar livros contábeis dos períodos posteriores (Neves-Neto, 2012).

Segundo Raimundo Moreira das Neves Neto, *“o pátio do colégio do Pará funcionava como uma alfândega na qual eram despachadas as drogas que os discípulos de Santo Inácio colhiam com seus índios aldeados”* (Neves-Neto, 2012, p.79). Os religiosos não pagavam dívidas sobre as mercadorias comercializadas, exportando-as para Lisboa sem qualquer tributação. Isto desagradava profundamente os demais comerciantes portugueses.

Assim, não admira que colonos, contratadores, governadores e agentes da Fazenda Real tenham entrado em contendas com os missionários jesuítas. Com base nos documentos sobre produtos exportados pela capitania, Neves-Neto elaborou os Mapas 1 e 2 apresentados abaixo, a fim de comparar a participação da Companhia de Jesus nas exportações do Pará entre 1743 e 1745 (Neves-Neto, 2012). Não obstante a indignação presente nas denúncias em 1751, as correspondências apontam que a Coroa portuguesa estava ciente do intenso comércio realizado

pelos religiosos. O diferencial é que naquele momento (século XVIII), o não pagamento de tributos representava um prejuízo não mais tolerado pelo Erário Régio.

Os dados demonstram o desempenho comercial privilegiado dos jesuítas frente às demais ordens religiosas. O cacau era a mercadoria mais valorizada e havia sido alvo da política metropolitana de incentivo à produção para o aumento das exportações do produto, não obstante o cravo também possuir grande relevância econômica na época. Um olhar sobre as exportações da época revela que o volume agregado das exportações das duas classificações do cravo (fino e grosso), conclui-se que mais de 60% das exportações do produto foram realizadas pela Companhia (Neves-Neto, 2012; Reis, 1940).

Entretanto, Mendonça Furtado levanta um questionamento de suma importância para esta pesquisa: a ausência de registros sobre as exportações de produtos como âmbar, tartarugas e baunilhas. Acrescentamos à lista do governador, as manteigas de tartaruga, peixe-boi e mixira. Um dos questionamentos que nortearam esta pesquisa diz respeito à escassez de registros de exportações desses gêneros. Na vasta documentação consultada por este trabalho, são escassos os registros de exportações de manteiga de tartaruga. Considerando a importância deste gênero e sua utilidade como fonte energética para iluminação, como explicar o suposto descaso externo pelo produto em uma época de tamanha demanda por recursos energéticos no mercado internacional?

Diante do quadro esboçado, não seria absurda a suposição de que este produto poderia estar na pauta de produtos exportados pela companhia, sem que efetuasse o registro ou declaração fiscal. O “negócio das manteigas” como era chamado, consistia numa atividade que tradicionalmente envolvia grande quantidade de indígenas e movimentava todas as vilas onde havia praias de desova das tartarugas. Ademais, Mendonça Furtado acusa os missionários de terem exportado o produto no ano de 1747 sem declarar nos livros da Fazenda Real (Mendonça, 2005).

Nesse sentido, o fato de o agente que praticamente comandava o comércio regional não pagar impostos, representa uma perda considerável para a história do extrativismo faunístico no Vale Amazônico, visto que a arrecadação de impostos produziu importantes registros sobre as atividades econômicas na colônia. Esta condição é agravada pela denúncia da prática de comércio ilegal entre os missionários e os castelhanos nos limites das fronteiras.

Retomando a questão da transformação das povoações em vilas, Arthur Ferreira Reis informa que os aldeamentos mais prósperos foram transformados em vilas, enquanto os com menores recursos permaneceram como povoados. Entre 1755 e 1769, além de Bragança e Borba, teriam adquirido o status de vilas: Vila Nova Del Rei, São José do Macapá, Alenquer,

Melgaço, Monte Alegre, Almeirim, Óbidos, Santarém, Oeiras, Ourém, Portel, Porto de Móz, Soure, Souzel, Faro, Thomar, Moura, Silves, Serpa, Ega, São Paulo de Olivença, São José do Javari. Os aldeamentos ainda em fase de aculturação teriam permanecido com os nomes originais (Reis, 1940).

A urbanização do território representava a imposição do domínio português sobre a floresta. Considerando que o território é construído a partir das relações materiais e simbólicas dos sujeitos com o espaço, a substituição das referências nativas na geografia não é de somenos importância ou sem intencionalidade. Milton Santos explica que no espaço estão cristalizadas as experiências passadas do indivíduo e da sociedade. Essas referências estão corporificadas nas formas sociais e nas configurações espaciais e da paisagem (Santos, 2006).

Mas se isto acontece em outros lugares ou pontos menores das grandes extensões territoriais, também sucede com elas; quis fazer do Brasil uma Nova Luzitania, como o México foi uma Nova Espanha, o Canadá a Nova França, a Austrália a Nova Holanda. Bem antes, franceses pretenderam ver o Brasil transformado na França Antártica, nome pelo qual foi chamada, por algum tempo, a província do Rio de Janeiro; se isto não foi possível, conseguiram, entretanto, deixar impregnada a sua presença na ilha de Villegagnon e no forte do Coligny, em homenagem ao almirante da França, Gaspar de Coligny. Os cronistas quinhentistas nos dão conta destas passagens (Araujo, 1988, p. 85).

Portanto, não se pode dissociar o processo de reconfiguração do território amazônico do aparato de violência material e simbólica pelos colonizadores durante a conquista da região.

Tabela 1 - Registro dos gêneros que as ordens religiosas embarcaram para a cidade de Lisboa no intervalo entre 1743 e 1745 (em arrobas).

GÊNEROS	Companhia de Jesus	Nossa Senhora do Monte do Carmo	Nossa Senhora das Mercês	Província da Conceição	Província de Santo Antonio
Cacau	10665@26	2619@29	262@18	1@21	***
Salsa	349@04	100@00	4@00	***	***
Cravo (quando não é especificado se grosso ou fino)	***	3@00	26@00	***	***
Cravo grosso	1336@00	***	***	@03	***
Cravo fino	379@25	@4 1/2	***	@22 1/2	Três libras
Café	56@25	11@22 1/2	***	@20	***
Açúcar	316@28	146@01	***	***	***
Total dos gêneros em @ por Ordem	13:104@12	2:880@25	292@18	3@02 1/2	Três libras
Somatória do que todas as ordens remeteram a Lisboa nesses três anos: 16:280@28 1/2 (dezesseis mil duzentos e oitenta arrobas e 28 libras e meia)					

Fonte: Neves-Neto (2012, p. 86).

Tabela 2 - Gêneros exportados pelo porto do Pará entre os anos de 1743 e 1745 (em arrobas).

Gêneros	1743	1744	1745	Total	SJ	% SJ
Cacau	63:299@10	74:511@23	57:129@31	194:939@64	10:665@26	5,47 %
Café	358@31	367@ 21	648@ 11	1:373@63	56@25	4,09 %
Salsa	606@7	561@6	1:114@4	2282@7	349@04	15,29 %
Cravo fino	206@30	278@30	460@12	944@72	379@25	40,14 %
Cravo grosso	1:453@10	1:822@14	1:971@22	5246@46	1:336@00	25,46 %
Açúcar	3:501	1:696@ 27	5:503@22	10:700@49	316@28	2,95 %

Fonte: Neves-Neto (2012, p. 86).

A Coroa portuguesa teve que adaptar os planos originais às condições da colônia criando um novo regimento que permitisse o acesso dos colonos à mão de obra indígena. Assim, em 1757 o Diretório dos Índios substituiria a tutela dos jesuítas sobre a mão de obra indígena. A legislação indigenista por aproximadamente, quarenta anos, disciplinaria as povoações nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão. Sua finalidade era compatibilizar os interesses do império português com a dependência dos seus colonos com relação à força de trabalho indígena. Este dispositivo legal deveria regular a exploração da mão de obra indígena no vale Amazônico; ao longo do tempo em que ficaria em vigor, o marco regulatório seria subvertido aos caprichos das autoridades administrativas da região (Leal, 1991; Coelho, 2009).

Formalmente, o ordenamento jurídico viabilizaria a integração dos indígenas à sociedade colonial na qualidade de exército de mão de obra disponível para o sistema econômico de produção. Foi nomeado um conjunto de agentes – diretores dos índios, principais, juízes ordinários, oficiais de justiça, membros das câmaras, cabos de canoas, sargentos-mores, religiosos – capazes de orientar e disciplinar os nativos nos ditames do projeto civilizatório elaborado pela Coroa portuguesa (Coelho, 2009). Conforme Ravena e Acevedo Marin (2012, p. 396), *“cada momento da colonização foi marcado por formas peculiares de subjugação, resistência e adaptação da população indígena aos propósitos dos colonizadores”*.

Pela letra da lei, os agentes da política metropolitana deveriam implementar as estratégias de gestão do estoque de mão de obra, garantindo a disponibilidade de indivíduos nas povoações para o exercício do trabalho remunerado. Na prática, conforme Coelho e Santos (2013, p.106), *“diretores, principais, membros das câmaras, sargentos-mores, cabos da canoa, vigários e párocos [...] pelas diversas povoações dos confins da América portuguesa, engendravam relações que escapavam das determinações legais”*.

O Diretório criava uma liberdade aparente ao mesmo tempo em que instituía mecanismos de aculturação compulsória dos indígenas. Constavam entre as imposições: i) a

proibição do uso do Nheengatu e uso obrigatório do português escolas; ii) instituição da miscigenação como política, como o exemplo da vila Bragança, onde deveriam ser constituídos casamentos entre os açorianos e indígenas; iii) a imposição da catequese continuaria sendo realizada. Ou seja, “*medidas que pareciam reconhecê-los de modo digno, na verdade introduziam mudanças que os redefiniam como exército de produção de excedente sob condições mais avançadas de imposição de sobretrabalho*” (Leal, 1991, p. 12).

Conforme exposto no esboço do quadro geral da política metropolitana no Vale Amazônico, não bastasse o sentido da colonização, a legislação era desvirtuada em benefício dos interesses particulares dos agentes da administração colonial, dando origem a um sistema de relações extremamente complexas. Assim, a partir dos próximos tópicos apresentaremos um panorama geral do funcionamento das unidades produtivas a partir do Comércio dos Índios.

3.5 A TESOOURARIA GERAL DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS: UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS VILAS E LUGARES

O Diretório dos Índios estabeleceu novos elementos que transformaram a estrutura de organização da mão de obra na região. O novo programa de trabalho deveria garantir que a população indígena fosse distribuída pelas diversas unidades coloniais de produção e povoamento. Estaria assegurada a posse efetiva do território e a integração da mão de obra indígena à dinâmica mercantil colonial. Cada unidade seria administrada por um representante dos colonos (o diretor) e um chefe indígena – o *Principal*. Ambos passariam a integrar o corpo de agentes administrativos da colônia (Coelho, Santos, 2013; Raymundo, 2006; Mota, 2018).

Pela letra da lei, cada unidade deveria especializar-se na produção de apenas um produto, evitando a concorrência na oferta e a redução dos preços dos gêneros comercializados no território. Esta recomendação, assim como tantas outras, seria sumariamente ignorada (Perrone- Moisés, 1992; Coelho, 2009).

Havia duas categorias de unidades coloniais: as Vilas e os Lugares. As vilas eram unidades povoadas pelas populações classificadas como brancas. Os lugares eram as chamadas “*povoações de índios*” – ou seja, povoações de *descimentos*. Nos lugares, o diretor deveria mediar as relações entre os indígenas e os moradores (colonos livres); cabia aos *Principais* a tarefa de reunir e organizar a distribuição dos indígenas entre as atividades agrícolas, extrativistas e os serviços do Estado (Coelho, 2009; Mota, 2018).

A força de trabalho indígena estava presente em todas as atividades mecânicas: agrícolas, pesqueiras, de caça, transporte, fabricação de canoas e construção, condução das canoas, coleta das drogas do sertão, fabricação de tecidos de algodão, produção de alimentos,

construção, produção de açúcar nos engenhos, trato do gado, cortes de madeira, entre outras. O plantio das roças de mandioca para a fabricação de farinha e outros subprodutos, era essencial para o abastecimento interno. Farinha e pescado consistiam na base da alimentação (Marcoy, 2001; Ravena, Acevedo Marin, 2012; Coelho, 2009; Mota, 2018).

Na região de Belém, desenvolviam-se lavouras de mandioca e cana-de-açúcar, principalmente; em São José do Macapá e Mazagão, o arroz era o principal produto cultivado; feijão, cacau, algodão, tabaco e milho também faziam parte das lavouras cultivadas nas unidades coloniais. Os indígenas tinham que dividir seu tempo entre as roças das povoações e as suas roças particulares, produzindo, principalmente, farinha. Todas as mulheres indígenas eram obrigadas a trabalhar nas roças da povoação – denominadas *roça do comum* (Coelho, 2009).

Toda a produção das unidades deveria ser enviada para a cidade de Belém, onde se localizava a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios (TGCI) e os Armazéns da Fazenda Real. A TGCI foi a instituição criada através do Diretório dos Índios, com finalidade de controlar e fiscalizar toda a produção extrativa e agrícola dos indígenas nos sertões. A instituição respondia diretamente à Coroa e era controlada pelo Conselho Ultramarino e pela Secretaria de Estado e Marinha e Domínios Ultramarinos (Mota, 2018).

Todavia, tudo indica que operacionalmente, a instituição não estava totalmente desvinculada da Fazenda Real. Por vezes, os produtos eram entregues nos Armazéns da Fazenda Real ou os informes sobre as cargas se reportavam diretamente à esta repartição; ademais, as ordens para a entrega de produtos partiam da Fazenda Real. O acompanhamento por parte desta instituição faria todo sentido, posto a necessidade de fiscalização dos dízimos que seriam coletados pelos contratantes. A TGCI atuou até o final do século XVIII.

Ainda restam muitas lacunas tanto no que diz respeito ao funcionamento e atribuições da TGCI, quanto às suas contas a ela apresentadas – o que permitirá um melhor vislumbre sobre o desempenho econômico do novo modelo administrativo implantado durante o período pombalino. Conforme já destacamos, esta pesquisa possui um grande volume e variedade de dados a serem analisados, questionamentos a serem respondidos a partir de novas etapas da pesquisa acerca da história econômica do extrativismo faunístico na região. Uma das linhas de análise diz respeito às contas da TGCI.

A instituição parece ter funcionado como uma central de recepção, controle e redistribuição da produção dos gêneros produzidos nas duas capitanias em foco (Grão-Pará e Rio Negro). Para satisfazer a necessidade de controle da produção e da arrecadação dos dízimos das mercadorias, o Diretório dos Índios exigia que o transporte dos produtos,

eventuais vendas, entre outros procedimentos detalhados a seguir, fossem documentados e comunicados à instituição. A TGCI deveria receber a produção e assegurar o abastecimento das capitânicas, a fim de manter as atividades econômicas e os serviços do Estado. A partir dessa dinâmica, foram gerados os registros e documentação utilizados nesta pesquisa.

Esse sistema compunha um quadro bastante interessante. Cada unidade localizada no interior do Vale Amazônico deveria contabilizar detalhadamente e prestar contas do que fora produzido: se pertenciam aos negócios do *comum*, de particulares, ou se pertenciam aos indígenas; por vezes, os indígenas produziam para si – na maioria das vezes, gêneros coletados na floresta.

As canoas eram o meio de transporte por excelência no Vale Amazônico. Por meio delas se desbravaram os caminhos por entre os rios e se estabeleceram os fluxos de trocas de mercadorias entre as diversas povoações dos confins do sertão. Os indígenas eram os responsáveis pela logística de transporte das mercadorias; além de coletar as drogas, processavam os produtos e realizavam o transporte pelo rio. O comércio na Amazônia colonial ocorria pelos caminhos dos rios, nas canoas.

Havia postos de Coletorias nas fortalezas, onde as canoas deveriam prestar contas da carga e pagar os dízimos. Em nossa pesquisa, encontramos registros de três postos de Coletoria: Prainha, Macapá e Gurupá. Sendo que a maioria dos documentos acessados foram gerados pelo posto fiscal da fortaleza de Gurupá. Os registros mais completos continham o nome do cabo da canoa, o dono da carga ou da embarcação, origem, produto, quantidade, destino, quantidade de indígenas no transporte da carga (equipação). A partir do século XIX, começaram a aparecer registros de cargas com homens negros escravizados compondo a equipação.

Quanto à remuneração do trabalho dos indígenas, o Diretório dos Índios estabelecia que a distribuição da mão de obra entre os moradores deveria ser realizada mediante o pagamento dos salários. Esses salários eram pagos através das chamadas “fazendas” (cortes de panos de algodão, facas, agulhas, velas, terçados, anzóis, entre outros); algumas dessas mercadorias eram importadas de Portugal.

O sistema de distribuição fazia com que os indígenas se deslocassem constantemente entre as povoações. Geralmente, o diretor de uma vila, dos pesqueiros, das fábricas de madeira ou olarias, por exemplo, solicitava ao diretor dos lugares, certa quantidade de trabalhadores determinando a quantidade de tempo e o serviço. Os principais deveriam convocar e organizar os indígenas e providenciar que fossem enviados para o local solicitado. Esse envio deveria ser documentado e, mais tarde, comunicado à TGCI. O controle deveria conter a quantidade

de indígenas, seus nomes, de qual vila estariam saindo, para onde iriam e a serviço de quem estariam.

O Estado também demandava trabalhadores, principalmente nas obras de defesa. A edificação da fortaleza de São José do Macapá, por exemplo, mobilizou grande contingente de pessoas e recursos materiais de diversas partes da capitania. Entre 1750 e 1830, a fortaleza de São José do Macapá foi o segundo destino dos produtos alimentares e de manutenção produzidos no Vale Amazônico. Assim, indígenas da vila de Óbidos poderiam ser enviados para as vilas de Mazagão, Cameté ou Bragança, da mesma forma que indígenas do Monte Alegre, Alenquer, ou Santarém poderiam ser enviados para obras em Belém, Borba ou Óbidos, por exemplo.

A Fazenda Real também podia emitir uma ordem para que uma determinada quantidade de carne bovina produzida nas vilas de Monte Alegre ou de Alenquer fossem enviadas para as obras de Macapá, ou para as tropas de Vigia. Portanto, os produtos poderiam ser despachados direto de Belém, como também poderiam sair direto dos pesqueiros ou das vilas para o local determinado. É provável que todas as vilas possuíam armazéns, posto serem mencionados em diversos documentos. Por vezes, se faziam inventários sobre as mercadorias em estoque, ou que foram estragadas pela umidade.

Outro motivo para o fluxo de canoas e mercadorias entre as vilas, eram os pedidos de “socorro” em mercadorias. Por vezes, o diretor de uma vila pedia o “socorro” no abastecimento de determinado produto em falta; a farinha era a mais comum. Na ocorrência de expedições, por exemplo, era comum que a quantidade de determinado mantimento solicitado não fosse suprida. Por vezes, a Fazenda Real ordenava que se pedisse emprestado em mais de uma vila, até completar a quantidade requerida, embora nem sempre a necessidade fosse suprida. Essas transações deveriam ser comunicadas à TGCI, e registrada para que constasse no relatório sobre a produção das vilas.

O extrativismo era a principal atividade exercida pelos indígenas ao longo do ano. Envolve a coleta dos recursos florestais e o preparo dos produtos como os óleos, manteigas, conservas, entre outras. Coelho (2009) explica que a atividade extrativista exigia deslocamento constante pelos rios até os locais de coleta durante quase oito meses. O Estado também organizava expedições; diretores, religiosos, mestre-escola e principais estavam autorizados a enviar trabalhadores indígenas nas expedições do *comum*, em seu benefício particular. Negociantes individuais atuavam de forma independente.

Agricultura e extrativismo eram atividades que se complementavam na socioeconomia da região amazônica. Nesse universo, alguns produtos eram fundamentais porque deles

dependiam o sustento e o funcionamento das atividades produtivas: farinha, peixe (diversos), tartarugas, peixes-boi, breu, estopa, óleo de andiroba (Coelho, 2000). A farinha, por exemplo, era um gênero cuja produção exigia uma contabilidade que incluía saber o número de roças e a estimativa da quantidade que cada uma poderia produzir. Chegava a gerar “lista daqueles que não haviam produzido roças naquele ano”.

Essa tentativa de controle era necessária, haja vista a grande demanda por alimentos e produtos para manter o processo de colonização. Havia vários tipos de expedições - coleta, demarcação de limites, aprisionamento e exploração do território. Essas excursões mobilizavam grande volume de pessoas e recursos; ao mesmo tempo, criava um fluxo considerável de correspondências entre os agentes administrativos. A título de exemplo, em 1783, uma relação de mantimentos guardados no armazém do quartel general da Vila de Ega¹², constavam 723 tartarugas, 227 potes¹³ de manteiga (tartaruga/peixe boi), 327 arrobas¹⁴ de peixe seco (4.803kg), 600 alqueires¹⁵ de farinha de mandioca (18.000 kg).

Os serviços do Estado eram muitos e ocupavam grande quantidade de índios. Havia expedições de toda ordem: as que ligavam Belém a Cuiabá e ao Rio Negro; as que serviam aos propósitos demarcatórios (em função dos tratados de estabelecimento de limites); e as expedições da região. Cada uma delas exigia uma multidão de indivíduos – batedores, remeiros, flecheiros e carregadores, além dos agentes da administração colonial – demandando alimentos. Havia ainda, as obras. A construção de fortes, igrejas, palácios, enfim tudo que implicasse a inscrição da autoridade metropolitana na região. Todos os indivíduos envolvidos necessitam de alimentos – farinha e pescado (Coelho, 2009, p.51).

No Vale Amazônico, uma parte da produção era destinada ao mercado externo – as especiarias como cacau, cravo, salsaparrilha, por exemplo - a outra parte da produção extrativa e agrícola – tartarugas, pescado, caças, peixe-boi, farinha, estopas, óleo de andiroba – destinava-se ao consumo interno. Isto porque, a construção e consolidação da posse do território demandavam um gasto expressivo desses produtos. Isto não significa, contudo, que as exportações eram inexistentes, mas que existiam conformações diferentes das que ocorriam em outros territórios. O historiador Mauro Coelho explica:

[...] Parte importante da produção extrativa tinha, portanto, o consumo interno como destino. Não pretendo, que fique bem claro, sub-dimensionar a importância do mercado atlântico. A produção de madeira para os arsenais portugueses era decisiva. As encomendas chegavam a discriminar os cortes de madeira a serem realizados na própria colônia. Cacau, cravo e salsa parrilha eram itens essenciais naquela pauta de comércio, assim como as sementes oleaginosas na região. E o envio de animais vivos não era de somenos importância. O que pretendo deixar claro é o fato de que muitos daqueles produtos eram consumidos na própria região, estabelecendo uma dinâmica

¹² Fonte: Códice 392: BRPAAPEP.SC.QL.CO0392.0017.

¹³ Se considerarmos que a manteiga é de tartaruga e tomarmos o cálculo de Bates sobre a quantidade de ovos em cada pote, a manteiga mantida no armazém incorporava a quantidade de 1.362.000 ovos.

¹⁴ Uma arroba equivale a aproximadamente, 14.689 Silva (2010).

¹⁵ Segundo Silva (2010), no Pará, o alqueire de farinha d'água equivalia a 30kg.

que transcorria independente das que o Atlântico impunha. Um índice de importância do mercado regional é constituído pelas práticas de desvio da produção – extrativa e agrícola (Coelho, 2009, p. 52, grifo nosso).

Portanto, entender o contrabando e os descaminhos como uma característica desta socioeconomia pode ser a peça-chave na busca de pistas que auxiliem na compreensão das relações econômicas no território. Conforme vimos até aqui, a administração portuguesa havia criado uma estrutura formal de vigilância e controle sobre as finanças públicas. O Diretório dos Índios havia determinado uma série de protocolos que deveriam garantir a transparência do processo de contabilidade da produção da região (Coelho, 2009).

A legislação estabelecia aos diretores a obrigatoriedade de prestarem contas às povoações através de um relatório detalhando a produção. O documento deveria ser acompanhado por declarações de todos os envolvidos na administração das unidades produtivas, sendo que cada um deveria atestar a conduta do outro, exceto o cabo das canoas cuja fiscalização era mais rigorosa, e cuja conduta deveria ser atestada ao final de cada expedição pelo testemunho de todos os envolvidos no evento (Coelho, 2009).

A grande contradição é que todos atestavam a retidão do comportamento do outro, sendo raras as denúncias sobre desvios de comportamento. Entretanto, comparações entre os relatórios demonstram discrepâncias entre o que os moradores produziram e o que foi declarado nas contas pelos diretores. Por vezes, a extração de determinado recurso diminuía bruscamente no intervalo entre os relatórios. Quando interrogados, os cabos das canoas declaravam esgotamento do recurso nos locais de coleta.

Da mesma forma, a correspondência trocada pelos agentes da administração colonial, quando comparada com o teor de grande parte dos relatórios, é plena de denúncias sobre os desvios praticados por todos os agentes [...] diretores que mantêm comércio com os índios, párcos mais ocupados com roças e com envio de expedições aos sertão do que em catequese, mestres-escola que encetam relações de comércio com famílias descidas, e, finalmente, Principais que desviam índios, farinha e gêneros de coleta do alcance das requisições provenientes da administração colonial. Algumas das denúncias foram investigadas e comprovaram o comportamento impróprio de agentes da administração colonial nas povoações (Coelho, 2009, p.54).

Portanto, essa dinâmica estabelecia uma rede de comércio paralelo, forjado a partir das relações estabelecidas internamente entre os agentes da administração colonial - responsáveis pela fiscalização – e os fiscalizados, subvertendo a ordem imposta pela metrópole. Nesse sentido, o contrabando se apresenta como uma forma de resistência contra o domínio da metrópole no território (Coelho, 2009).

O quadro esboçado aduz à abordagem do campo social de Pierre Bourdieu (2009). Assim, poderíamos entender o Vale Amazônico como um universo social conflituoso no qual diversos agentes com diferentes estoques de capital disputam a permanência ou a transformação

das suas estruturas. O *habitus* seria o sentido de jogo, espécie de lógica de ação no campo; o *habitus* está relacionado às práticas arraigadas, uma espécie de cálculo inconsciente que orienta a ação dos agentes no campo.

Ao mesmo tempo, o campo é constituído por agentes e instituições. Assim, os fenômenos aqui estudados seriam entendidos a partir da interação entre os agentes e as instituições. Nesse sentido, o campo é relativamente autônomo e refrata interferências institucionais externas. Assim, a prática de contrabando poderia ser entendida como uma forma de refração da socioeconomia amazônica às interferências da metrópole.

3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES

A metodologia de coleta de dados desta pesquisa buscou diversificar as fontes a fim de permitir que o cruzamento das informações fornecesse capital para a análise do extrativismo faunístico a partir de diferentes perspectivas. Assim, se faz necessário facilitar a compreensão sobre a natureza dos dados. Em vista disso, empreendemos tal projeto a partir da contextualização das informações fornecidas pelos principais produtores dos relatos sobre o extrativismo faunístico no Vale Amazônico no período estudado.

Diante da variedade de recursos faunísticos explorados na região amazônica, optou-se pelo enfoque na exploração da tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) e do peixes-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*), embora o extrativismo de outras espécies da fauna silvestres da região permeie a discussão. Cumpre destacar que a ictiofauna provavelmente tenha sido o principal recurso explorado durante o período, em que pese a variedade de espécies exploradas e sua rara especificação nos dados coletados - o que inviabiliza a discussão a partir da descrição por espécies.

Para o debate sobre a forma de extração e uso socioeconômico da fauna em destaque, utilizaremos como principais fontes de informações, os trabalhos dos viajantes/naturalistas, Alexandre Rodrigues Ferreira, Henry Walter Bates, Paul Marcoy, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius; estes naturalistas viajaram pela Amazônia entre os séculos XVIII e XIX, e relataram os métodos de exploração, utilização e importância socioeconômica da fauna. O cruzamento dos relatos consiste em uma tentativa de identificar permanências e descontinuidades nas práticas de exploração e uso da fauna.

A fim de proporcionar a crítica às fontes, apresentaremos brevemente os autores cujas expedições nos forneceram pistas sobre o fenômeno analisado. O naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira foi responsável pelo primeiro inventário patrocinado pelos

portugueses. Sua expedição tinha o objetivo de proporcionar o reconhecimento do território e inventariar as riquezas passíveis de serem exploradas.

Alexandre Rodrigues Ferreira era baiano, nascido na cidade de Salvados em 27 de abril de 1756. Ingressou em 1768 na Universidade de Coimbra, onde exerceu a função de Preparador de História Natural, até regressar para Lisboa em 15 de julho de 1778, quando recebeu a indicação de Domingos Vandelli para cumprir a missão ultramarina a pedido de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos. Em 1783 foi incumbido de chefiar a expedição “*Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*” pelas capitânicas citadas, durante o reinado de D. Maria I.

Sua expedição partiu da cidade de Belém em 1783 na charrua Águia e Coração de Jesus, com o objetivo de catalogar recursos que pudessem ser explorados de forma lucrativa pela empresa ultramarina. Deveria recolher amostras da fauna e da flora enviando-as para o acervo do Real Museu de Lisboa. De Belém partiu para a ilha de Joanes, de onde se dirigiu para Cameté, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Em 1784 iniciaria a expedição pelo Rio Negro, percorrendo-o até a fronteira, regressando para subir o Rio Branco até a Serra de Canauaru (Nevada), de onde se dirigiu para Barcelos. De lá partiu em 1788 para o Rio Madeira, Guaporé (Carvalho, 1970).

De Vila Bela, capital do Mato Grosso, seguiu para Cuiabá, em seguida para os Rios São Lourenço e Paraguai, de onde retornou para o Pará, chegando em Belém em janeiro de 1792, retornando a Lisboa em janeiro de 1793, onde foi nomeado Oficial da Secretaria, Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (Carvalho, 1970).

Quanto à dupla de viajantes Spix e Martius, sua chegada ao Brasil está inserida no contexto do casamento da Leopoldina em 1817, quando uma comitiva de cientistas austríacos e alemães vieram para o Brasil. Os dois naturalistas faziam parte do grupo, sendo Spix um zoólogo e Martius um botânico. Ambos empreenderam uma viagem pelo país, catalogando a natureza e registrando os costumes locais. Viajaram pela região amazônica entre 1819 e 1820, começando a viagem a partir da cidade de Belém em direção à região do Tapajós, de onde se dirigiram para a região do Rio Negro. De lá seguindo para o Solimões (Bolle, Kupfer, 2021).

As informações sobre o Vale Amazônico na segunda metade do século XIX foram fornecidas pelos ingleses Henry Walter Bates (1825-1892), Alfred Russell Wallace (1823-1913), e pelo francês Paul Marcoy (1815-1887). Bates e Wallace chegaram juntos ao Brasil e suas expedições, embora independentes, tinham o objetivo de coletar amostras da biodiversidade brasileira no intuito de aprofundar os conhecimentos acerca da teoria evolucionista de Charles Robert Darwin. Desembarcaram na cidade de Belém em 1848,

partindo para o Tocantins, de onde seguiram rumos distintos: Wallace seguiu para o Baixo Amazonas e regiões vizinhas como a Ilha do Marajó e o Rio Capim, enquanto Bates seguiu até o Cametá.

Reencontraram-se na foz do Rio Negro, a partir de onde seguiram rotas distintas. Wallace subiu o Rio negro; Bates prosseguiu pelo rio Solimões até a fronteira com o Peru, ao longo do Rio Javari (Ferri, 1978). Wallace permaneceria no Brasil por três anos; Bates dedicaria onze anos de pesquisas no país. Neste período, catalogou mamíferos, répteis, aves, peixes, insetos, moluscos, dentre outras espécies amazônicas. Importante ressaltar que essas informações foram transferidas para o Museu Britânico, onde seriam capitalizadas; um acervo de aproximadamente, 14.800 espécies – 8000 delas desconhecidas para a ciência (Ferreira, 2004; Ferri, 1978).

O quarto viajante não era renomado e sequer forneceu o nome real durante sua expedição. O francês Laurent Saint-Cricq, utilizou o pseudônimo de Paul Marcoy durante a viagem que fez pela Amazônia durante o século XIX. Marcoy foi contemporâneo de Bates e Wallace; realizou sua expedição na mesma época, embora não se conhecessem. A viagem para a cidade de Belém a partir do Peru, deu origem à obra “Viagem pelo rio Amazonas”.

A expedição de Marcoy percorreu as localidades de São Paulo de Olivença, o rio Tocantins, a foz do Jutaí, e o baixo curso do Juruá, corrigindo a descrição da localização das nascentes do Juruá. Visitou Fonte Boa, Caiçara e Ega. Informou que a situação econômica de Ega, que fora um centro do comércio regional, encontrava-se em decadência, seguindo a expedição, visitou o baixo Jupurá, Coari, o Purus (Porro, 1995). Visitou um pesqueiro em Manacapuru, seguindo para Manaus, Serpa, Vila Bela e Faro. Visitou a Foz do Nhamundá, de onde partiu para Óbidos e Santarém, Alenquer, Prainha, Almeirim, Gurupá, navegou pelo canal de Breves, visitou a foz do Tocantins e Cametá, o povoado de Santana do Igarapé Mirim, e chegou a Belém (Porro, 1995).

Marcoy fornece importantes informações sobre a situação dos indígenas durante o na segunda metade do oitocentos. As mudanças nos costumes, a exploração da sua força de trabalho, a fome, a miséria e a marginalização dos indígenas que ainda preservavam seus costumes; ao mesmo tempo, o viajante oferece importantes informações sobre as mudanças ocorridas no estoque dos recursos (Marcoy, 2001).

Importante destacar, contudo, que esses agentes históricos ao relatarem a cultura local, o fizeram a partir do olhar do colonizador e da perspectiva de suposta superioridade cultural, que fazia parte da ideologia da época. Assim, suas avaliações sobre costumes locais, por vezes,

estão embasadas nesta visão. Isto posto, passaremos à discussão sobre a metodologia de levantamento das demais informações.

Além dos viajantes, recorre-se à visão amazônica de José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), contemporâneo de boa parte das transformações em curso. Paraense nascido em Óbidos, foi jornalista, educador, crítico e historiador literário, dedicou especial atenção à história e à sociologia amazônica. A obra “A pesca na Amazônia” tornou-se uma referência clássica sobre a pesca na região. Nesta obra, Veríssimo aponta as dificuldades para a elaboração de um panorama sobre a pesca na região amazônica, ao mesmo tempo em que fornece informações imprescindíveis para a compreensão das particularidades da atividade pesqueira na região.

Além da pesquisa documental de um vasto acervo histórico, leitura e seleção de cronistas, o trabalho se apoia na revisão bibliográfica de trabalhos de pesquisadores que estudaram esse período histórico no Brasil e na Amazônia. Entre os documentos acessados, destacamos os Mapas dos Rendimentos das povoações. Esses relatórios eram apresentados pelo Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, ao governador da capitania, ao prestar contas dos rendimentos daquela repartição. As informações eram obtidas através dos relatórios enviados pelos diretores das povoações. São mapas contendo a relação das vilas, lugares e suas respectivas produções.

Os mapas tinham a finalidade de informar os produtos cultivados e coletados na floresta, segundo as povoações. Em vista disso, fornecem indícios sobre a produção das localidades, assim como sobre os produtos comercializados no Vale Amazônico, oferecendo possibilidades para futuras pesquisas sobre a história econômica dessas localidades. Como procedimento metodológico na busca de informações no banco de dados do Arquivo Ultramarino, utilizamos verbetes remissivos ao extrativismo faunístico. Também foram utilizados verbetes relacionados ao campo econômico e fiscal. Segundo o relatório da TGCI de 1781, a coleta dos produtos havia gerado 64% dos rendimentos daquela repartição, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Rendimento da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios no ano de 1781.

Atividade	Rendimento	Participação
Gêneros do sertão	15.829.329	64%
Gêneros da agricultura	3.587.506	15%
Gêneros das pescarias	3.247.450	13%
Gêneros das criações	34.780	0,14%
Gêneros das manufaturas	1.875.310	8%
Total Geral	24.574.375	

Fonte: Adaptado de AHU_ACL_CU_013, Cx.88, D.7212.

Segundo o relatório, as pescarias contribuíram com 15% dos rendimentos gerados pela TGCI. Todavia, esses dados exigem uma análise mais cuidadosa em decorrência do viés apresentado nos relatórios elaborados pelos agentes administrativos metropolitanos no vale amazônico. Conforme discutido, o descaminho das rendas era uma prática comum. Em 1780, a rainha havia atribuído a um contador do Conselho Ultramarino o exame das contas do TGCI, apresentadas pelo ex-governador João Pereira Caldas (1724-1794). O contador chegou à seguinte conclusão ao conferir as contas apresentadas desde 1777:

No modo mais abreviado, exponho a V. Mage. o resultado do exame, que fiz nas contas deduzidos no dito mapa q. achei setenta e nove erros que sobem ao valor de tres contos, setecentos e trinta e oito mil, oito centos reis, em q. então, tres contos, duzentos quarenta e oito mil quinhentos e noventa reis, de descaminho feito â Real Fazenda, e quatro centos, oitenta tres mil duzentos e dez reis, em q. vem prejudicado o tesoureiro, como vai demonstrado na dita memoria e seu rezumo com distinção p. mas no numeros, q tam bem ofereço resposta [...] (AHU_ACL_CU_009, Cx. 86, D. 7045).

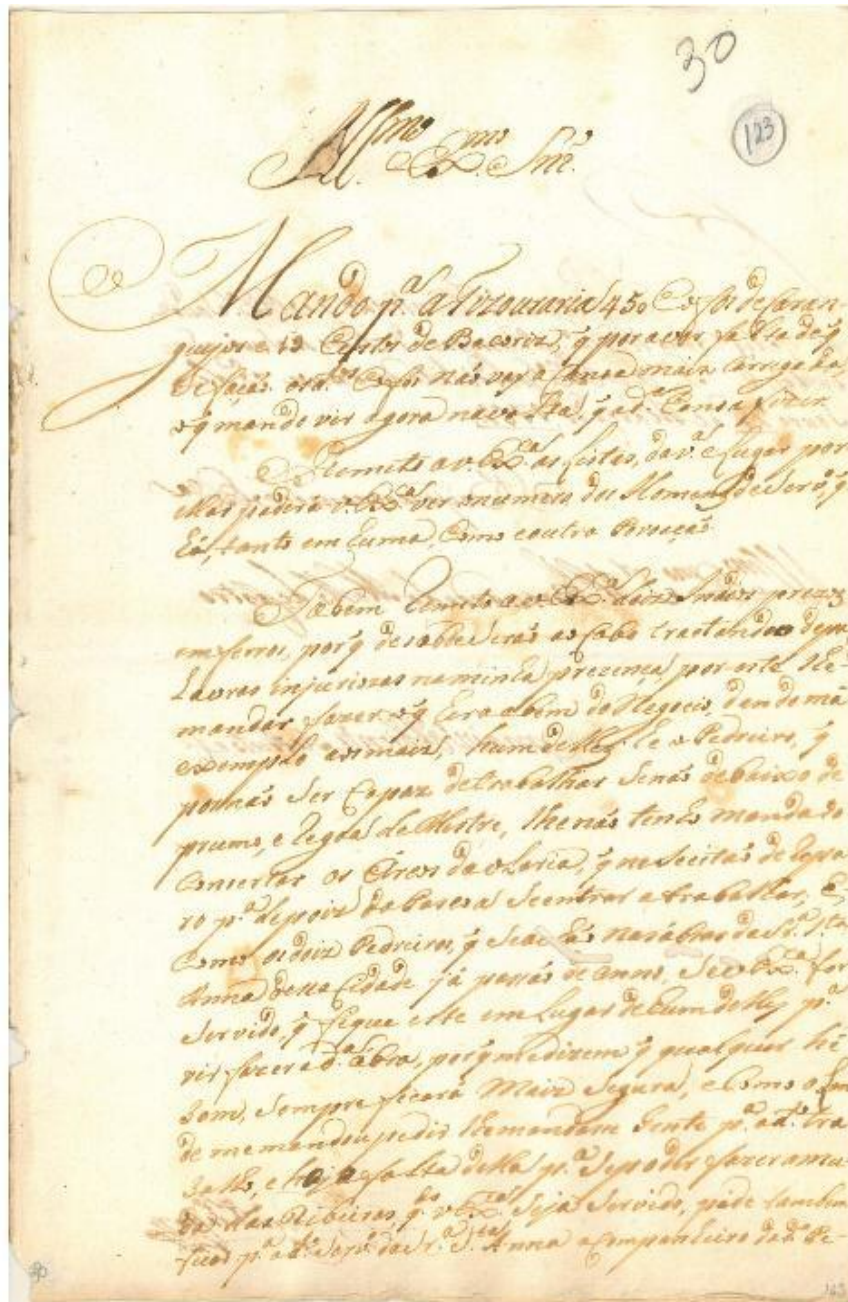
A rainha havia solicitado o mesmo serviço para a capitania da Bahia, deparando-se com práticas semelhantes de descaminhos. Os números eram alterados conforme a necessidade do infrator. Desde supostos erros nos somatórios das colunas, até a sonegação de valores. Conforme nos explicou a professora e historiadora Ana Carolina da Luz, quanto maior o nível de sistematização dos dados, maior o risco de terem sido alvo das práticas de manipulação. Assim, a coleta de dados brutos se mostra a opção mais eficaz, embora mais árdua. No caso do extrativismo faunístico, afora os referidos relatórios, não existe um documento específico para a coleta de tais informações.

No que diz respeito a esta pesquisa, tomamos como referência, a obra “Repertório Documental para Memória da Pesca Amazônica”, organizada por Furtado *et al.* (2002). Esta obra reúne uma coleção de documentos manuscritos contendo registros sobre a atividade de pesca no Vale Amazônico durante o período colonial. A obra foi organizada a partir do acervo sob a guarda do Arquivo Público do Pará. Os autores consultaram 175 códices para compor a obra, abrangendo o período de 1748 a 1787.

A pesquisa partiu de um tipo específico de repertório documental: *Correspondências entre Diversos*. “O repertório contém notas sobre troca de Correspondência entre Diversos, isto é, pessoas e/ou dirigentes de localidades (Logares) do interior amazônico e o Governo do Grão-Pará” (Furtado *et al.*, 2002, p.13). Conforme sua denominação, contém correspondências sobre assuntos variados, que são desvelados durante a leitura dos manuscritos. Esses documentos estão reunidos nos Códices, alguns dos quais, podem conter mais de 700 páginas. Um único códice pode reunir mais de 100 documentos diferentes que se encontram em graus diversos de conservação (Furtado *et al.* 2002).

Neste tipo de documentação, por vezes, a informação encontra-se por extenso no meio do texto - o que naturalmente obriga o pesquisador a ler um grande volume de documentos sobre diferentes assuntos. A título de ilustração, a Imagem 2 apresenta um documento do acervo digitalizado do Arquivo Público do Pará, o qual traz informações sobre 450 cofos de caranguejo, 12 cestos de bacuris e dois indígenas “prezos a ferros”, supostamente por desobedecerem ao cabo da canoa utilizando palavras injuriosas.

Imagem 2 – Correspondência do diretor da vila de Soure, informando sobre a carga enviada para Tesouraria Geral do Comércio dos Índios no ano de 1762.



Tanto a carga quanto os indígenas seriam entregues na TGCI. Um dos indígenas desempenhava o ofício de pedreiro e foi considerado um rebelde que *“por não ser capaz de trabalhar senão debaixo de prumo e régua de mestre”* não havia sido ordenado a efetuar os consertos necessários na olaria da vila. Trata-se de uma correspondência do diretor da vila de Soure, datada de 22 de março de 1762, endereçada ao tesoureiro da TGCI.

Este trabalho utilizou como referência, a metodologia de pesquisa adotada por Furtado *et al.* (2002). Os códices que compõem aquela obra foram digitalizados, tornando-se indisponíveis para o acesso físico. No presente trabalho, cada código citado no Repertório da Pesca foi novamente consultado, com exceção daqueles que se encontram indisponíveis tanto para o acesso digital, quanto para o físico. Nesses casos, recorreremos aos registros disponíveis na publicação.

Devido ao horizonte temporal da presente pesquisa (1750-1830), ampliamos a análise da série cronológica estabelecida pelos autores. Foram consultados 147 códices, 84 ofícios, 19 séries da documentação encadernada, além da documentação avulsa. O apêndice A, contém a lista do repertório documental consultado nesta pesquisa.

Ao longo do processo de levantamento de informações, consultamos as seguintes tipologias documentais: mapas de exportações; guias de arrecadação de impostos; guias de embarque; guias de exportação; guias de recolhimentos, mapas de impostos; minutas de ofícios; ofícios; prestações de contas; registros de mercadorias; petições, despachos, portarias. Este acervo compreende os seguintes fundos: Recebedoria de Rendas do Estado; Recebedoria de Rendas Provincial; Secretaria de Estado e Finanças; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Capitania; Secretaria da Presidência da Província; Recebedoria de Rendas Provincial; Tesouro Público Provincial.

A sistematização dos dados obedece aos critérios metodológicos de classificação de tais documentos em seus arquivos originais. Cada tipologia de fonte foi sistematizada em bancos de dados próprios, da mesma forma que estão organizados nas bibliotecas de origem, de forma que os registros coletados não se misturam.

Nesse sentido, ressaltamos o potencial das informações coletadas, visto que abrangem um longo horizonte temporal e uma ampla fração do território amazônico. O Apêndice B apresenta a relação das vilas e lugares mencionados nos registros acessados. Nesta pesquisa, o Vale Amazônico abrange a seguinte configuração: 51 povoações localizadas no atual Estado do Pará; 24 no atual Estado do Amazonas; 6 no Estado do Amapá; e o Rio Branco no atual Estado de Roraima. Portanto, um total de 82 localidades do território amazônico.

Faz-se necessário destacar o objetivo da metodologia adotada, assim como suas fragilidades e limitações. Os registros coletados nas correspondências nos permitem vislumbrar indícios da dinâmica de produção, distribuição e consumo dos produtos faunísticos no comércio regional, por meio das cargas transportadas nas canoas. Por outro lado, a estimativa pode ser enviesada pelo modelo organizacional imposto pelo Diretório dos Índios. A concentração da produção nos armazéns da Fazenda Real em Belém pode interferir na identificação da origem da carga, provocando a concentração das cargas naquela região - sem que isto represente a dinâmica econômica real. Em vista disso, nossa análise parte da origem das cargas, excluindo os envios a partir da Fazenda Real. Os fluxos a partir desta repartição serão analisados de forma isolada, para fins de estimativa do volume de produtos consumidos internamente.

A compreensão desse viés é fundamental para a leitura dos dados. Como agravante, o contrabando e o descaminho podem interferir no comportamento dos dados levantados. Considerando que as localidades descumpriam a determinação de se especializarem na produção de um único produto, as mesmas poderiam não declarar a produção de determinados produtos. Apesar da existência dos postos de fiscalização, existiam diversos portos clandestinos na região. Nas primeiras décadas do oitocentos, o fluxo de comércio clandestino nos rios ganhou tal expressividade que se tornou tema central das medidas implementadas pela administração imperial (Lopes, 2002).

As unidades de pesos e medidas são outro desafio, tendo em vista a variedade de medidas utilizadas para medir e quantificar o mesmo produto. Como agravante, as medidas variavam por região, dificultando a conversão dos dados. Em vista disso, o Quadro 3 fornece algumas informações sobre pesos e medidas utilizadas no período histórico em análise.

Quadro 3 – Unidades e medidas utilizadas durante o período colonial.

Unidades de peso e volume	Equivalência SI	Referência
Grão	0,0648 gramas	SILVA (2010)
Quilate	0,205 gramas	SILVA (2010)
Onça	31,104 gramas	SILVA (2010)
Libra	453,60 gramas	SILVA (2010)
Unidades lineares	Equivalência SI	Referência
Barril	158,984 litros	SILVA (2010)
Arroba	14,689 kilos	SILVA (2010), ROZENBERG (2006)
Quintal	58,328 Kilos	SILVA (2010)
Arrátel	459 gramas	ROZENBERG (2006)

(Continua)

Unidades de peso e volume	Equivalência SI	Referência
Unidades de medidas	Equivalência SI	Referência
Pipa	15 almudes	SILVA (2010)
1 Almude	12 canadas	SILVA (2010), ROZENBERG (2006)
6 Canadas	0,5 almude = 16 litros	SILVA (2010)
Alqueire de farinha d'água	30 kg no Pará	SILVA (2010)
Alqueire de arroz, milho, feijão	36 litros	SILVA (2010)
1 Vara	1,100 metros	SILVA (2010)

Fonte: Silva (2010); Rozenberg (2006). Adaptado pela autora.

Neste trabalho, as quantidades em arrobas e libras foram transformadas em quilos, utilizando a referência acima para a conversão. As demais análises mantiveram as unidades de medida originais, exceção para as manteigas de tartaruga que seguirão a metodologia de análise a partir dos relatos dos viajantes e suas estimativas de contagem dos ovos do quelônio, conforme será descrito mais adiante.

4 O EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO E A INSERÇÃO DO VALE AMAZÔNICO NO CAPITALISMO MERCANTIL

O presente capítulo contou com a colaboração da professora Dra. Danyele Félix da Silva e do professor Dr. Marcos Antonio Souza dos Santos, e tem o objetivo apresentar os resultados do levantamento de dados referentes ao extrativismo faunístico no Vale Amazônico no período de 1759 a 1830, indicando a variedade de espécies exploradas. A estimativa do volume de predação indica o grau de dependência do recurso, ao mesmo tempo em que evidencia a ausência de políticas voltadas para o manejo sustentável durante esse período. Destaca-se que dificilmente teremos noção do número de espécies exploradas, seus usos e o volume real de predação. Ainda restam muitas lacunas acerca do comércio das manteigas, por exemplo, posto consistir num recurso energético explorado em uma época em que a demanda por fontes de iluminação artificial estava em alta não somente no território.

O extrativismo animal foi uma atividade fundamental para os povos originários da Amazônia pré-colonial e se manteve essencial para muitas comunidades, mesmo após a chegada dos europeus na região. O que muda a partir da colonização europeia é a escala de predação e a transformação das relações entre o homem e a natureza. Os efeitos decorrentes do acesso a instrumentos de caça com maior potencial de predação são inegáveis, como também o é a lógica de mercantilização da natureza; a nova lógica era fundamental para que fosse possível o nível de predação exigido, a despeito do incipiente reconhecimento acerca da participação da fauna entre os produtos que compuseram a pauta de exportação brasileira até a segunda metade do século XX.

Ademais, a consulta aos documentos históricos sobre a colonização da região fornece indícios da alta demanda por proteína animal para a alimentação do contingente de escravizados e trabalhadores remunerados, durante a expansão das fronteiras do território. As expedições para a demarcação de limites exigiam um volume considerável de carne de tartaruga, peixe-boi e pescado. Conforme denunciou Alexandre Rodrigues Ferreira, parte das tartarugas capturadas morriam. No caso das carnes de peixe-boi e pirarucu, o desperdício ocorria, principalmente, em decorrência da insuficiência de sal nas salgadas, fazendo com que a utilização para a alimentação se tornasse inviável, gerando o desperdício do recurso.

Importante destacar a existência de outras necessidades supridas a partir do abate de animais, como é o caso da utilização da banha para a iluminação, calafetagem ou para a composição de argamassas utilizadas nas edificações, o que nos indica o nível de dependência por esses recursos. Nesse sentido, um dos aspectos marcantes desse período da história da

Amazônia é a fabricação de cal a partir da destruição dos sambaquis da região, levando à quase exaustão dos sítios arqueológicos.

Considerando a extensão do território e as especificidades do processo de expansão de suas fronteiras, optou-se pela análise dos dados por localidade e por região hidrográfica, a fim de possibilitar a futura continuação da investigação acerca da exploração de determinadas espécies da fauna nessas localidades, tomando como recorte a segunda metade do século XIX e o século XX, período em que a região passa por novas reconfigurações decorrentes dos interesses do capital externo sobre o território.

Assim, ainda que ainda que o processo de produção dos registros históricos acerca desta atividade resulte em desafios para o estudo detalhado acerca das espécies e o volume de recurso extraído, os dados levantados fornecem importantes indicativos do grau de importância e da escala de exploração, a inadequação das técnicas empregadas, além possibilitar a reflexão crítica acerca de pressupostos teóricos sobre os recursos de propriedade comum. Cientes das limitações deste trabalho e da impossibilidade de “reconstrução total” do passado do extrativismo faunístico na região, empreendemos o esforço de interpretação dos dados e decodificação das fontes.

4.1 UM PATRIMÔNIO EM FOCO: O PAPEL DO EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO NA CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO PORTUGUÊS SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Os dois maiores tesouros explorados pelo Império português no Vale Amazônico foram os indígenas e a fauna; enquanto o primeiro forneceu a força de trabalho e a tecnologia para a domesticação do meio-ambiente, o segundo constituiu a única fonte de proteína animal dos invasores. Em vista disso, os povos originários, suas tecnologias, e a fauna foram transformados no principal “capital” utilizado na empresa colonizadora do território amazônico. Sem eles a conquista da região teria fracassado diante da ausência das condições materiais que possibilitaram a conquista da outra metade da colônia.

Quando os europeus invadiram o território amazônico os povos indígenas haviam acumulado vasto conhecimento milenar sobre o manejo do meio-ambiente e adaptação às dinâmicas das águas dos rios, possibilitando o desenvolvimento de técnicas adaptadas à navegação que incluem trechos de floresta alagada, corredeiras, entre outras especificidades da navegação em rios amazônicos.

Ademais, conforme destaca Pardini (2020), os indígenas manejaram e cultivaram a floresta amazônica há mais de dez mil anos. Havia selecionado e domesticado diversas espécies vegetais, além de terem sido os detentores dos saberes e técnicas de sobrevivência em um ambiente extremamente inóspito para os invasores europeus. A partir desta percepção, quais

as razões para o relativo silêncio da historiografia econômica acerca do papel estratégico do controle europeu sobre as tecnologias indígenas na consolidação do domínio português na região amazônica?

A partir da percepção de que a história hegemonicamente estabelecida é a contada a partir do viés dos conquistadores, podemos estabelecer três principais razões para a subestimação da centralidade dos recursos humano e animal em tal empresa: i) a tentativa de apagamento da contribuição dos povos originários na formação socioeconômica brasileira, a partir da desconsideração da sua diversidade, saberes e tecnologias fundamentais para a colonizadores, resultando em uma narrativa simplista e subalternizada, na qual os povos originários são representados de maneira infantilizada, estereotipada e racista; ii) a projeção do tempo presente sobre o contexto histórico estudado, fazendo com que o pesquisador desconsidere a inexistência das comodidades e tecnologias modernas no contexto histórico analisado; iii) o conceito muito restrito de valor e riqueza.

Não obstante, a exploração da mão de obra indígena e o extrativismo faunístico viabilizaram todos os projetos econômicos e militares do império português no Vale Amazônico. A fauna abasteceu com carne, gordura, ovos e couro, toda a estrutura mobilizada pela política portuguesa na região; foi a matriz energética do território, iluminando casas, repartições públicas, hospitais e quartéis; como matéria-prima lubrificante, controlava o efeito da umidade sobre o armamento, combatendo a oxidação; utilizada como matéria-prima nos compostos usados nas edificações das fortalezas; intermediou as trocas econômicas funcionando como moeda, complementando os soldos das tropas. Seres humanos e a natureza foram explorados como mercadorias, utilizados como um capital, e sob o domínio europeu - em especial, o português - foi dilapidado no processo de execução do projeto em curso.

Até a primeira metade do século XX, o comércio da fauna e seus derivados não era atividade exclusiva das economias ditas atrasadas. Conforme debatemos, dependendo do nível de desenvolvimento das forças de produção - ou seja, da estrutura institucional da economia em questão -, o extrativismo faunístico poderia promover a acumulação capitalista e estimular a industrialização. A baleação na América do Norte, por exemplo, contribuiu para a hegemonia econômica daquela nação. Ademais, a fauna também era uma fonte de recurso medicinal presente na composição de importantes medicamentos da época, abrangendo partes e substâncias que podem ser surpreendentes para a atualidade, mas perfeitamente normais para o nível de desenvolvimento científico da época.

Um exemplo da importância do extrativismo faunístico no século XVIII é o Regimento baixado pelo rei de Portugal em 1745 para regular os preços de produtos utilizados na

fabricação de medicamentos. A lista inclui um vasto número de plantas, partes de animais, substâncias químicas e minerais. A herança das práticas medicinais do período medieval admitia que substâncias fabricadas pelo corpo humano fossem consideradas dotadas de propriedades medicinais suficientes para serem utilizadas na fabricação de medicamentos. Transcrevemos abaixo o regimento citado, e no Quadro 4 apresentamos as substâncias e partes de animais destacados no regimento.

Regimento dos Preços Porque os Boticários do Estado do Brazil hão de vender Medicamentos. Feito por resolução de Sua Magestade aos 27 de Mayo de 1742 em consulta do Conselho Ultramarino, o qual terá principio em o primeiro de Janeiro do presente anno de 1746 e findara em semelhante dia de 1749.

Todos os Boticarios serão obrigados a ter este Regimento, e nele mostraram o preço dos Medicamentos que venderem a todas as pessoas que quiserem ver, e lho requererem. Na primeira coluna dos preços, assinala com a Letra – C – vão os preços por que se devem vender os Medicamentos em todas as Comarcas interiores do Estado do Brasil. Na segunda coluna assinalada com a Letra – P – vão os preços dos Medicamentos por que se devem vender nas Comarcas, e Ouvedorias, que estiverem nos portos de Mar, onde chegão os Navios da Europa (REGIMENTO dos preços porque os Boticarios do Estado do Brazil hão de vender os medicamentos, feitos por Resolução de 27 de maio de 1745.2 Cx., imp. e outro mss). (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 54\Doc. 12619).

Quadro 4 – Preços Porque os Boticários do Estado do Brazil hão de vender Medicamentos (século XVIII).

PARTES DE ANIMÁES		C	P	PARTES DE ANIMÁES		C	P
Ambar	gr	60	40	Mille pedes pp.	out.	120	180
Almiscoar	gr	60	40	Manteiga de bexiga	onc	160	120
Algallia	gr	60	40	Manteiga crua	onc	160	120
Album graecum	out.	60	30	Pós Viperinos	gr	20	10
Bofes de rapozo em pó	out.	40	240	Pedra Benzoar Oriental	gr	120	80
Castorio em pó	gr	30	10	Dito Occidental	gr	30	20
Craneo humano	out.	15	120	Raspas de Cornu Cervi	onc	240	120
Cebo de veado	onc	320	80	Ditos de Marfim	onc	240	120
Dito de cabrito	onc	120	80	Esperma Ceti	out.	240	200
Dito de carneiro	onc	40	30	Sangue de bode pp	out.	120	80
Dito Confeito	onc	160	120	Unha de grão besta	gr	30	20
Cornum Cervi filosoficamente pp.	out.	160	120	De todos as mais unhas pp	out.	240	160
Dito queimado	out.	40	30	Unto de pato	onc	160	120
Dente de javali pp	out.	160	120	Dito Elefante	onc	960	640
Dito de Engalla pp.	out.	160	120	De porco	onc	40	30
Marfim pp	out.	40	30	De Montez	onc	120	80
Gellatina Cornu Cervi	onc	240	160	De Lobo	onc	480	320
Genital de cavallo marino	gr	30	20	De Cavallo	onc	40	30
Hyzopo humido	gr	30	20	De Coelho	onc	160	120
Madreperolla pp	out.	240	160	De Urso	onc	480	320
Mandibullo lucis pp	out.	240	160	Tutano de vaca	onc	80	60
Minhocas pp	out.	60	40	De todos as mais enxundias	onc	160	120

Fonte: REGIMENTO dos preços porque os Boticarios do Estado do Brazil hão de vender os medicamentos, feitos por Resolução de 27 de maio de 1745.2 Cx., imp. e outro mss. Elaborado pela autora (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 45\Doc. 10612 (16)).

O regimento estabelecia preços diferenciados para as boticas localizadas em áreas portuárias. Devido às condições de higiene e à péssima alimentação a bordo das embarcações,

era comum a tripulação padecer de diversas enfermidades. Parte delas poderiam ser evitadas com o consumo de alimentação adequada. O escorbuto – uma das moléstias mais recorrentes – é uma doença nutricional, provocada pela deficiência de vitamina C, em razão da escassez de frutas e verduras na ração dos tripulantes das embarcações. Assim, o acesso a medicamentos nos portos era uma questão essencial. No Quadro 5 listamos abaixo alguns dos produtos descritos no referido Regimento de 1742, cuja substância conseguimos identificar.

Quadro 5 – Exemplo de produtos descritos no referido Regimento de 1742.

Produtos	Descrição	Uso
Algallia	Algália (<i>Civettictis civetta</i>) é um mamífero predado pela produção de uma substância conhecida como almíscar, geralmente utilizada na fabricação de perfumes (Citar)	Descrita como medicamento no Regimento de 1742.
Album graecum	Álbum graecum. Também conhecido como <i>Stercus Canis</i> : excremento branco seco de um cão, hiena, ou outro mamífero comedor de ossos. Estaria presente nesse produto, o Glicerofostato de Cal (OLIVEIRA, 2017).	Era utilizado como medicamento para inflamações na garganta ou para atuar como gesso. Também era utilizado para tingir couros (OLIVEIRA, 2017).
Mille pedes pp	Aparentemente, <i>milipedes</i> - Arthropoda: Myriapoda – pertencem a este grupo as centopeias, piolhos-de-cobra, entre outras espécies.	Aparece entre os medicamentos listados no Regimento de 1742, embora não tenhamos encontrado a suposta indicação medicinal.
Benzoar	Pedra Benzoar – substância esférica, rígida, formada a partir de materiais indigestíveis que se acumulam no estômago ou intestino de animais ruminantes (FLECK, 2015; FURTADO, 2005).	Era empregado no tratamento de melancolia, vômitos, febres, epilepsia, varíola e como antídoto para envenenamentos por ingestão de arsênico (FLECK, 2015; FURTADO, 2005).

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas listas de solicitação de medicamentos para os hospitais das fortalezas do Macapá e do Rio Negro, são recorrentes os pedidos de raspas de cornus de veado, olhos de caranguejo, espírito de cornus de veado e óleo de minhocas. Os olhos de caranguejo possuem carbonato de cálcio e eram utilizados no tratamento de desmaios, flatos histéricos ou em hipocondríacos (Furtado, 2005). Ainda segundo a pesquisadora do Arquivo Público Mineiro, Júnia Furtado, outras partes de animais como a pedra de porco-espinho e a pedra de porco-do-mato, também eram indicadas para o tratamento de vômitos, fraqueza de estômago, aflições do coração, afetos uterinos, ‘paixões dos rins’, retenção de urina e febres malignas. Aparentemente, são

encontradas na cabeça dos jacarés, pedras com propriedades medicinais no combate a febres (Furtado, 2005).

Na Amazônia, muitas partes de animais ainda possuem valor inestimável na fabricação de medicamentos tradicionais. Erveiras da feira do Ver-o-Peso na cidade de Belém do Pará, revelam que a banha da jiboia e da sucuri, por exemplo, são consideradas eficazes no tratamento de doenças reumáticas. Aliás, a banha animal é tradicionalmente utilizada no combate a dores nas articulações, sendo listada na composição de vários medicamentos artesanais vendidos nas feiras amazônicas. Durante a pesquisa de mestrado realizada pela autora nas Reservas Extrativistas do Rio Xingu e do Rio Iriri, foi mencionada a utilização do casco de cágado torrado no tratamento de doenças respiratórias (Sousa, 2016).

A fauna aquática foi a principal base da alimentação da Amazônia colonial, mesmo após a expansão da pecuária no Marajó. O abastecimento de carne bovina permaneceu problemático durante o século XIX. Na classificação “Correspondências de Diversos com o Governadores das Províncias”, encontram-se diversos relatos que apontam para a péssima qualidade da carne que abastecia a cidade de Belém, chegando aos estabelecimentos por diversas vezes estragada.

A ictiofauna consistiu na principal fonte de proteína animal na região. O abastecimento de peixeiros era organizado pela administração portuguesa através dos Pesqueiros Reais, espécie de postos de pesca situados em trechos piscosos dos rios e lagos, onde se concentrava a pesca de diversas espécies aquáticas: tainhas, peixe-boi e tartarugas, principalmente; no mesmo local realizavam-se as salgas, secagem e estocagem. Os peixeiros também armazenavam tartarugas em currais. A administração ficava a cargo da Fazenda Real, e tinha o objetivo de garantir o suprimento de carne, gordura e combustível para o funcionamento da colônia (Furtado, 2002; Fiori, Santos, 2015; Reis, 1940).

No século XIX, Arthur Ferreira Reis informava a existência de peixeiros no Rio Solimões, Rio Amazonas, Rio Branco, e no Marajó. O autor relata que o maior peixeiro estava localizado no Lago Grande, na Vila Franca, atual RESSEX Tapajós Arapiuns (Furtado, 2002; Fiori, Santos, 2015; Reis, 1940). Importante destacar que algumas dessas localidades, como o Lago Grande, por exemplo, permanecem fundamentais para preservação da biodiversidade e para a manutenção do modo de vida de povos e comunidades tradicionais, embora ameaçadas por empreendimentos econômicos geradores de grandes impactos socioambientais.

Do ponto de vista ambiental, os Pesqueiros Reais são referência da má gestão dos recursos faunísticos durante a colonização portuguesa; as técnicas de captura empregadas e o nível de predação conduziram à exaustão dos recursos. A variedade e a abundância de espécies criaram na época, a ilusão da inexorabilidade dos estoques naturais de jacarés, tartarugas e

peixes-boi, por exemplo. Em vista disso, ainda no século XVIII os sinais da predação insustentável já podiam ser percebidos (Ferreira, 1772; Bates, 1979; Fiore, Santos, 2015; Veríssimo, 1985).

No que diz respeito à ictiofauna, Alexandre Rodrigues Ferreira inventariou algumas das principais espécies exploradas na região no final do século XVIII. A lista incluía bagres como piraiába (*Brachyplatystoma filamentosum*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e mandi (*Pimelodus Pohli*), além de espécies como o tucunaré (*Cichla ocellaris*), acará (*Pterophyllum scalare*), puraquê (*Electrophorus electricus*), tamoatá (*Hoplosternum littorale*), piranha (*Serrasalmus nattereri*), cascudos (*Loricariidae*), entre outras. Ele também apresentou uma lista de peixes classificados como “peixes da costa”: gurijuba (*Arius luniscutis*), mero (*Epinephelus itajara*), corvina (*Argyrosomus regius*), tainha (*Mugilidae*), entre outras (Ferreira, 1972). Devido à sua utilização como complemento das cõngruas¹⁶ e ordenados dos soldados, apresentaremos os dados sobre o transporte e usos da tainha no período em análise.

4.2 O EXTRATIVISMO DAS TAINHAS NO CONTEXTO DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS

Até a segunda metade do setecentos, a tainha era usada como complemento dos soldos das tropas. Em 1712, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Cristóvão da Costa Freire (1707 - 1718) escrevia para o rei transmitindo as súplicas das tropas, cujos salários estavam atrasados; solicitavam que lhes fossem fornecidos farinha e peixe para posterior desconto nos seus salários¹⁷. Como o pagamento estava constantemente atrasado, eram praticamente pagos em farinha e peixe (Carvalho Júnior, 2015).

Veríssimo (1985) explica que não obstante o conhecimento à época do funcionamento de um pesqueiro localizado na ilha de Joanes desde o final do século XVII, a determinação do local e data da instalação do primeiro pesqueiro na região amazônica é imprecisa. Sabia-se no entanto, segundo o autor, que o pesqueiro localizado no atual Marajó se dedicava principalmente à pesca de tainhas e gurijubas. Um aspecto fundamental na discussão sobre os Pesqueiros Reais é a questão do monopólio real sobre tal recurso. Vale lembrar que a cobrança de taxas para a exploração dos recursos naturais era uma política das monarquias europeias. Como tudo ao rei pertencia, cobravam-se taxas para a passagem nas estradas, para trafegar pelos rios, para exercer a pesca, e assim por diante. Assim, declarar monopólio sobre a pesca fazia parte do sistema.

¹⁶ Renda recebida pelos párocos para o seu sustento.

¹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx., 6, D.478.

Todavia, no contexto amazônico, os pescadores ganham maior complexidade, tendo em vista que o recurso de maior abundância na região - o pescado - se tornara moeda. Foi necessário que se estabelecesse uma série de conformidades para que isto fosse possível. São essas conformidades e contradições que este trabalho buscou evidenciar ao longo do seu desenvolvimento.

Sendo assim, durante o século XVIII, o Cabo Norte passou a contribuir para o abastecimento deste pescado na capitania. Nesta época, a principal forma de quantificação das tainhas era a unidade, tendo sido encontrados nove registros de contabilidade em cestos e apenas um registro em arrobas. Infere-se que o método de quantificação esteja relacionado à utilização das tainhas como moedas no pagamento das propinas das tropas. A conclusão de Veríssimo acerca da importância do Pescador da Ilha de Joanes reforça a nossa tese da centralidade do recurso faunístico: “*o producto dos pescadores foi empregado, como vimos, em vários serviços públicos determinados, obras civis e militares, comissões demarcadoras, alimento e pagamento da tropa militar e ainda como propinas e ordenados de funcionarios*” (Veríssimo, 1985, p. 163).

A Tabela 4 apresenta os dados derivados dos registros de cargas de tainhas transportadas no Vale Amazônico no período de 1761 a 1780. A partir de 1768, os registros de cargas deste pescado a partir dos pescadores do Marajó, praticamente cessaram. Existem várias possibilidades explicativas: o não acesso à documentação que conteriam tais informações – possibilidade reduzida pelo volume de documentação consultada; perda relativa da importância das tainhas como mercadoria-moeda, após a imposição da circulação de moedas metálicas no Vale Amazônico em 1749.

José Veríssimo lança luz à questão, revelando que no século XIX a exploração desta espécie ainda ocorria em larga escala. O autor ponderava sobre a perda representada pela não classificação adequada dos peixes consumidos, visto que impedia a produção de estatísticas sobre as espécies exploradas. O autor registrou a existência da comercialização de ovas de tainhas na cidade de Belém, ao mesmo tempo em que lamentava que o pescado fosse contabilizado dentro da categoria geral “peixe seco salgado”. Sobre isto, refletia: “*na quantidade computada naquela rubrica, [peixe salgado] porém, é talvez a tainha que mais a faz avultar*” (Veríssimo, 1985, p.172).

Tabela 4 – Volume de tainhas transportadas nas canoas, segundo Regiões Hidrográficas (1761- 1780).

ANO	Costa Atlântica - Nordeste	Portel-Marajó	Rio Amazonas	Tocantins -Araguaia	Total Geral em Unidades
1761		3.400			3.400
1762		52.666			52.666
1763		10.200			10.200
1764		8.000			8.000
1765	6.890	8.000		3.445	18.335
1766		5.800			5.800
1767		56.500	6.400		62.900
1768		26.500			26.500
1772			22.061		22.061
1779			6.000		6.000
1780		45			45
Total Geral	6.890	171.111	34.461	3445	215.907
Participação Percentual	3%	79%	16%	2%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que os pescadores de Marajó supriram o território até a segunda metade do século XVIII. Na mesma época, a região do Macapá começou a aparecer nos registros como local de origem das cargas de tainhas. A partir da segunda metade do setecentos, foi instalado um pesqueiro naquela região com a finalidade de prover as vilas e povoações daquele território. Ainda assim, entre 1767 e 1773, a Fazenda Real despachou 52.088 unidades de tainhas para o suprimento das vilas de Macapá, Mazagão, Vila Nova da Madre de Deus, uma povoação não especificada às margens do rio Uanauerapucu.

Naquele período, a região do atual território do Amapá encontrava-se em intenso processo de reconfiguração. A política portuguesa para aquela fatia dos seus domínios demandava vultuosa quantidade de alimentos, escravizados negros e trabalhadores indígenas. Esta dinâmica iniciada com o aldeamento e início das obras de construção da fortaleza seria intensificada pela transferência da cidade de Mazagão do Marrocos para o Vale Amazônico.

Em 1769, após Mazagão sucumbir ao ataque de 120 mil soldados mouros que buscavam recuperar o território invadido na expansão ultramarina, a Coroa portuguesa reconheceu que não possuía excedentes que possibilitasse a insistência militar em permanecer no território e decidiu transferir às pressas, os dois mil habitantes da vila com todos os pertences que conseguissem carregar para Lisboa. Segundo os registros históricos, o Marquês de Pombal e

Francisco Xavier de Mendonça Furtado teriam considerado oportuno transferir a população para o povoamento das terras do Cabo Norte (Vidal, 2008; Bueno, 2016).

Ainda naquele ano, a população aportou na cidade de Belém, onde esperariam a construção das casas, armazém, hospital e muralhas da nova vila - instalada às margens do rio Mutuacá - por conveniência às questões fronteiriças já discutidas. O processo de transferência e instalação das famílias na nova vila custaram dez anos de espera para as famílias mazaganenses. As transferências foram realizadas de forma fracionada, à medida que a nova cidade era construída (Vidal, 2008).

Laurent Vidal na obra *“Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)”*, narra a odisséia e o custo da instalação dos colonos em um dos pontos extremos do território, localidade onde entre 1771 e 1779, a malária levaria à morte 177 escravizados. A umidade excessiva foi uma das principais responsáveis pelo flagelo da população.

O terreno pantanoso no qual a vila está instalada mantém o clima permanentemente úmido que dificulta a conservação dos alimentos: desse modo, a colheita de arroz de 1776 foi quase completamente perdida, e não é incomum que as reservas de farinha e peixe apodreçam no prazo de algumas semanas. Na estação das chuvas, as ruas e o solo de terra batida das casas ficam tão encharcados que se torna impossível manter os corpos secos: com os pés quase sempre descalços, é preciso encarar a lama para ir ao campo caçar algo (Vidal, 2008, p. 192).

A população constantemente doente terminava sendo transferida para o hospital de Macapá, o que gerou um fluxo de correspondências alertando às autoridades sobre a situação de subnutrição e enfermidade da população. Apesar dos alertas, não se tomariam medidas eficazes para resolver a situação. As fugas dos escravizados negros e dos indígenas agravavam a situação ao reduzir a mão de obra o que – mediante o parasitismo social característico do colonizador português - intensificava a escassez de alimentos (Vidal, 2008).

Nesse contexto, colonos, escravizados e indígenas procuraram refúgio na bebida, aumentando os conflitos e a violência na vila. Antes da virada do século, uma epidemia dizimou a população deixando poucos sobreviventes, os quais se refugiaram em outras povoações, renegando o antigo local onde fora construída a Velha Mazagão. A cidade que permanece até os dias atuais é uma Nova Mazagão, como ficou conhecida na época (Vidal, 2008).

Tal contextualização tem o objetivo de auxiliar a compreensão de que o Vale Amazônico no período analisado era um território em construção e em fase de consolidação do domínio português sobre a região. Isto somente seria possível por meio do domínio militar - que exigia o estabelecimento de tropas, demarcação de limites, construção de fortalezas, criação de vilas e fixação de colonos. Essa infraestrutura exige um grande contingente de mão de obra que foi suprido via trabalho compulsório. O suprimento de alimentos era uma questão-chave,

um problema intransponível, dadas as condições do ambiente, não fosse a existência de agentes com o nível de expertise capaz de identificar, produzir e extrair as fontes de proteína vegetal e animal capazes de garantir a sobrevivência dos colonizadores.

Vale lembrar que a sobrevivência humana também exige a satisfação das necessidades de abrigo e iluminação. Na Amazônia, muitas delas foram supridas via extrativismo faunístico, cujo volume de recursos naturais consumidos precisa ser contabilizado como estratégia para a sua valorização – que não pode se restringir a econômica – para sua consequente conservação. Trata-se de um esforço para pôr em evidência a razão de a economia amazônica colonial não ser explicada por meio exclusivamente do comércio Atlântico-Sul. Destaca-se dessa forma, como o recurso faunístico foi utilizado como um capital e possibilitou a inserção da região nas dinâmicas do processo de acumulação capitalista mercantil.

Reforçamos aqui o argumento de que sob as condições materiais do contexto histórico em que se desenvolveu a colonização da Amazônia, e a despeito do valor das drogas do sertão no comércio internacional, os dois “recursos” fundamentais para viabilização da colonização do território pelos portugueses foram a força de trabalho indígena e a fauna. Sem trabalho, alimentos, combustível e “moeda” – em forma de tainhas, tartarugas, peixes-boi e pirarucus – para viabilizar o domínio do território, as demais atividades econômicas que se seguiram a este capítulo da história da região não teriam sido possíveis.

O foco na narrativa da exploração das drogas do sertão sem considerar o papel fundamental dos saberes indígenas, da pesca e da caça para a produção e conservação de carne (utilização da banha animal para conserva de carnes), produção de iluminação artificial e pagamento das tropas invisibiliza uma etapa importante da história socioeconômica e ambiental da região. Do ponto de vista da história dos povos originários, representa uma tentativa de apagamento da dívida histórica que exige reparação por parte da sociedade brasileira. Do ponto de vista da conservação ambiental, além de contribuir para a não percepção da fauna e da floresta em pé enquanto patrimônios ambientais e econômicos, não contribui para a assimilação das lições proporcionadas pela má gestão dos recursos naturais.

Isto posto, o grande número de indígenas que morriam durante as obras da fortaleza do Cabo Norte retroalimentava a necessidade constante de mão de obra e mantimentos. Assim, a criação de um pesqueiro naquela região visava atender a demanda por abastecimento reduzindo o tempo gasto na logística de abastecimento. Entre 1771 e 1779 já era possível observar um novo fluxo de circulação de suprimentos entre as povoações localizadas naquele território. Do armazém da Fazenda Real em Macapá, poderiam sair canoas com cargas de alimentos para Mazagão, da mesma forma que uma carga poderia ser enviada do armazém da vila de Mazagão

para Macapá ou para a TGCI. Em 1772 foram entregues naquela tesouraria 7.501 unidades de tainhas, cujas canoas haviam partido da vila de Mazagão.

No mesmo ano, 14.560 unidades de tainhas partiram em três cargas enviadas do Macapá para a TGCI. A partir dos dados coletados foi possível captar o seguinte tipo de fluxo de mantimento entre as povoações: Manoel Gama Lobo, Sargento-mor da fortaleza de Macapá informou à João Pereira Caldas em carta datada de 04 de dezembro de 1779, o envio de uma remessa de 4.000 unidades de tainhas e 4.300 tijolos “em socorro” à Vila Viçosa, por solicitação do comandante daquela vila. Declarava que “estava socorrendo como podia” ao comandante da outra vila. Pode-se inferir, portanto, que os pesqueiros instalados naquela região já se encontravam sob ampla exploração.

Nos registros coletados, as espécies raramente foram informadas, inviabilizando análises a partir das espécies da ictiofauna exploradas. As raras ocorrências citavam o tucunaré (*Cichla ocellaris*), a piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e a tainha (Mugilidae). Entre os crustáceos, o caranguejo foi a única espécie presente nos registros. Por outro lado, utilizavam-se as seguintes classificações: peixe de moira, peixe grosso, peixe salgado e peixe seco. Esta situação também foi relatada por José Veríssimo:

Os outros produtos da pesca marinha e submaritima, os peixes, gurijubas, tainhas e outros vendidos frescos nas cidades do littoral do Salgado e na capital, e ainda as ovas de tainha, e também os crustáceos (caranguejos) que entram em quantidade considerável na alimentação desses logares, escapam às estatísticas na alimentação desses logares, escapam às estatísticas ou dellas não tenho conhecimento. Os conservados por algum dos processos mencionados – salgamento, a salmoura, a moqueação – entram nelas na rubrica “peixe secco e salgado”, confundidos com os produtos das pescarias fluviais e lacustres amazônicas (Veríssimo, 1985, p.172).

A dificuldade em identificar as espécies exploradas motivou nossos esforços em identificar a origem e o destino das cargas transportadas. Quanto à quantificação do consumo de caranguejos, os registros indicam que esse crustáceo era altamente apreciado. Desta forma, passaremos à avaliação dos dados referentes à coleta de caranguejos, segundo os registros de cargas transportando o produto.

4.3 O EXTRATIVISMO DE CARANGUEJOS SEGUNDO O COMÉRCIO DOS ÍNDIOS

Foram encontrados registros de quantificação em cofos e em paneiros. Diante da incerteza quanto à possibilidade de se tratar da mesma unidade de medida, foram sistematizados como medidas distintas. A Tabela 5 apresenta os resultados apurados em cofos, e a Tabela 5 apresenta os resultados em paneiros. Infelizmente, sem informações sobre o tamanho das

medidas ou sobre a quantidade de unidades em cada uma, torna-se impossível fornecer melhores estimativas sobre o volume de caranguejos predados.

Tabela 5 – Volume de cofos de caranguejos transportados pelas canoas, segundo localidades (1762-1768).

Origem/Região Hidrográfica	ANO						Total Geral em Cofos	Part. Percentual
	1762	1763	1765	1766	1767	1768		
Costa Atlântica - Nordeste	2.200	100	5.200	5.000	1.500	4.447	18.447	61%
Lug. Penha Longa (Penhalonga, Vigia -PA)		100					100	
Villa de Cintra (Maracanã - PA)						447	447	
Villa de Collares (Colares - PA)	200						200	
Villa Nova de ElRey (Curuçá - PA)	2.000		5.200	5.000	1.500	4.000	17.700	
Portel-Marajó	895	1.010	3.533	2.570	769	3.160	11.937	39%
Lugar de Mondim (Marajó - PA)					280		280	
Villa de Monssaras (Distrito de Salvaterra - PA)	105		676	700	467	3.160	5.108	
Villa de Salvaterra (Salvaterra - PA)	340	1.010	1.220	820			3.390	
Villa de Soure (Soure - PA)	450		1.637	1.050	22		3.159	
Total Geral	3.095	1.110	8.733	7.570	2.269	7.607	30.384	100%

Fonte: Dados coletados pela autora.

A tabela 6 demonstra que durante o século XVIII, a coleta de caranguejos ocorria em apenas duas regiões, sendo que as cargas de caranguejos contabilizadas em cofos se concentram na Costa Atlântica-Nordeste, na Vila Nova Del Rei. Do total de 30.384 cofos transportados, 17.700 (96%) partiram desta localidade. Na região de Portel-Marajó, as cargas estavam distribuídas. Dos 11.937 cofos transportados desta região, 43% saíram da vila de Monsarás, 28% da vila de Salvaterra, 26% de Soure; a menor proporção registrada para o Lugar de Mondim (2%). Considerando a atual divisão político-administrativa, a região de Salvaterra responderia por 55% das cargas transportadas a partir da região de Portel-Marajó.

Quanto às cargas em paneiros ilustradas na tabela 6, ocorre o inverso do verificado para as cargas em cofos. A região de Portel-Marajó concentrou 94% das cargas transportadas. A vila de Monforte foi a origem de 47% das cargas em paneiros; as vilas de Salvaterra e Soure, 27% e 26%, respectivamente. Foi contabilizado um total de 3.490 paneiros transportados a partir dessas localidades. Embora não se possa quantificar as unidades, percebe-se que se trata de um volume considerável para época.

Tabela 6 – Volume de paneiros de caranguejos transportados pelas canoas, segundo localidades (1762-1768).

Origem/Região Hidrográfica	ANO					Total Geral em Paneiros	Part. Percentual
	1762	1763	1765	1766	1768		
Costa Atlântica – Nordeste			150		50	200	6%
Villa de Collares (Colares - PA)					50	50	
Villa Nova de ElRey (Curuçá - PA)			150			150	
Portel-Marajó	250	260	880	1.700	200	3.290	94%
Villa de Monforte (Marajó - PA)	250		480	600	200	1.530	
Villa de Salvaterra (Salvaterra - PA)			400	500		900	
Villa de Soure (Soure - PA)		260		600		860	
Total Geral	250	260	1.030	1.700	250	3.490	100%

Fonte: Dados coletados pela autora.

Outro representante da fauna aquática altamente predado é o pirarucu, considerado o “bacalhau da Amazônia”, cuja pesca indiscriminada o colocou sob ameaça de extinção. A sobreexploração tem reduzido o tamanho dos animais capturados ao longo dos anos. Os relatos dos históricos dão conta da ampla exploração do recurso e da sua importância para o abastecimento de proteína animal na região. Dessa forma, no próximo tópico analisaremos os registros da produção de pirarucu no Comércio dos Índios.

4.4 AS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES PARA O BACALHAU DA AMAZÔNIA NOS REGISTROS DO COMÉRCIO DOS ÍNDIOS

Por ser um dos símbolos da culinária amazônica, o pirarucu é altamente demandado e pescado de forma irregular. Do pirarucu são aproveitadas a carne, a língua, as escamas para a fabricação de artesanato, e o couro para a fabricação de bolsas. Nos dias atuais, surgem novas possibilidades de aproveitamento das partes desses animais, anteriormente descartados. Os registros acessados indicam, contudo, que do pirarucu era aproveitado, majoritariamente, a carne, uma das principais fonte de alimento para as tropas e para o contingente de mão de obra que participou da construção da fortaleza de São José do Macapá.

A Tabela 7 apresenta o resultado dos dados referentes aos registros de cargas contendo pirarucu salgado seco. Todavia, o pirarucu poderia ser comercializado sob as classificações “peixe salgado” ou “peixe seco”, enviando o resultado da coleta de dados. A variedade de unidades de medidas é outro desafio; algumas dessas medidas são impossíveis de serem

convertidas. Dessa forma, recorreremos às informações fornecidas por José Veríssimo e Alexandre Rodrigues Ferreira no esforço para a compreensão dos dados.

Para Veríssimo (1985), a pesca do pirarucu influenciou positivamente no extrativismo das tartarugas e peixes-boi ao reduzir o esforço de pesca das duas espécies. A escala de predação da fauna amazônica segue a dinâmica da política de povoamento da região. Assim, a partir de 1750 o consumo da carne de pirarucu aumentaria à medida que crescia o contingente populacional e o peixe caía no gosto dos colonos (Fiori, Santos, 2015). A primeira estatística encontrada por José Veríssimo sobre a pesca do pirarucu datava de 1830 e informava que a capitania de São José do Rio Negro havia exportado para o Pará 13.460 arrobas de pirarucu, o que equivale a aproximadamente, 197.713 kg, “*quantidade para o tempo considerável*” (Verissimo, 1985, p.156).

A informação fornece indícios do nível de predação, ao mesmo tempo em que apresenta uma possível linha de investigação para futuras pesquisas sobre a conservação das tartarugas e dos peixes-boi a partir da exploração do pirarucu, haja vista a possibilidade de a predação deste animal influenciar na conservação de outras espécies faunísticas.

Por volta de 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira registrou a abundância do peixe nas duas capitanias, relatando a existência de duas formas de consumo do pirarucu: seco e conservado em salmoura. A carne seca seria destinada à alimentação dos indígenas, enquanto a conservada em salmoura “*servia às mesas particulares quando não havia peixe fresco*” (Ferreira, 1972, p. 15).

A conservação de carnes em salmoura fazia parte do hábito português desde antes da chegada ao Brasil. Entretanto, foram estragadas grande quantidade de carnes de pirarucu e peixe-boi devido a utilização de quantidades insuficientes de sal nas salgas dos produtos. A produção da carne de pirarucu seca ocorria no verão, quando era possível secá-la adequadamente ao sol. Logo, o peixe conservado em salmoura era possivelmente superior ao peixe seco, não sendo produzido em grande escala devido ao custo.

Infere-se que até a década de 1780, a pesca do pirarucu visava o abastecimento do mercado interno. A classificação “peixe de moira”, possivelmente se referia à conserva da carne do pirarucu em salmoura. Se esta hipótese for verdadeira, podemos acrescentar aos 29.307 quilos de pirarucu registrados, o resultado do “peixe de moira”. Todavia, os registros do peixe de moira foram contabilizados tomando como unidades de medida “cestos” e “paneiros”. Desta forma, nos resta apresentar tabelas distintas para os dois produtos, sendo que a Tabela 8 descreve o volume de cargas de peixe de moira em cestos.

A relevância do peixeiro de Vila Franca para o abastecimento da região fica evidente no conjunto de dados coletados. Veríssimo (1982) afirmava que o peixeiro do Lago Grande era o maior da região. Segundo ele, a abundância de pirarucus era uma das características da biodiversidade do Tocantins, o que explica a concentração da produção naquela região, conforme demonstrado na Tabela 7. Quanto à capitania do Rio Negro, o primeiro registro ocorreu em 1820; para a região de Portel-Marajó, foi encontrado apenas um registro, datado de 1767 e diz respeito a duas cargas que saíram do Lugar de Carrazedo. Embora não considerados no cálculo, vale apontar o envio de 147 kg de pirarucu pela Fazenda Real do Pará, sediada em Belém, para o abastecimento de uma expedição ao Mato Grosso em 1771.

Tabela 7 – Quantidade de cargas de pirarucu, transportadas nas canoas do Vale Amazônico, segundo Regiões Hidrográficas (1761-1780).

Ano	Manaus	Portel-Marajó	Tapajós	Total Geral em Kilos
1767		1.354		1.354
1768			9.269	9.269
1774			294	294
1819			13.220	13.220
1820	2.762			2.762
1825			2.409	2.409
Total Geral	2.762	1.354	25.192	29.307
Part. %	9%	5%	86%	100%

Fonte: Dados coletados pela autora.

Na hipótese de o peixe de moira e o pirarucu em salmoura serem o mesmo produto, haveria uma especialização na produção dos subprodutos por localidade. A Vila Franca seria responsável pelo fornecimento de pirarucu seco para a alimentação da população em geral, enquanto o Marajó realizaria o abastecimento do pirarucu em salmoura. O registro dos 8 cestos na Costa Atlântica-Nordeste diz respeito a uma carga enviada a partir da Vila Nova Del Rei para a TGCI em 1766. Foram registrados ainda, a produção de 18 paneiros de peixe de moira na vila de Monsarás em 1768. Por se tratar de uma ocorrência isolada, pode indicar que o termo “paneiros” foi utilizado como sinônimo para “cestos”.

Tabela 8 – Volume de cestos de peixe de moira, produzidos no Vale Amazônico, segundo origem da carga (1761-1780).

ANO/Localidade de Origem	Costa Atlântica Nordeste	Portel- Marajó	Tapajós	Total Geral em Cestos
1762		10		10
Villa de Monforte (Marajó - PA)		10		10
1766	8	88		96
Villa de Monforte (Marajó - PA)		7		7
Villa de Porttel (Portel - PA)		8		8
Villa de Salvaterra (Salvaterra - PA)		41		41
Villa de Soure (Soure - PA)		32		32
Villa Nova de ElRey (Curuçá – PA)	8			8
1767		56	10	66
Lugar de Mondim (Marajó - PA)		23		23
Villa de Soure (Soure - PA)		33		33
Villa Franca (RESEX Tapajós- Arapiuns - PA)			10	10
1768		48		48
Villa de Monforte (Marajó - PA)		30		30
Villa de Monssaras (Dist. Salvaterra - PA)		18		18
1780		47		47
Lugar de Mondim (Marajó - PA)		23		23
Villa de Soure (Soure - PA)		24		24
Total Geral	8	249	10	267
Participação Percentual	3%	93%	4%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Tainhas e pirarucus representavam apenas duas dentre as espécies de peixes exploradas na região. O alto consumo de peixe é uma característica distintiva dos povos amazônicos. O pescado era consumido de diversas formas e utilizava diferentes unidades de medida. Conforme mencionado, uma diversidade de espécies e seus derivados foram explorados sob classificações que dificultam a sua identificação. Em vista disso, passaremos à análise dos registros de algumas dessas classificações.

4.6 O PESCADO SOB DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES: PEIXE FRIO, GROSSO, SALGADO E SECO

Em 1767 foi registrada uma carga com 7 potes de peixe assado, produzidos na vila de Veiros e enviados para a TGCI. O peixe também era consumido frito e armazenado em potes

de barro, conforme demonstrado na Tabela 9. A banha da conserva poderia ser de peixe-boi, tartaruga ou de peixe. Em 1763 a vila de São Paulo de Olivença enviou para a TGCI uma carga contendo 8 vasilhas de peixe em manteiga de tartaruga. Isto pode significar que parte das cargas registradas apenas como peixe frito tivesse sido produzido da mesma forma.

Os registros de transportes de cargas contendo potes de peixe frito se encerraram em 1768; entre 1760 e 1768 foram transportados 1.346 potes do produto. Desse total, 1.203 saíram do pesqueiro de Vila Franca, e 100 da vila de São Paulo de Olivença. As demais produções estão espalhadas pelas regiões hidrográficas do Médio Solimões-Japurá (15), Manaus (8), Portel-Marajó (15) e Tocantins-Araguaia (15).

Tabela 9 – Cargas de potes de peixes fritos transportados nas canoas, por localidade de origem (1760-1768).

Origem/Localidade	1760	1762	1763	1764	1765	1767	1768	Total Geral em Potes
Lugar de Fonteboa (Fonte Boa - AM)		10						10
Villa de Ega (Tefé - AM)							5	5
Villa de Melgaço (Melgaço - PA)				2				2
Villa Oeyras (Oeiras do Pará - PA)						5		5
Villa Olivença (S. P. Olivença - AM)			30	8	32	14	16	100
Villa de Porttel (Portel - PA)			13					13
Villa de Silves (Silves - AM)	8							8
Villa Franca (RESEX Tapajós-Arapaiuns - PA)				17	8	69	1.109	1.203
Total Geral	8	10	43	27	40	88	1.130	1.346

Fonte: Dados coletados pela autora.

No que diz respeito à classificação “peixe grosso”, os registros se concentraram na Região Hidrográfica do Marajó. Entre 1762 e 1768 foram registradas 22 ocorrências, 20 delas nesta região. Vejamos a distribuição das demais: uma carga enviada da vila de Monte Alegre para Belém em 1768, contendo 1.469 kg do produto; uma de Macapá, contendo 257 kg de peixe grosso, aparentemente, produzidos na própria região.

Cestos eram utilizados como unidade de medida para o peixe grosso na região do Marajó. Foram 187 cestos de peixe grosso; 107 da vila de Monsarás, 34 de Mondim, 2 de Monforte e 44 de Soure. Os registros de cargas de peixe grosso em arrobas foram incluídos nas análises dos registros do pescado com a mesma unidade de medida e convertidos em quilos.

A Tabela 10, apresenta os registros de cargas de pescado em quilos, segundo regiões geográficas no século XVIII. Entre 1759 e 1767, foi registrado o transporte de 52.083kg de pescado no Vale Amazônico. Os dados incluem as seguintes classificações: “peixe grosso”, “peixe seco” e “peixe”. Este conjunto inclui 977 kg de tambaqui salgado seco produzidos nas regiões hidrográficas do Xingu, Médio Solimões-Japurá e Alto Solimões, entre os anos de 1764 e 1768. O Gráfico 1 apresenta a participação percentual das regiões por ano em quilos.

Entre 1759 e 1761, os registros de cargas se concentraram na região do Rio Negro; foram 4.289kg de pescados; a partir de 1762, os registros se distribuem entre as regiões de Portel-Marajó, Xingu e Manaus, sendo que Portel-Marajó concentrou 70% dos registros de carga de pescado, conforme demonstrado no Gráfico 1. A partir de 1765, a região do Rio Amazonas aparece mais ativamente nos registros; entre 1765 e 1768 foi registrado o transporte de 8.035 kg de pescados, o que representa 15% do total, conforme Gráfico 1.

Tabela 10 – Volume de cargas de pescado em quilos, segundo Regiões Hidrográficas (1759-1787).

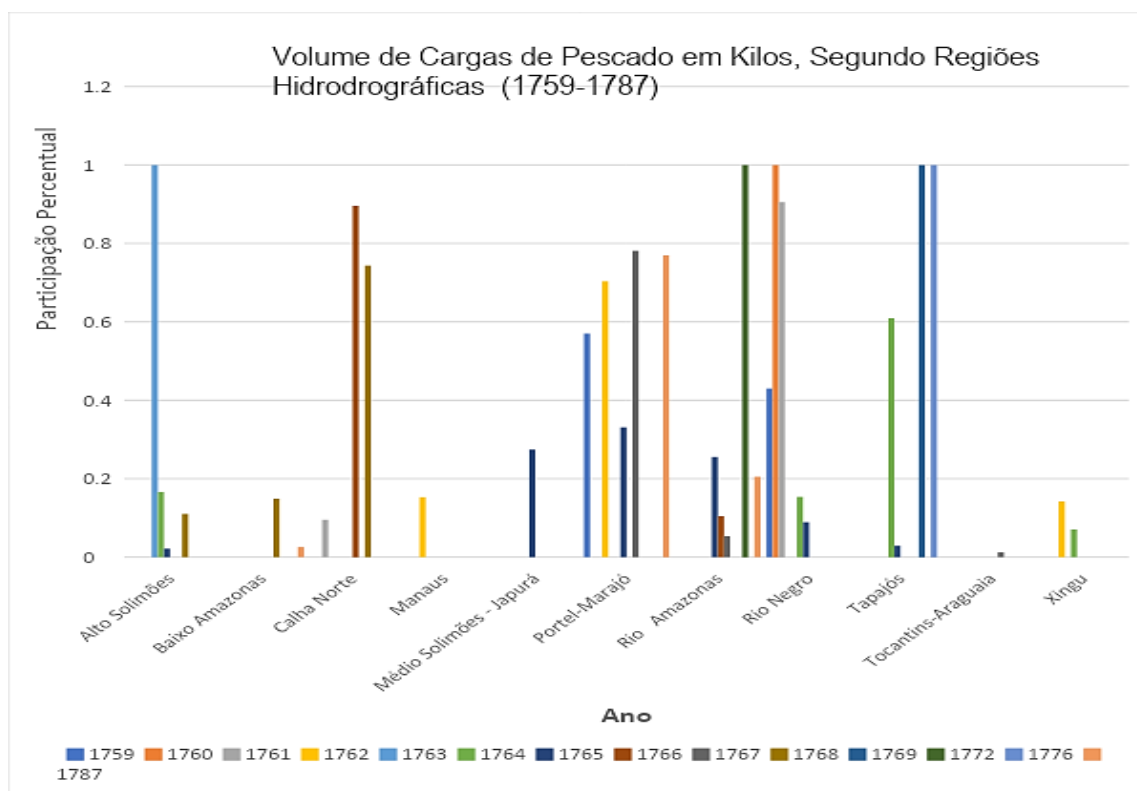
Ano	ALTO SOLM	BAIXO AMAZ	CALHA NORTE	MNAUS	MÉDIO SOL. - JAPURÁ	PORT - MARJ	RIO AMAZ	RIO NGR	TAPJ	TOCT-ARGA	XGU	TOTAL GERAL Kg
1759						1.792		1.351				3.143
1760								1.263				1.263
1761			176					1.675				1.851
1762				1.263		5.817		15			1.175	8.270
1763	793											793
1764	485							448	1.777		206	2.916
1765	132				1.675	2.021	1.560	543	176			6.108
1766			2.218				259					2.477
1767						3.748	257			59		4.798
1768	213	294	1.469									2.123
1769									5.567			5.567
1772							4.783					4.783
1776									2.262			2.262
1787		147				4.407	1.175					5.729
Total Geral	1.623	441	3.863	1.263	1.675	17.784	8.035	5.295	9.783	59	1.381	52.083
PART. PCT.												
%	3%	1%	7%	2%	3%	34%	15%	10%	19%	0,1%	3%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

- Alto Solimões: ALTO SOLM.
- Baixo Amazonas: BAIXO AMAZ.
- Médio Solimões-Japurá: MÉDIO SOL.- JAPURÁ
- Portel-Marajó: PORT-MARJ.
- Rio Amazonas: RIO AMAZ.
- Rio Negro: RIO NGR.
- Tapajós: TPJ.
- Tocantins-Araguaia: TOCT-ARGA.
- Xingu: XGU.

O Gráfico 1 demonstra que os registros de envios a partir da região do Tapajós começam a aparecer a partir de 1764, quando já correspondem a 61% das cargas de pescado contabilizadas. Em 1769, foi registrado o transporte de 5.567 kg de pescado provenientes do pesqueiro de Vila Franca na região do Tapajós; em 1766, 96% dos registros de carga de pescado eram da Calha Norte, conforme o gráfico 1. As regiões de Portel-Marajó, Tapajós, Rio Amazonas e Rio Negro concentraram o abastecimento de pescado no Vale Amazônico entre 1759 e 1787.

Gráfico 1 – Participação percentual das Regiões Hidrográficas no volume de registros de cargas de pescado em kilos (1759-1787).



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos dados que correspondem ao século XIX, os registros coletados demonstram que entre 1817 e 1830, foram transportados 1.234.596 kg de peixes no Vale Amazônico. Desses, 426.172, ou 35%, foram provenientes da região do Tapajós, sendo 149.374kg provenientes do pesqueiro de Vila Franca e 276.798 kg da vila de Santarém. A Calha Norte foi a origem de 20% dos registros, com destaque para o ano de 1722 que contabilizou o envio de 131.937kg de peixe para outras regiões. Segundo os dados, a região de Manaus teria enviado cargas de pescado praticamente todos os anos. A região contribuiu com 27% do total de cargas

registradas. Nesse período, foram enviados do Marajó, 63.501kg de pescado; quanto ao Baixo Amazonas, foram 151.297kg de pescado conduzidos a partir desta região.

Segundo os dados, entre 1759 e 1730 a atividade pesqueira no Vale Amazônico se intensificou de tal forma que quase todas as regiões hídricas exploravam a atividade, posto a existência de registros de envio de carga a partir de quase todas as regiões. Os registros coletados para o período contabilizaram o transporte de 1.286.679 kg de peixe pelos rios da região. O surgimento de novas áreas produtoras de pescado também é indicativo do processo de expansão das fronteiras do território.

Tabela 11 – Volume de cargas de pescado em kilos, segundo Regiões Hidrográficas (1817 - 1830).

Ano	Baixo AM	Calha Norte	Manaus	N/L	Portel-Marajó	Rio AM	Tapajós	Total Geral em Kilos
1817						2.497		2.497
1818		2.086	30.083					32.169
1820			4.436				20.858	25.294
1821	117.512	4.407		15.570	1.469		118.423	257.381
1822	1.469	131.937	97.755	1.058	22.709		94.215	349.143
1824	16.158	50.119	108.038		10.150		101.839	286.303
1825	2.938	56.303	71.477	1.498	29.172		81.730	243.118
1826			16.364					16.364
1830	13.220						9.107	22.327
Total Geral	151.297	244.851	328.152	18.126	63.501	2.497	426.172	1.234.596
Part. %	12%	20%	27%	1%	5%	0,2%	35%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Baixo AM: Baixo Amazonas.

N/L: Região não localizada.

Rio AM: Rio Amazonas.

Dentro do recorte temporal estabelecido para esta tese, as espécies da fauna terrestre não ganham destaque a partir dos registros históricos consultados, embora seja possível encontrar menções ao abate de onças, guaribas entre outras. A partir da primeira metade do século XIX, quando os registros sobre o abate de espécies terrestres começam a se intensificar por conta das dinâmicas relacionadas ao avanço da ocupação do território, da agricultura, e da criação de gado, principalmente. Em um ofício datado de 11 de fevereiro de 1825, enviado pelo Inspetor da Ilha de Joanes em resposta à Secretaria da Província, a respeito da solicitação de envio de peles de onça que seriam utilizadas para decorar o gabinete do governador da província. Segundo a mensagem, não existiam tantas onças, visto que “*elas são mortas assim que*

avistadas, porque basta huma em qualquer fazenda para fazer um grande estrago” (Código 813, Doc. 109, APEP).

Este tipo de registro permite a formulação de hipóteses que podem lançar luz sobre a escassez de registros de abates desses animais durante o período anterior à segunda metade do dezenove. Não seria absurdo presumir que até a intensificação do comércio de couros e peles e a consequente cobrança de impostos sobre a atividade, os abates desses animais estivessem fortemente relacionados à defesa dos seres humanos e dos animais de criação, não sendo necessário o registro sistemático das ocorrências. Contudo, como esta tese se propõe a discutir o extrativismo animal na Amazônia até por volta de 1830, nos ateremos à exploração da fauna aquática - atividade que marca o período.

Entre os animais representantes da fauna aquática amazônica, as tartarugas, os peixes-boi e os jacarés são símbolos da exploração abusiva do recurso faunístico na região. Essas espécies foram dilapidadas no processo de conquista e colonização do território. Parte da explicação para tal desastre encontra-se no volume do desperdício que caracterizou o extrativismo faunístico na Amazônia no período estudado. Assim, passaremos à discussão sobre o extrativismo das tartarugas, dos peixes-boi e dos jacarés na região.

4.6 A COLONIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO SOB A ÓTICA DO EXTRATIVISMO FAUNÍSTICO (E DO DESPERDÍCIO) DAS TARTARUGAS, DOS PEIXES-BOI E DOS JACARÉS

Com dinheiro, animais e armas conquistadores ocuparam territórios, o que auxiliou a Europa na acumulação primitiva de capitais, requisito primordial para o grande salto que seria dado com a Revolução industrial
(Castellucci Junior, 2021, p. 8).

A escolha das três espécies para a discussão aqui empreendida não tem a pretensão de estabelecer graus de contribuição aos diversos recursos faunísticos utilizados no processo de consolidação do território amazônico. É provável que ainda não se tenha dimensão da quantidade de espécies exploradas nesse período. Desta forma, o critério de definição obedeceu à lógica da intensidade da exploração e variedade de produtos extraídos a partir desses animais.

Espécies como a tartaruga e o peixe-boi possuem ampla literatura sobre a sua forma de manejo e exploração (Bates, 1979; Spix, Martius, 2017; Veríssimo, 1895; Smith, 1974; Gilmore, 1986; Pezzuti, 2003; Fêlix-Silva *et al.*, 2018; Fiori, Santos, 2015). em se tratando do jacaré, no entanto, geralmente se discute a importância da carne para a alimentação e a utilização do couro na indústria de vestimenta (Homma, 1992; Medeiros, 1972). Todavia, o

aumento da acessibilidade aos acervos históricos disponíveis nas bibliotecas e arquivos públicos têm proporcionado aos pesquisadores a oportunidade de descobrir novas utilidades e funções dos derivados faunísticos na era moderna.

Difícilmente seremos capazes de conhecer a gama de substâncias de origem animal que até o século XVIII eram indispensáveis para a manutenção da vida cotidiana. O interesse por esse tipo de investigação pode auxiliar na compreensão das dinâmicas que culminaram no atual status do estoque natural de diversas espécies, patrimônios naturais e históricos. A história da exploração dos sambaquis no Vale Amazônico é um bom exemplo. Embora não se trate de uma espécie animal, mas de sítios arqueológicos compostos por restos de materiais de origem animal, tal patrimônio foi quase exaurido no território Paraense durante a colonização, em decorrência da extração das carapaças de moluscos e restos faunísticos para a fabricação da cal utilizada em grande parte das obras de edificações e construções de estradas no território (Silveira, Schaan, 2005).

As pesquisadoras do Museu Goeldi, Maura Imazio da Silveira e Denise Pahl Schaan explicam que os relatos dos viajantes naturalistas indicam a abundância dos sambaquis no território paraense; há registros que apontam a sua ocorrência no rio Trombetas no Baixo Amazonas, no arquipélago do Marajó, no Baixo Tocantins e na zona do Salgado. Não obstante, boa parte não resistiu à voracidade do projeto português.

Foram instaladas fábricas de cal na região amazônica para atender à demanda do produto para a construção das edificações; o produto era descrito nos relatórios do Comércio dos Índios como “cal de sernambi”, “cal de concha” ou “cal da terra”. Entre 1764 e 1761, a vila de Sintra e a Vila Nova de El Rei enviaram para a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios 2.716 alqueires de cal de sernambi; nos anos de 1767, 1770 e 1771, a Vila de Cintra enviou para a mesma tesouraria o total de 1.360 alqueires de cal de sernambi¹⁸. Essas quantidades estão bem aquém do volume explorado, considerando que a fortaleza do Macapá solicitava constantes remessas de cal e pedra para as obras de edificação. Todavia, os registros fornecem indícios da exploração sistemática dos sambaquis. Vale lembrar que foi identificada a presença da cal de sernambi no muro do Forte do Castelo em Belém, antes da polêmica reforma do monumento histórico (Lopes, 2011).

É sabido que produtos faunísticos eram utilizados como ingredientes nos compostos utilizados para impermeabilização e edificações, sendo que os óleos de origem animal cumpriam função impermeabilizante (Ellis, 1957; Silveira, Schaan, 2005; Eires, Camões, Jalali,

¹⁸ Fonte: AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D.5391; AHU_ACL_CU_013, Cx.66, D.5722; AHU_ACL_CU_013, Cx.68, D.5831.

2014). A pesquisadora Myriam Ellis constatou que o óleo de baleia como impermeabilizante foi um recurso largamente empregado na construção de muralhas na costa brasileira no dezessete. Na Amazônia não seria absurdo inferir que os óleos e as manteigas faunísticas foram utilizados para o mesmo fim nas fortalezas erguidas no território. Há indícios de que o óleo de jacaré e a manteiga de tartaruga tenham servido para este fim.

Em 16 de dezembro de 1771, Henrique João Wilchens escrevera para Manoel da Gama Lobo de Almada, comandante da fortaleza de Gurupá e do governo da Praça de São José de Macapá, relatando um problema em uma ribanceira no cais de Macapá. Informava sobre a dificuldade em encontrar pedras adequadas para obra e propunha um método para evitar a queda da referida ribanceira. O primeiro método recomendava o preenchimento da fenda com pedra seca moída, porém, apresentava a desvantagem de com o tempo acumular areia, lodo, sementes e materiais orgânicos nos poros das pedras, enfraquecendo a estrutura. Transcrevemos abaixo o segundo método.

[...] e vindo alguma pedra para amostra, he certo ser toda muito pequena e de má qualidade para a construção de hum caes regular, principalmente para estar exposto á agitação e violência das correntes de hum grande peso de aguas, impelidas incessantemente no verão com maior fúria de hum vento fortíssimo; á visto desta falta me lembra propor a V. Ex.^a dous methodos, com os quaes se poderá obviar e impedir o progresso das agoas, mandose da pedra que há; [...] O segundo methodo he, que também independente de ingradam [?] se pode construir do mesmo modo este Repari ao redor da Rebanceira onde chegam fazem prejuízo as mares porem **maciçando se com huma especie de betume, composta de cal, pô de tijolo e telha, pô da mesma pedra [corroído], com azeite de andiroba, manteiga, azeite de Jacaré e de peixe** digo independente de engradam [?] por quanto he constante o que não perigoso seja a profundar em lugar aquáticos, procurando o fatido onde a cada passo [ilegível] (SCGP.C.221, D.93, Furtado, *et al.*, 2002, p. 225).

Quando esteve em Marajó na segunda metade do século XVII, Alexandre Ferreira Reis constatou o uso da banha do jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) para a fabricação de um óleo combustível. Como a carne do animal era considerada mau cheirosa, nem a carne nem a gordura eram utilizadas como alimento. Os padres das Mercês utilizavam o óleo do animal nas lamparinas que iluminavam as fazendas de gado na ilha de Marajó (Ferreira, 1972). Os registros sobre o azeite de jacaré começam a aparecer com maior frequência no século XIX, quando já aparece entre a carga transportada.

Em 18 de janeiro de 1825, em mensagem para o Inspetor da ilha de Marajó, o presidente da província, José de Araujo Roza (1793-1833) ordenava que lhe enviasse “*sem demora, todo o azeite de jacaré que já estiver feito, ficando na inteligencia de ir logo encaminhando ao Intendente da Marinha todo o mais que se for aprontando*” (Código 812, D. 89, APEP). Foram enviados na primeira remessa 20 potes do óleo, informando que faltavam potes para o envio de uma carga maior. Em resposta do dia 05 de fevereiro de 1825, o presidente confirma o

recebimento, enviando mais 100 potes para serem devolvidos cheios, sob a recomendação de que se continuasse a fabricação e o envio da maior quantidade que tivesse (Código 812, D. 90, APEP). Em 15 de março do mesmo ano, o presidente envia a seguinte mensagem para o intendente:

Torno a recomendar lhe a continuação do Fabrico do Azeite de Jacaré não obst^c. Vm. dizer que este fabrico se não pode continuar por cauza das chuvas, e estarem os lagos cheios pois q. estes animaes assim mesmo podem ser mortos para secem os trabalhos; o Serviço Imperial precisa muito da quelle olio p^a. as obras que se achão entre mãos. Deos Guarde a Vm^c, Pará no Palacio do Governo em 15 de Março de 1825 = Inspetor da Ilha de Joannes João da Gama Lobo de Anveres (Código 812, D. 192, APEP, grifo nosso).

Na correspondência que se segue, o intendente informa o presidente que a despeito de todas as diligências, era impossível encontrar os jacarés nos lagos cheios (Código 805, D. 41, APEP). Não encontramos outros documentos que desvendam como foi resolvida a escassez do azeite. Importante destacar, contudo, a importância que parece ter o recurso para a continuidade das obras, ao mesmo tempo em que se questiona quantos animais seriam necessários para a fabricação de cem pontes do produto, haja vista ser fabricado a partir da banha do animal e a carne não ser consumida.

Quanto às tartarugas, os viajantes do século XVII relataram a abundância e ampla distribuição desses animais pelo território. Dois séculos depois, as tartarugas já haviam sido afugentadas de muitas praias, e o efeito se fazia sentir nos preços dos produtos derivados desses animais, sinalizando o início do processo de escassez. Entretanto, a *Podocnemis expansa* não era a única espécie de quelônio explorada. Alexandre Rodrigues Ferreira listou 15 variedades, sendo as tartarugas as mais apreciadas:

a) *Iurará-uacu*, ou tartaruga-grande – denominada “tartaruga-verdadeira” em Belém; os machos, chamados *capitaris*, são menores do que as fêmeas e o rabo tem maior comprimento. Ocorrência: abundante nos afluentes dos rios Madeira, Solimões e Rio Branco, e em menor quantidade no Rio Negro. Período de pesca: durante todo ano, em maior quantidade na vazante, embora estivessem magras. Entre abril e julho, mais gordas e mais difíceis de capturar nos lagos cheios; em outubro e novembro, poderiam ser capturadas 50, 300 ou mais unidades por pescador.

b) *Iurará-acânga-uacú*, as tartarugas cabeçudas. Não seriam nem tão abundante nem tão apreciada quanto à verdadeira, de forma que seriam consumidas apenas pelos indígenas e pela população pobre, na inexistência de outra opção.

c) *Tracajá* – apreciadas tanto pela carne quanto pelos ovos, são menores do que a verdadeira.

d) *Matamatá* – seria a mais raras das espécies de tartarugas existentes na região. Apreciada apenas pelos indígenas e pela população pobre.

e) *Iurará-pitiú*, ou tartaruga-de-cheiro, pequenas, consumida tanto pela carne quanto pelos ovos.

f) *Iurará-uirapeqê* – se diferencia por possuir a cabeça mais redonda do que a tartaruga-de-pitú, mas era consumida da mesma forma.

g) *Jabutim-tinga* – espécie de jabuti, habita o interior da floresta. Predado tanto para a alimentação quanto para criação como animal de estimação.

h) *Jabutim-piranga* – carne menos apreciada do que a do jabuti-tinga.

i) *Jabutim-carumbé*; *Jabutim-aperema*; *Jabutim-juparigê* – não apresentou referências sobre as formas de consumo.

j) *Muçuãs* – jabuti um pouco maior do que o juparigê. Se diferencia dos demais pela divisão do corpo.

l) *Uruaná* – tartaruga presente na costa paraense, apreciada na cidade de Belém, possui pés e mãos semelhantes ao peixe-boi. Presentes na Baía de Marapatós, por onde transitam para o mar.

m) *Tartaruga de casco* – tartaruga marinha, as maiores de todas as espécies de tartaruga presentes na costa do Grão-Pará. Para capturá-las, igarités tripuladas por cerca de 56 pescadores indígenas adentravam por 40 ou 50 léguas ao longo da costa para pescá-las. Depois descobriram que o seu período de desova correspondia ao período de início das enchentes, passaram a capturá-las quando vinham às praias para desovar. Para isto, ficavam escondidos nas praias utilizadas pelas tartarugas a desova. Praias como as de Acajutuá, Muruaituá, Juniurutuá, Cumbu, Umirituá, Araratuá, Frecheira São José.

Com o barulho delas, nas horas mais altas da noite, um pouco além da meia noite, na madrugada seguinte e no princípio da enchente, costumam elas sair às praias desovar. Os pescadores que se acham escondidos na escuridão com porretes nas mãos, deles se valem para matá-las, porém com grande cautela para que não sejam pressentidos; avançam no momento em que elas estão distraídas fazendo buracos ou covas para nelas desovarem. Elas são abatidas com pancadas com porrete na cabeça, tendo sempre o cuidado de não lhes ofender o casco. Se quiserem logo tirarem-lhes os cascos, as põem no calor do fogo, estalando aos pedaços. Lhe tiram tudo o que pode servir para pente, caixas, etc., aproveitando-se também da carne que é gostosa. Dessa forma, porém o casco sai muito quebrado e imperfeito. Se querem tirá-lo melhor, encravam-nas na areia por tempo de 3 a 4 dias para fermentar e chegar aos termos da podridão, e desta forma se tira o casco mais perfeito e se aproveita até o último bocado (Ferreira, 1972, p. 31).

Posto isto, evidenciamos uma sequência de correspondências datadas de 1771, trocadas entre o governador Joaquim de Melo Póvoas (1722-1787) e o secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro (1716-1795), nas quais discutem o início da exportação de uma

espécie de tartaruga marinha na capitania do Maranhão. Do casco deste animal, os indígenas fabricavam um tipo de “caixa”, aparentemente, uma peça de marchetaria¹⁹. A partir do texto, infere-se que embora existisse um lucrativo comércio interno de pentes fabricados a partir dos cascos desta tartaruga marinha, as exportações do produto eram inexistentes. O governador sequer sabia informar sobre o nível de ocorrência deste quelônio no território.

A proposta de exploração comercial teria partido dos Deputados da Junta da cidade de São Luís, que teriam enviado amostras do material para os administradores da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, despertando o interesse dos negociantes. Este documento pode revelar o início do aumento da escala de predação de uma espécie de tartaruga marinha. Caso se refira à mesma “tartaruga de casco” explorada na capitania do Pará, pode ser estabelecido um marco para a mudança na forma de aproveitamento do recurso; mais de uma década após a troca de correspondências, Alexandre Rodrigues Ferreira fornecia o relato acima, registrando que os indígenas descartavam a carne no intuito de extrair o casco inteiro - desperdício desnecessário quando o casco era destinado apenas à tradicional fabricação de pentes. Abaixo apresentamos a transcrição de trechos do documento.

Os administradores me mandarão o arco da cayxa de Tartaruga feita nesta cid^o. que lhe remeterão os Deputados pra que elles vejão a quallid^o. de que lhe devem remetter em bruto toda aquela que ouver sem limitação de preço. Ao que direy aVEx^a. que huma tartaruga se compoem de varios cascos, e entre elles, huns tem melhores malhas que outros, e da mesma sorte são huns mais finos, e outros mais grossos, e ainda que em bruto se conhecem logo quais são os melhores, sempre todos são da mesma tartaruga e os cascos que remeto a VEx^a., são os que tem huma só Tartaruga, paraque VEx^a. neles mande fazer as experiencias que julgar necessarias e ja VEx^a. sabe que hã duas Tartarugas mayores e outras mais pequenas, e por isso os cascos daquellas ham de ser mais grossos, e os destas mais finos; Porem toda se deve comprar aos Pescadores, ainda que se pode fazer daquella differença do preço, pagando por mais os melhores cascos, e por menos os mais inferiores, como agora fizeram os Administradores a contento do vendedor, que pedio pelos melhores a dous mil reis, e pelos mais inferiores a doze tostoens cada Libra.

Logo que recebi a carta de VEx^a. passey as Ordens mais apertadas aos Directores das Vilas Vicoza da Atotoya, Paço do Lomear e Guimarays e aos dos Lugares de S. Joze do Ribamar e S. João de Coiros [?], que são as Cituaçõens que ficão na costa, e onde se costumão fazer as pescarias de Tartarugas, paraque com toda a efficacia applicassem os Indios a esta pescaria, e agora hê o tempo prorprio della, e ainda não tem chegado mais que do Lugar de S. Jozê que fica nesta Ilha a pouca que vay.

Não hã nesta Cappitania outra alguma quallidade de Tartaruga, porque das que se costumão comer nesta America, e de que hã infinitas na Cappitania do Para, aqui são raríssimas, e sô as hã em agoa doce, e persuadome que aquelles cascos, não terão serventia alguma, por serem inteiramente brancos, e grosseiros.

Quanto a abundancia que pode haver da dita Tartaruga, não posso informar aVEx^a. cabalmente, porem persuadome que não poderá ser m^{ta}. pois de Vila Vicoza de Atotoya que hê da onde aparece mais alguma, nunca excedeo vinte the trinta Libras. Essa se vendia aqui de dous mil reis the vinte e seis tostões, que assim comprão estes moradores que mandando fazer della Pentas mui grosseiros, como aqui se uzam, não obstante

¹⁹ Técnica artística e artesanal de ornamentar superfícies planas de móveis, painéis, entre outras peças de madeira, através da aplicação de materiais como pedras, madrepérola, madeira, plásticos, marfim, chifres de animais, entre outros.

pagarem na por aquelles preço, ganhão assim muito bem nella, pella grande sahida que tem por ser a mayor bizzarria destas Indias e negras [sic] que mandando-os marchetar de Ouro, hê o seu mayor emfeito, e sô com que vier neste anno, em que tenho feito as mayores recommendaçõens poderey julgar pouco mais, ou menos, aqui do que se pode remeter.

(Deos garde a VEx^a. m^s. am^s. Maranhão a 10 de Mayo de 1771) Ilm^o e Ex^{mo}. S^{nr}. Martinho de Melo e Castro. Joaquim de Mello e Povoas (AHU_ACL_CU_009, Cx. 45, D. 4398).

A troca de correspondências segue, e no ano seguinte, a mobilização para o início da pesca para fins de exportação²⁰. Surge daí uma contradição: segundo os dados contábeis da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organizados por António Carreira em 1988, a capitania do Maranhão já exportava cascos de tartarugas desde 1760, conforme demonstra a Tabela 12, que apresenta as exportações do produto no período de 1760 a 1776. Considerando que o arrátel equivale a 459 gramas, a capitania teria exportado aproximadamente, 135 kg de cascos de tartaruga durante o período (Carreira, 1998). A carta de 26 de fevereiro de 1772 indica que se trata de um produto diferente, haja vista o cuidado em reiterar aos indígenas, que também aproveitassem “os cascos dos peitos” do animal, supostamente por eles descartados.

Em carta de vinte e cinco de dezembro proximo passado me ordena VEx^a. a respeito da Tartaruga, faça remetter alem da ordinaria, toda a branca que se descobrir. Sendo este tempo de se dar principio pesca das Tartarugas, tenha advertido aos Directores que ficão vezinhos aesta cosa que são Povoçoens em que há Indios inteligentes para esta pescaria q’ fação expedir todos os que forem capazes para ella. Eu tinha recommendado os mesmos Directores que devião advertir aos Indios aproveitassem tambem os cascos dos peitos que são os brancos ou amarelos, e que muitos desprezavão e botava fora, e depois de receber a carta de VEx^a lhes fiz nova recomendação a este respeito. Q^o. ao preço que VEx^a acha excessivamente caro, direy a VEx^a. que pelo q. pertence aos Indios, estes hão de acomodar com que o que lhe arbitrar, e por isso ordenarey aos Administradores que lhes paguem toda a mil e seiscentos reis a libra, pois vejo que a Companhia a vendeu no Seilão a 1750r ficando porem VEx^a. certo que a Tartaruga boa a pagão aqui mesmo a 2400 e a 2600r para fazerem pentes em que ganhão m^{to}. bom dinheiro como ja expus a VEx^a.

(Deos garde a VEx^a. m^s. am^s. Maranhão a 26 de Fevereiro de 1772. Ilm^o e Ex^{mo}. S^{nr}. Martinho de Melo e Castro. Joaquim de Mello e Povoas (AHU_ACL_CU_009, Cx. 45, D. 4454).

Com base nas informações fornecidas, a Companhia pagava em média, 1\$650 pelo produto, o que condiz com os valores citados pelo governador. Ao mesmo tempo, chama a atenção a questão do preço que foi imposto - bem abaixo daquele praticado pelos indígenas. A imposição da exportação não era vantajosa para os extrativistas, uma vez que os preços que vigoravam no mercado interno eram mais atrativos que os preços para o mercado externo; admitia-se que os indígenas ganhavam muito mais vendendo os pentes derivados dos cascos do

²⁰ A sequência de correspondências está disponível no Arquivo Ultramarino com as seguintes referências: AHU_ACL_CU_009, Cx. 45, D. 4401 e AHU_ACL_CU_009, CX. 45, D. 4441.

quelônio. Esta informação é um indicativo de como se desenvolviam as relações de poder entre os agentes administrativos e os indígenas; uma das razões para a atratividade do comércio ilegal.

Tabela 12 – Exportação de cascos de tartaruga pela Capitania do Maranhão (1760-1776).

Anos	Arratéis	Custo	Preço
1760	34	47\$625	1\$400
1761	17	27\$200	1\$600
1771	98	207\$475	2\$117
1772	76	122\$400	1\$610
1773	20	32\$000	1\$600
1775	38,5	60\$700	1\$576
1776	11,5	19\$000	1\$652
Soma	295	516\$400	

Fonte: Carreira (1998, p. 229). Adaptado pela autora.

Informações sobre as transformações no uso dos recursos são relevantes para pesquisadores interessados na história do extrativismo faunístico no Brasil, por fornecer subsídios para a conservação dos animais predados. Ao mesmo tempo, as correspondências nos revelam mais uma espécie faunística integrada à exploração capitalista mercantil.

Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, a carne de tartaruga substituía a carne bovina, embora acrescentasse que *“para ela ser boa deve ser gorda”*. Alegava serem as patas as partes mais saborosas e informava as principais formas de degustação: a mucilagem de pele; assado de fígado; cozida; o picado servido no casco do animal, considerado uma iguaria; assada; guisada, que lembraria a carne de carneiro; o bucho cozido com arroz, chamado de “dobrado”. Os filhotes assados inteiros e com as vísceras eram considerados iguaria pelos indígenas. Os ovos eram consumidos crus, fritos, assados ou em forma de torta indígena, preparada a partir dos ovos batidos, amassados na farinha de mandioca e assados (Ferreira, 1972).

A fabricação da mixira consistia em aferventar o animal em postas que após escorridas seriam fritas na banha do próprio animal e armazenadas em potes de barro – técnica que aumentava o tempo de conservação da carne. A mixira de peixe-boi seguia o mesmo processo. Em termos de utilidade, a manteiga era o derivado de tartaruga mais valioso; eram fabricados dois tipos de manteigas, ambas podendo ser adquiridas a partir de dois processos distintos. A manteiga de ovos servia para a alimentação, calafetagem, lubrificação, ligante em compostos de argamassa e iluminação. Por causa da consistência, a manteiga de banha frita não podia ser utilizada como combustível, restringindo-se ao uso alimentar, sendo mais cara do que a manteiga de ovos, posto ser considerada de sabor superior (Ferreira, 1972).

A qualidade e o sabor das manteigas dependiam do processo de fabricação que poderia utilizar a matéria-prima fresca ou em estágio inicial de apodrecimento. O material fresco rendia menor quantidade de manteiga, embora o produto final ficasse isento de mau cheiro. O produto fabricado com a matéria-prima em estágio inicial de apodrecimento rendia maior quantidade, mas resultava em manteiga rançosa. Embora a manteiga de peixe-boi também fosse utilizada para a iluminação, a manteiga de ovos de tartaruga constituía a matriz energética do Vale Amazônico (Ferreira, 1972; Bates, 1979; Spix, Martius, 2017). Considerando o volume de manteiga consumido no Vale Amazônico, infere-se que se a banha do quelônio tivesse sido a principal base para a produção, a grande quantidade de animais requeridos e o volume de carne desperdiçada possivelmente teriam conduzido a espécie à extinção.

Como nem todas as tartarugas mortas possuíam gordura suficiente, se fazia necessário grande número de abates. Como agravante, a quantidade de carne produzida não era totalmente aproveitada, sendo o excedente lançado de volta no rio, atraindo urubus, jacarés e piranhas para o local (Ferreira, 1979). Assim, considerando a taxa de sobrevivência dos filhotes e o tempo necessário para uma tartaruga chegar à idade adulta, a coleta dos ovos se mostra menos danosa do que o abate de uma fêmea adulta. A manteiga de tartaruga permaneceu como principal combustível para a iluminação do Vale Amazônico no Século XIX. Em 04 de julho de 1826, o Intendente da Marinha do Pará enviou um ofício para o presidente da província queixando-se da escassez de manteiga de tartaruga “para as luzes da guarda, hospital e alojamento da cidade” de Belém (Código 816, Doc.129, APEP).

Além do uso para iluminação, diversas solicitações de manteiga para a lubrificação das armas e calafetagem das embarcações nos quartéis indicam a relevância do produto, não obstante os indícios da existência de certo grau de substituíbilidade entre a manteiga de tartaruga e o azeite de andiroba, visto que algumas correspondências dos quartéis solicitarem o azeite de andiroba na ausência da manteiga de tartarugas. São exemplos, os pedidos de mantimentos para os destacamentos de Oeiras e Arraiolos (Código 799, Doc. 184; 300, APEP). A manteiga também era importante para o sustento das tropas; o destacamento da vila de Vigia entre 1790 e 1799, recebia remessas mensais de potes de manteiga, sendo um pote por mês, destinado para o sustento da tropa (Código 475, APEP).

Assim como o avistamento das baleias na costa norte-americana, o avistamento das tartarugas nas praias de desova era monitorado para impedir que os animais fossem perturbados antes que toda a população desses animais tivesse chegado às praias para a desova (Bates, 1979; Spix, Martius, 2017; Veríssimo, 1895). A coleta era organizada por um agente do governo, encarregado de arrecadar o valor da taxa de autorização para participar da escavação dos ovos

e feitura das manteigas. Henry Bates descreveu detalhadamente a atividade de escavação, coleta e fabrico da manteiga:

[...] Tudo foi feito de acordo com o sistema estabelecido pelos antigos governadores portugueses, provavelmente, havia mais de um século. Primeiramente, o comandante anotou os nomes de todos os chefes de família e o número de pessoas que cada um deles pretendia empregar nas escavações; em seguida recolheu uma taxa de 140 réis por cabeça, para cobrir as despesas com os vigias. Só então todos tiveram permissão para se dirigir ao tabuleiro. Munidos de pá, todos eles se dispuseram em círculo e começaram a cavar simultaneamente, a um sinal – rufo de tambores – feito por ordem do comandante [...] Ao cair da noite os ovos foram transportados, dentro de cestos, para as choças. No fim do segundo dia, esgotou-se o tabuleiro; grandes pilhas de ovos, algumas mais de um metro de altura, podiam então ser vistas ao lado de cada choça de palha, representando o produto do trabalho de toda a família. Na pressa com que são feitas as escavações, muitos ninhos mais fundos passam despercebidos, e para localizá-los são usadas compridas varas de madeira ou aço, sendo a presença dos ovos anunciada pela facilidade com que as varas penetram na areia. Quando já não há mais ovos a recolher, tem início o processo de trituração deles (Bates, 1979, p. 65, grifo nosso).

Em 1979, o clássico trabalho de Nigel J. H. Smith publicou um levantamento bibliográfico a partir de relatos de viajantes naturalistas e cronistas, acerca da coleta de ovos de tartarugas da Amazônia para a fabricação das manteigas - em sua maioria, referentes ao século XIX. O levantamento organizado na Tabela 13 apresenta as estimativas dos autores selecionados. Utilizando a estimativa de Bates de aproximadamente 48 milhões de ovos destruídos a cada ano, o autor conclui que o montante representaria o esforço de cerca de 500.000 tartarugas (Smith, 1979), o que reforça a contribuição do presente trabalho para o estado da arte no levantamento de dados históricos sobre o extrativismo faunístico na Amazônia colonial pelo volume de documentos consultado, abrangência geográfica e horizonte temporal.

Tabela 13 - Produção de óleo de tartaruga (*Podocnemis Expansa*) na Amazônia.

Ano	Localidade	Óleo comercializado anualmente	Milhões de ovos destruídos	Fonte
1700*	Itapeua, Corastewa	2.000 potes	12,0	Saint Cricq, 1875: 429
1717	Solimões	87.168 kg	24,0	LeCointe, 1922: 341
1719	Solimões	192.000 libras	24,0	Coutinho, 1868
1771	Portel, Pará	391 potes	2,3	BAPP, 120: 13
1777	Faro, Pará	220 potes	1,3	BAPP, 171: 23
1777	Outero, Pará	420 potes	2,5	BAPP, 173: 16
1779	Alenquer, Pará	429 potes	2,6	BAPP, 794: 3
1780	Faro, Pará	254 potes	1,5	BAPP, 200: 32
1793	Santarém, Pará	375 potes	2,2	BAPP, 274: 25, 50
1796	Portel, Pará	230 potes	1,4	BAPP, 294: 64
1830*	Rio Acayali, Peru	1.000 galões	2,0	Smyth e Lowe, 1836: 246
1839*	Manaus, Amazonas	6.000 potes	36,0	Herndon e Gibbon, 1851: 265
1850	Manaus, Amazonas Amazonas, Solimões	1.212 potes	7,3	Herndon e Gibbon, 1854: 266
1860*	e Madeira	8.000 potes	48,0	Bates, 1892: 314
1870*	Rio Madeira	2.000 potes	4,0	Keller, 1874: 44
1882	Solimões	3.014 kg	0,8	Santa-Anna Nery, 1885: 168

1885	Belém, Pará	6.855 kg	1,9	Veríssimo, 1970: 117
1886	Belém, Pará	7.934 kg	2,2	Veríssimo, 1970: 117
1887	Belém, Pará	5.070 kg	1,4	Veríssimo, 1970: 117
1888	Belém, Pará	19.174 kg	5,5	Veríssimo, 1970: 117
1889	Belém, Pará	20.260 kg	5,5	Veríssimo, 1970: 117
1890	Belém, Pará	12.975 kg	3,6	Veríssimo, 1970: 117
1891	Belém, Pará	10.256 kg	2,8	Veríssimo, 1970: 117
1892	Belém, Pará	10.730 kg	2,9	Veríssimo, 1970: 117
1893	Belém, Pará	17.922 kg	4,9	Veríssimo, 1970: 117
1894	Amazonia brasileira	14.450 kg	4,0	Santa-Anna Nery, 1901: 166
1896	Amazonia brasileira	7.781 kg	2,1	Santa-Anna Nery, 1901: 166
1897	Manaus, Amazonas	6.699 kg	1,8	Georgette, 1902: 85
1898	Manaus, Amazonas	5.957 kg	1,6	Georgette, 1902: 85
1899	Manaus, Amazonas	3.132 kg	0,9	Georgette, 1902: 85
1901	Amazonas, Brasil	3.697 kg	1,0	Gonçalves, 1904: 107
1902	Amazonas, Brasil	429 kg	0,1	Gonçalves, 1904: 107
1903	Amazonas, Brasil	1.160 kg	0,3	Gonçalves, 1904: 107

Fonte: Smith (1979).

Nota: Taxo de conversão são: 1 pote = 3 golões (Botes, 1892: 314), 1 pote = 6.000 ovos (Botes, 1892: 314), 1 kg = 275 ovos (LeCoínte, 1922: 341). BAPP (Biblioteca e Arquivo Público do Pará), Correspondência de diversos com o Governo, 1770-1798 (cortesía de R. Anderson).

(*) – Década.

Isto posto, Spix e Martius relataram que a montanha de ovos desenterrados era alarmante. Disseram eles que, “*em poucas horas, formam-se colossais montes de ovos, de 15 a vinte pés de diâmetro e proporcional altura, constituindo um espetáculo singular*” (Spix, Martius, 2017, p. 233). Os viajantes relatam que a praia anteriormente plana, naquele momento exibia uma série de buracos que somente seriam novamente preenchidos na próxima enchente. Se as informações dos viajantes estiverem corretas, a quantidade de ovos amontoados seria realmente aterradora.

Embora a abordagem do tema sob o enfoque da ecologia da conservação não componha os objetivos deste trabalho, cabe destacar a classificação da fauna como recurso de propriedade comum (*commons*). Em vista disso, o processo de fabricação das manteigas de tartarugas descrito por viajantes naturalistas remete ao cenário proposto na “Tragédia dos Comuns” (Hardin, 1968), embora na prática, o cenário descrito por Garrett Hardin descreva a situação de risco de sobreexploração ao qual estão submetidos os recursos de livre acesso.

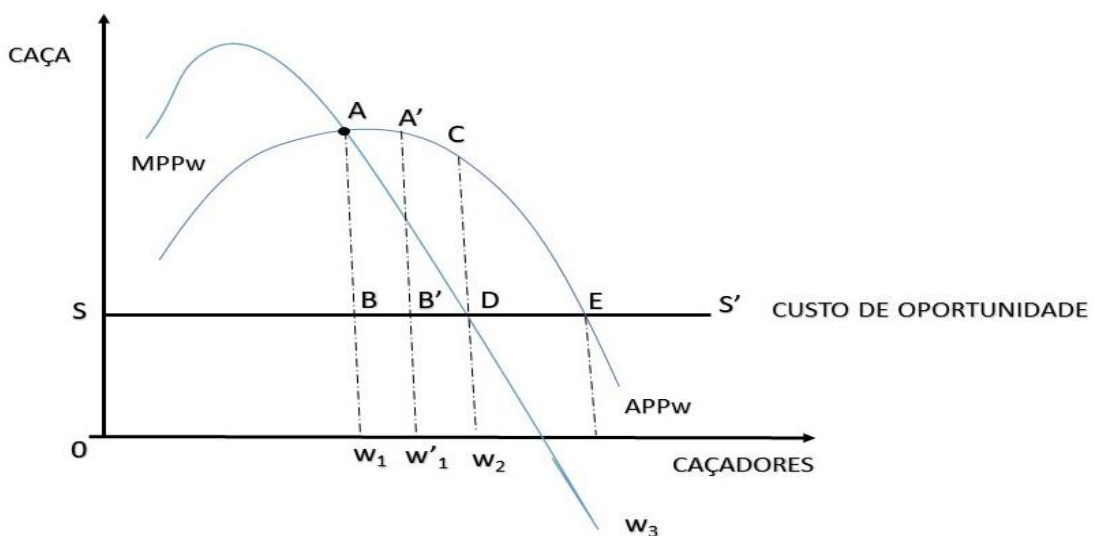
O clássico ensaio de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns aponta para os prejuízos do livre acesso, sem entretanto afirmar claramente que o problema é a ausência de direitos ou de regimes de manejo (a liberdade de acesso), e não o compartilhamento do uso de recursos (uso comum). Em trabalho mais recente, Hardin (1994) retificou essa visão superficial, ao distinguir recursos comuns não manejados (sem proprietários), sujeitos à tragédia, e recursos comuns manejados (com proprietários), em relação aos quais direitos de propriedade podem prevenir usos inadequados (Ostrom, Mckean, 2001, p. 81).

A escola ortodoxa de economia aborda os recursos de propriedade comum por meio de modelos que os analisam a partir do viés das falhas de mercado, conceituando recursos de propriedade comum como recurso de livre acesso, ou seja, não estabelecendo distinção entre os conceitos de *commons* e de recursos de livre acesso. A partir deste viés, os recursos de propriedade comum geram externalidades negativas, sendo a solução mais eficaz a privatização.

Os recursos de propriedade comum são aqueles aos quais qualquer pessoa tem livre acesso. Em consequência, esses recursos tendem a ser utilizados em excesso. Ar e água são os dois exemplos mais comuns. Também se encaixam nessa categoria a flora, a fauna e a exploração e extração mineral, entre outros [...] Há uma solução relativamente simples para o problema do recurso de propriedade comum - deixar que um único proprietário administre tal recurso. Este estabelecerá um preço para a utilização do recurso que seja igual ao custo marginal do esgotamento do estoque (Pindyck, Rubinfeld, 2013, p. 679).

Para Homma (1992), os riscos relativos à sobreexploração de animais silvestres estão associados à sua peculiaridade enquanto recurso de uso comum, visto que a dispersão e a mobilidade aleatória da fauna seriam fatores que desestimulariam investimentos na conservação de animais silvestres na Amazônia. Baseado em Miller (1981), o autor demonstra teoricamente como seria a análise da economia da caça em termos de produto físico e marginal. Conforme a Figura 2, o autor apresenta a produtividade média e marginal de captura de animais silvestres. Dessa forma, o custo operacional de cada caçador é ilustrado em termos de animais é dado pelo segmento OS . A linha de custo de oportunidade, SS' , que também representa a curva de oferta do caçador/extrativista faunístico.

Figura 2 – Produtividade média e marginal de captura de animais silvestres.



Fonte: Adaptado de HOMMA (1992, p. 15).

Em teoria, quando a fauna silvestre é um recurso de propriedade comum, ou quando é caçada ilegalmente, o retorno do caçador é igual ao custo de oportunidade. O retorno é representado pela curva de produto físico médio APPw, fazendo com que o caçador suponha ser possível auferir a média da produção física total (Homma, 1992). Nesse caso, espera-se que o esforço de caça se estenda até o ponto em que os retornos econômicos de tal atividade se igualem ao custo de oportunidade - implicando na premissa da racionalidade econômica por parte do caçador. O modelo estabelece duas implicações teóricas principais: i) na ausência de direitos de propriedade da caça o número de caçadores é abundante, e o produto físico marginal negativo; ii) a existência de direito de propriedade assegura maior preservação dos animais (Homma, 1992).

Assim, na ausência de direito de propriedade privada da caça, o oportunismo seria um grande impulso para predação, e um desestímulo à preservação, dado que se um caçador decidisse não caçar, outro caçador iria predação o animal que o caçador anterior decidiu poupar. O número de caçadores caçando por período de tempo seria determinado na intersecção do produto físico médio APPw e a reta do custo de oportunidade SS' (ponto E). O número de caçadores seria W_3 e o número de animais predados seria igual à distância vertical da origem 0 até S. O número total seria igual a $0W_3ES$ (Homma, 1992).

Todavia, para Elinor Ostrom - co-fundadora da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) - e os seguidores de sua linha de abordagem, a distinção entre os *commons* e os recursos de livre acesso é fundamental. “O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos (Ostrom, Mckean, 2001, p. 80). Lauriola (2009) destaca que a crítica de Ostrom aos modelos ortodoxos de análise trouxe grandes contribuições para o estudo e compreensão de mecanismos que regulam o uso de lagos, florestas, pastos, entre outros recursos de uso rival²¹ e não exclusivo. Ademais, “estudiosos da propriedade comum têm mostrado que os mercados ou acordos de propriedade privada e propriedade estatal ou de gestão não esgotam a gama de mecanismos institucionais plausíveis para governar o uso de recursos naturais” (Agrawal, 2001, p. 41).

Não é uma diferença de pouca relevância: primeiro, porque na realidade, para recursos importantes, os *commons* são espaços e recursos naturais coletivos, apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras definidas; segundo, porque é possível observar e demonstrar que, histórica e geograficamente, os commons constituem a regra, enquanto o livre acesso representa a exceção (Lauriola, 2009, p.5). O “regime de propriedade comum” ou “propriedade comum” se dá sobre recursos de acesso comum que passaram (e passam) a ser regulados por um grupo de forma coletiva com regras de manejo de inclusão e exclusão de usuários, atingindo áreas florestais, pesqueiras, hidrográficas, de pastagens ao longo de várias regiões do planeta (Ostrom, Tucker, 2009, p. 81).

²¹ Quando o uso de um recurso por um indivíduo o torna indisponível para outro indivíduo.

Para além da abstração teórica, a materialidade da conservação da vida selvagem é muito mais complexa e extrapola os limites estabelecidos para este trabalho. Vale pontuar, contudo, que a fauna no período analisado era monopólio da Coroa portuguesa. Portanto, em teoria não era de livre acesso; conforme destacado, a coleta dos ovos era organizada por funcionários da administração portuguesa. O direito de participação na atividade de coleta nas praias era obtido mediante o pagamento de uma taxa - algo semelhante à obtenção do direito de propriedade de caça proposto no modelo ortodoxo descrito.

Não obstante, sem o estabelecimento de um regime de manejo que estabelecesse um limite máximo de ovos coletados, os participantes - provavelmente impulsionados pelo desejo de retorno sobre o investimento (a taxa) - eram estimulados a maximizar o esforço de exploração sobre o recurso, antes que o extrativista concorrente o fizesse, o que, *ceteris paribus*, põe em cheque a premissa do modelo segundo a qual, “*o direito de propriedade asseguraria maior preservação*” (Homma, 1992, p. 16). Destacam-se dois entre os imensos desafios envolvendo a preservação do recurso em questão: como determinar a quantidade de ovos correspondente à capacidade de resiliência do recurso? Quanto à predação das tartarugas, quais as melhores técnicas de manejo para evitar a miniaturização das espécies?

Isto posto, tal era a mobilização para o negócio das manteigas que durante o período de coleta dos ovos algumas povoações ficavam desertas em decorrência da presença dos moradores nos tabuleiros (praias de postura) (Bates, 1979). As canoas que participavam da manufatura do produto eram denominadas “canoas do negócio da manteiga”, da mesma forma que o dízimo arrecadado nesse comércio era “o dízimo das manteigas”, cobrado em produto físico. Ao final da temporada, os diretores das povoações enviavam para a TGCI canoas carregadas com os potes de manteiga produzidas pelo negócio do comum, cabendo aos cabos das canoas a responsabilidade sobre a carga.

Os comerciantes particulares não eram obrigados a enviar a sua produção para a TGCI, embora muitos vendessem o produto para a repartição. Nesse caso, era comum o envio da carga do particular na mesma canoa do negócio do comum, cabendo ao diretor da povoação a elaboração de uma relação descrevendo o nome do cabo da canoa, o gênero e a quantidade, especificando se pertencia ao negócio do comum ou aos particulares. Os diretores mais organizados criaram listas separadas para o negócio do comum e para o negócio dos particulares, contendo além da descrição da carga e nome do interessado, a forma como o indivíduo gostaria de ser ressarcido. Cada proprietário atestaria a quantidade enviada através do cabo da canoa, assinando o documento.

Os indígenas também produziam como particulares e, por vezes, também enviavam os produtos para a TGCI. Nesse caso, o diretor elaboraria a relação dos “Índios Interessados no Negócio das Manteigas”. Geralmente, os relatórios eram compostos por uma carta do diretor descrevendo a situação da vila e informando a existência dos documentos anexos contendo a relação dos indígenas que trabalharam na produção das manteigas e a lista dos produtos que seriam utilizados para o pagamento. Infelizmente, entre os registros acessados, poucos documentos estavam completos, representando uma perda de informações sobre o número de trabalhadores necessários para produzir determinada quantidade do produto.

Todavia, o cruzamento de informações por vezes dispersas nos Códices, permitiram identificar práticas de descaminho e descumprimento do Diretório dos Índios. Um exemplo é o envio de relatórios descrevendo determinada quantidade de manteiga produzida pelo negócio do comum, contendo descrição muito abaixo do volume de manteiga produzida pelos particulares. Quando os relatórios foram confrontados com a relação de indígenas empregados a serviço dos moradores, constatou-se a discrepância na distribuição dos indígenas entre os diversos agentes.

Considerando que os indígenas eram a mão de obra na fabricação das manteigas, percebe-se que alguns agentes desfrutavam de privilégios no processo de fabricação e possivelmente acumulavam maiores ganhos a partir do maior volume de produção. Em alguns relatórios o número de indígenas destinados aos serviços particulares dos diretores era tão desigual que o mesmo se encarregava de argumentar que “é assim que se pratica”.

Em 16 de janeiro de 1774, o diretor do Lugar de Serzedelo enviou para a TGCI a relação dos 16 indígenas ocupados nos serviços daquela povoação. O mapa revela que nenhum estava a serviço do Estado: três desempenhavam funções de caçadores e pescadores a serviço do vigário; o Principal dispunha um pescador; o Serviço de Destacamento possuía um pescador; e o diretor mantinha nove indígenas à sua disposição para serviços particulares. Infelizmente, não conseguimos localizar a relação da produção das manteigas daquele ano. Entretanto, o mapa informa que pelo menos três indígenas pescavam e caçavam para o diretor (Código 125, Doc. 123, APEP).

Em 1830, um ofício da Câmara do Porto de Moz para o presidente da província relatava que os indígenas estavam prestando serviços particulares para os dirigentes das vilas. Em 1825, uma sequência de documentos enviados pela Câmara de Vereadores da vila de Tomar, por autoridades da vila de Moura e por moradores do lugar de Alvarães, denunciava à Junta Provisória do Governo Imperial o despotismo de um certo capitão Francisco Ricardo Zany que havia chefiado a milícia da Barra do Rio Negro, além de ter sido encarregado das “Diligências

de Contas de Madeiras” no Rio Solimões desde 1819. Segundo as denúncias, o capitão havia sequestrado jovens indígenas em diversas vilas declarando-os órfãos, embora os indígenas, - a maioria mulheres - possuíssem um dos genitores vivos, ou estivessem sob a guarda de outros parentes ou pessoas próximas (Códice 792, Doc. 3 a 8, APEP).

Zany teria sequestrado ao menos 15 indígenas - aldeados ou sob a guarda de outras pessoas - e os levado para trabalharem em sua fazenda como escravizados nas diversas atividades comerciais desenvolvidas por ele. Francisco Ricardo Zany teria atuado durante anos como encarregado da administração das praias de coleta de ovos de tartaruga do rio Solimões. Segundo os relatos, teria dominado a produção de manteiga de ovos de tartaruga naquele rio, reservando para si as melhores porções do tabuleiro e desviando os trabalhadores indígenas a serviço de outros moradores para longe das povoações durante a temporada de fabricação da manteiga. Os indígenas desviados eram obrigados a cortar madeira e transportar para a fazenda do capitão sem qualquer remuneração, enquanto os demais moradores viam-se privados de produzir as manteigas (Códice 792, Doc. 3 a 8, APEP).

Se tomarmos por verdadeiros os relatos acima, podemos inferir que a manteiga de tartaruga era um produto altamente valorizado e que o processo de fabricação envolvia grande disputa tanto pela mão de obra indígena, quanto pelo produto. Também podemos perceber o quanto a instituição do Diretório dos Índios possibilitou aos agentes da administração portuguesa maior acesso à força de trabalho indígena em proveito particular, mediante a imposição de diversos abusos. Segundo os viajantes naturalistas, a coleta dos ovos acontecia da mesma forma todos os anos, o que torna surpreendente a longevidade do recurso. A fabricação do produto ocorria na própria praia, dentro das canoas utilizadas para o transporte dos extrativistas. Spix e Martius descreveram o processo de fabricação.

De manhã cedo, os botes, bem calafetados, enchem-se até o meio com ovos, que são quebrados com tridentes de pau, semelhantes aos nossos forcados, e, finalmente, esmagados com os pés. Como os ovos contêm pouca clara e muita gemas, a mistura parece uma papa amarela, na qual sobrenadam pedaços de casca. Deita-se água por cima, e fica essa massa exposta à ação do sol tropical, que, já ao cabo de três a quatro horas, faz subir à superfície o óleo gorduroso por ser ingrediente mais leve. Dali é apanhado com cuias e colheres feitas de grandes conchas fluviais e juntado em grandes potes de barro. Repete-se em cada canoa o processo de esmagar, mexer colheres feitas de grandes conchas fluviais e juntado em grandes potes de barro. Repete-se em cada canoa o processo de esmagar, mexer e colher duas a três vezes, obtendo-se com isso a maior parte do óleo. Esta papa tem agora a cor e consistência de gemas batidas. Despeja-se em grandes caldeirões de cobre ou de ferro, colocados sobre um fogo brando, onde, durante algumas horas, é mexido, espumado e clarificado, com o que a parte coagulante se precipita. A parte líquida, cuidadosamente retirada, é segunda vez cozida sobre fogo ainda mais brando, até não formar mais bolha alguma, quando então toma cor e consistência de banha derretida. A manteiga de tartaruga, depois de esfriar, é guardada em grandes potes de barro, de boca grande e contendo umas 60 libras, fechados com folhas de palmeiras ou entrecasca de árvores, e assim são despachados (Spix, Martius, 2017, p. 233 grifo nosso)

Nesta passagem os autores fornecem uma informação que auxilia na estimativa do peso de cada pote. Convertendo as 60 libras em quilos temos um parâmetro para estabelecer que um pote equivalia a aproximadamente 27,18kg. Os viajantes naturalistas foram unânimes ao estimarem a utilização de milhares de ovos na fabricação das manteigas, não obstante estabelecerem divergentes quantidades de ovos para a fabricação de cada pote de manteiga.

Alfred Russel Wallace estabeleceu o número de 2.500 ovos por pote (Wallace, 2004, p. 563). Com base nesta estimativa, os dados coletados nesta pesquisa contabilizaram o montante de 18.410.000 ovos no Vale Amazônico no período de 1759 a 1830; isto equivale a aproximadamente, 1.534.166 dúzias de ovos de tartarugas - montante considerável de ovos. Todavia, considerando a recorrente utilização de Bates na literatura como principal referência sobre a quantidade de ovos para a fabricação das manteigas (Smith, 1979; Veríssimo, 1895), tomamos a sua estimativa para os cálculos que se seguem. A Figura 3 ilustra a descrição da fabricação das manteigas.

Figura 3 – O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga.



Fonte: Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. BNDigital do Brasil. Adaptado pela autora.

1. Localização do ninho na areia;
2. Desenterrando os ovos;
3. Transporte dos ovos em cestas para dentro das choças;
4. Pilha de ovos;
5. Esmagamento dos ovos;
6. Depuração da manteiga;
7. Potes para acondicionar a manteiga;
8. Assando filhotes de tartarugas;
9. Covas abertas na areia.

Entre os naturalistas, Bates é o mais utilizado como referência por ter passado maior quantidade de tempo no território e ter podido acompanhar o processo por maior período de tempo. Ele estabelece a estimativa de 6.000 ovos por pote, o que segundo os dados coletados nesta pesquisa, chegaria ao montante de 544.542.000 de ovos coletados, o que corresponde à coleta do equivalente a 45.378.500 dúzias de ovos de tartaruga, entre 1759 e 1830. Seguindo a lógica de Smith (1979) e Bates (1979), o volume de ovos coletados corresponderia ao esforço de 4.537.850 tartarugas.

A destruição de ovos de tartarugas realizada dessa maneira todos os anos é espantosa. Pelo menos 6.000 jarros, contendo cada um três galão de óleo são exportados anualmente do Alto-Amazonas e do Madeira para o Pará, onde é usado para iluminação, fritura de peixes e outros fins. Calcula-se que outros 2.000 jarros, aproximadamente, são consumidos pelos habitantes dos vilarejos à beira do rio. Convém saber que são necessários pelo menos doze cestos de ovos, ou cerca de 6.000, para se obter um jarro de óleo pelo ruinoso processo adotado pelos índios. O número total de ovos destruídos anualmente atinge, por conseguinte 48.000.000. Uma vez que cada tartaruga põe cerca de 120 ovos, chegamos à conclusão de que, anualmente, 400.000 filhotes deixam, assim de ser gerados_(Bates, 1979, p. 241-242 grifo nosso).

A partir das informações fornecidas por Bates (1979) e Spix e Martius (2017), é possível oferecer uma estimativa da produção de manteigas no período analisado, convertendo-a em quilos e em quantidade de ovos predados. Conforme se sabe, a quantidade de predadores naturais tanto dos ovos, quanto dos filhotes de tartarugas, principalmente no momento de eclosão dos ovos, faz com que a taxa de predação natural dos filhotes seja bastante alta, conforme relata o próprio Bates:

Os maiores inimigos naturais da tartaruga são as aves de rapina e os jacarés, quais devoram os filhotes recém-saídos do ovo quando descem em massa para a água. Em outros tempos, antes que os colonos europeus começassem a se apropriar dos ovos, esses predadores provavelmente destruíam uma quantidade de filhotes infinitamente maior do que agora. Não seria difícil acreditar que essa destruição natural tenha impedido a proliferação das tartarugas tão eficazmente quanto a matança atual organizada pelo homem (Bates, 1979, p. 242).

Segundo o naturalista, após a desova os moradores retornariam à praia para coletar os filhotes antes que estes conseguissem alcançar a água. A nova coleta também extraía milhares de animais, tendo sido avaliada pelo autor como uma prática altamente insustentável. Contudo, considerando a taxa de sobrevivência dos filhotes, a captura das fêmeas adultas representava uma ameaça muito maior à conservação da espécie. Nesse sentido, Alexandre Rodrigues Ferreira alertava para os riscos de tal prática.

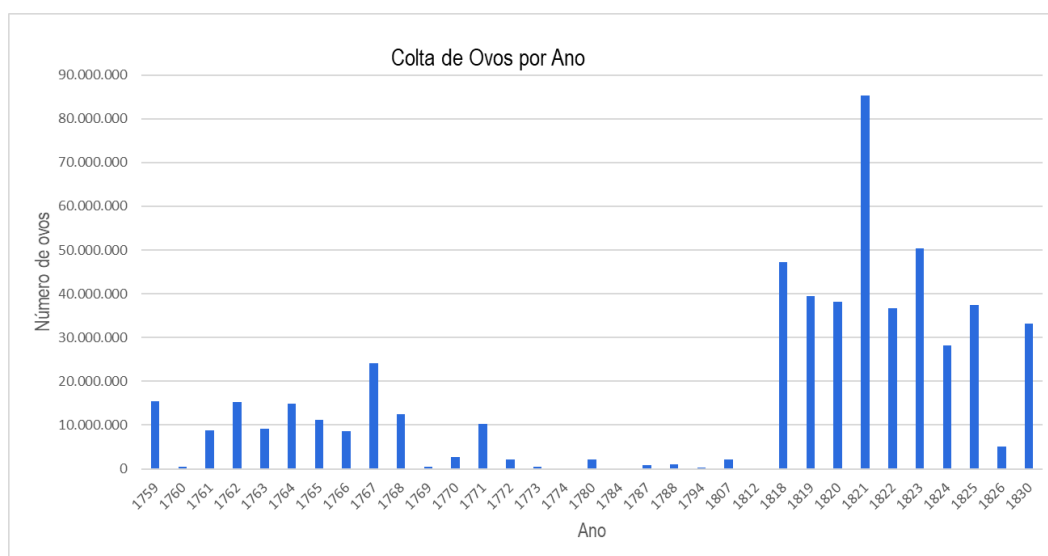
[...] os desperdícios feitos de infinitas Tartarugas de viração nos annos da abundancia, que bem visivelmente machinão a sua diminuição. Chamão-se de viração aquellas, que depois de porem os óvos (antes disso, ou a subirem as praias para desouvarem) ao virem de volta, são viradas de peito para cima, donde se segue, que não podendo ellas mover-se, ficão prezas pelo tempo que ao Virador he preciso esperar que a sua gente as recolha, huma, por huma, e passe depois a beneficiala [...] E tornando á pesca que se faz pelas beiradas dos Rios, acrescento que tambem que se lhe armão as tapagens nas bocas dos

Igarapés, e nos angulos intrantes das costas, onde ficão encerradas. Embarcão-nos depois, e assim as transportão para os curraes, que cada hum trata de ter no quintal das suas casas, ou fora dellas. Chama-se curral de Tartarugas, hum lago natural, ou artificial cercado de varas, em ordem a que não fujão. [...] Tendo tanta utilidade que da ao Estado este amphibio, ainda se não tem cuidado nas providencias que requer contra abusos que se praticão. Huma Tartaruga, para chegar ao seu devido crescimento, alguns annos gasta; ora em cada anno, são infinitas que se desperdição á arbitrio absoluto dos Indios, todas as ninhadas se descobrem, e se pizão a eito, e a maior parte das Tartaruginhas, se comem sem necessidade, o que tudo vem a influir pelo decurso do tempo na sua raridade (Ferreira, 1786, p.184).

O desperdício da carne dos animais foi apontado por Alexandre Ferreira ainda no século XVIII como um fator que poderia levar o recurso à exaustão. O naturalista calculou a quantidade de animais que morriam nos currais de tartarugas e chegou a números alarmantes. Segundo ele, das 2.896 tartarugas que entraram no ano de 1785 para o curral da Capitania, 1.600 haviam morrido sem qualquer aproveitamento da carne. Das 2.710 capturadas e presas no curral em 1784, 1.217 foram desperdiçadas. Em um cálculo geral, o naturalista concluiu que das 53.468 tartarugas presas nos currais da Demarcação da Capitania entre 1780 e 1785, 17.461 haviam morrido sem qualquer aproveitamento (Ferreira, 1979).

A análise dos dados sobre a coleta de ovos para produção de manteiga no Vale Amazônico demonstra que a análise do nível de predação e conservação dos animais deve ser realizada a partir do histórico de cada localidade. O gráfico 2 apresenta o panorama geral da coleta de ovos para a fabricação de manteiga de tartaruga no Vale Amazônico no período em análise.

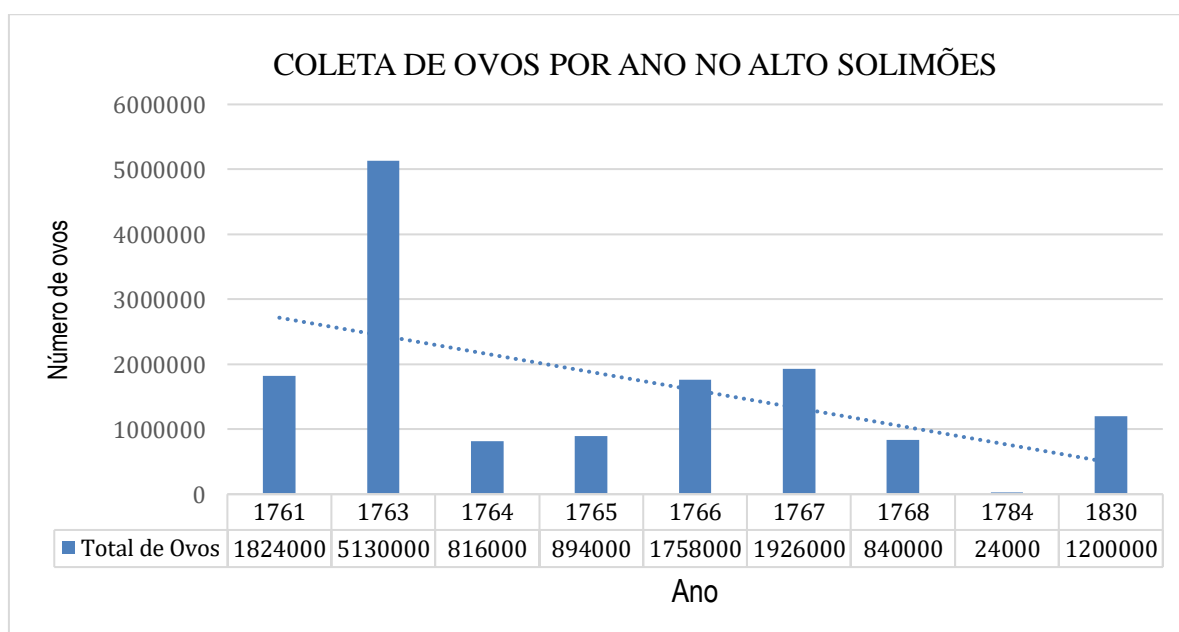
Gráfico 2 – Coleta de ovos no Vale Amazônico por Ano (1759 -1830).



Fonte: Elaborado pela autora.

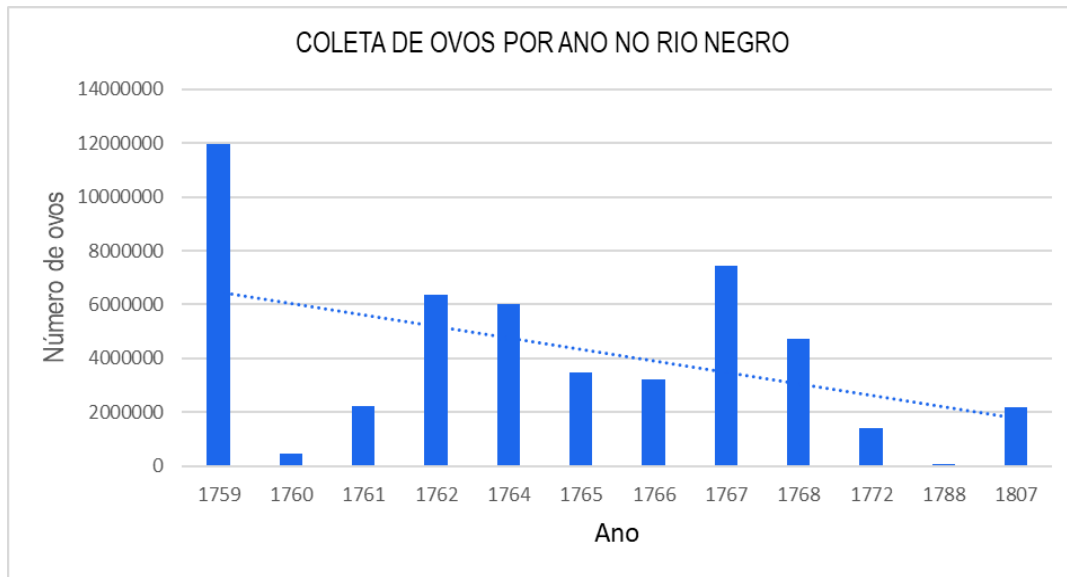
Conforme se observa, os dados se concentram no século XIX. Existem pelo menos três fortes possíveis explicações para o fenômeno: i) o aumento do consumo das manteigas em decorrência do avanço da política de povoamento no território; ii) efeito decorrente da mudança na política administrativa do território a partir do fim do Diretório dos Índios que pode ter possibilitado maior oferta de dados; iii) a exploração de novas regiões de desova das tartarugas a partir do alargamento das fronteiras verificado desde a segunda metade do século XVIII. Com base na última hipótese, elaboramos a análise a partir das regiões hídricas, a começar pelo Gráfico 3 que ilustra a coleta de ovos de tartarugas no Alto Solimões.

Gráfico 3 – Coleta de Ovos no Alto Solimões (1759-1830).



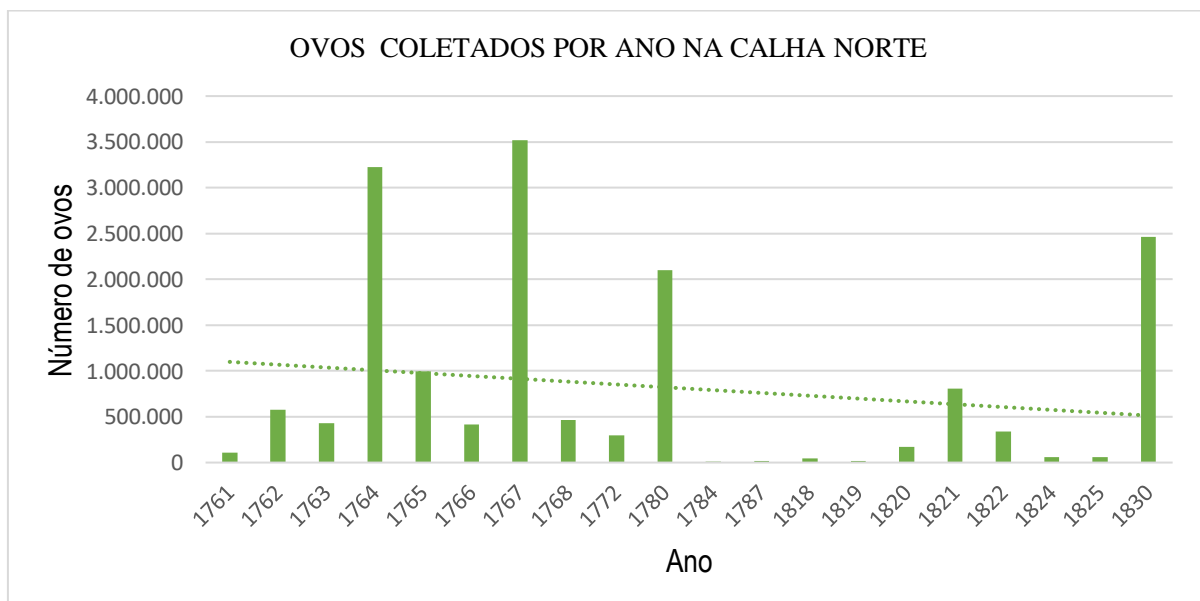
Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo os dados, a coleta de ovos no Alto Solimões apresenta comportamento descendente, sendo o ano de 1763 o registro com maior volume de ovos coletados. Os dados apresentam decréscimo no volume de produção nos anos de 1764 e 1765, sendo que o ano de 1784 apresenta o quantitativo (24.000 ovos) – comportamento distinto da tendência verificada no gráfico da produção geral. O Gráfico 4 apresenta a coleta de ovos no Rio Negro.

Gráfico 4 – Coleta de ovos por ano no Rio Negro (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

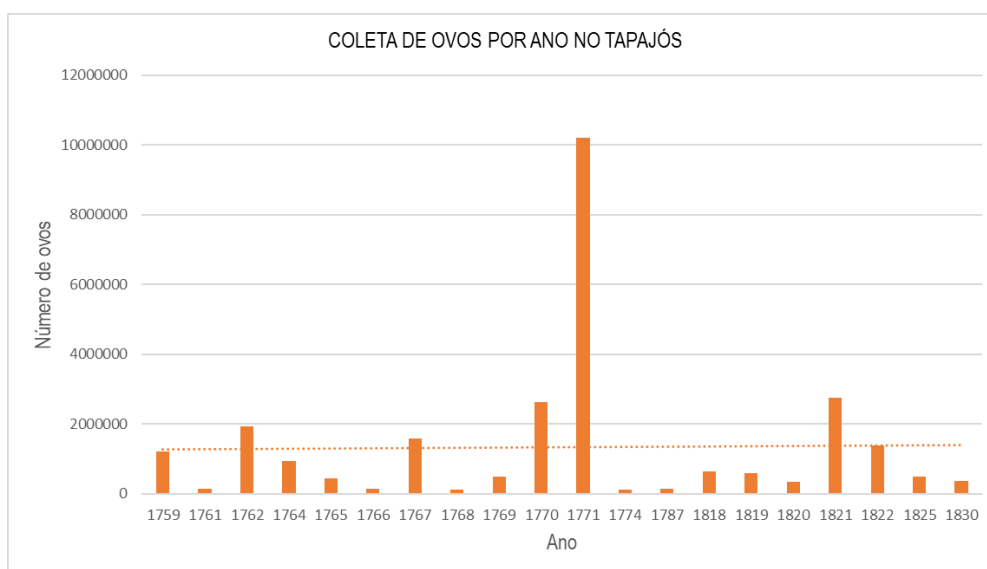
O resultado dos dados da coleta de ovos no Rio Negro no período de 1759 a 1807, apresenta a maior produção no ano de 1759, e a menor em 1788. No geral, os dados apresentam comportamento decrescente, sendo que os dados se concentram entre 1762 e 1768; para os demais anos não foram encontrados registros. Os resultados referentes à Calha Norte são apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Coleta de ovos por ano na Calha Norte (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

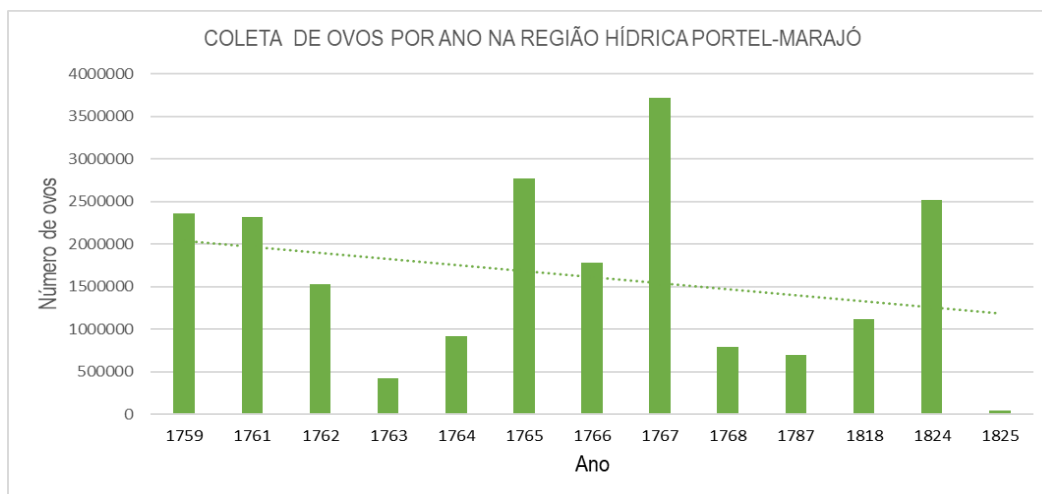
O gráfico 5 apresenta o resultado da coleta de ovos na Calha Norte, sendo que os resultados estão concentrados no século XVIII, mais precisamente, nos anos de 1764, 1767 e 1780; ocorre pequena elevação nos anos 1820, 1821 e 1830, indicando que o comportamento dos dados está muito mais relacionado aos registros do que ao fenômeno real. Quanto à coleta de ovos no Rio Tapajós, os resultados são apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Coleta de ovos por ano no Tapajós (1759-1830).



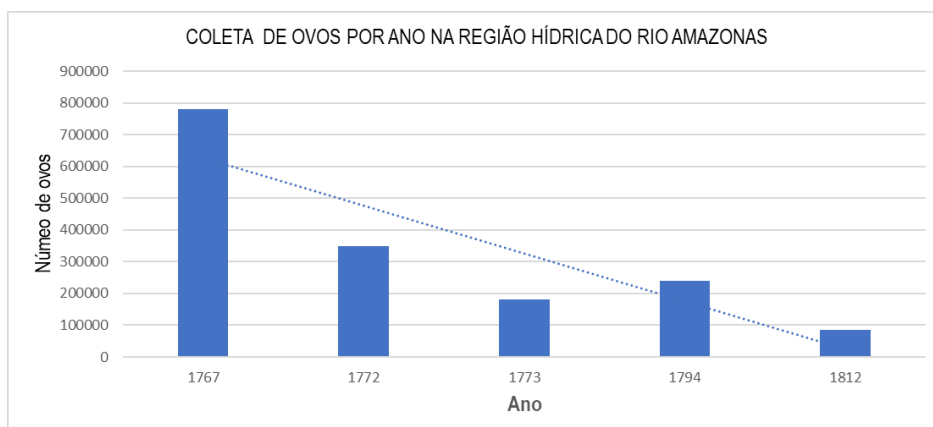
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 6 apresenta a coleta de ovos na região do Tapajós entre 1759 e 1830, sendo que os dados apresentam uma produção praticamente contínua, apresentando pico de produção em 1771. O pesqueiro de Vila Franca foi considerado como o pesqueiro mais importante por Arthur Ferreira Reis, o que corrobora o grande volume de pescados oriundos daquele pesqueiro, fato que parece indicar que o comportamento dos dados decorre da quantidade de registros disponíveis e não necessariamente da produção real. A coleta de ovos na região do Marajó será apresentada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Coleta de ovos por ano na região de Portel-Marajó (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

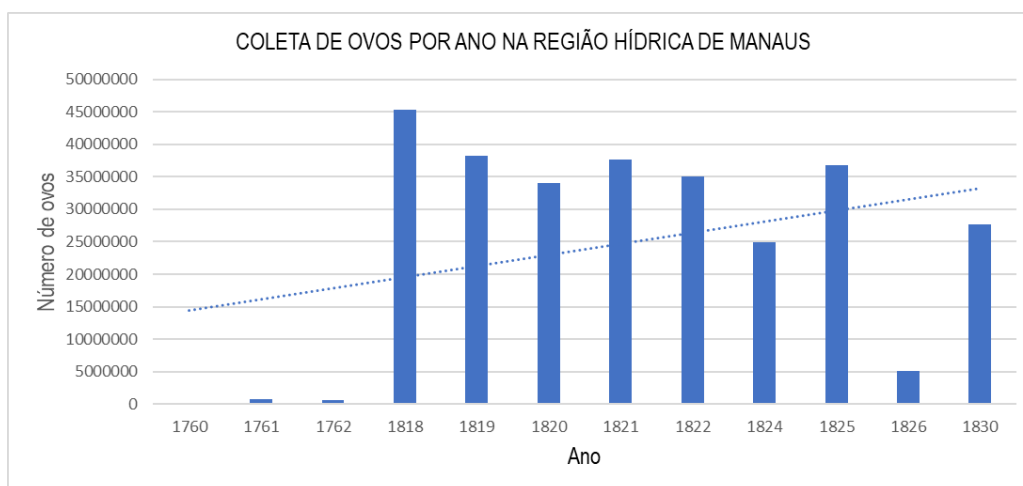
Conforme o gráfico, a coleta de ovos na região de Marajó apresenta uma distribuição mais uniforme do que as demais regiões, indicando produção contínua. Os maiores volumes de produção ocorreram em 1759, 1761 e 1765, sendo o ano 1767 o ponto de maior produção. No século XIX, o ano de 1824 apresenta um pico; o ano de 1825 registra a quebra brusca na produção. Os resultados obtidos a partir desse território são os que estabelecem a melhor correspondência com as demandas verificadas nesse contexto. Entre 1759 e 1769 a demanda por alimentos estava em alta devido à política de aldeamento do Cabo Norte. A região de Macapá somente passaria a ter um pesqueiro por volta de 1768. Portanto, até esta data, os pesqueiros localizados na região de Marajó eram os principais responsáveis pelo suprimento de proteína animal para as demais regiões do território. Os resultados referentes à região do Rio Amazonas estão apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Coleta de ovos por ano na região do Rio Amazonas (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

Na região do Rio Amazonas, os dados revelam um pico de produção na fase inicial e tendência de queda até o século XIX; o comportamento dos dados pode ter sido condicionado tanto por um viés dos dados - a questão da produção dos registros, discutido nos capítulos anteriores - como pode ser decorrente da redução da pesca e da coleta dos ovos, visto que nesta região se encontra a vila de Macapá, cuja demanda por alimentos sofreu aumento durante a construção da fortaleza (século XVIII); após esse período, a região experiencia a tentativa de desenvolvimento da lavoura de arroz - que poderia ter influenciado na redução da atividade de coleta de ovos. Para a região de Manaus, o Gráfico 9 apresenta o resultado dos dados para a coleta de ovos no período de 1759 a 1830.

Gráfico 9 – Coleta de ovos por ano na região hídrica de Manaus (1759-1830).



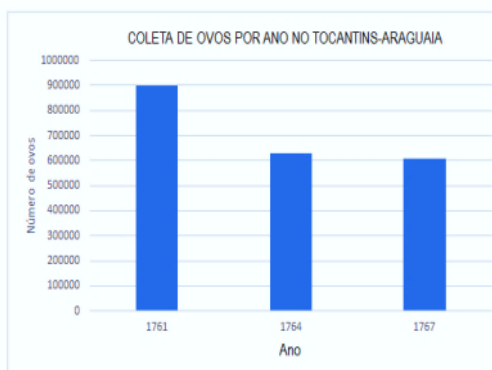
Fonte: Elaborado pela autora.

Para a região hidrográfica de Manaus, os dados demonstram maior concentração na série referente ao século XIX, com comportamento de tendência crescente na coleta de ovos, não obstante a queda na produção verificada no ano de 1826. O comportamento dos dados para esta região pode estar relacionado à expansão da fronteira com a abertura de novos pesqueiros, acesso a novas praias de desova. De todo modo, o resultado verificado para a região de Manaus explica o comportamento do gráfico geral no que diz respeito do aumento do esforço na coleta de ovos durante o século XIX. Para as regiões hidrográficas do Xingu, Tocantins-Araguaia e Madeira, a Prancha 1 apresenta o resultado dos dados coletados.

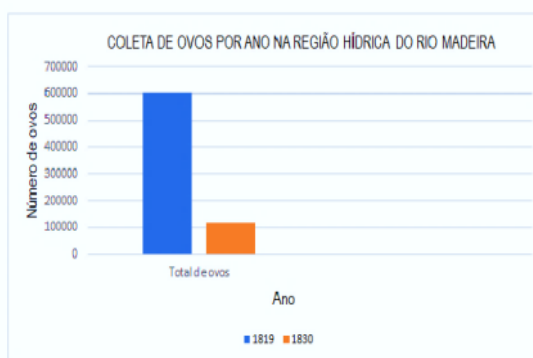
Prancha 1 – Coleta de ovos nas regiões hídricas do Xingu, Tocantins-Araguaia e Madeira (1759-1830).



Fonte: Elaborado pela autora.



Fonte: Elaborado pela autora.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para as regiões hídricas do Xingu e Tocantins-Araguaia, os registros acessados se restringem ao século XVIII; para o Rio Madeira, os registros se referem apenas ao século XIX. No Xingu, as maiores produções ocorreram nos anos de 1762 e 1764, enquanto no Tocantins-Araguaia, a maior produção ocorreu no ano de 1761, com tendência de queda nos anos seguintes. Na região do Madeira, praticamente se concentra no ano de 1819. Dessa forma, a análise do comportamento da coleta de ovos parece ser melhor realizada a partir das regiões hidrográficas. A compreensão mais acurada dos dados por região provavelmente exigiria uma análise histórica das dinâmicas ocorridas em cada contexto específico – o que em si, daria origem a uma nova tese.

Outro representante da fauna amazônica que se tornou símbolo da sobreexploração faunística durante a colônia é o peixe-boi. Estima-se que a predação indiscriminada tenha resultado no sacrifício de milhares de exemplares deste animal ao longo do processo de consolidação do território (Fiore, Santos, 2015). O abate do animal servia tanto para a produção de carne seca, linguiça, manteiga, banha para fabricação de outros alimentos, e o óleo para a iluminação pública. Ademais, quando misturado com breu, o óleo também era utilizado para a

calafetação das embarcações (Ferreira, 1786; Veríssimo, 1895; Fiore, Santos, 2015; Furtado, 2005). Por volta de 1786, Alexandre Ferreira estimou que um peixe-boi de tamanho considerável pudesse render na época, de três a quatro arrobas de peixe seco. Isto equivale ao provimento de aproximadamente, 44 kg e 58,7 kg de carne seca.

Tambem hé este hum dos animais utilissimos no Estado do Pará. Comida fresca a sua carne, ou seja cosida, ou assada, ou frita, particularmente a ventrecha, em tudo se parece com a do Porco; participa portanto das suas mesmas qualidades [...] Della se fazem as importantissimas Provisoens dos Peixes secos, e de salmoura, as chamadas *Michiras*, as *Linguças*, e das banhas se preparão as manteigas, tudo isso de hum consumo notável por todo o Estado [...] Hum bom Peixe-boy, aproveitadas as banhas em manteigas, chega a dar de 3 a 4 arrobas de peixe seco; Vende-se nas Povoçoens a arroba desde 500 até 640 réis, e na Cidade, de 800 até 1000 réis. Dos lombos principalmente, consta o peixe de salmoura; esta consiste em sal, o vinagre ou na sua falta o limão, o cravo, e a pimenta da terra, para assim se conservar dentro dos potes, em que o vendem. Custa cada hum nas Povoçoens, 640, e na cidade 1000 réis [...] (Ferreira, 1786, p. 170).

Desafortunadamente, a dependência do recurso não estimulou o desenvolvimento de práticas de exploração sustentáveis. As técnicas de abate descritas possivelmente contribuíram significativamente para o início do processo de escassez dos peixes-boi nos rios da região amazônica. Pelos relatos, no final no século XVIII os sinais do processo de diminuição do estoque natural desses animais na natureza se faziam perceber.

Na época do cio e da procriação perde o peixe-boi sinão a sua proverbial sagacidade, ao menos a sua cautelosa esquivéz. Machos e fêmeas procuram os baixios e ahi em um desordenado e como quer que seja hediondo retouçar, accessos em uma espécie de furor venereo, entregam-se á procriação e ao harpão dos pescadores, que delles fazem fácil presa. Dizem aquelles também que a morte do bezerro, quando acertam de o encontrar com a mãe, lhes entrega esta que, desvairada e afflicta, esquecendo a natural cautela e, á procura do filho, vem ao encontro do seu harpão (Veríssimo, 1895, p. 54-55).

Sem embargo de tantas utilidades, quantas são que deste animal se tirão, nenhuma Polícia tem até agora a sua pesca. Hum Peixe-boy para chegar no seu devido crescimento deve gastar anos; e em todos elles se harpão a eito os que aparecem, não se distingue o tempo, em que as femeas andão prenhes, porque ou prenhes, ou não, as perseguem; ellas não parem mais de 1 até 2 filhos por anno, e os filhos tirados do ventre das Mãys assim mortos para nada servem. Não se distingue o tempo de criação, porque antes hé felicidade para o harpoador, surpreender o filho para harpar a Mãy; não se distingue a idade, porque pequenos, e grandes todos são harpados. A vista de que nenhum espanto deve causar a sua raridade em alguns Lagos, onde não ha muitos annos, que se observão bastantes (Ferreira, 1786, p. 170-171).

Conforme os relatos, as fêmeas prenhes ou recém paridas apresentavam maior estoque de gordura, tornando-as ainda mais ameaçadas, o que evidencia a desorganização administrativa portuguesa e o descaso com relação à possibilidade de esgotamento do recurso. Segundo Veríssimo (1895), um peixe-boi de tamanho considerável rendia entre 40kg e 60kg de carne, descontada a banha. O autor menciona a existência de uma subespécie – “peixe-boi de

azeite” – que oferecia maior rendimento em termos de gordura. Segundo ele, seria possível extrair deste animal entre oito e nove potes de óleos, pesando entre 22kg e 30kg cada.

No que diz respeito às formas de consumo da carne do animal, o relato de Veríssimo indica que na segunda metade do século XIX o hábito de consumir a carne de peixe-boi salgada estava caindo em desuso. Pelo que relata, a carne do animal tinha sabor semelhante à carne de porco, e as linguças e as mixiras permaneciam altamente demandadas: “*depois de moqueada, sujeitam-a a uma cocção na banha delle extraída e, arrefecida, guardam-a afogada na mesma banha em potes de barro ou em latas*” (Veríssimo, 1985, p.55). Aparentemente, a forma de condicionamento do produto também passava por transformações; os potes que pesavam em média 30 kg, estavam sendo substituídos por latas que pesavam entre 18kg e 22kg. Segundo o autor, entre 1885 e 1893, foram enviados para Belém 34.000kg de mixira (Veríssimo, 1985).

A partir das informações fornecidas por José Veríssimo convertemos as medidas relatadas nos registros para seu equivalente em quilogramas; a Tabela 14 apresenta a produção de mixira por região hidrográfica no período de 1759 a 1830. O relato da quantidade de mixira enviada para Belém indica a permanência da alta escala de predação do animal na segunda metade do dezenove. Os dados levantados por esta pesquisa chegaram ao montante de 49.500kg do produto no período de 1759 a 1830, o que pode indicar aumento na escala de predação de peixes-boi em decorrência da exploração de ambientes recém-descobertos a partir da expansão do território.

Tabela 14 – Produção de mixira por região hidrográfica no período de 1759 a 1830.

ANO	REGIÕES HIDROGRÁFICAS										TOTAL GERAL
	AM*	AS	BA	CN	MN	MS-JP	PT-MJ	RN	TJ	XG	
1759									270		270
1761				1.050				30	360		1.440
1762				150							150
1764									390		390
1765		240							210		450
1766										210	210
1780				390							390
1788						1.170					1.170
1807								60			60

(continua)

Tabela 14 – Produção de mixira por região hidrográfica no período de 1759 a 1830.

ANO	REGIÕES HIDROGRÁFICAS										TOTAL GERAL
	AM*	AS	BA	CN	MN	MS-JP	PT-MJ	RN	TJ	XG	
1818				1.050	900				120		2.070
1819				240	330						570

1820			150	4.320						4.470	
1821	4.950		120	3.600						8.670	
1822				3.540				120		3.660	
1823	3.300									3.300	
1824				3.990						3.990	
1830		720	360	16.740				120		17.940	
Total Geral	8.250	240	840	3.390	33.420	1.170	30	420	1.230	210	49.200

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda:

AM = Amazônica – concentra dados de todo o território. São mapas gerais da produção anual de todo o território.

AS = Alto Solimões.

BA = Baixo Amazonas.

CN = Calha Norte.

MN = Manaus.

MS-JP = Médio Solimões – Jupará.

PT-MJ = Portel – Marajó.

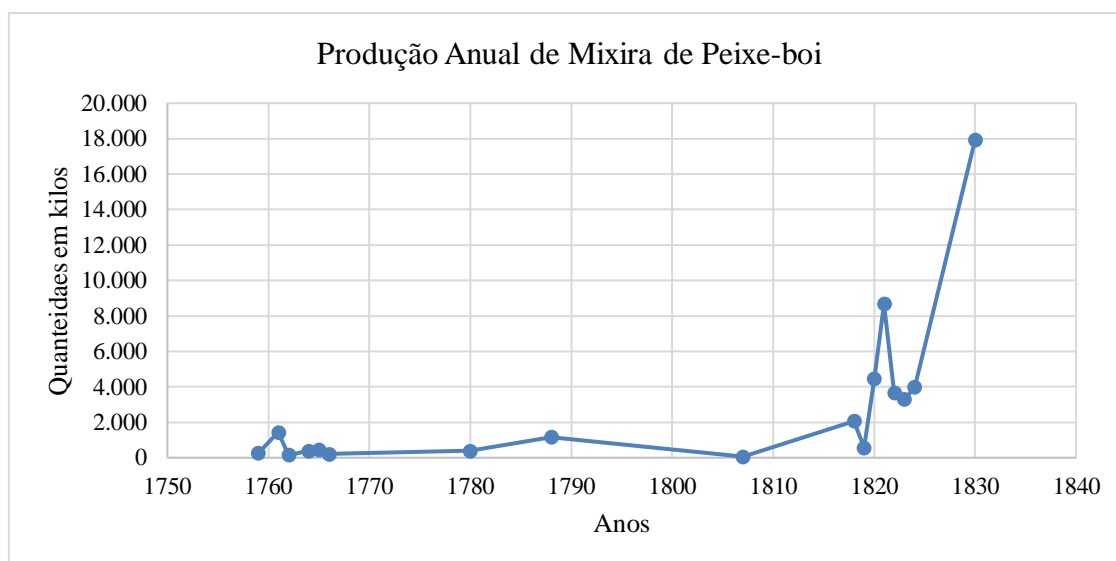
RN = Rio Negro.

TJ = Tapajós.

XG = Xingu.

Conforme demonstrado na tabela, as regiões hidrográficas da Calha Norte e do Tapajós concentram a maior parte da produção de mixira durante o século XVIII, enquanto regiões hidrográficas de Manaus e Calha Norte concentram a produção de mixira durante a primeira metade do século seguinte. Os dados referentes à região denominada “Amazônica” dizem respeito aos registros disponibilizados em mapas gerais que apresentavam a produção sem especificar as vilas e lugares de origem. A partir dessas informações, infere-se que a produção de mixas apresenta tendência crescente, conforme demonstrado no Gráfico 10 que apresenta a produção anual de mixira de peixe-boi em kilos.

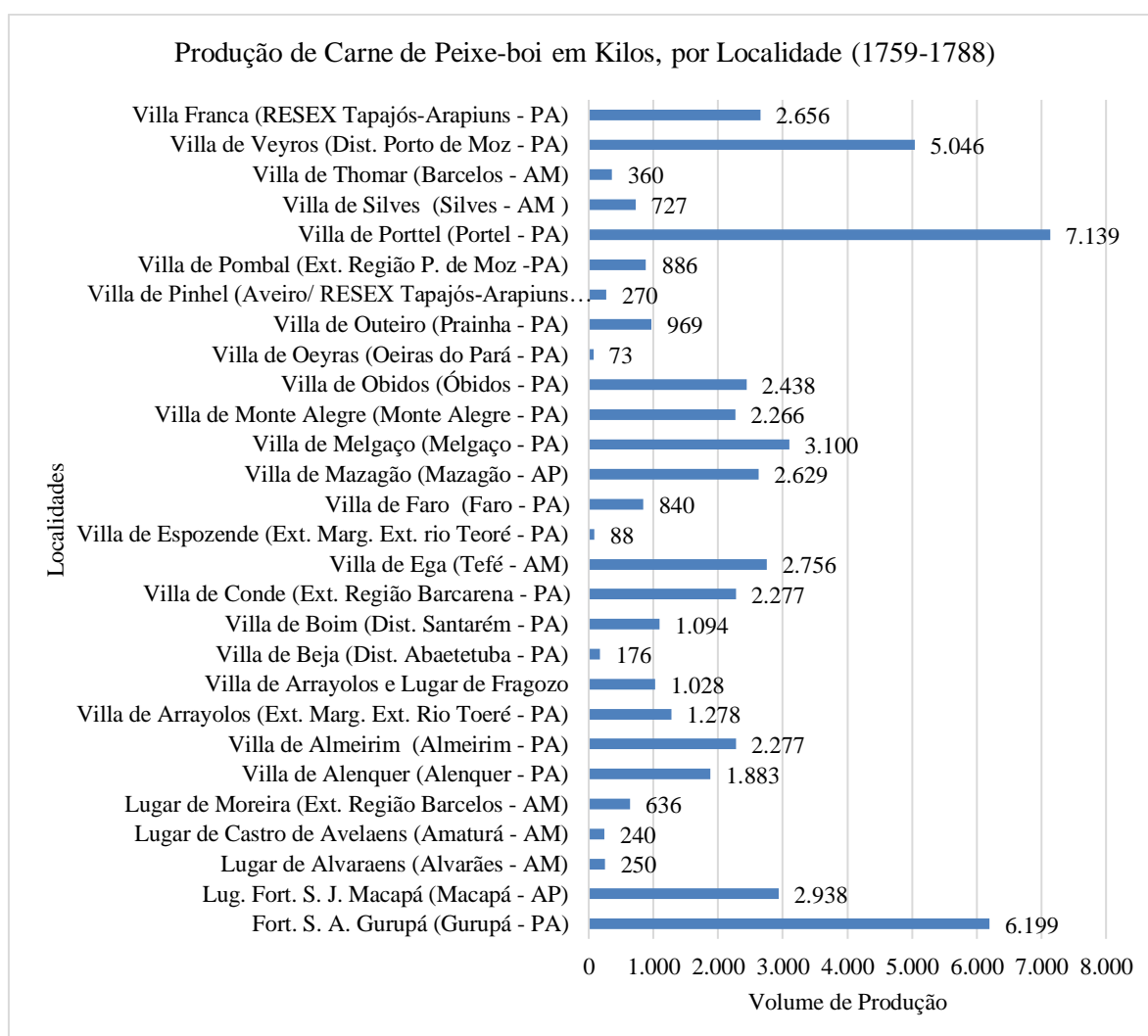
Gráfico 10 – Produção anual de mixira de peixe-boi em kilos, período de 1759 a 1830.



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se pelo gráfico que durante o século XVIII os maiores volumes de produção ocorrem em 1760 e 1790. Os dados também revelam tendência crescente no século XIX, sendo que o ano de 1830 é o registra o maior volume, com 17.940kg de mixira. Outro produto derivado deste animal, analisado nesta pesquisa é a linguça de peixe-boi; foi apurada a produção de 6.840kg do produto durante o período de 1759 a 1830. Quanto à produção da carne de peixe-boi, os resultados serão apresentados por período, a começar pelo século XVIII, Gráfico 11 que apresenta a produção de carne de peixe-boi por localidade, sendo que para esta série foram encontrados registros referentes aos anos de 1759 a 1768; 1772; 1779; 1780 e 1788, representando, portanto, o equivalente a 14 anos de produção.

Gráfico 11 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por localidade (1759-1788).

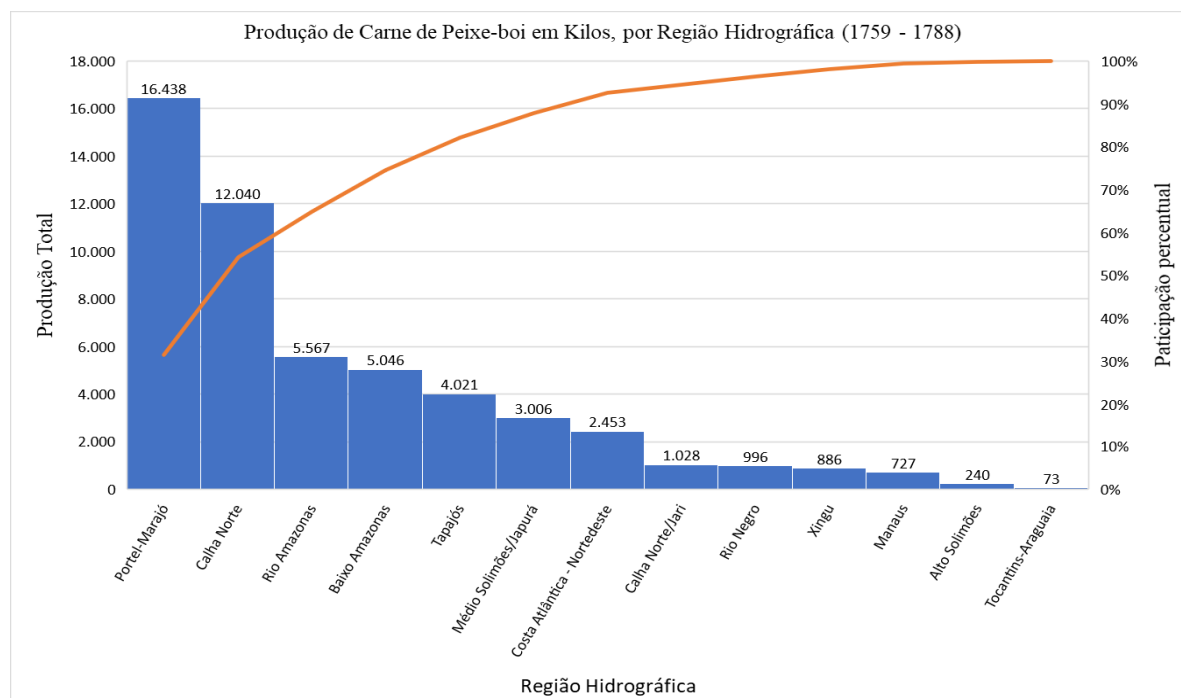


Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme os dados, a vila de Portel foi a localidade com o maior volume de produção, seguida pela Fortaleza de Gurupá, Veyros e Melgaço, o que pode ser melhor observado a partir da representação por região hidrográfica, conforme o Gráfico 12. Percebe-se que a região de

Portel-Marajó, onde estava localizado um dos pesqueiros citados como o mais importante do Vale Amazônico durante o século XVIII, concentra a maior parte da produção; a região da Calha Norte é a segunda maior em volume de carne de peixe-boi durante o período em análise.

Gráfico 12 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1759-1788).



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste período, foi apurado a produção total de 52.520 kg de carne de peixe-boi. Considerando as estimativas de Ferreira (1786) e Veríssimo (1985), podemos inferir que os animais abatidos pesavam em média 50kg. A partir desta informação, podemos estabelecer uma estimativa para os dados acima apresentados e considerar a possibilidade de terem sido abatidos aproximadamente 1.050 animais nos 14 anos analisados. Os dados referentes ao século XIX são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por localidade (1807 – 1830).

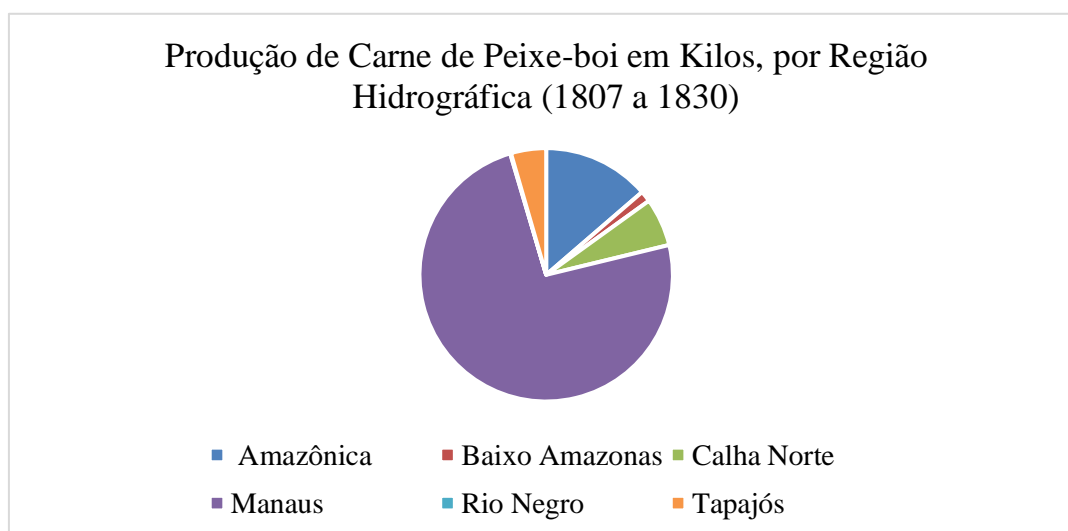
PRODUÇÃO POR LOCALIDADE	KILOS POR ANO									TOTAL GERAL	
	1807	1818	1819	1820	1821	1822	1824	1825	1830		
Fortaleza S. J. B. Rio Negro (Manaus - AM)		3.397	330	8.727	3.600	8.005	3.990			16.740	44.789
Villa de Barcellos (Barcelos - AM)	60										60
Villa de Faro (Faro - PA)							1.910		360		2.270

Villa de Monte Alegre (Monte Alegre - PA)	450									450
Villa de Obidos (Óbidos - PA)	600	240	150							990
Villa de Santarem (Santarém - PA)	120				1.442				120	1.682
Villa Franca (RESEX Tapajós-Arapiuns - PA)		1.028								1.028
Villa Nova da Rainha (Parintins - AM)					120				720	840
TOTAL GERAL	60	4.567	1.598	8.877	3.720	9.447	3.990	1.910	17.940	52.109

Fonte: Elaborado pela autora.

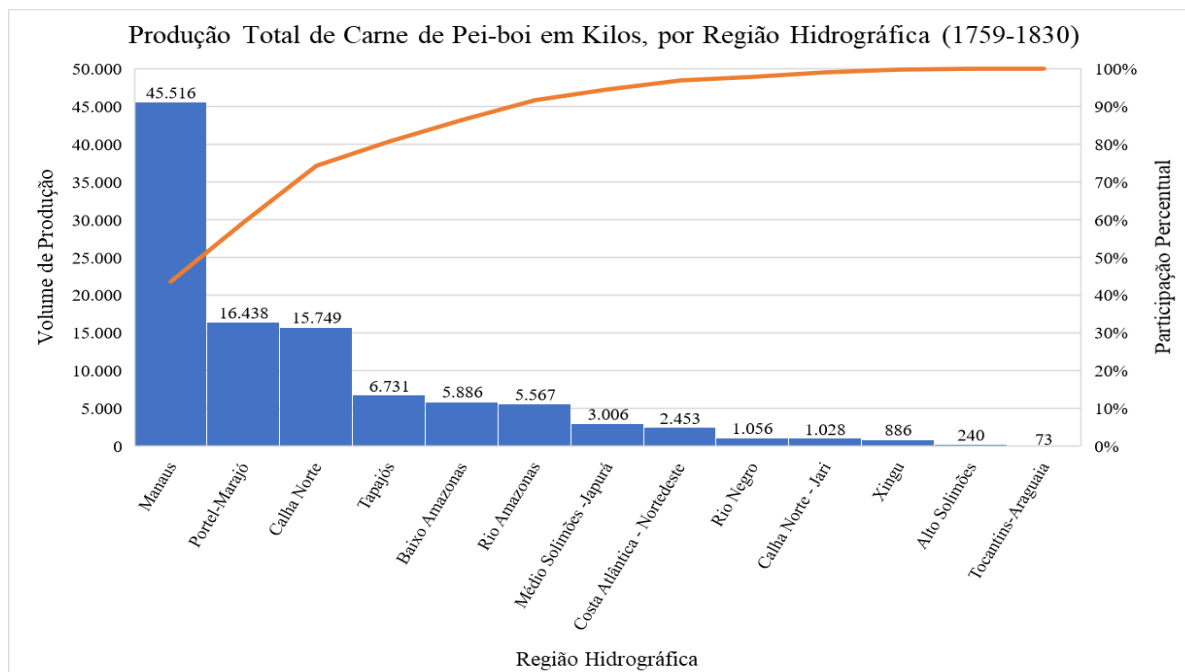
Para esta série foram encontrados registros referentes aos anos de 1807; 1818 a 1822; 1824; 1825; 1830 (nove anos). Os dados demonstram que aproximadamente 96% da produção se concentra na localidade da Fortaleza do Rio Negro, sendo que a mesma produziu o total de 44.789kg de carne de peixe-boi entre 1818 e 1830, o que equivaleria ao abate de aproximadamente 896 animais em oito anos. Para possibilitar a visualização da produção total por região hidrográfica, foi construído o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Produção de carne de peixe-boi em kilos, por região hidrográfica (1807-1830).



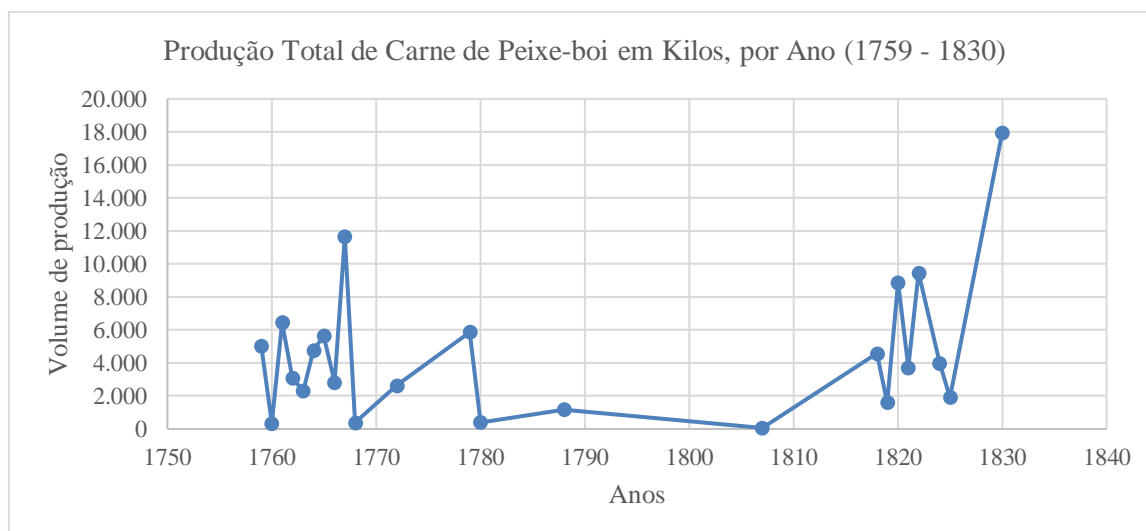
Fonte: Elaborado pela autora.

As regiões do Tapajós, do Rio Negro e da Calha Norte demonstram que também contribuíram para o abastecimento de carne do animal durante o período. Para o total das localidades durante o século XIX, foi apurado o montante de 52.109 quilos de carne de peixe-boi, o que equivaleria ao abate de 1.042 animais durante os nove anos analisados.

Gráfico 14 – Produção total de carne de peixe-boi em quilos, por região hidrográfica (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o gráfico, os maiores volumes de produção estão concentrados nas regiões hidrográficas de Manaus, Portel-Marajó e Calha Norte, respectivamente. Para ilustrar a tendência da produção de carne de peixe-boi em todo o período analisado, foi elaborado o Gráfico 15 que demonstra oscilação em todo o período, provavelmente em decorrência das lacunas na produção dos registros. A série demonstra pico de produção no ano de 1767, queda em 1768 e novo pico em 1779. De modo geral, os dados demonstram tendência de crescimento durante o século XIX, sendo o ano de 1830 o que registra o maior volume de produção.

Gráfico 15 – Produção total de carne de peixe-boi em quilos, por região hidrográfica (1759-1830).

Fonte: Elaborado pela autora.

Afora o volume apresentado nos gráficos e tabelas acima, foi contabilizado entre os anos de 1771 e 1772, o volume de 58.953 kg de carne de peixe-boi que foram despachadas a partir da Fazenda Real em Belém com destino às localidades do interior. Para evitar o risco de dupla contagem em decorrência da estrutura de organização da colônia, esse montante foi contabilizado à parte. Afora esse dado, a partir de dois documentos intitulados “*Mapas de Produção do Certão*”, datados de 1821 e 1823, foram contabilizados 8.250 kg de carne de peixe-boi sem descrição das localidades de origem. Ou seja, são no total 67.203 kg de carne não computados no volume total dos gráficos e tabelas referentes à produção de carne do animal no período de 1759 a 1830. Se somados, teríamos o montante geral de 171.832 kg de carne de peixe-boi em todo o período analisado. Sabe-se que os volumes aqui apresentados não são representação fidedigna da realidade, posto as limitações materiais já discutidas. Contudo, são indicativos das dinâmicas do extrativismo faunístico no território durante o período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extrativismo faunístico foi implantado no Brasil desde a chegada dos portugueses no território e se intensificou ao longo dos anos. Durante o período de colonização o recurso faunístico foi fundamental para a fixação dos colonos europeus no território e para viabilizar as demais atividades econômicas implementadas pelo império português. Em vista disso, o óleo de baleia foi a primeira matriz energética do Brasil, viabilizando a exploração da atividade açucareira no Nordeste. Na região amazônica, tartarugas e peixes-boi viabilizaram o projeto econômico-militar português na região.

A questão do acesso às tecnologias indígenas é ponto fundamental desta dinâmica, uma vez que sem o conhecimento desenvolvido milenarmente pelos povos originários, teria sido impossível a sobrevivência na floresta, considerada inóspita para os conquistadores europeus. Cumpre destacar que sem o grande contingente de indígenas compulsoriamente engajados nas linhas de combate contra os inimigos portugueses, a metrópole lusa dificilmente teria logrado êxito em seu projeto de dominação.

No que diz respeito a questão da violência, esta se institucionalizou no território amazônico, se agravando e diversificando ao longo dos anos, de maneira a possibilitar a permanência do saque sobre os recursos naturais. Tal dinâmica possui profundas raízes no modelo de (des)civilização implantada a partir da chegada dos europeus. O território milenarmente ocupado foi redividido em grandes extensões de terra destinada a elites pouco afeitas a produção a partir do seu próprio trabalho, legitimando assim a lógica de exploração e expropriação fundiária dos mais vulneráveis. Este processo de expulsão permanece em curso nos dias atuais, mediante um processo histórico de violência institucionalizada, que conta, por vezes, com o incentivo do próprio estado – vide os grandes projetos econômicos e seus impactos sobre as populações tradicionais e os menos abastados.

Juntamente com a mão de obra indígena, a fauna representou o capital que possibilitou a inserção do Brasil e da Amazônia na dinâmica da acumulação capitalista mundial. A atividade não se restringiu à região amazônica, sendo desenvolvida em todo o território nacional, tendo sido amplamente explorada através da presença de agentes externos no território, que organizavam a atividade de acordo com os interesses do capital externo. No que diz respeito à Amazônia brasileira, o óleo produzido a partir da tartaruga (gordura e ovos), óleo da banha de peixe-boi e o óleo da banha de jacaré constituíram a primeira matriz energética da região.

Não obstante, o modelo de exploração e a escala de predação conduziram o recurso a quase exaustão. Nesse sentido, o relativo silêncio da historiografia econômica acerca do papel

fundamental de tal atividade para a conquista, consolidação do território e a viabilização da produção das atividades econômicas voltadas para o mercado externo, contribui para a invisibilização da temática acerca da importância socioeconômica da floresta em pé.

Por outro lado, destaca-se o grande desafio enfrentado por aqueles que empreendem o desafio de produzir conhecimento historiográfico no Brasil, o excesso de burocracia e o descaso no tratamento e disponibilização das fontes. Por outro lado, a análise da estrutura administrativa portuguesa implementada na colônia revela a permanência de práticas de desvio de função pública, que já se faziam comum em Portugal. Dessa forma, a política metropolitana na Amazônia se caracteriza pelo permanente desvio da letra da lei para o atendimento de interesses dos particulares. Por outro lado, os chamados “descaminhos” também podem ser compreendidos como atos de resistência contra o domínio português sobre o território.

Em vista disso, compreender a história da Amazônia exige a busca do conhecimento das especificidades do processo de colonização ali desenvolvido. O estudo sobre a exploração faunística na região pelo viés econômico requer o entendimento de até o século XIX, o Vale Amazônico era um território em construção, fortemente influenciado pelas questões de demarcação de fronteiras e defesa militar. Isto fez com que a região exigisse a produção de grande volume produtos para o consumo interno. A inexistência de uma pauta de exportação mais diversificada não significava a ausência de atividades econômicas fundamentais para a viabilização das atividades principais, nem que as a produção para o consumo interno fosse de somenos importância para o império português e para as futuras atividades que se desenvolveram na região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. (1853-1924). **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- AGASSIZ, J. L. R.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975 [1868].
- AGRAWAL, Arun. Common Resources and Institutional Sustainability. *In*: E. OSTROM, T. et al.(ed.). **The drama of the commons Committee on the Human Dimensions of Global Change**. Washington: National Academy Press, 2001. p. 41-85.
- AGUIAR, Diana. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Actionaid/FASE, 2017.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMADO, Janaina. Terra boa, gente ruim: história e memória do degredo no Brasil. **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, n. 24, 2006.
- AMED, Fernando José. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições SINAFRESP, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARAUJO, Renata Malcher. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 20, n.1, p. 41-76, jan. jun. 2012.
- ARENZ, Karl Heinz. “Sem educação não há missão”: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). **Outros Tempos**, v. 13, n. 21, 2016.
- ARAUJO, Renata Malcher de. As Canoas do sertão: o Comércio dos Índios. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. Dossiê Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia. **An. Mus. Paul.**, v. 20, n. 1, jun., 2012.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão - Pará - suas missões e a colonização**. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1901.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. 395 p. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/98>. Acesso em: jan. 2020.

BAIÃO, António. A política de O. Francisco de Almeida, de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro. Outros governadores e vice-reis de mais eficiente acção (1505-1580). In: BAIÃO, António; CIDADE, Hernani; MÚRIAS, Manuel. **A história da expansão portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1939. v. 2.

BARBOZA, Renan do Nascimento; VIEIRA, Felipe Gonçalves. A mulher indígena e a formação do povo brasileiro. **Cadernos Camilliani, Cachoeiro de Itapemirim**, v. 15, n. 3-4 (Edição Especial), p. 331-344, dez. 2018.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo, 2006.

BASTOS, A. C. Tavares. **O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1937. 441 p. (Brasiliana, v. 106).

BATES, Henri Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas: 1825-1892**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciencia**, v.18, n. 3, p. 121-132, 1993.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramado. **Expansão marítima portuguesa: 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOLLE, W.; KUPFER, E. Vozes da Amazônia na trilha de Spix e Martius. **Escritas do Tempo**, v. 3, n. 8, p. 146-161, ago., 2021.

BORGES, Maria Angélica. Estrutura e sentido da formação colonial Brasileira. In: REGO, Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos, campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Moratória: Pesca e comercialização da piracatinga são proibidas por um ano no país. Publicado em: 07/07/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/pesca-e-comercializa-cao-do-piracatinga-sao-proibidas-por-um-ano-no-pais>>. Acesso em: ago. 2021.

BRIDI, Sônia. Pescadores Matam Boto Rosa Para Usar De Isca Na Pesca De Peixe. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/07/pescadores-matam-boto-rosa-para-usar-de-isca-na-pesca-de-peixe.html>. Acesso em: 15 mar.2018

BUENO, Eduardo. **Brasil: terra à vista!:** aventura ilustrada do descobrimento. Porto Alegre: L&M, 2019c.

BUENO, Eduardo. **A coroa, a cruz e a espada:** lei, ordem e corrupção no Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019a.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil:** a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019b.

BUENO, Eduardo. A viagem do descobrimento: um olhar sobre a expedição de Cabral. *In:* BUENO, Eduardo. **Coleção Brasilis 1 [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016a.

BUENO, Eduardo. Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil. *In:* BUENO, Eduardo. **Coleção Brasilis 2 [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016b.

CAMARGO, Angélica Ricci. Juntas da Real Fazenda. *In:* DICIONÁRIO Online da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822). Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/p6L4Lw>. Acesso em 12 ago 2015.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. (org.). **História militar da Amazônia:** guerra, militares e sociedade (séculos XVII – XIX). Curitiba, PR: CRV, 2015.

CARDOSO, Alírio. Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). *In:* BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. (org.). **História militar da Amazônia:** guerra, militares e sociedade (séculos XVII – XIX). Curitiba, PR: CRV, 2015.

CARNEIRO, Miguel Ângelo Castro. **O cronista indígena Felipe Guamán Poma de Ayala e a questão da violência contra as mulheres nos Andes coloniais**. 2017. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio de. Etnoecologia, biofilia e conservação no contexto da criação de abelhas sem ferrão (APIDAE, MELIPONINI) na mata setentrional pernambucana, Brasil. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza, Recife, PE, 2019.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII. *In:* CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **História militar da Amazônia:** guerra e sociedade (séculos XVII - XIX). Curitiba, PR: CRV, 2015.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Baleias e império: os Estados Unidos e a expansão baleeira nos mares do Atlântico Sul (1761-1844). **Rev. Hist.**, n.180, a10219, 2021.

CASTRO, Edna Ramos; CARMO, Eunápio Dutra (org.). **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA; UFPA, 2019.

CASTRO, Edna Ramos de. (org.). **Sociedade, território e Conflitos**: Br 163 em questão. Belém: NAEA, 2008.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça**: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. (Estudos Históricos, 59).

CHAMBOULEYRON, Rafael. Mazelas da Fazenda Real na Amazônia seiscentista. *In*: TESOUROS da memória: História e Patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda, Gerência Regional de Administração no Pará - Museu de Arte de Belém, 2009.

CHARITY, Sandra.; FERREIRA, Juliana, M. **Wildlife Trafficking in Brazil**. Cambridge, United Kingdom, 2020.

CIDREIRA-NETO, Ivo Raposo Gonçalves; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento Sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 142-156, 2017.

COAD, Lauren; FA, John E.; ABERNETHY, Katharine; VLIET, Nathalie van. SANTAMARIA, Catalina; WILKIE, David; EL BIZRI, Hani R.; INGRAM, Daniel J.; CAWTHORN, D.M.; NASI R. **Towards a sustainable, participatory and inclusive wild meat sector**. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2019.

COELHO, Mauro Cezar; SANTOS, Rafael Rogério N. “Monstruoso systema ... intrusa e abusiva jurisdição”: o diretório dos índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 100-130, jan./jun., 2013.

COSTA-NETO, Eraldo Medeiros. As interações homem/xenarthra: tamanduás, preguiças e tatus no folclore ameríndio. **Biological Updates**, v. 22, p. 73, p. 203–213. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/actbio/article/view/329656>. Acesso em: fev. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Patrícia. As finanças municipais em Portugal no século XVIII: autonomia vs centralismo. *Ler História* [En línea], 73 | 2018, Puesto en línea el 28 diciembre 2018, consultado el 25 noviembre 2021. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4153>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4153>.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Terry%20Cook%20publicacao_tecnica%20593.pdf. Acesso em: jul. 2021.

CPRH apreende 385 aves silvestres por maus-tratos e tráfico de animais silvestres. nov. 2021. Disponível em: <http://www2.cprh.pe.gov.br/2021/11/03/cprh-apreende-385-aves-silvestres-por-maus-tratos-e-traffic-de-animais-silvestres/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**. Centenário da fundação 1864-1964. Belém, 1964.

DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. [S.l: s.n.], 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, Warren. **A Ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, c1996. 484 p.

DEVY-VARETA, Nicole. Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI). **Revista da Faculdade de Letras e Geografia**. Porto, I Série, v. 1, p. 5 a 37, 1986.

DIAS, Carlos Malheiros. Introdução. *In*: A HISTÓRIA da colonização portuguesa do Brasil. v. 3. Porto: Litografia Nacional, 1924. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535864>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, v. 15, n. 32, p. 415-462, 1957.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Comércio mudo: mito e evidência histórica. **Afro-Ásia**, n. 61, 2020.

FÉLIX-SILVA, Daniely et al. Caracterização das atividades de caça e pesca na Floresta Nacional de Caxiuanã, Pará, Brasil, com ênfase no uso de quelônios. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Número temático Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação e manejo de espécies. **Biodiversidade Brasileira**, v. 8, n. 2, p. 232-250, 2018.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. O uso medicinal de pedras bezoares na obra *Paraguay Natural Ilustrado*, de José Sánchez Labrador, S.J. (1771). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 6-15, jul./dez., 2015.

FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FLORENZANO, MODESTO. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 11-39, 2007.

FONSECA, Adriano Soares. **Os paradoxos do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável sob a ótica brasileira: uma análise na perspectiva ambiental do acordo entre Mercosul e UE.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, 2022.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 34 Ed. 2005.

FURTADO, Júnia. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.41, p. 88-105, 2005.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, Série Antropologia, v.18, n.1, p. 3-26, 2002.

FURTADO, L.G.; NASCIMENTO, L.; ALENCAR, E.F.; MOREIRA, E.S. 1998. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. **Bol. Mus. Emílio Goeldi, ser. Antropol.**, v.14, n. 1, p. 21-95.

FURTADO, L.G. Pesca Artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Bol. do Mus. Par. Emílio Goeldi, sér. Antropoz.** p. 791-50, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GILMORE, Raymond M. Fauna e Etnozoologia da América do Sul tropical. *In*: RIBEIRO, B. (org.). **Suma Etnológica Brasileira**, v. 1. Petrópolis: Vozes, 1986. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (Coleção Nicolai) www.etnolinguistica.org. Acesso em: jun., 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 480 p. v. 1.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Recursos naturais do Brasil.** 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

GUERREIRO, Fernão. **Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões do Japão, Chin...** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930-1942.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, New York, v. 162, n. 3.859, p. 1.243-1.248, dec., 1968.

HOBBSBAWN, Eric J. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **O extrativismo animal na Amazônia: o caso de uma economia ilegal.** Belém: EMBRAPA-CPATU, 1992.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IWC/BRASIL. **Plano de ação para a conservação da baleia franca, Eubalaena australis, no estado de Santa Catarina**. Projeto Baleia Franca: Florianópolis, 1999.

IRWIN, Emily. The Spermaceti Candle and the American Whaling Industry. **Historia**, v. 21, 2012.

JOHNSON, Steven. **Como chegamos até aqui: a história das inovações que fizeram a vida moderna possível**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LAURIOLA, Vincenzo. Elinor Ostrom: Um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? Edição Especial Elinor Ostrom, um toque feminino. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, n. 21, maio, jun./jul./ ago., 2009.

LEAL, Aluísio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. **Revista de Estudos Paraenses**. Belém: IDESP, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação Social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Alam José da Silva. Do "dinheiro da terra" ao "bom dinheiro". Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). *In*: Tesouros da memória: História e Patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda, Gerência Regional de Administração no Pará - Museu de Arte de Belém, 2009.

LIMA, Durval Pires de. A situação moral, social e política do Império Colonial, no momento da Restauração. *In*: BAIÃO, António; CIDADE, Hernani; MÚRIAS, Manuel. A história da expansão portuguesa no mundo. Lisboa: Editorial Ática, 1939. v. 3.

LOCKE, John (1632-1704). **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LOPES, R. C. S. "Indigitado estrupício": arqueologia e significados acerca do muro do forte do presépio (Belém, PA). **Amazônica**, v.3, n. 2, p. 370-390, 2011.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O Comércio interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2002. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3412>. Acesso em: 20 maio 2021.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas. Trad. Antonio Porro. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e EDUA, 2001.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal. Lisboa: Palas, 1977.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MEDEIROS, A. **Couros e peles silvestres**: produção, comércio, industrialização e exportação. Rio de Janeiro: [s. n.], 1972.

MODESTO, E. et al. Racismo, desigualdade social e Covid-19: repercussões sobre os povos indígenas e quilombolas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.5, p. 41750-41766, may., 2022.

MORCATTY, Thais Q.; MACEDO, Jonathan C. Bausch; NEKARIS, K. Anne-Isola; NI, Qingyong; DURIGAN, Carlos C.; SVENSSON, Magdalena S.; NIJMAN, Vincent. Illegal trade in wild cats and its link to Chinese-led development in Central and South America. **Conservation Biology**, v. 34, n. 6, p. 1525–1535, 2020.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. 116 p.

MOREIRA, Marcio. (org.). **Livro das Canoas**: documentos para a história indígena da Amazônia. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1994.

MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho Indígena na Economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII)**. 163 f. 2018. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas**: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750). Jundiá: Paco Editorial, 2013. 180 p.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. Um Patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão Pará (1650-1750). 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

NORDHAUS, William D. Do Real-Output and Real-Wage Measures Capture Reality? **The History of Lighting Suggests Not**. **University of Chicago Press**, 1996.

NORONHA, Jose Monteiro de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província, escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768.

NUWER, Rachel. Marcas de alta-costura tiveram milhares de artigos em couro exótico apreendidos. **Revista National Geographic**, 28 dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/animais/2020/12/marcas-de-alta-costura-tiveram-milhares-de-artigos-em-couro-exotico-apreendidos>>. Acesso em: jul. 2021.

OLIVEIRA, L. *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cad. Saúde Pública**, 2020.

OLIVEIRA, Isabella Bonaventura de. Farmácia e farmacêuticos em São Paulo por um viés de gênero: formação de alianças e delimitação de fronteiras. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 3 n. 3, 2017.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ORTIZ-VON HALLE, B. **Visão panorâmica: lições de 50 anos de pássaros regulação comercial e conservação na Amazônia países**. Cambridge, Reino Unido: Traffic, 2018.

OSTROM, Elinor. El gobierno de los bienes comunes desde el punto de vista de la ciudadanía. *In: HELFRICH, Silke. (org). “Genes, Bytes y emisiones: Bienes comunes y ciudadanía”*. México: Fundación Heinrich Boll. 2008.

OSTROM, Elinor; TUCKER, Catherine. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. *In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (org.). Ecosistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo: Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.

OSTROM, Elinor; McKEAN, Margaret. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? *In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NupaubUSP, 2001. p. 79-95.

PARDINI, Patrick. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 1, e20190009, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0009>. Acesso em: jan.2021.

PAIVA, André Filipe de Mello e. Poder, Estado e Fiscalidade no Império Português. **Faces da História**, Assis-SP, v.5, n.1, p. 127-143, jan.-jun., 2018.

PEREIRA, Carlos Augusto Arentz. **Energia como serviço: proposta de reestruturação da demanda incluindo externalidades**. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Juliana Rabelo; CABRAL, Eloisa Helena de Souza; PEREIRA, José Roberto. Gestão Social e Governing the Commons: a Cooperação como Elo de Convergência. **Revista de Ciências da Administração, [S. l.]**, v. 1, n. 1, p. 112–122, 2015. DOI: 10.5007/2175-8077.2015v17n43p112. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n43p112>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In: CUNHA, Manuela Carneiro da.*

História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PEZZUTI, J. C. B. **Ecologia e etnoecologia de quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil.** 2003. 149 p. Tese (Doutorado Curso de Pós-Graduação em Ecologia) – Universidade Estadual de Campinas, SP.

PEZZUTI, J. C. B. Manejo de caça e a conservação da fauna silvestre com participação comunitária. **Papers do NAEA**, v. 1, 2009.

POSEY, Darrell A. Etnobiologia: teoria e prática. *In*: RIBEIRO, B. (org.). **Suma Etnológica Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1986. v. 1.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, 1949.

QUINCY, John. **Pharmacopoeia Officinalis Extemporanea:** ou, um completo dispensatório inglês, em quatro partes. 1769. 148 p.

RAVENA, Nirvia. Ecologia política e estratégias de sustentabilidade: uma reflexão teórica. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 2, p. 103-120, dez. 2010.

RAVENA, Nirvia; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. **Varia Historia [en linea]**. 2013, v. 29, n. 50, p. 395-420[fecha de Consulta 10 de Febrero de 2022]. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434842002>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RAYMUNDO, Letícia de Oliveira. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). **Informes de Pesquisa Almanack Braziliense**, n. 3, maio, 2006.

REBÊLO, G. H.; PEZZUTI, J. C. B. Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia, sustentabilidade e alternativas ao manejo atual. **Am. Soc.**, n. 3, p. 85-104, 2000.

REIS, Agnes; FERREIRA, Claudia E A.; CORREA, Thalison B C., *et al.* **Valoração Ambiental de Serviços Ecossistêmicos.** 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902395/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

REIS, Arthur César Ferreira. Fortificações da Amazônia no período colonial. **RHIGB**, v. 344, jul./set., 1984.

REGO, Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (org.). **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2011.

RENTAS. I Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre. Brasília, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações no Brasil moderno. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do antigo sistema colonial no Brasil. **História**, São Paulo, v.35, e100, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fv6Nn7_yZPzpYHskJ3_gcHmjs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul./2020.

RODRIGUES, G. A.; FONTES, D. F.; SANTIAGO, D. A. M. A matança de boto na região amazônica por pescadores. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <Recuperado de <http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/21>>. Acesso em: jun. 2021.

SALES, Alberto Jacqueri de. Dicionario de commercio e Industria. (manuscrito). [1723?]. Adaptação e tradução do "Dictionnaire universel du commerce" de Jacques Savary des Bruslons (1657-1716) Paris: [s. n.], 1723-1730. 3 v.

SALGADO, Graça; AZEVEDO, Carmem L. de.; PÊCEGO, Edgar; VIANNA, Paulo F.; HIPOLITO, Regina; BARRETO, Zélia M. Fiscais e Meirinhos. Fiscais e Meirinhos: **A Administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS-FITA, Dídac; COSTA-NETO, Eraldo Medeiros. As interações entre os seres humanos e os animais: a contribuição da etnozologia. **Biotemas**, v. 20, n. 4, p. 99-110, dez., 2007.

SAVE BRASIL. Sociedade para Conservação de Aves do Brasil. **Protocolo experimental para soltura e monitoramento de aves vítimas do comércio ilegal de animais silvestres no Estado de São Paulo**. Organização de André Cordeiro de Luca, Alice Reisfeld, Daniela Osório Bueno, Isabella Pereira da Silva, Raphael Estupinham Araújo. São Paulo: SAVE Brasil, 2017.

SENRA, Nelson. **A história das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822 - c.1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v.1. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/publicacoes/historia-das-estatisticas-brasileiras.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SILVA, Daniele Ferreira da. **Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)**. 111 f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

SILVA, Sandra Monica da. A violência na Amazônia brasileira do descobrimento à atualidade: fio condutor de um inacabado processo de ocupação territorial. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 10, n. 20, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/revista-amazonia-ciencia-e-desenvolvimento-edicao-20/viewdocument/1849?Itemid=>>>. Acessado em: 10 dez. 2021.

SILVA, Maria Carneira da; TAVIM, Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago. In: CASTELOS a Bombordo: Etnografias de patrimônios africanos e memórias portuguesas [online]. Lisboa: Etnográfica Press, 2013. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnograficapress/330>. Acesso em: 12 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.330>.

SILVEIRA, Maura Imazio; PAHL SCHAAN, Denise. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 67–79, 2005. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/205>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SMITH, N.J.H. Destructive exploitation of south american river turtle. *In*: YEARBOOK of the Association of Pacific Coast Geographers, v.36, Oregon State University Press, 1974.

SOARES, Mariza de Carvalho. O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII. A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia. Porto: CEPESE/Afrontamento, p. 215-232, 2008.

SOSNOWSKI, M.C.; PETROSSIAN, G.A. Luxury Fashion Wildlife Contraband nos EUA. **Eco Health**, n. 17, p. 94-110, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10393-020-01467-y>. Acesso em: jan. 2021.

SOUSA, Girlian Silva de. **Caça e segurança alimentar entre famílias ribeirinhas do Médio Xingu**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUTO Armando Maior. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Nacional. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

SOUZA, Alan Lacerda de. A formação do Estado patrimonialista português e a gênese da corrupção no Brasil. **Revista da CGU**, Brasília, DF, v. 6, jul. 2011.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017. 3 v.

TAVARES, Conceição Maria da. **Recado aos jovens economistas**. Em entrevista à TV Senado, a economista Maria da Conceição Tavares dá um recado aos estudantes de Economia. 05/10/2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=&feature=youtu.be>. Acesso em: jun. 2021.

TOLINI, Michelle. “‘Beetle Abominations’ and Birds on Bonnets: Zoological Fantasy in Late-Nineteenth-Century Dress”. **Nineteenth-Century Art Worldwide**, v.1, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.19thc-artworldwide.org/spring02/206-qbeetle-abominationsq-and-birds-on-bonnets-zoological-fantasy-in-late-nineteenth-century-dress>. Acesso em: jul.2021.

TORII. Leonardo da Silva. **O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)**. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**. v.12, n. 21, p. 303-334, 2015, Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4872>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TRINCA, Cristiano Trapé. **Caça em assentamento rural no sul da floresta amazônica**. Belém, Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

VAINER, Carlos B. **Grandes Projetos e Organização Territorial: os avatares do planejamento regional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, 1990.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia. Monographias brasileiras**, v. 3. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1895. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3162>. Acesso em: out. 2017.

VIEIRA, Mauricio Coelho. A fauna brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 593-596, out./dez. 1964. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n4.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

VIVÊIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação do Comércio do Maranhão, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/histcomvoll1mar/mode/2up>. Acesso em: dez. 2018.

ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e da conquista da Guiné**. Lisboa: publicações Europa-América, 1989.

WERNER, Deborah. Desenvolvimento Regional e Grandes Projetos Hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 6 n. 1, p.157-174, jul./dez. 2012.

ANEXOS

ANEXO A - ARQUIVOS CONSULTADOS NA PESQUISA**DOCUMENTAÇÃO AVULSA****ÁREA:** FINANÇAS**FUNDO:** RECEBEDORIAS DE RENDAS DO ESTADO

Caixa Efetiva	1893,1894, 1923
Exportação de Mercadorias	1919, 1923
Frequências	1900
Guia de Embarque	1921,1922,1934
Guia de Arrecadação	1916, 1923,1933,1937
Guia de Exportação	1923
Guia de Recolhimento	1920
Manifesto	1916,1917,1918,1919,1920,1921,1922,1923,1924, 1925,1944
Mapa de Imposto	1900,1901
Minutas de Ofícios	1908,1932
Ofícios	1910,1913,1919,1921
Prestações de Contas	1894,1914,1920,1921,1922,1923, 1926, 1939, 1947
Registro de Mercadorias	1915,1916,1917,1918,1919,1921, 1922,1923, 1925, 1927, 1934

DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA**ÁREA:** FINANÇAS**FUNDO:** RECEBEDORIA DE RENDAS PROVINCIAL

Série	Período
Caixa Depósito	1886
Ofícios	1854,1855,1888
Prestação de Contas	1850

DOCUMENTAÇÃO AVULSA**ÁREA:** FINANÇAS**FUNDO:** SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Série	Período
Caixa Efetiva	1958
Ofícios	1957,1958,1959,1960

DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA**ÁREA:** FINANÇAS**FUNDO:** SECRETARIA DA FAZENDA

Série	Período	Notação atual
Prestação de Contas	1909-1905	38
Exportação	1903	67

VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 5A)	---	84
Exportação	1905	114
Prestação de Contas	1906	159
Prestação de Contas	1906	160
Registro de Mercadorias	1906	162
Exportação	1907	167 (F)
Prestação de Contas	1907-1923	194
Caixa Efetiva	1910	257
Registro de Mercadorias	1910	297
Registro de Mercadorias	1911	333
Registro de Mercadorias	1913	403
Exportação	1917	516
Exportação	1917	517
Exportação	1917	518
Exportação	1918	547 (F)
Exportação	1918	548
Prestação de Contas	1918	559
Prestação de Contas	1918	560
Prestação de Contas	1918	561
Prestação de Contas	1919	565
Prestação de Contas	1919	566
Prestação de Contas	1920	581
Prestação de Contas	1920	582
Prestação de Contas	1920	583
Exportação	1921	587
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 86A)	---	592
Prestação de Contas	1921	593
Prestação de Contas	1922	597
Exportação	1923-1925	603-A
Registro de Mercadorias	1926	610
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 294A)	---	613
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 295A)	---	614
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 296A)	---	615
Folha de Pagamento	1929	616
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 297A)	---	617
Folha de Pagamento	1929	618
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 298A)	---	619
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 299A)	---	620

VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 299B)	---	621
Minutas de Ofício	1929	622
Prestação de Contas	1929	623
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 395A)	---	625
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 396A)	---	626
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 397A)	---	627
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 398A)	---	628
VAGO (Remanejado para a Diretoria Geral da Fazenda como 399A)	---	629

ÁREA: GOVERNO**FUNDO: SECRETARIA DA CAPITÂNIA****DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA**

Código	Notação Antiga	Série	Datas Limites
456	610	Correspondências Diversos com o Governo	1790
457	254	Correspondências de Diversos com o Governo	1788 - 1792
458	255	Correspondências de Diversos com o Governo	1789-1790
464	256	Correspondências de Diversos com o Governo	1790
465	257	Correspondências de Diversos com o Governo	1790-1791
467	258	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1794
468	259	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1794
469	260	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1795
470	261	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1795
472	262	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1799
473	263	Correspondências de Diversos com o Governo	1790 - 1799
474	264	Correspondências do Governo com Diversos	1790 - 1799
475	566	Correspondências do Governo com Diversos	1790 - 1799
478	265	Correspondências de Diversos com o Governo	1790-1819
479	927	Registro geral	1790-1822
480	266	Correspondências de Diversos com o Governo	1791
484	267	Correspondências de Diversos com o Governo	1791 - 1792
485	1197	Correspondências de Diversos com o Governo	1791 -

			1792
486	268	Correspondências de Diversos com o Governo	1791 - 1799
487	269	Correspondências de Diversos com o Governo	1791 - 1804
488	1103	Manuscritos	1792
490	270	Correspondências de Diversos com o Governo	1792
491	271	Correspondências de Diversos com o Governo	1792
492	623	Correspondências de Diversos com o Governo	1792 - 1793
495	272	Correspondências de Diversos com o Governo	1792 - 1796
496	273	Correspondências de Diversos com o Governo	1792 - 1796
497	274	Correspondências de Diversos com o Governo	1793
498	276	Correspondências de Diversos com o Governo	1793
500	277	Correspondências de Diversos com o Governo	1793 - 1794
501	278	Correspondências de Diversos com o Governo	1793 - 1794
504	279	Correspondências de Diversos com o Governo	1793 - 1799
505	280	Correspondências de Diversos com o Governo	1793 - 1799
506	281	Correspondências de Diversos com o Governo	1794
507	282	Correspondências de Diversos com o Governo	1794
508	283	Correspondências de Diversos com o Governo	1794
509	1215	Correspondências de Diversos com o Governo	1794
510	284	Correspondências de Diversos com o Governo	1794 - 1795
511	287	Correspondências de Diversos com o Governo	1794 - 1795
512	285	Correspondências de Diversos com o Governo	1794 - 1796
513	928	Registro geral	1794 - 1798
515	286	Correspondências de Diversos com o Governo	1794 - 1832
516	288	Correspondências de Diversos com o Governo	1795
517	289	Correspondências de Diversos com o Governo	1795
520	682	Correspondências da Metrópole com os governadores	1795 - 1796
521	701	Correspondências dos governadores com a Metrópole	1795 - 1796
522	290	Correspondências de Diversos com o Governo	1795 - 1796
523	291	Correspondências de Diversos com o Governo	1795 - 1797
524	292	Correspondências de Diversos com o Governo	1795 - 1797
525	614	Correspondências do Governo com Diversos	1795 -

			1797
526	293	Correspondências de Diversos com o Governo	1795 - 1798
527	929	Registro geral	1795 - 1798
529	-	Correspondências de Diversos com o Governo	1796
531	294	Correspondências de Diversos com o Governo	1796
532	295	Correspondências de Diversos com o Governo	1796- 1798
533	296	Correspondências de Diversos com o Governo	1796- 1798
534	297	Correspondências de Diversos com o Governo	1796- 1798
535	298	Correspondências de Diversos com o Governo	1796 - 1799
536	299	Correspondências de Diversos com o Governo	1796 - 1799
537	300	Correspondências de Diversos com o Governo	1796 - 1799
539	275	Correspondências de Diversos com o Governo	1797
540	301	Correspondências de Diversos com o Governo	1797
541	302	Correspondências de Diversos com o Governo	1797
542	713	Correspondência da Metrópole com o Governo	1797
543	683	Correspondência da Metrópole com os Governadores	1797- 1798
545	303	Correspondências de Diversos com o Governo	1797 - 1799
546	304	Correspondências de Diversos com o Governo	1797 - 1799
547	305	Correspondências de Diversos com o Governo	1797 - 1799
549	702	Correspondência dos Governadores com a Metrópole	1797 - 1799
550	306	Correspondências de Diversos com o Governo	1798
552	703	Correspondência dos Governadores com a Metrópole	1798
553	307	Correspondências de Diversos com o Governo	1798 - 1799
559	308	Correspondências de Diversos com o Governo	1799
560	309	Correspondências de Diversos com o Governo	1799
561	310	Correspondências de Diversos com o Governo	1799
562	763	Correspondências dos Governadores com o Governo do Pará	1799
563	1080	Questões de Limites (Fronteira Espanhola)	1799
564	311	Correspondências de Diversos com o Governo	1799- 1800
565	687	Correspondência da Metrópole com os Governadores	1799- 1802
566	312	Correspondências de Diversos com o Governo	1799- 1805
567	313	Correspondências de Diversos com o Governo	1799-

			1805
568	919	Provisões, Patentes e Nomeações	1799-1814
569	-	Petições	1800
570	-	Correspondências de Diversos com o Governo	1800
571	-	Correspondência da Metrópole com os Governadores	1800
572	-	Correspondências de Diversos com o Governo	1800
573	618	Correspondência dos Governadores com Diversos	1800 - 1801
574	315	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1801
575	316	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1801
576	317	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1801
577	318	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1802
578	619	Correspondência dos Governadores com Diversos	1800 - 1803
579	764	Correspondência dos Governadores com o Governo do Pará	1800 - 1803
581	319	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1805
582	320	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1805
583	321	Diversos com o Governo da Província	1800 - 1806
584	322	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1814
585	323	Correspondências de Diversos com o Governo	1800 - 1820
587	324	Correspondências de Diversos com o Governo	1801
588	325	Correspondências de Diversos com o Governo	1801
620	711	Correspondência da Metrópole com o Governo	1804 - 1805
621	342	Correspondências de Diversos com o Governo	1804-1807
623	343	Correspondências de Diversos com o Governo	1804 - 1816
624	1105	Manuscritos	1805 - 1835
625	706	Correspondência dos Governadores com a Metrópole	1806 - 1807
628	344	Correspondências de Diversos com o Governo	1806 - 1808
630	345	Correspondências de Diversos com o Governo	1806 - 1816
631	765	Correspondência dos Governadores com o Governo do Pará	1806 - 1813
634	346	Correspondências de Diversos com o Governo	1807 - 1809
635	347	Correspondências de Diversos com o Governo	1807 - 1812

636	348	Correspondências de Diversos com o Governo	1807 - 1819
647	349	Correspondências de Diversos com o Governo	1809 - 1810
648	350	Correspondências de Diversos com o Governo	1809 - 1821
649	351	Correspondências de Diversos com o Governo	1810- 1811
650	352	Correspondências de Diversos com o Governo	1810- 1812
653	353	Correspondências de Diversos com o Governo	1810- 1818
655	354	Correspondências de Diversos com o Governo	1811 - 1812
656	773	Correspondências das juntas com a Metrópole	1811 - 1813
657	355	Correspondências de Diversos com o Governo	1811 - 1814
659	356	Correspondências de Diversos com o Governo	1812 - 1816
660	357	Correspondências de Diversos com o Governo	1812 - 1817
661	358	Correspondências de Diversos com o Governo	1813 - 1814
662	359	Correspondências de Diversos com o Governo	1813 - 1814
665	360	Correspondências de Diversos com o Governo	1813 - 1815
667	570	Correspondências do Governo com Diversos	1814- 1815
670	361	Correspondências de Diversos com o Governo	1814- 1820
671	362	Correspondências de Diversos com o Governo	1814- 1823
674	363	Correspondências de Diversos com o Governo	1815
675	364	Correspondências de Diversos com o Governo	1815-1817
676	365	Correspondências de Diversos com o Governo	1815-1818
677	366	Correspondências de Diversos com o Governo	1815-1819
678	367	Correspondências de Diversos com o Governo	1815 - 1824
679	368	Correspondências de Diversos com o Governo	1816
680	369	Correspondências de Diversos com o Governo	1816
681	571	Correspondências do Governo com Diversos	1816-1817
684	370	Correspondências de Diversos com o Governo	1816-1819
685	371	Correspondências de Diversos com o Governo	1816-1823
687	372	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1816-1829
688	373	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817
689	374	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817
690	375	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817

691	376	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817-1819
692	716	Correspondências do Governo com a Corte	1817-1820
693	628	Correspondências do Governo com Diversos	1817-1820
695	377	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817-1822
696	378	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1817-1823
699	380	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1818
700	379	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1818
701	381	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1818-1819
702	382	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1818 - 1820
703	383	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1818 - 1820
706	384	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1819-1820
707	385	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1819-1820
708	963	Atas de Vila-Franca	1819-1829
709	386	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1820
710	387	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1820 - 1821
713	389	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1820 - 1826
714	388	Correspondências de Diversos com o Governo	1820 - 1838
716	390	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1821
717	391	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1821
718	392	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1821
719	393	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1821
721	394	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1821 - 1822
722	717	Correspondências do Governo com a Côte	1821 - 1822
		Diversos	
728	395	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822
729	396	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822
730	397	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822
731	398	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822
732	399	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822
734	756	Correspondência da Corte com os Governadores	1822

735	757	Correspondência da Corte com os Governadores	1822
737	400	Correspondências de diversos com o Governo da Província do Pará	1822
738	401	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822 - 1823
739	402	Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará	1822 - 1823
742	718	Correspondência do Governo com Corte	1822 - 1823
745	906	Alvarás, Cartas Régias e Decisões	1822 - 1833
746	944	Registro Avisos do Ministério da Fazenda	1822 - 1833
748	403	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
749	404	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
750	405	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
751	406	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
752	407	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
753	408	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
755	409	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823
757	719	Correspondência do Governo com Corte	1823 - 1824
760	1118	Livros da Porta	1823 - 1825
762	410	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823 - 1827
764	411	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823 - 1828
765	412	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823 - 1832
766	413	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823 - 1832
767	414	Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará	1823 - 1832

ÁREA: GOVERNO**FUNDO: SECRETARIA DA CAPITÂNIA****DOCUMENTAÇÃO AVULSA**

Série	Período	Notação antiga	Número da caixa
Livro de Registro de despacho do Governo***	1800 - 1807	779	10
Mapas das Embarcações e entradas no Porto desta Capital	1821	Sec. Prov. cx. 29	21

***Esta série sofreu uma modificação quanto a sua nomenclatura, anteriormente se chamava "Livro de registro de portarias de despesas".

DOCUMENTAÇÃO AVULSA

Série	Período	Caixa	Procedência
Ofícios	1883 - 1888	403	Ofícios da Junta Comercial da Província do Pará
Ofícios	1838- 1839	46	Ofícios da Recebedoria de Renda Provincial do Pará
Ofícios	1838 - 1839	47	Ofícios da Tesouraria da Fazenda Geral do Pará
Ofícios	1839	50	Ofícios da Alfândega do Pará
Despachos	1884	20 - A	
Minutas de portarias	1857 - 1885	26	
Ofícios	1840	58	Ofícios da Tesouraria da Fazenda Geral do Pará
Ofícios	1840 – 1847	66	Ofícios da Recebedoria de Rendas das Províncias
Ofícios	1841,1842	71	Ofícios da Tesouraria Provincial do Pará
Ofícios	1841 - 1844	75	Ofícios do Tesouro Público Provincial do Pará
Ofícios	1841 – 1848	76	Ofícios da Alfândega do Pará

ÁREA: GOVERNO**FUNDO: SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA**

APÊNDICE A - RELAÇÃO DAS VILAS E LUGARES DO VALE AMAZÔNICO (1750 -1830)

VILAS E LUGARES	ATUALMENTE	UF	MESORREGIÃO	REGIÃO HIDROGRÁFICA
Fortortaleza de Santo Antonio de Gurupá	Gurupá	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Ilha Grande de Joanes	Distrito de Salvaterra	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de Cerzedello	Extinta - Região Metropolitana de Belém	Pará	Metropolitana de Belém	Rio Gurupi
Lugar de Penha Longa	Penhalonga – Vigia	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Lugar de Ponta de Pedras	Ponta de Pedras	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de S. A. Cajari	Arumanduba - Distrito de Almeirim	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Lugar de Vilarinho do Monte	Distrito de Porto de Moz	Pará	Baixo Amazonas	Baixo Amazonas
Lugar de Aveyro	Aveiro	Pará	Sudoeste Paraense	Tapajós
Lugar de Azevedo	Região Cametá	Pará	Nordeste Paraense	Tocantins-Araguaia
Lugar de Bemfica	Distrito de Benevides	Pará	Metropolitana de Belém	Costa Atlântica - Nordeste
Lugar de Carrazedo	Distrito de Gurupá	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de Condeixa	Distrito de Salvaterra	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de Mondim	Marajó	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de Rebordello (Ilha Caviana)	Extinta	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Lugar de São Bento	Região de Barcarena (?)	Pará	Metropolitana de Belém	Costa Atlântica - Nordeste
Lugar do Prinhá - Villa de Bragança	Bragança	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Rio Jaraucú	Porto de Moz	Pará	Baixo Amazonas	Baixo Amazonas
Villa de Alenquer	Alenquer	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Almeirim	Almeirim	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Alter do Chão	Distrito de Santarém	Pará	Baixo Amazonas	Tapajós
Villa de Arrayolos (Margem do Rio Toeré)	Extinta	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Beja	Distrito de Abaetetuba	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Boim	Distrito de Santarém	Pará	Baixo Amazonas	Tapajós
Villa de Bragança	Bragança	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Chaves	Chaves	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Cintra	Maracanã	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Collares	Colares	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Conde	Extinta - Região de Barcarena	Pará	Metropolitana de Belém	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Espozende (Margem do Rio Teoré)	Extinta	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte

(continua)

Relação das Vilas e Lugares do Vale Amazônico (1750 -1830)

VILAS E LUGARES	ATUALMENTE	UF	MESORREGIÃO	REGIÃO HIDROGRÁFICA
Villa de Faro	Faro	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Melgaço	Melgaço	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Monforte	Marajó	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Monssaras	Distrito de Salvaterra	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Monte Alegre	Monte Alegre	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Nossa Senhora S. Salinas	Salinópolis	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Obidos	Óbidos	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Oeyras	Oeiras do Pará	Pará	Nordeste Paraense	Tocantins-Araguaia
Villa deOurem	Ourém	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa de Outeiro	Prainha	Pará	Baixo Amazonas	Calha Norte
Villa de Pinhel	Aveiro/ RESEX Tapajós-Arapiuns	Pará	Sudoeste Paraense	Tapajós
Villa de Pombal	Extinta - Região Porto de Moz	Pará	Baixo Amazonas	Xingu
Villa de Porto de Moz	Porto de Moz	Pará	Baixo Amazonas	Baixo Amazonas
Villa de Porttel	Portel	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Salvaterra	Salvaterra	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Santarem	Santarém	Pará	Baixo Amazonas	Tapajós
Villa de Soure	Soure	Pará	Marajó	Portel-Marajó
Villa de Souzel	Senador José Porfírio	Pará	Sudoeste Paraense	Xingu
Villa de Veyros	Distrito de Porto de Moz	Pará	Baixo Amazonas	Baixo Amazonas
Villa Franca	RESEX Tapajós-Arapiuns	Pará	Baixo Amazonas	Tapajós
Villa Nova de ElRey	Curuçá	Pará	Nordeste Paraense	Costa Atlântica - Nordeste
Villa Viçosa. S. Cruz de Cameté	Cameté	Pará	Nordeste Paraense	Tocantins-Araguaia

(continua)

Relação das Vilas e Lugares do Vale Amazônico (1750 -1830)

VILAS E LUGARES	ATUALMENTE	UF	MESORREGIÃO	REGIÃO HIDROGRÁFICA
Barra do Rio Yssa (Margens do Rio Içá)	Santo Antônio do Rio Içá (?)	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Alto Solimões
Lugar da Fortaleza de S. Gabriel Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Lugar da Fortaleza da B. S. J. Rio Negro	Manaus	Amazonas	Centro Amazonense	Manaus
Lugar de Alvaraens	Alvarães	Amazonas	Centro Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Lugar de Alvellos	Coari	Amazonas	Centro Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Lugar de Carvoeiro	Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Lugar de Castro de Avelaens	Amaturá	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Alto Solimões
Lugar de Fonteboa	Fonte Boa	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Lugar de Lamalonga	Extinta - Região de Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Lugar de Moreira	Extinta - Região de Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Lugar de Nogueira (Margem do Rio Tefé)	Extinta - Região do Rio Tefé	Amazonas	Centro Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Lugar de Poyares	Extinta Poiars - Região de Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Povoação de S. Anna de Cayari (Margens do Rio Caiari)	Extinta - Região do Rio Caiari (?)	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Povoação no Rio Maues	Mauês (?)	Amazonas	Centro Amazonense	Baixo Amazonas
Villa de Barcellos	Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Villa de Borba	Borba	Amazonas	Sul Amazonense	Rio Madeira
Villa de Ega	Tefé	Amazonas	Centro Amazonense	Médio Solimões/Japurá
Villa de Moura	Distrito de Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Villa de Olivença	São Paulo de Olivença	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Alto Solimões
Villa de Serpa	Região de Itacoatiara	Amazonas	Centro Amazonense	Manaus

(continua)

Relação das Vilas e Lugares do Vale Amazônico (1750 -1830)

VILAS E LUGARES	ATUALMENTE	UF	MESORREGIÃO	REGIÃO HIDROGRÁFICA
Villa de Silves	Silves	Amazonas	Centro Amazonense	Manaus
Villa de Thomar	Vila de Tomar - Barcelos	Amazonas	Norte Amazonense	Rio Negro
Villa Nova da Rainha	Parintins	Amazonas	Centro Amazonense	Baixo Amazonas
Villa S. J.Javary	Extinta - Região de Benjamin Constant (?)	Amazonas	Sudoeste Amazonense	Alto Solimões
Lugar da Fortaleza de S. José de Macapá	Macapá	Amapá	Sul do Amapá	Rio Amazonas
Lugar S. A. Maracapocú (Margens do Rio Maracápucú)	Extinta - Região Rio Maracapucú	Amapá	Sul do Amapá	Rio Maracapucu
Lug. S. A. Rio Mutuacá (Margens do Rio Mutuacá)	Extinta - Região Rio Mutuacá	Amapá	Sul do Amapá	Rio Mutuacá
Lugar de Fragozo (Margens do Rio Jari)	Extinta - Região Rio Jari	Amapá	Sul do Amapá	Rio Jari
Villa V. N. S. M. Deus (Margens do Rio Anauerapucu)	Extinta - Região Rio Anauerapucu	Amapá	Sul do Amapá	Rio Anauerapucu
Villa de Mazagão	Mazagão	Amapá	Sul do Amapá	Rio Amazonas
Fortaleza de S. J. Rio Branco	Forte de São Joaquim	Roraima	Norte de Roraima	Tacutu-Uaricoera

(conclusão)